



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em
Ouro Preto – MG**

Gabrielle Cifelli

Campinas - 2005



Número: 17/2005
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GABRIELLE CIFELLI

Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto- MG

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari.

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto - 2005

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de
Geociências/UNICAMP

Cifelli, Gabrielle

Turismo, patrimônio e novas territorialidades Ouro Preto-MG / Gabrielle
Cifelli.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari.

**Dissertação (mestrado) Universidade Estadual
de Campinas, Instituto de Geociências.**

1. Turismo – Ouro Preto (MG). 2. Patrimônio Cultural – Ouro
Preto (MG) . 3. Geografia humana. I. Luchiari, Maria Tereza Duarte
Paes. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.

Título em inglês: Tourism, heritage and new territorialities Ouro Preto-MG

Keywords: tourism; cultural heritage; territorialites

Área de concentração: -----

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Maria Tereza Duarte Paes Luchiari;

- Rita de Cássia Ariza da Cruz;

- Cristina Meneguello

Data da defesa: 26/08/2005.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS

AUTORA: GABRIELLE CIFELLI

TURISMO, PATRIMÔNIO E NOVAS TERRITORIALIDADES

EM OURO PRETO - MG

.

ORIENTADOR: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

Aprovada em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Prof^a Dr^a Maria Tereza Duarte Paes Luchiari _____Presidente

Prof^a Dr^a Rita de Cássia Ariza da Cruz _____

Prof^a Dr^a Cristina Meneguello _____

Campinas, agosto de 2005

Dedico este trabalho aos meus pais, Alexandre e Daurea pelo amor, pelo apoio e pela confiança incondicional às minhas escolhas e atitudes.

Ao Beto pelo amor, dedicação e pelo
companheirismo compartilhado ao
longo de toda esta árdua trajetória

AGRADECIMENTOS

A realização de um sonho pessoal resulta de um esforço coletivo dispendido por aqueles que por meio do amor, da amizade, da convivência e do aprendizado, muito contribuíram para a sua concretização. Diante de mais esta importante conquista, deixo meus sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam nesta odisséia, em especial :

Agradeço ao CNPQ pelo auxílio financeiro que contribuiu de forma decisiva para a concretização desta pesquisa

Agradeço à Professora Dra Maria Tereza Luchiari, ou, simplesmente, Tereza, pela orientação primorosa e pela relação de respeito, amizade e companheirismo fortalecidos ao longo destes três anos de convivência e aprendizado que me propiciaram momentos profícuos de elucidação intelectual e crescimento pessoal.

Agradeço aos meus pais, irmãos e familiares pela torcida, pelo apoio incondicional, tanto nos bons quanto nos maus momentos, pelo companheirismo, pelo amor fraterno e pelos sorrisos e choros sinceros que nos acompanham e nos fazem amadurecer e primar pelo fortalecimento dos laços familiares sem os quais nada seríamos;

Agradeço à Marília, à Dora e ao Vagner por terem me concedido a oportunidade de conhecer, contemplar e admirar as belezas da arte e a riqueza cultural de Ouro Preto, uma experiência única que, dentre outros fatores, resultou na concretização desta pesquisa. Agradeço especialmente a Dodô e a Má pelos laços de amizade, amor e carinho fortalecidos ao longo destes dez anos de frutífera convivência.

Agradeço aos meus professores do Colégio Campos Salles, especialmente, à Dora, ao Nivaldo e ao Silvio, cujo exemplo de dedicação e amor ao ensino e ao conhecimento foram essenciais para a minha formação. Aos mestres com carinho.

Agradeço à Juliana, ao Ricardo, ao Fabio, à Camila e a Carla, meus fiéis amigos, pelos momentos de alegria e descontração;

Quero também agradecer aos meus amigos e colegas da Unicamp, em especial, à Mel, à Zuleika, à Ana e ao Henrique, ao Murilo, ao Marcelo, ao Marcinho, ao Dudu e tantos outros que compartilharam, ao longo destes dois anos, os momentos de angústias e alegrias e de agonia e êxtase;

Meus sinceros agradecimentos aos professores e funcionários do IG, em especial à “Santa Val” e à Edinalva, pelo exemplo de profissionalismo e dedicação à sua profissão e aos seus “anjinhos” que tanto trabalho lhe deram e que retribuem seus esforços dispendidos com eterna gratidão.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que me receberam em Ouro Preto e me concederam dados, entrevistas e momentos de bate papo e descontração tão importantes para a elaboração desta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
PARTE I - TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E GEOGRAFIA: A PERTINÊNCIA DO DIÁLOGO.....	07
CAPÍTULO 01 - O ESPAÇO EM EVIDÊNCIA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	09
CAPÍTULO 02 – A ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS FLUXOS E A VALORIZAÇÃO DOS FIXOS.....	19
CAPÍTULO 03 - O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: QUESTÕES DE MÉTODO	31
CAPÍTULO 04 - OS (DES) CAMINHOS DO PATRIMÔNIO: DA IDENTIDADE NACIONAL AO CONSUMO CULTURAL	45
CAPÍTULO 05 - NOVAS TERRITORIALIDADES EM NÚCLEOS HISTÓRICOS PRESERVADOS.....	61
PARTE II -A CULTURA ENQUANTO MERCADORIA: NOVAS INDAGAÇÕES .	71
CAPÍTULO 06 - PATRIMÔNIO E CONSUMO TURÍSTICO: A BANALIZAÇÃO DA CULTURA	73
CAPÍTULO 07 - AS NOVAS FORMAS DE APRECIÇÃO E CONSUMO DOS BENS PATRIMONIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	97
CAPÍTULO 08 - TURISMO E REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM NÚCLEO HISTÓRICOS PRESERVADOS	105
PARTE III- VELHAS MATERIALIDADES EM NOVOS TEMPOS	115
CAPÍTULO 09 - OS TESOUROS DAS MINAS E O BRILHO DE VILA RICA.....	117
CAPÍTULO 10 - VILA RICA:DINÂMICA ESPACIAL E OPULÊNCIA CULTURAL .	121
CAPÍTULO 11 - DECADÊNCIA ECONÔMICA, REVIVESCÊNCIA CULTURAL E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM OURO PRETO.....	143
CAPÍTULO 12 - VELHAS FORMAS, NOVOS CONTEÚDOS: OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO TURISMO EM OURO PRETO.....	155
CAPITULO 13 - NOVAS TERRITORIALIDADES EM OURO PRETO: A COEXISTÊNCIA DOS CONFLITOS	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
BIBLIOGRAFIA	237

FOTOS

01 - Vista aérea de Ouro Preto.....	79
02 - Vista da igreja de Nossa Senhora do Pilar.....	79
03 - Casario colonial de Ouro Preto.....	79
04 - Vista parcial de Ouro Preto.....	79
05 - Ocupação das encostas e descaracterização.....	81
06 - Ângulo da Praça Tiradentes	81
07 - Museu da Inconfidência.....	83
08 - Casa dos Contos.....	83
09 - Escola de Minas.....	83
10 - Praça Tiradentes.....	83
11 - Iluminação noturna de Ouro Preto.....	85
12 - Festival de Inverno de Ouro Preto - 2000.....	89
13 - Misses na Praça Tiradentes.....	91
14 - Comemoração do dia 21 de abril.....	93
15 - Show do Skank em Ouro Preto.....	93
16 - Vista parcial da cidade de Ouro Preto.....	131
17 - Fachada da igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar.....	137
18 - Interior da igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar.....	137
19 - Grupo da melhor idade em visita à Igreja de São Francisco de Paula.....	159
20 - Grupo de estudantes em visita ao Museu da Inconfidência.....	159
21 - Refuncionalização e cearização do patrimônio cultural - Rua Conde de Bobadela.....	163
22 - Refuncionalização do patrimônio cultural - Loja de jóias localizada Rua Conde de Bobadela.....	163
23 - Hotel Pousada Solar da Ópera.....	167
24 - Pousada Clássica.....	167
25 - Rua Conde de Bobadela durante as comemorações do dia 21 de abril.....	171
26 - Lixo na Praça Tiradentes durante as comemorações do dia 21 de abril.....	171
27 - Refuncionalização turística do patrimônio cultural na Rua Direita.....	181
28 - Refuncionalização turística do patrimônio cultural na Praça Tiradentes.....	181
29 - Incêndio no casarão da Praça Tiradentes.....	209

30- Destruição do Chafariz próximo Igreja do Pilar.....	209
31 - Carnaval na Rua São José.....	217
32 - Carnaval na Rua Direita.....	217
33 - Circulação de ônibus da Rua do Ouvidor.....	217
34 - Circulação de caminhão na Praça Tiradentes	217
35 - Concentração de jovens ao lado do bar Barroco.....	221
36 - Satélite Bar.....	221

FIGURAS

01 - Ocupação e Povoamento e Vila Rica em 1711 – 1765... ..	127
02 - Mapa dos arruamentos mais antigos da área central de Ouro Preto.....	129
03 - Mapa do Estado de Minas Gerais com destaque para a região central.....	157
04 - Mapa do circuito das cidades históricas de Minas Gerais.....	157
05 - Delimitação da área de estudos.....	175
06 - Núcleo turístico de Ouro Preto.....	177
07 - Atrativos Turísticos.....	185
08 - Meios de Hospedagem.....	187
09 - Setor de Alimentação.....	189
10 - Comércio Turístico.....	191
11 - Oportunidades Especiais de Compra.....	193
12 - Pessoas residentes no município sede de Ouro Preto – 2000.....	197
13 - Pessoas com mais de 65 anos residentes no município de Ouro Preto 2000.	199
14 - Pessoas residentes com rendimento mensal acima de 20 salários mínimos no município de Ouro Preto – 2000.....	201

TABELAS

01 - População economicamente ativa por setores (em %) Ouro Preto	151
---	-----

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não Governamental
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SISTUR	Sistema de Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNI-BH	Centro Universitário de Belo Horizonte

“E eu viajo para conhecer a minha geografia.”

Marcel Reja

RESUMO

A subordinação da cultura aos ditames do mercado vem, nas últimas décadas, alterando os usos e sentidos do patrimônio cultural ao ser transformado em mercadoria destinada à fruição das massas. Tal processo tem suscitado uma série de alterações de ordem material e simbólica de certas porções do território por meio da refuncionalização turística do patrimônio cultural e da conformação de novas territorialidades nas áreas centrais urbanas mais densamente apropriadas pelo turismo.

A análise dessas vicissitudes na cidade de Ouro Preto, considerada como um dos mais tradicionais destinos turísticos nacionais, evidencia que o processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural é espacialmente concentrador, atendo-se às porções centrais do perímetro tombado, onde localizam-se grande parte dos atrativos mais visitados e, conseqüentemente, o maior fluxo de visitantes, equipamentos e serviços requeridos pela atividade. Esta porção do território, denominada nesta pesquisa como o núcleo turístico de Ouro Preto, é também considerada como o centro comercial e de serviços da cidade, mantendo uma multiplicidade funcional destinada a suprir as necessidades da demanda externa e local, formada, em partes, pelos próprios moradores desta área, habitada predominantemente por estudantes e por moradores idosos pertencentes às classes sociais mais abastadas da cidade.

A diversidade funcional e social deste núcleo decorrentes deste particularismo, promove a adaptação, coexistência e/ou conflitos entre as territorialidades locais, conformadas por moradores e estudantes, e as novas territorialidades advindas do turismo, balizadas por disputas de interesses envolvendo o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Essa dinâmica sócio-territorial, além de evidenciar os particularismos locais, vislumbra também as novas relações materiais e simbólicas existentes entre sociedade, patrimônio e território em Ouro Preto.

ABSTRACT

The subordination of culture to the rules of the market over the last decades has changed the uses and the senses of the cultural heritage as it is transformed in goods to the masses' enjoyment. This process has caused many material and symbolic changes in some parts of the territory through the refunctionalisation of the tourist cultural heritage and the conformation of new territorialities in the most densely appropriated urban central areas by tourism.

The analysis of these changes in the city of Ouro Preto, considered as one of the most traditional national tourist destinations, shows that the process of tourist refunctionalisation of the cultural heritage is in a concentrated space, limited to the central parts of the officially protected by the government perimeter, where the majority of the visited attractions is located and as a result where there is the largest flow of visitors, equipment and services required by this activity. This piece of territory called in this survey as the tourist nucleus of Ouro Preto is also considered as the commercial and services center of the city. It keeps a functional multiplicity intended for supplying the external and local demands and it is constituted mainly by students and wealthy elderly people.

The functional and social diversity of this nucleus, as a result of this particularism, promotes the adaptation, coexistence and/or conflicts between the local territorialities, formed by inhabitants and students and the new territorialities that come from tourism limited by competitions of interest involving the public service, private sector and the civil society. This social-territorial dynamics, besides highlighting the local particularism, also shows the new material and symbolic relations existing among society, heritage and territory in Ouro Preto.

INTRODUÇÃO

Compreender a dimensão sócio-espacial de uma cidade cujas referências materiais – historicamente constituídas e culturalmente valorizadas como bens patrimoniais – exercem influência significativa em sua dinâmica econômica e sócio-espacial atual, implica enveredar por trilhas tortuosas. Tais caminhos envolvem a multiplicidade de interações entre o antigo e o novo, em um movimento ininterrupto de permanência e de mudança, decorrente da preservação da materialidade herdada enquanto forma compreendida mediante uma variabilidade temporal de funções, valores e significados, responsáveis por sua adequação à dinâmica do presente.

O eixo de compreensão dessa realidade mutável e contraditória perpassa pelas relações de adaptação, subordinação e resistência das formas-conteúdo às novas determinações de ordem política, econômica, social e cultural, responsáveis pela geração de reflexos significativos na dinâmica sócio-territorial de cidades que convivem, constantemente, com o conflito entre desenvolvimento econômico e preservação patrimonial. Encarada como um dos meios de conciliação dessa realidade contraditória, a atividade turística vem sendo, cada vez mais, requisitada para suprir as necessidades econômicas de cidades portadoras de uma densidade considerável de bens patrimoniais, tombados ou não, ao aproveitar-se das suas particularidades formais e da sua valorização cultural, como forma de geração de valor econômico.

A ampliação da interface entre patrimônio e turismo na atualidade amplia a visibilidade dos bens culturais e determina sua valorização enquanto mercadoria diferencial, ao exercer um forte apelo atrativo, canalizado para o consumo turístico de objetos e paisagens.

A apropriação das velhas materialidades por essa nova atividade econômica resulta em uma reconfiguração sócio-territorial responsável pela adaptação das especificidades locais a novas finalidades de cunho mercantil, demandando novos usos e funções aos bens preservados que ampliem a oferta turística da localidade, responsável pela atração de um fluxo cada vez maior de pessoas, mercadorias e capital, acentuando, segundo Luchiari (1999, p. 10), “(...) a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares”.

Os reflexos decorrentes dessas transformações consubstanciam-se nas relações de coexistência, sobreposições e conflitos entre velhas e novas territorialidades locais, resultantes

das novas práticas sociais espacializadas, condicionadas pelas transformações materiais e simbólicas ocorridas nos núcleos históricos apropriados pelo turismo.

As investigações e reflexões apresentadas no decorrer desta pesquisa objetivam analisar e compreender a relação entre turismo, patrimônio e território em Ouro Preto - MG, segundo uma perspectiva de análise geográfica. Atendo-se a esse enfoque, pretende-se ressaltar, por meio das estratégias de ação e da lógica de funcionamento da atividade, a forma pela qual o turismo vem se apropriando de determinadas porções do território, de que forma transforma seus atributos singulares (patrimônio cultural) em atrativos turísticos e quais as transformações de ordem material e simbólica ocorridas ao patrimônio e ao território apropriado pela atividade a partir da correlação entre antigas e novas territorialidades resultantes deste processo.

A escolha de Ouro Preto como objeto de análise dessas novas práticas sócio-espaciais, decorre da relevância turística que a cidade vem assumindo nas últimas décadas no cenário regional, nacional e mundial, em função da sua importância histórica e do rico acervo artístico e arquitetônico tombado. A atratividade turística exercida pelo seu conjunto arquitetônico colonial, pelos museus, igrejas, pelas expressões artísticas e pelas belezas naturais circundantes, valorizadas pelo marketing publicitário por meio da divulgação e exibição de suas imagens, paisagens e símbolos vendidos ao mercado turístico, transformaram Ouro Preto em um dos principais destinos turísticos do país.

A quantidade expressiva de turistas e excursionistas que visitam a cidade, associada à variedade das modalidades de turismo e às formas de exploração da atividade, inserem seus bens patrimoniais em uma diversidade de usos e em um novo sistema de valores e significações, diversamente atribuídos pelos agentes sociais atuantes no processo de organização e gestão territorial, como o Estado, o mercado e a sociedade civil. No entanto, vem se consubstanciando, nas últimas décadas, uma tendência ao predomínio da atuação do mercado em parceria, muitas vezes, com o poder público no processo de organização e gestão do território que passa a adaptar-se, por meio da refuncionalização turística do patrimônio cultural, aos novos usos e funções requeridos pela atividade turística.

Por meio desse processo, a conjunção e a diversidade de usos residenciais, comerciais, de serviços e de lazer, destinadas ao atendimento da demanda local – característica da dinâmica sócio-espacial do núcleo histórico de Ouro Preto –, tendem a ser substituídas por uma homogeneização funcional das formas pretéritas. Essas seriam destinadas ao atendimento da

demanda turística, promovendo uma adaptação da forma aos novos conteúdos sociais e aos novos interesses econômicos que subordinam os bens patrimoniais a uma racionalidade e intencionalidade mercantil.

A conjunção das formas pretéritas aos velhos e novos usos e funções, convivendo em uma mesma porção do território, gera uma nova dinâmica sócio-territorial, consubstanciando-se em novas práticas sociais que promovem uma interação, nem sempre harmônica, entre os diversos agentes sociais em prol da defesa de seus interesses e necessidades.

O fortalecimento da união entre Estado e mercado na contemporaneidade, visando o desenvolvimento do turismo, ao despir-se de medidas de planejamento e gestão da atividade, e ao deixar de envolver a participação de outros segmentos sociais, vem promovendo um processo de valorização imobiliária e elitização dessas porções do território. Tais mudanças são responsáveis pela exclusão social e pelo empobrecimento da diversidade sócio-cultural, promovendo alterações significativas nas formas de valorização, no sistema de significações atribuídas ao patrimônio cultural e no espaço cotidiano de relações.

A intensidade de tal processo se faz evidente em diversos núcleos históricos tombados do Brasil como no Pelourinho, em Parati e em Tiradentes, cujas paisagens enobrecidas pela refuncionalização turística do patrimônio, transformaram-se em cenários espetacularizados que atraem e direcionam seus espectadores para “o mundo fantástico da mercadoria”, promovendo a atenuação das relações da sociedade com seu espaço de referência. Em Ouro Preto, apesar do delineamento de uma forte tendência de elitização e segregação sócio-espacial na porção central do território mais densamente apropriada pelo turismo, tal processo ainda não se faz tão evidente, em decorrência de certos particularismos locais.

Diante desta constatação, cabem-nos alguns questionamentos que orientam esta investigação, de forma a compreender quais finalidades e intencionalidades balizam as novas estratégias de ação impostas pelos agentes sociais no processo de apropriação e valorização contemporânea do patrimônio cultural de Ouro Preto? Em que estágio se encontra a refuncionalização turística do patrimônio cultural e qual é a influência deste processo na nova dinâmica sócio-espacial de certas porções do centro histórico tombado da cidade? Como se dá a atuação do poder público, da iniciativa privada, dos órgãos preservacionistas e da sociedade civil no que se refere às estratégias de preservação patrimonial e planejamento e gestão da atividade turística? Diante de tais questões, cabe-nos, ainda, indagar quais são os valores e os significados

atribuídos ao patrimônio pelos diversos grupos sociais e quais os reflexos das possíveis transformações dessas relações simbólicas na conformação das redes de sentido e sociabilidade, estabelecidas entre a sociedade local e seu espaço de referência.

As respostas de tais questionamentos nos permitem esclarecer as relações, nem sempre harmônicas, entre antigas e novas territorialidades em certas porções do território, correspondente a partes do núcleo histórico tombado, possibilitando a compreensão das novas dinâmicas sócio-territoriais estabelecidas em Ouro Preto e, em termos comparativos, nos demais núcleos históricos tombados apropriados pelo turismo.

Antes de nos atermos à pesquisa empírica, é necessário resgatar e adaptar o referencial teórico-conceitual, desenvolvido pela ciência geográfica e por outras áreas afins para a análise das formas de organização e da dinâmica do espaço social, visando compreender suas transformações materiais e simbólicas, a partir do processo de mercantilização do patrimônio cultural decorrente do seu uso turístico.

Dessa forma, encontram-se, num primeiro momento, referências acerca da importância do espaço geográfico, analisado a partir da escala do território, para pensarmos as formas de transformação, subordinação e/ou adaptação dos imperativos globais às especificidades locais, direcionando a análise para a relação entre a atividade turística, regida por um sistema de ações, muitas vezes externas ao local e impulsionadora de fluxos materiais e imateriais que, ao interagir com o sistema de objetos preexistentes, como a materialidade herdada, gera uma realidade única.

De acordo com essa dinâmica entre objetos e ações, entre o mundo e o lugar, impulsionada pelo turismo, podemos vislumbrar as transformações sócio-espaciais ocorridas nos núcleos históricos apropriados pelo turismo, tanto em sua dimensão material (atendo-se aos aspectos materiais e funcionais) quanto em sua dimensão simbólica, atendo-se ao sistema de valores e às redes de significações socialmente atribuídas ao patrimônio cultural.

As categorias de análise – forma, função, estrutura e processo – utilizadas por Milton Santos para compreender os diferentes modos de organização sócio-espaciais ao longo da história, permite-nos captar a dimensão material deste processo. Tais categorias são de fundamental importância para a discussão da questão patrimonial no âmbito da geografia. No entanto, as formas de abordagem de tais categorias pelo autor não são suficientes para captar a dimensão simbólica que envolve o patrimônio cultural em sua teia de relações. Nesse sentido, as contribuições teóricas de Jean Baudrillard e Pierre Bourdieu vislumbram uma interpretação do

campo simbólico, a partir da imbricação entre as esferas econômicas, políticas e culturais, possibilitando a compreensão da rede de interesses e sentidos que vem permeando os bens patrimoniais desde sua fase de consagração até os dias atuais.

Dando prosseguimento à análise, enfocaremos, na parte II, as relações estabelecidas entre turismo e patrimônio cultural, evidenciando o processo pelo qual os bens patrimoniais se transformam em mercadorias vendidas ao mercado turístico, qual a lógica e quais estratégias permeiam o funcionamento da atividade e, ainda, quais as conseqüências desta lógica nas formas de organização sócio-territorial de Ouro Preto. Tais considerações fornecem subsídios para uma análise crítica e de maior amplitude dos planos de intervenção urbana, em voga em grande parte dos núcleos históricos tombados. A lógica que permeia esses planos fornece subsídios consistentes para a compreensão das transformações sócio-espaciais decorrentes do processo.

Adentrando o objeto empírico de nossa análise, a parte III procura evidenciar a importância histórica e artística de Ouro Preto no contexto nacional. Partindo da análise da lógica e dos atores envolvidos no processo de produção do espaço urbano da cidade desde seus primórdios, pode-se compreender o processo que permeou a conformação dos seus atributos formais mais marcantes, os motivos de sua preservação e o papel que são incitados a desempenhar nos dias de hoje, ao serem valorizados como atrativos turísticos.

Diante desta nova finalidade de uso, é necessário delimitar a porção do território onde a atividade é mais atuante com o intuito de analisar o grau de refuncionalização turística do patrimônio cultural da cidade. Tais considerações fornecem subsídios concretos para a compreensão das formas de coexistência e dos conflitos travados entre as antigas e novas territorialidades locais, vislumbrando uma perspectiva integradora que agregue, sobre um mesmo referencial teórico-conceitual a compreensão do território em sua dinâmica social, a partir de sua dimensão material e simbólica, responsável pela compreensão das particularidades sócio-espaciais de Ouro Preto, as quais fazem desse lugar um foco de resistência aos imperativos globais.

PARTE I

TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E GEOGRAFIA: A PERTINÊNCIA DO DIÁLOGO

CAPÍTULO 01 - O ESPAÇO EM EVIDÊNCIA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Diante da intensidade e da rapidez das transformações em âmbito mundial, ocorridas na esfera social em sua ampla teia de relações, acentua-se a necessidade de buscar considerações teóricas que forneçam subsídios para a compreensão dos novos contornos, valores e significados do espaço geográfico, ressaltando sua importância como foco de adaptação e resistência frente ao fenômeno da globalização.

A ciência geográfica vem sendo cada vez mais requisitada pelas ciências sociais para fornecer subsídios teórico-metodológicos que explicitem a dimensão sócio-espacial do fenômeno, enfatizando, em suas análises, a questão do território, a relação entre o local, o nacional e o global, a questão das fronteiras e o papel do Estado-nação em suas formas de regulação. Tais análises colocam em xeque aqueles discursos ideológicos e metafóricos a respeito da globalização os quais não abarcam suas contradições, peculiaridades e seus contrastes, materializados no território.

Santos (2000) destaca alguns destes termos generalistas, que omitem a complexidade do fenômeno tais como “aldeia global”,¹ que ressaltam o papel da difusão de informações em nível mundial, a questão da “compressão do espaço e do tempo,”² a homogeneização do planeta a partir do mercado, tido como global, e a morte do Estado. Segundo Santos, tais enfoques geram um discurso hegemônico que omite a ambivalência do fenômeno, pois é duvidoso afirmar que as informações atingem a todos e em todos os lugares, da mesma forma que a compressão do espaço e do tempo³; a idéia de mercado global aprofunda, na verdade, as diferenças locais e o Estado, na realidade, se fortalece para atender aos interesses dos atores hegemônicos.

Ianni (2002) também elenca as “metáforas da globalização”, como “terceira onda”, “sociedade informática”, “primeira revolução mundial” e outras,⁴ fruto dos diversos enfoques

¹ A expressão “Aldeia Global” é atribuída a Mc Luhan

² “Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós” (Harvey, 1992, p. 219).

³ Apesar de cunhar a expressão “compressão do espaço e do tempo”, Harvey (1992) tece apontamentos que remetem à tese oposta, ressaltando a importância das especificidades do lugar em sua teia de significações frente ao impacto dos novos eventos.

⁴ As metáforas da globalização elencadas por Otávio Ianni são atribuídas respectivamente a Alvin Tofler, Adam Schaff e Alexander King.

teóricos e metodológicos que combinariam reflexão e imaginação, evidenciando as dificuldades encontradas pelas ciências sociais para tecer reflexões sólidas a respeito das características e dos efeitos de um fenômeno de amplas proporções e de múltiplas facetas.

Apesar de revelar traços, tendências e características da globalização, tais generalizações falham na tentativa de apreender seus aspectos contraditórios, evidentes em sua esfera econômica, política, social e cultural. A sobreposição e a materialização desses vetores no território, ao se chocarem com suas heranças materiais e culturais, produzem focos de tensão entre globalidade e localidade, gerando uma realidade única que tanto pode atender aos imperativos dos atores hegemônicos quanto gerar focos de resistência aos interesses globais, acentuando suas especificidades.

Santos (2000, p. 23) considera a globalização como o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Fruto do desenvolvimento sem precedentes da ciência, da técnica e da informação ocorridos desde a segunda metade do século XX, o período é caracterizado pelo aumento e pela intensificação dos fluxos materiais e imateriais, produzidos pelo vertiginoso desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações.

Geridos por ações, geralmente externas ao local, correspondentes aos interesses dos atores hegemônicos, esses fluxos interagem com os fixos (sistemas de objetos) e criam uma nova materialidade, adaptada aos interesses do mercado, ou atribuem novos sentidos e valores à materialidade pré-existente, modificando a configuração espacial; por meio dessa conjunção entre objetos e ações, o território adquire características específicas adequando-se aos interesses mercadológicos. Através dessa configuração, novos sentidos são atribuídos à esfera econômica, política e cultural da sociedade que, respondendo aos interesses mercantis, atribui uma nova racionalidade e intencionalidade ao espaço.

Santos (2002a, p. 63) define o espaço geográfico como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O conteúdo de ciência, técnica e informação, presente nos objetos e ações, caracteriza os espaços da globalização e define, atualmente, a hierarquia entre os lugares, ao mesmo tempo em que aprofunda as diferenças sócio-espaciais.

A materialidade herdada é vista como um importante foco de resistências aos imperativos da globalização e, embora evidencie as particularidades locais por meio das relações sociais e

culturais impressas nos objetos, tende a se adaptar aos interesses mercadológicos por meio das diversas intervenções urbanas efetuadas nas áreas mais antigas e degradadas das cidades, com o intuito de elevar seu dinamismo econômico e difundir um marketing urbano voltado para a atração de capitais e para o desenvolvimento do turismo. Tal atividade vem adquirindo, cada vez mais, relevância no cenário econômico mundial, ao ser fruto da evolução dos meios de transportes e comunicações que geraram um aumento exponencial dos fluxos de informações, pessoas, capital, mercadorias e idéias, fomentando seu desenvolvimento em escala mundial.

Na atribuição de um valor econômico ao sistema de objetos pré-existentes, estes acabam, muitas vezes, se refuncionalizando por meio de ações em grande parte estranhas à realidade local, aumentando a intensidade dos fluxos que configuram uma nova geografia. Este choque entre globalismos e localismos, cada vez mais freqüente nas porções dos territórios apropriados pelo turismo, produzem mudanças evidentes em sua esfera econômica e política, além de intensas transformações relacionadas à dinâmica social e ao sistema de valores culturais que remontam à tradição local.

Boaventura de Souza Santos (2002, p. 65), no intuito de compreender a relação entre global e local em suas diversas facetas, distingue quatro formas de globalização. A primeira forma consiste no localismo globalizado, considerado o “processo pelo qual determinado fenômeno é globalizado com sucesso (...) neste modo de produção da globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos ou pelo reconhecimento da diferença”.

As tendências homogeneizantes impostas pelo localismo globalizado interagem e confrontam-se com os particularismos locais, gerando transformações significativas na dinâmica sócio-espacial presente, produzindo um movimento de desintegração, desestruturação e reestruturação das condições locais. Para o autor, esse modo de interação e confronto entre o global e o local constitui-se na segunda forma de globalização denominada de globalismo localizado, que consiste “no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados” (SOUZA SANTOS, 2002, p.66).

O movimento dialético entre o global e o local, do mesmo modo que gera uma sujeição do local à lógica global, evidencia suas especificidades, as quais podem ser responsáveis pela geração de focos de resistência local às pressões globais, como, também, podem sujeitar-se à

dinâmica global por meio de processos de reestruturações e adaptações sucessivas visando atender aos interesses mercantis. A conformação sócio-espacial preexistente determina as maneiras pelas quais se dão as ações, fazendo de cada lugar uma entidade única que oferece diferentes respostas às pressões globais.

Longe de entender o processo de globalização como uma via de mão única, muitas análises ressaltam as formas de resistência a esse processo, incitadas pelas práticas sociais e pelo rearranjo espacial existente. As outras duas formas de globalização caracterizadas por Souza Santos, o cosmopolitismo e o chamado patrimônio comum da humanidade seguem tais premissas.

O termo “cosmopolitismo” refere-se a um conjunto de “práticas e discursos de resistência, contra as trocas desiguais no sistema mundial tardio” (...) (SOUZA SANTOS, 2002, p. 68). Aproveitando-se das benesses trazidas pela evolução dos meios de comunicação e informação, grupos sociais, estados e regiões, excluídos ou prejudicados pelo sistema, criam redes de solidariedade transnacionais em busca de uma prática contra-hegemônica, traduzida em lutas contra a dependência, a exclusão, a exacerbação das desigualdades e outras. Inserem-se neste grupo os movimentos ecológicos, feministas, as ONGs anticapitalistas, organizações operárias e outros movimentos de contestação à ordem vigente.

Aliado a esses movimentos transnacionais, encontra-se o “patrimônio comum da humanidade” que consiste nas “lutas transnacionais pela proteção e *desmercantilização* dos recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária” (SOUZA SANTOS, 2002, p.70). As lutas pela preservação do meio ambiente e dos patrimônios culturais da humanidade são exemplos deste processo, embora sejam cada vez mais freqüentes a sujeição desses bens à lógica mercantil, visando à captação de recursos para sua preservação, por meio da adoção de cobranças de entrada, taxas de manutenção e outras colaborações financeiras.

Apesar de terem um caráter transnacional, unindo grupos de diferentes localidades em torno de interesses comuns, as forças resultantes desses conflitos se encontram territorializadas, traduzindo-se em transformações sócio-territoriais significativas na esfera local, de acordo com as condições materiais e imateriais preexistentes e com a capacidade de mobilização e ação dos atores sociais locais em torno das pressões globais. Para Souza Santos (2002, p. 75), “as iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica (...) estão enraizadas no *espírito do*

lugar, na especificidade dos contextos, dos atores e dos horizontes da vida localmente constituídos”.

A perspectiva de análise efetuada por Boaventura evidencia e ressalta a dimensão espacial como forma de manifestação e como um importante foco de resistência às pressões globais. Neste sentido, o espaço geográfico em todas as suas escalas de apreensão torna-se uma referência fundamental para a compreensão atual do processo de globalização.

Ortiz (2000), ao tecer referências sobre a globalização enfatizando a questão cultural, evidencia o novo papel do espaço como um dos focos centrais de sua análise. Ao definir as novas configurações do espaço, o autor destaca as linhas de força que o atravessam em suas diversas escalas⁵, determinando a relação entre espacialidades diferenciadas. Neste sentido, “local, nacional e mundial⁶ devem ser vistos no seu atravessamento” (ORTIZ, 2000, p.65). Os diversos graus de entrelaçamento entre essas diferentes escalas espaciais, associados à intensidade das linhas de força que as atravessam, determinam a condição diferencial dos lugares, pressupondo conflitos ou acomodações às determinações impostas. Cabe enfatizar que tais conflitos e acomodações resultam em grande parte da interação entre as linhas de força e as condições locais.

O aumento exponencial dos fluxos mundiais, associados ao desenvolvimento dos meios de informação, suscita diversas concepções teóricas que enfatizam a questão da homogeneização cultural, do fim do território, da diluição da diferenciação dos hábitos e costumes locais, do fortalecimento de um imaginário coletivo comum imposto pela mídia, da difusão de objetos-signo em nível mundial e outros aspectos que evidenciam a rarefação das diferenças locais em detrimento de uma tendência à homogeneização imposta pelo mercado. Tais generalizações omitem a relação dialética entre a universalidade e a singularidade que particularizam e evidenciam o atual processo de globalização e redefinem as dimensões e os conteúdos do espaço.

Ao caracterizar este processo enfatizando a questão cultural, Ortiz (2000) tece considerações sobre o processo de mundialização da cultura em seus aspectos materiais, simbólicos e ideológicos em sua articulação com as distintas configurações espaciais existentes.

⁵ O autor caracteriza o espaço como um “conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados” (Ortiz, 2000, p. 61)

⁶ O autor usa o termo mundialização como domínio específico da cultura e o termo globalização quando se refere à economia e às técnicas (Ortiz, op. cit, p. 24).

Para o autor, a desterritorialização das referências culturais permite pensar a questão da cultura sem relação com seu meio físico. A expansão dos meios de telecomunicações, o fortalecimento da mídia e da indústria publicitária e a difusão do consumo teriam gerado interferências diretas e mudanças significativas na esfera da cultura, homogeneizando os costumes e o modo de vida dos grupos, o imaginário coletivo, os valores e as outras formas de manifestações culturais. Tais transformações, associadas ao alto grau de fluidez do espaço em suas múltiplas escalas de apreensão, permitiriam tratar das manifestações culturais desenraizadas do meio físico.

Dessa forma, pode-se falar em “desterritorialização da cultura”, já que as referências culturais, ao mundializar-se, não mais se delimitam aos limites territoriais ⁷. No entanto, todo movimento de desterritorialização, afirma o autor, é acompanhado de uma reterritorialização (ORTIZ, 2000, p. 64), implicando a superposição de diferentes espacialidades em determinado lugar. O rearranjo sócio-territorial decorrente desse processo é determinado pela conjunção das referências culturais desterritorializadas e das especificidades de cada lugar. Pela importância estratégica que assume frente às ações hegemônicas, por conter a expressão da interação entre fluxos e fixos, e por sua atuação como foco de resistência frente aos desígnios globais, o espaço geográfico, em todas as suas escalas de apreensão, assume um importante papel para a compreensão do atual período histórico. As sucessivas configurações que adquire, associadas à articulação de forças provenientes da esfera local, nacional e global, produzem dificuldades incessantes nas formas de apreensão da sua dinâmica, associada ao movimento da totalidade social; no entanto, é por meio da apreensão das suas formas de organização e do seu conteúdo em mutação que os vetores operantes da globalização são captados. Nesse sentido, o espaço geográfico, seja na dimensão do território ou do lugar, retorna, enquanto campo de análise, com mais força, expressando as formas de adaptação, sujeição ou resistência frente aos novos eventos.

Reforçando essa perspectiva, Santos (2002b), no artigo “O Retorno do território,” tece considerações sobre a importância do território usado, enquanto sinônimo de espaço geográfico, para a análise da realidade social. O autor considera o território usado, expresso por meio de objetos (a materialidade) e de ações (a sociedade), enquanto objeto de análise.

⁷ Muitos trabalhos que abordam a questão da destruição dos territórios no período atual, ou seja, da desterritorialização como uma tendência global, não deixam claro que concepção de território é utilizada, dificultando, dessa forma, a compreensão do fenômeno.

O território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2001, p. 104). Ao ser considerado como uma categoria de análise reveladora da totalidade social e portadora, ao mesmo tempo, de uma dimensão operacional, revelando a complexidade de seus usos, o território usado é considerado pelo autor como um campo privilegiado de investigações.

A abordagem do território, enquanto categoria de análise, também é evidenciada por Haesbaert (2002, p. 121) que o define como “o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Dessa forma, o território não é mais somente considerado em seu sentido estritamente político, como base do Estado-nação, e sim como “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2000, p. 96). Ao sofrer intervenções externas por meio dos fluxos que o atravessam, o conteúdo do território adquire outra configuração. A complexidade da interação entre ações internas e externas exprime a nova realidade do território e suscita novos desafios à captação de sua dinâmica. Esta pode ser apreendida por meio da análise das verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2002a SANTOS, 2002b, SANTOS, 2000, SANTOS, 1997), assim colocada: “As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos” (SANTOS, 2000, p.105).

A necessidade de fluidez e a competitividade imposta pelos atores hegemônicos e pelo mercado traduzem-se em uma reconfiguração do território como condição de adaptação aos fluxos globais e às ações hegemônicas. O conteúdo de ciência, técnica e informação presente no território é responsável pela eficácia das ações dotadas de uma elevada carga de intencionalidade e racionalidade, sobre os objetos, e pela conseqüente adequação do território às exigências do mercado e das organizações mundiais. As porções do território que atendem a tais exigências são interligadas por redes que promovem sua união vertical, conformando um espaço de fluxos regidos por agentes extra-locais que fazem do território um instrumento de controle e exploração.

O alto grau de alienação territorial decorrente deste processo contrapõe-se ao chamado espaço banal, considerado como “o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas: o espaço das vivências” (SANTOS, 2000, p.108). Dessa forma, constitui-se no lócus da solidariedade, do cotidiano, da organização da vida, da coexistência de diversas temporalidades, da manutenção

dos valores e dos referenciais identitários que caracterizam determinada comunidade. O espaço banal insere-se no domínio das horizontalidades constituídas pelos “domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 2002b, p. 16), e é no seu domínio que se gestam as práticas sociais territorializadas, conformando relações de poder, vinculadas tanto às esferas político-econômicas, quanto à esfera simbólica, por meio dos laços culturais que unem os grupos sociais ao seu território de referência.

A intersecção das ações verticais sobre os espaços banais interfere no funcionamento do conjunto, gerando focos de tensão permanente entre o mundo e o lugar. As ações hegemônicas, com tendências homogeneizantes, interagem e se contrapõem às ações locais que primam pela manutenção de suas particularidades expressas pela base material existente, pelas expressões culturais, pelas formas de uso do território e pela organização da sociedade local em torno dos seus interesses comuns. Estas condições locais preexistentes conformam as particularidades do território e determinam sua capacidade de resistência frente às ações hegemônicas.

A relação dialética entre o global, que se anuncia, e o local, que se evidencia, se expressa com maior veemência nas porções do território apropriadas pelo turismo,⁸ uma atividade que se torna um agente condicionador da reorganização do território e da sociedade, ao transformar as particularidades locais em objetos de consumo, voltados para a geração de lucros vultosos, muitas vezes, não remetidos à comunidade local.

Considerada como um dos vetores da globalização, a atividade turística promove a sujeição do território à lógica global por meio de adaptações sucessivas da materialidade herdada e da tradição cultural aos interesses do mercado, modificando, também, as relações da sociedade com o seu território de referência.

A valorização do diferente, do exótico, do tradicional constitui, atualmente, uma das principais formas de motivação dos fluxos turísticos para lugares que possuem uma elevada densidade de aspectos paisagísticos naturais e materiais diferenciados e particulares e/ou ainda conservam uma tradição cultural local. Em decorrência desse processo, a valorização econômica atribuída ao patrimônio natural e cultural de determinada localidade promove alterações em sua estrutura material e simbólica, modificando a organização do território em função de sua

⁸ O uso do termo apropriação para se referir à relação entre turismo e território toma como parâmetro o conceito de apropriação desenvolvido por Lefebvre como um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente “funcional”, e uma dimensão simbólica e afetiva, associando ao controle físico ou à dominação objetiva do espaço uma apropriação simbólica (Lefebvre, 1986 apud Haesbaert, 2002, p. 120-121).

adaptação às demandas do uso turístico. Enquadram-se nesses exemplos, os núcleos urbanos centrais das grandes e médias cidades e as cidades de porte pequeno e médio que congregam sítios urbanos e/ou bens patrimoniais naturais e culturais, tombados, como o circuito das cidades históricas mineiras de Tiradentes, São João Del Rei, Congonhas, Mariana e Ouro Preto, a qual se constitui no foco da presente análise.

Segundo essa lógica de apropriação, observa-se um processo de subordinação das especificidades locais aos imperativos globais. Tais especificidades como as formas herdadas e os aspectos naturais, ao se tornarem objeto de consumo, sofrem alterações nas suas formas de uso e regulação e em sua dinâmica material e social para adaptar-se aos interesses globais. Apesar de acolher os novos eventos, é a partir do território que se estruturam os principais focos de resistência à globalização.

A apropriação do território pelo turismo e a conseqüente atribuição de novos sentidos à materialidade herdada promove uma nova lógica de organização espacial, adaptada para o desenvolvimento da atividade, adaptação essa que responde a uma lógica externa ao lugar, o qual passa a subordinar-se aos interesses do mercado e dos agentes hegemônicos.

Contrapondo-se a tal lógica, em muitos núcleos turísticos as formas herdadas, o grau de mobilização da sociedade civil, os aspectos culturais e o sentido de identidade e de pertença ainda se mantêm, embora seja evidente que a intensificação dos fluxos materiais e imateriais, a predominância dos interesses mercantis em detrimento dos interesses da sociedade local, associados à falta de planejamento estatal tendem a diluir os laços sociais e culturais existentes e a incorporar o discurso hegemônico.

A compreensão da dinâmica atual do território, envolvendo a relação dialética entre o sistema de objetos preexistentes e as ações que o atravessam, possibilita a apreensão do processo de apropriação do território pelo turismo, bem como permite vislumbrar o reordenamento sócio-territorial decorrente do desenvolvimento da atividade.

CAPÍTULO 02 – A ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS FLUXOS E A VALORIZAÇÃO DOS FIXOS

A reflexão sobre a realidade social em movimento, nos dias atuais, tem como foco central a interpretação do espaço geográfico. A apreensão de sua dinâmica perpassa pela compreensão dos seus elementos constitutivos, bem como pelas categorias de análise utilizadas para a investigação de sua lógica atual de organização. Nesse sentido, podem-se captar as formas de apropriação e a dinâmica de uso de determinadas porções do território, proporcionando a compreensão das funções, valores e significados dos seus atributos materiais e imateriais que condicionam a lógica de organização e os elos de referência entre a sociedade e o seu espaço vivido.

Nas últimas décadas, o turismo, em acelerada expansão, vem sendo considerado, em toda sua rede de interações, como um dos principais agentes condicionadores do reordenamento das porções do território por ele apropriado. A intensidade e a rapidez com que a atividade se alastra em âmbito mundial promovem mudanças muitas vezes intensas e brutais nas porções dos territórios onde se insere, impondo uma lógica de apropriação e de organização sócio-territorial que implica “mudanças, transformações, adaptações, novas relações e novos sentidos na vida dos moradores desses lugares” (CRUZ, 2001a, p. 12).

Os modos de apropriação das porções do território pelo turismo obedecem à lógica do mercado, transformando seus atributos em objetos de consumo. Para captar tais mudanças faz-se necessário apreender a dinâmica espacial da atividade em toda sua complexidade, enfocando as alterações materiais, sociais e simbólicas decorrentes da transformação do espaço e de seus atributos em mercadoria.

Considerando o espaço geográfico como um sistema de objetos e um sistema de ações em constante interação, pode-se avaliar o turismo enquanto uma atividade geradora e impulsionadora de fluxos materiais e imateriais (pessoas, mercadorias, serviços, idéias e capitais). Tais fluxos são geridos por um sistema de ações cada vez mais subordinadas às normas externas ao local, determinadas pelo mercado e pelos órgãos e instituições de planejamento e gestão da atividade em nível nacional e internacional, os quais geralmente priorizam os interesses globais

em detrimento das necessidades da comunidade local ⁹. Tais instituições e corporações condicionam as formas de apropriação e organização do território para que a atividade se instale com êxito e atenda aos interesses dos atores responsáveis por sua regulação.

A interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações promove a articulação entre as múltiplas variáveis que compõem o espaço, gerando formas particulares de combinação que determinam a singularidade de cada lugar. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2002a, p.63). Nesse sentido, o impacto e as condições para a realização das ações são determinados pelo conjunto de objetos que compõem e estruturam o espaço geográfico, tanto em sua forma material quanto em seu conteúdo social. Segundo Evaso (1999, p. 37) “o objeto é [...] a forma acrescida de um conteúdo, ou seja, de uma função”.

O espaço geográfico é formado por conjuntos de objetos remanescentes de temporalidades diversas, revelando os modos de organização social existentes em cada período da história e quando incorporados à realidade social presente, são perpassados por um sistema de ações que determinam sua variação funcional e o papel social que são incitados a realizar. Além das funções, os valores e os significados atribuídos aos objetos remanescentes de temporalidades diversas também sofrem constantes variações, de acordo com a conjuntura social existente, resultante das condições econômicas, políticas e culturais, reconfigurando um amplo sistema de relações sócio-espaciais atreladas a eles.

Neste sentido, considera-se que os objetos se expressam tanto por meio de sua dimensão material, correspondendo às suas formas e funções atreladas à estrutura social vigente, quanto por sua dimensão simbólica, relacionada aos valores e significados atribuídos pela sociedade ao longo do transcurso histórico.

Discorrendo sobre esta dupla configuração dos objetos, autores como Abraham Moles (1981) e Jean Baudrillard (2002) desenvolveram referenciais teóricos que permitem compreender com maior profundidade o universo dos objetos envolvendo a multiplicidade de relações inerentes à sua concepção, função, classificação, valores e significados atribuídos ao longo de sua

⁹ Dentre os principais órgãos de planejamento e gestão da atividade encontram-se: instituições internacionais (OMT, OMC, ONGs ambientais, UNESCO), instituições financeiras (FMI, BID, BIRD), grandes corporações transnacionais (redes hoteleiras, companhias aéreas, redes de telecomunicações), empresas de marketing e publicidade, agências de viagens além dos órgãos e instituições públicas responsáveis pela regulação da atividade em escala nacional (Embratur, MINC, IBAMA) e em escala local (secretarias municipais).

existência. Tais considerações servem como referencial para a análise dos sistemas de objetos enquanto condicionadores e condicionantes da conformação da estrutura sócio-espacial. Como foco de considerações ressalta-se, particularmente, o sistema de objetos composto pelos conjuntos arquitetônicos remanescentes de tempos regressos, atualmente considerados como patrimônios culturais, os quais, atrelados à organização social, conformam novos sentidos e novas teias de significações.

Ao serem atravessados com maior intensidade por sistemas de ações condicionadas pela atividade turística, tais conjuntos transformam-se em atrativos turísticos subordinados aos ditames do mercado. Considerados como elementos constituintes do espaço, tais sistemas de objetos, ao se inserirem na dinâmica do presente, rearticulam as relações da sociedade entre si e com seu espaço de referência. Nesse sentido, a relação entre o patrimônio cultural, enquanto conjunto de objetos atravessados por um conjunto de ações condicionadas pelo turismo, possibilita apreender a dinâmica sócio-espacial presente nos núcleos históricos apropriados pelo turismo, considerando a cidade de Ouro Preto como objeto de análise. Tal enfoque permite interpretar o patrimônio cultural, segundo uma perspectiva de análise geográfica, além de tecer referências sobre os novos papéis que a materialidade herdada é condicionada a desempenhar para se adequar às exigências da modernidade. Para tanto, é necessário adentrar as reflexões teóricas acerca dos componentes materiais e simbólicos inerentes ao sistema dos objetos para interpretar o patrimônio cultural no contexto atual.

Em *Teoria dos Objetos*, Abraham Moles (1981, p. 25) define o objeto como um produto específico do homem. Ao serem ligados por meio de relações funcionais, são considerados como um sistema que comporta um vasto repertório de usos e elementos que, interligados entre si, constituem sua dimensão essencial. Nesse sentido, o objeto é considerado como um organismo complexo, analisado por meio desse universo combinatório de usos e elementos que possibilitam a compreensão de seu papel no universo da vida cotidiana.

Para Moles (1981, p. 52) “os objetos serão inicialmente percebidos pela sua função e classificados universalmente a partir desta”. À função tradicional, incorporada ao objeto no momento de sua concepção, somam-se novas atribuições funcionais ou alteram-se as funções existentes, conforme a organização social e os interesses econômicos e políticos vigentes. Além das funções dos objetos, o conjunto de valores ligados a eles também sofre variações, relacionadas, segundo o autor, ao momento da satisfação das necessidades (MOLES, 1981, p. 84)

visando adequar-se a uma dada realidade. Como umas das principais categorias de valor enquadram-se os valores de uso, valor econômico, estético, sentimental e outros que variam na escala de importância, de acordo com as necessidades individuais e coletivas. Tais valores não são considerados de forma indissociável, mas se complementam e se interpolam ao longo do tempo.

Considerado por Moles (1981, p. 9) como “mediadores da relação entre cada homem e a sociedade”, os objetos, expressos por meio de sua funcionalidade e pelos valores atribuídos, também são portadores de signos, despertam desejos e necessidades e, por isso, constituem-se também em importantes sistemas de comunicações, reveladores de mensagens e de discursos que desvendam a estrutura social em toda sua teia de relações.

O sistema de objetos representados pelos bens patrimoniais enquadra-se nesta lógica ao ter suas imagens e discursos criados e difundidos pelos meios de comunicação que elevam seu grau de atratividade e transformam tais bens em objeto de consumo.

Ao serem portadores de mensagens e discursos,

[os] objetos no seu conjunto, e, como toda linguagem, *possuem* de um lado uma mensagem semântica mais ou menos ligada às funções realizadas e uma mensagem estética ligada ao conjunto das conotações [...] onde, sem se alterar a função, propõe-se uma série de variantes possíveis, nos elementos secundários, que vem somar uma significação social, estética, econômica etc., à mensagem de base (MOLES, 1981, p. 51-52).

As alterações materiais e simbólicas sofridas pelos objetos ao longo da história condicionam uma série de mudanças verificadas no espaço geográfico adaptado em cada período para atender às novas exigências dos agentes sociais. Tais transformações afetam os modos de vida e, também, as relações de pertença e identidade da população com seu território de referência. Desse modo, o sistema de significações existente entre o espaço geográfico, por meio do seu sistema dos objetos, e a sociedade, fornece pistas valiosas para a compreensão dessas novas relações sócio-espaciais estabelecidas na atualidade. As análises de Jean Baudrillard fornecem subsídios teóricos significativos para a compreensão dos objetos em sua teia de significações.

Baudrillard, em sua obra “*O Sistema dos objetos*” (2002), consubstancia sua análise para além do sistema funcional dos objetos, adentra no seu universo simbólico e analisa seus

reflexos na estruturação da sociedade. Apesar da proliferação sem precedentes de objetos dotados de uma extrema funcionalidade prática, destinados a atender a intencionalidades específicas ligadas aos interesses do mercado, uma análise que priorize sua dimensão funcional, formal e estrutural não é suficiente para captar o conjunto de relações existentes entre os objetos e a sociedade.

A análise a um só tempo funcional, formal e estrutural dos objetos em sua evolução histórica [...] essa espécie de epopéia do objeto técnico, assinala as mudanças de estruturas sociais ligadas a essa evolução técnica, mas pouco diz sobre a questão de saber como os objetos são vividos, a que necessidades, além das funcionais, atendem, que estruturas mentais misturam-se às estruturas funcionais e as contradizem, sobre que sistema cultural, infra ou transcultural é fundada sua cotidianidade vivida. (BAUDRILLARD, 2002, p. 10-11).

Ao serem permeados por uma cadeia de significações atribuídas pelos agentes sociais, os objetos são analisados no bojo de sua dimensão social, histórica e cultural cristalizando um sistema de referências que exprimem os traços das estruturas sociais remanescentes de diversos períodos históricos contribuindo, dessa forma, para a compreensão de sua conformação atual.

O extremo grau de fluidez funcional que caracteriza o objeto técnico atual faz com que “os valores simbólicos e os valores de uso esfumem-se por trás dos valores organizacionais” (BAUDRILLARD, 2002, p 27). A relação humana do indivíduo para com o objeto se liga por meio de um ritual mecânico cada vez mais simplificado. A ligação gestual visceral que ligava o homem aos objetos atenua-se, promovendo uma maior integração entre o objeto em seu conjunto do que entre o objeto e o homem. Sua produção serial e a ligação entre forma e função provocam uma ilegibilidade estilística.

Assim, para Baudrillard (2002, p. 27) “os objetos (...) perderam a substância que os fundava, a forma que os encerrava e por onde o homem o anexava à imagem de si”. A carência gestual, associada à dimensão funcional das formas gera um esvaziamento da relação de significação mediada entre o homem e o objeto técnico. Nesse sentido, o objeto, ao adequar-se à lógica do consumo, é destituído de sua essência tornando-se um fator de alienação social.

Contraopondo-se ao sistema analisado, o autor elenca uma categoria de objetos que escapam à lógica material e funcional relacionada ao objeto técnico. Na categoria enquadram-se os objetos antigos, atualmente ricos em significação e pobres em funcionalidade (BAUDRILLARD, 2002, p.89), que servem como elo de mediação entre o presente e o passado.

Remontando a tempos regressos, são o testemunho de organizações sociais pretéritas expressando a memória, a tradição e os valores de outros tempos. A densidade de tais objetos em determinadas porções do território, exprime os laços afetivos, os referenciais identitários e o sentimento de pertença da sociedade para com seu espaço de referência.

Para Baudrillard (2002, p. 81), “os objetos antigos [...] parecem contradizer as exigências do cálculo funcional para responder a um propósito de outra ordem: testemunho, lembrança, nostalgia, evasão”. A expressão da dimensão temporal do objeto antigo associada à detenção de uma certa singularidade formal remetendo à organização social que lhes deu origem, assim como o teor de autenticidade expresso em cada objeto, enquanto entidade única e a riqueza de significações embutidas na relação entre estes e a sociedade tornam-se fatores de distinção entre o objeto antigo e o objeto moderno. A coexistência, em uma mesma porção do território, entre objetos antigos, como expressão de uma ordem tradicional e entre novos objetos técnico-funcionais, como expressão de uma nova racionalidade técnica voltada para atender às exigências do mercado, gera uma organização sócio-espacial singular que se adapta ou resiste aos imperativos da modernidade, conforme a disposição da materialidade e da organização social presente.

Segundo Baudrillard (2002, p. 92), hoje “o passado inteiro volta ao circuito do consumo”, e, assim, os objetos antigos são incorporados à lógica do mercado, juntamente com as outras categorias de objetos técnicos. O turismo é, atualmente, considerado como um dos principais agentes condicionadores de tal incorporação, transformando o espaço e seus atributos materiais em mercadorias destinadas ao consumo cultural. Para serem utilizados enquanto mercadoria, os objetos antigos, considerados como atributos singulares do espaço, são incorporados à lógica atual, passando por um processo de refuncionalização¹⁰ patrimonial que transforma conjuntos urbanos tombados inteiros em estabelecimentos voltados para o comércio e para os serviços turísticos, adaptando e utilizando, muitas vezes de forma depreciativa, suas qualidades estéticas e estilísticas para privilegiar sua dimensão funcional que atende a uma finalidade prioritariamente mercantil.

¹⁰ Segundo Evaso (1999, p. 35): “refuncionalizar é, como a palavra já diz, alterar a função de determinada coisa, e só. Não atrela, de modo algum, a mudança de função com intervenções na constituição física do elemento do sistema material, mas, atribui, a esse elemento, um novo valor de uso, que é a essência de uma refuncionalização”. Atualmente, muitos planos de intervenção urbana envolvem um processo de refuncionalização muitas vezes induzida da materialidade existente, alterando, por conseguinte, o conteúdo social dessas áreas. As diversas denominações atribuídas a estes planos tais como revitalização, requalificação, e gentrificação ou eugênificação, correspondem, em certos casos, ao mesmo processo que será mais bem explicitado nos capítulos seguintes desta pesquisa.

Segundo as análises de Baudrillard (2002, p. 82), quando se refere à funcionalidade do objeto antigo, tal objeto “não é nem afuncional nem simplesmente ‘decorativo’, tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo”.

A materialidade contida em tais objetos, resultante de estruturas sociais precedentes, permanece, enquanto forma, como um componente da paisagem geográfica¹¹, transformando-se em objetos com a agregação de um novo conteúdo social. Os registros da história permanecem no espaço por meio de sua materialidade, porém seu conteúdo social encontra-se em constante mutação. O casario urbano de Ouro Preto remonta, em sua dimensão formal e estrutural ao século XVIII, porém, seu conteúdo social enquadra essas referências materiais no contexto atual e expressa sua dinamicidade através do tempo. É nesse sentido que a função e a finalidade atribuída às velhas formas sofrem alterações para se adequarem à estrutura social existente.

As transformações ocorridas no bojo da estrutura social são também responsáveis pelos novos sistemas de valores e significados atribuídos às velhas formas, alterando a dimensão simbólica do sistema de objetos. A estrutura social existente em cada período é determinada por um conjunto de ações externas e internas em sua articulação com os objetos pré-existentes. Tais ações, condicionadas por indivíduos, empresas ou instituições, ao permearem os objetos preexistentes, geram um novo contexto espacial determinado pelos níveis de articulação, adaptação, acomodação ou graus de resistência gerada por meio da relação entre os novos e os velhos elementos do espaço.

Tais acomodações requerem, às vezes, adequações por parte do espaço construído: demolições (supressões), reformas (superposições) e acréscimos (acumulações). No entanto, a cada contexto também corresponde um conjunto de critérios que determinam o que demolir, reformar ou acrescentar, ou seja, estabelece um sistema de valores, de ordem cultural, social e econômica, historicamente coerentes (EVASO, 1999., p. 35).

A cristalização do passado enquanto forma, muitas vezes considerada como um empecilho à realização das ações atuais por não mais responderem aos anseios da modernidade, acabam sucumbindo ou se adaptando à nova realidade por meio de sua refuncionalização e de sua conseqüente integração à lógica do mercado. A segunda hipótese torna-se mais plausível, quando

¹¹ Para Santos (2002, p. 103) “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.”

se apreendem as formas de apropriação do território pelo turismo e as adaptações formais e funcionais do conjunto urbano tombado de Ouro Preto e de outros núcleos históricos para suprirem as necessidades do presente.

Diante do atual processo de estandardização e de artificialização dos elementos da paisagem e da aparente atenuação das diferenças materiais entre os lugares, a materialidade herdada, particular a cada lugar, ganha maior relevância e expressividade. A busca crescente, induzida pela mídia e pelas campanhas publicitárias por lugares exóticos, singulares do ponto de vista paisagístico, e que apresentam uma intensa bagagem cultural e histórica, promove a inserção das formas herdadas na dinâmica do presente por meio de sua valorização econômica enquanto objeto de consumo.

Esse processo de valorização turística da materialidade herdada e o conseqüente aumento dos fluxos materiais e imateriais provenientes da atividade estão na base das transformações espaciais voltadas para atender às novas necessidades do mercado. Ao analisar o papel exercido pelas formas materiais no processo de configuração sócio-espacial, Santos (1996) enfatiza sua dimensão ativa nesse processo. O autor define a materialidade herdada como rugosidade, referindo-se “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2002a, p. 140).

A permanência das rugosidades enquanto forma e a mudança do seu conteúdo social e, conseqüentemente, de sua função, exprimem seu papel ativo na conformação da dinâmica sócio-territorial, determinada pela articulação entre objetos e ações. Ao tecer referências sobre os papéis desempenhados pelas rugosidades na evolução da estrutura social, Santos (1996) está adequando a concepção do prático inerte, desenvolvida por Sartre, para inércia-dinâmica, referindo-se ao dúbio papel das formas-conteúdo como resultado e condição para os processos, ressaltando sua capacidade de ação e reação frente aos impactos dos novos eventos.

Ao serem valorizadas como atrativos turísticos, a materialidade herdada tanto é condicionada como condiciona as formas de apropriação das porções do território pelo turismo, fazendo com que se torne foco de atração de fluxos cada vez maiores de turistas para os núcleos urbanos dotados de certa densidade material remanescente de outros tempos. Da mesma forma que promove o condicionamento dos fluxos turísticos, essas formas materiais são também condicionadas a mudar de função para adequar-se às novas necessidades.

Neste sentido, observa-se nesses núcleos um conjunto de transformações de ordem funcional que geram uma nova dinâmica de uso deste espaço apropriado. Em cidades como Ouro Preto, certas áreas como a Praça Tiradentes e adjacências possuem pouquíssimos moradores em função da refuncionalização turística de edifícios outrora destinados, predominantemente, a usos residenciais ou mistos.

Segundo Evaso (1999, p. 39) “[...] a refuncionalização também incide de modo a demandar novos objetos, incluindo novas formas à paisagem, por vezes, alterando-a substancialmente”. Desse modo, novos objetos são criados visando às novas demandas de uso como meios de locomoção (terminais rodoviários, ferroviários, estradas e aeroportos), meios de hospedagem, alimentação e o incremento de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para atender às necessidades de consumo dos turistas. Além destes objetos, são também instaladas infra-estruturas urbanas de apoio à atividade como sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgoto, aumento do fornecimento de energia e de redes de telecomunicações, serviços de saúde e áreas de lazer. Tais serviços são geralmente oferecidos por meio de parcerias entre os órgãos públicos e a iniciativa privada.

Ainda para o mesmo autor, (EVASO, 1999, p. 39), “a refuncionalização exige, freqüentemente, adequações da forma, de modo a torná-la apta a exercer a função que lhe será atribuída”. Tais alterações envolvem mudanças na estrutura, na fachada ou na pintura da construção, resultando, muitas vezes em sua descaracterização, pela modificação dos seus atributos estéticos e estilísticos em detrimento de suas propriedades originais. A deficiência da fiscalização, o descaso público, a incorporação de tais objetos pela iniciativa privada e a falta de conscientização da população promovem alterações irremediáveis nas formas herdadas, muitas delas protegidas por legislação referente à sua conservação e proteção, como no caso do patrimônio cultural.

Esse processo de refuncionalização conduz os bens patrimoniais tombados a um grau alarmante de descaracterização e deterioração, fazendo com que cidades como Ouro Preto, possuidora de um riquíssimo acervo artístico e arquitetônico tombado, ao permitir tais investidas em seu patrimônio histórico, chegue a sofrer ameaças, por parte da UNESCO, que possam implicar a perda do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O conjunto de adaptações materiais (forma e função) voltadas para atender às necessidades da atividade turística altera significativamente a configuração paisagística local por

meio da criação e adequação dos objetos aos novos sistemas de ações. Segundo Cruz (2001a), o lugar turístico se distingue dos outros por meio do conjunto de sistemas de objetos e ações requeridos pelo uso turístico do território. Assim sendo, a infra-estrutura urbana e turística solicitada pela atividade constitui em um dos principais fatores de atração de tais lugares.

As especificidades locais, divulgadas pela mídia e pelas campanhas publicitárias por meio de imagens e símbolos, se diluem, na prática, através do consumo. A materialidade existente, mesmo mantendo seus aspectos formais inalterados, é permeada por relações sociais mediadas pelo consumo. A diferença, a singularidade como fator de atração, se perde, em grande parte dos casos, na uniformização das relações materiais e simbólicas estabelecidas entre a população flutuante e a materialidade herdada existente.

Por trás das transformações de ordem material, as alterações promovidas nos sistemas de valores e significados atribuídos ao espaço por meio da relação entre a população local e os objetos existentes geram novas formas de uso do território, de sociabilidade e de identificação, além de alterarem as relações cotidianas no plano local. Ao tratar da questão da diminuição dos espaços públicos, Carlos (2002) tece considerações a respeito dos efeitos sociais provocados por estas alterações as quais se adaptam muito bem às transformações sociais efetuadas nos territórios apropriados pelo turismo, onde o fato também ocorre. Dentre as principais destacam-se a diluição ou destruição dos referenciais urbanos indispensáveis à manutenção da identidade entre o cidadão e a cidade, a atenuação da sociabilidade e da relação de proximidade, o fim dos pontos de encontro e a perda da sensação de “pertencer” ao grupo e ao lugar.

Ao incorporar-se, em partes, aos desígnios do mercado, a materialidade herdada tende a se render aos novos padrões de comportamento e aos novos valores e referências culturais impostos à sociedade pela mídia. Tal fator conforma novas formas de relações simbólicas entre a sociedade e os sistemas de objetos antigos, incitados por meio do turismo a exercer funções atuais. Seguindo os dizeres de Milton Santos, o espaço banal tende, cada vez mais, a ser substituído pelos espaços da racionalidade regidos pela lógica de acumulação do capital.

As relações existentes entre esses objetos e os turistas, cada dia mais uniformes, caracterizam-se como efêmeras, superficiais e fugidias. A dimensão formal do objeto se destaca mais que a sua essência, sua origem e seu sentido primordial, sua dimensão temporal se torna mercadoria, com a conotação de que quanto mais antigo for, mais valorizado economicamente se torna.

O intercâmbio existente entre turistas e a população local e as transformações sócio-espaciais decorrentes do processo suscitam uma série de indagações relativas às alterações das relações materiais e simbólicas entre a sociedade e o sistema de objetos. Cabe aqui indagar as particularidades dessas relações, o grau de interferência provocada pelo turismo nesse processo, e as formas de adaptação ou de resistência, tanto da materialidade herdada quanto da sociedade, frente à imposição dessa nova lógica de organização territorial e dos novos padrões de comportamento social decorrentes. A tentativa de resposta a tais indagações provém de uma análise mais acurada da relação existente entre o turismo e a materialidade herdada, reconhecida oficialmente como patrimônio cultural.

Busca-se evidenciar nesta pesquisa as relações materiais e simbólicas decorrentes deste encontro que conforma uma nova dinâmica entre objetos e ações, tendendo a promover profundas mudanças sociais e espaciais em Ouro Preto e no restante dos núcleos históricos preservados. Nesse sentido, procura-se ressaltar a interação entre turismo e patrimônio sob uma perspectiva de análise geográfica atendo-se a uma ótica interdisciplinar que estabeleça a interação entre os referenciais teórico-metodológicos da ciência geográfica em consonância com outras áreas das ciências humanas, como as ciências sociais, a fim de abarcar a complexidade das relações materiais e simbólicas responsáveis pela dinâmica sócio-territorial dos núcleos históricos preservados apropriados pelo turismo.

CAPÍTULO 03 - O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: QUESTÕES DE MÉTODO

Que isto de método, sendo, como é, uma cousa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quarteirão.

Machado de Assis

O olhar geográfico sobre o patrimônio cultural envolve a apreensão do relacionamento intrínseco entre tempo e espaço em constante mutação, implicando o reconhecimento do papel do movimento histórico na conformação de uma dinâmica sócio-espacial cujos arranjos, ritmos, relações e sentidos são ditados pela ordenação política, econômica e ideológica visando à concretização dos seus interesses ao longo da história. A relação dessas variantes permite a compreensão do espaço geográfico por meio da análise do caráter permanente e transitório de sua materialidade e dos valores e significados agregados, decorrentes da conformação social existente em cada período.

A instituição do jogo de interesses e das relações de poder entre a instância política-ideológica, econômica e social influencia decisivamente a produção e a apropriação do espaço social, determinando sua conformação material e simbólica que produzem formas de vivência social e de valorização dos atributos espaciais ao longo da história. Dessa forma, as perspectivas de análise e compreensão desses sistemas de objetos, valorizados ao longo do tempo como patrimônios culturais, perpassam pela relação existente entre as especificidades do lugar composto pela herança material, pelas relações sociais que lhes atribuem valor e sentido e pelas dimensões políticas, econômicas e culturais que, articuladas entre si, produzem um sistema de relações entre sociedade e espaço.

Nesse sentido, para Moraes (2002, p. 54), uma das perspectivas assumidas pela geografia consiste em “captar o movimento interno da produção do espaço entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções e apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos (...)”

A complexidade de atributos e relações envolvidos no processo de produção e apropriação do espaço não envolve apenas a análise das manifestações fenomênicas, mas também a compreensão das conexões existentes entre o fenômeno e o conjunto de variáveis políticas, econômicas e culturais em estreita relação entre si que possibilitaram seu surgimento, sua adaptação e transformação ao longo do processo histórico. A partir da análise das conexões existentes entre a dimensão material da realidade, expressa pelos objetos geográficos, e o contexto em que foram produzidas, apropriadas e transformadas, pode-se apreender a realidade em sua concreticidade por meio da sua manifestação espacial.

Para atingir tal perspectiva de análise, parte-se da noção de totalidade considerada por Kosik (1976, p. 35) como “(...) a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer (classes ou conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Para o autor, a investigação da realidade parte da conexão recíproca entre as partes e o todo. A análise das partes separadas do todo torna-se abstração enquanto o predomínio do todo sobre as partes gera uma falsa totalidade.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1976, p. 42).

Partindo-se da relação dialética entre o todo e as partes, entre os fenômenos e a essência, entre os fatos e o contexto, entre o particular e o universal e entre o lugar e o mundo pode-se captar a riqueza do real decifrando a complexidade das relações concretas e abstratas que produzem e transformam o espaço geográfico.

Ao retomar a questão da totalidade para a análise do espaço geográfico, Santos (2002a, p. 124-125) ressalta o movimento de espacialização da totalidade que, através da ação, leva o universal ao particular criando uma nova particularidade. Dessa forma, “o particular se origina do universal e dele depende” (SANTOS, 2002a, p. 121). O lugar, então, sofre as determinações do país e do mundo e, por meio dessa articulação, se torna único, porém, suas particularidades determinam as formas em que serão realizadas as próximas ações que refletem o movimento da totalidade em mutação.

Para dar conta dessa dinâmica, Santos (2002a, p. 118) enfoca a distinção entre totalidade e totalização baseado em Sartre, “a primeira sendo o resultado e a segunda o processo”. Cada nova

totalização é responsável por uma nova dinâmica sócio-espacial por meio da geração de novas formas e funções ou da adaptação das velhas formas aos novos conteúdos e da atribuição de valores e sentidos ao espaço. Desse modo, ressalta-se a importância de uma periodização que abarque os diversos movimentos de totalização responsáveis pelo surgimento e transformação dos núcleos urbanos preservados como Ouro Preto e outros núcleos, atualmente valorizados por seu patrimônio cultural. A partir da materialidade existente pode-se captar suas variações formais e funcionais ao ser correlacionada à dinâmica da estrutura social envolvendo sua dimensão política, econômica e cultural em constante mutação.

A partir das categorias de análise: forma, função, estrutura e processo, considerados em sua relação intrínseca, podem-se decifrar de uma forma evolutiva os diversos modos de organização do espaço em períodos distintos, de acordo com o movimento da totalidade, bem como os modos de organização social decorrentes deste processo, fornecendo os fundamentos para a discussão da questão patrimonial no âmbito da geografia. Nesse sentido, faz-se conveniente esmiuçar tais categorias visando elucidar seu papel para a compreensão dos fenômenos espaciais frente ao movimento da totalidade.

Em sua obra *“Espaço e Método”*, Santos (1985) tece definições dessas categorias como componentes do método geográfico que fornecem os subsídios para a elucidação do processo de produção do espaço. Segundo o autor (1985, p. 50) a “forma é o aspecto visível de uma coisa”. Por serem produzidas em períodos diversos para atender determinadas necessidades e funções, as formas contêm o passado, porém, são “governadas pelo presente” (SANTOS, 1985, p. 51), ao sofrerem adaptações funcionais e ao serem permeadas por novos valores e significados que a incorporam às finalidades do presente. A análise da dimensão formal do espaço nos remete ao conceito de paisagem, que abarca a dimensão perceptível do indivíduo em relação à materialidade existente em certo ponto do espaço, remanescente de temporalidades diversas.

A seleção e a valorização mercadológica das paisagens naturais e culturais, dotadas de edificações remanescentes de outros períodos e estilos, resultam no privilégio dado à dimensão estética e estilística dos atributos do espaço, em detrimento do conteúdo social que lhe atribui sentido e significado. Assim, as paisagens valorizadas pelo mercado visando ao incremento do turismo em determinada localidade possuem uma dimensão ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que podem nos remeter à memória, à história e à contemplação das belezas estéticas e estilísticas, podem também estar associadas ao consumo destes atributos como mercadorias,

tornando-se, portanto, uma paisagem fetichizada, voltada para atender aos anseios do mercado. Segundo Luchiani (1999, p. 67), “as marcas, os códigos, os textos da paisagem urbana contemporânea remetem-nos muito mais ao consumo que ao lugar”. Essa realidade, cada vez mais presente nos núcleos históricos preservados é a responsável pela transformação do território e de seus atributos em cenários contemplativos para os turistas, transformando as formas de uso, valores e significados das velhas formas.

A dimensão formal do espaço não pode ser apreendida separadamente de sua dimensão funcional, pois esta reflete a ação social que dá sentido à materialidade adaptando-se às necessidades e intencionalidades vigentes em cada período. De acordo com Santos (1985, p. 51), “a função é a atividade elementar de que a forma se reveste. Esta última pode abranger mais de uma função”. No entanto, a permanência das formas em decorrência de sua valorização cultural e mercadológica pode não ser acompanhada da permanência de sua função original, revelando o movimento da sociedade e os novos valores acrescidos às velhas formas que mudam constantemente de uso e de significado.

Ainda segundo Santos (2002a), as formas dotadas de uma função tornam-se formas-conteúdo, isto é, tornam-se objetos. O reordenamento deste conteúdo do espaço se faz por meio da refuncionalização que altera o sistema de valores dos objetos e produz um novo contexto material e social dotado de permanências e mudanças.

A relação existente entre forma e função está diretamente atrelada à estrutura social existente em cada período. Bastide (1971), no livro “*Usos e Sentidos do Termo Estrutura*”, elenca, a partir de artigos de autores de diversos ramos das ciências exatas, naturais e humanas as variadas concepções do termo visando à ampliação dos debates e à sua unificação terminológica nas ciências humanas. Granger reconhece uma unidade epistemológica do termo definido como “sistema integrado, de modo que a mudança produzida num elemento provoca uma mudança nos outros elementos”. (GRANGER, apud BASTIDE, 1971, p. 8) A partir desta definição, observa-se que o termo ora se confunde com sistema, modelo, forma, porém, muitas vezes supõe o mesmo sentido.

Nessa perspectiva, enquadra-se a noção de estrutura definida por Santos (1985, p. 50), como a “inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.”¹²

¹² Semelhante definição é encontrada no “Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia Lalande” (1999, p. 347) em que o termo é empregado para designar “um todo formado de fenômenos solidários, tais que cada um depende dos outros e só pode ser o que é na e pela sua relação com eles”

Partindo-se das concepções anteriormente explicitadas , consideram-se as partes de um todo como os componentes políticos, econômicos, ideológicos e culturais que conformam a estrutura social. A análise relacional entre tais elementos elucida o processo de produção e organização do território a partir dos seus aspectos formais e funcionais determinados pelo movimento da estrutura social.

A apreensão da totalidade em movimento, expressada por meio da análise relacional entre as categorias forma, função e estrutura ao longo do processo histórico revela os diferentes padrões de conformação sócio-espacial existente nos núcleos urbanos preservados, desde seus primórdios até os dias atuais, possibilitando a compreensão dos seus reflexos no presente. Transpondo tal análise para o campo do patrimônio, podem-se captar, por meio de um resgate histórico, as relações existentes entre a estrutura social e a produção da materialidade existente em cada período.

Nas concepções de forma, função e estrutura explicitadas, encontra-se sempre latente a dimensão temporal, responsável pelo movimento e pela mudança que revela a dinâmica histórica do espaço social. Nesse sentido, faz-se necessário incorporar a categoria processo nas análises sócio-espaciais, que é definido como “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 1985, p. 50). O conceito de processo não está associado somente à idéia de mudança já que as formas espaciais correspondem à materialização do tempo no espaço; são produtos históricos que nos remetem também à noção de memória e identidade, perspectiva em que se enquadra o conceito de rugosidades desenvolvido por Santos (1996, 2002a), para expressar os fragmentos de temporalidades diversas existentes em cada lugar. Para o autor, (1996, p. 152). “através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história pois elas participam da dialética global da sociedade”

Como a função, os valores e os sentidos dessas formas são frutos do conteúdo social que as engendra, e este resulta da interação de múltiplas variáveis ao longo do tempo, deve-se desvendar os diversos contextos históricos em que tais formas-conteúdo foram produzidas, apropriadas e transformadas segundo os interesses e finalidades vigentes. A tentativa de apreensão da dimensão temporal do espaço geográfico perpassa pela delimitação de

periodizações que relacionem dialeticamente as variáveis históricas particulares de cada lugar com o contexto histórico geral.

Por meio do exercício de periodização, é possível decifrar as particularidades históricas de cada lugar, a velocidade de suas transformações ou os ciclos de estagnação por que passaram, responsáveis em grande parte pela manutenção do acervo artístico e arquitetônico de Ouro Preto e de muitas cidades brasileiras, pelo peso da herança e da tradição em sua conformação sócio-espacial, ou pela influência da modernidade e das novidades incorporadas ao espaço, determinantes de uma nova organização social.

O estabelecimento de uma periodização nas análises sócio-espaciais a partir das categorias forma, função e estrutura, fornecem subsídios concretos para o aprofundamento das pesquisas voltadas para a questão patrimonial, em sua teia de relações a partir de um enfoque geográfico, possibilitando o resgate histórico da produção e da conformação do sistema de objetos considerados como patrimônio cultural. Da mesma forma, resgata seu papel na estrutura urbana e os interesses políticos, econômicos e sociais que promoveram sua valorização cultural e sua inserção na esfera do mercado por meio de sua valorização turística.

Essas quatro categorias de análise do espaço fornecem subsídios teórico-metodológicos para a compreensão do espaço em sua dimensão material; no entanto, qualquer tentativa de construção de uma teoria que associe o patrimônio cultural ao contexto urbano em que se insere, e a um sistema de relações sociais que lhe atribui sentido, perpassa pela apreensão da dimensão simbólica que permeia tais relações, associadas aos valores e significados atribuídos ao espaço pelos diversos agentes sociais. Para fornecer subsídios teóricos às indagações propostas, é necessário recorrer a certos pressupostos gerais da teoria sociológica de Pierre Bourdieu e Jean Baudrillard, além das reflexões de geógrafos e outros teóricos das ciências humanas que forneçam subsídios para a análise da dimensão simbólica do espaço social.

Em 1980, David Harvey em sua clássica obra “*A Justiça Social e a Cidade*” já alertava para a necessidade de compreensão das interações entre “a forma espacial, o significado simbólico e o comportamento espacial” (HARVEY, 1980, p. 22). Por meio da análise dos significados contidos nas formas espaciais, é possível compreender as formas de comportamento social no espaço. Ao ressaltar essa necessidade, alerta para o grau de complexidade existente em tal relação, cuja dificuldade se expressa pela diversidade de formas de tratamento e compreensão do universo simbólico desenvolvidas por teóricos ligados à sociologia, antropologia, psicologia,

lingüística e outras, muitas delas envolvendo em suas análises grande carga de subjetividade e privilegiando a dimensão sensitiva que envolve a percepção humana. Apesar de sofrer críticas pelo seu grau de indeterminação e abstração frente à análise dos fenômenos sócio-espaciais, a teoria da percepção vem sendo amplamente utilizada nos estudos geográficos.

Uma das formas de interpretar a dimensão simbólica do espaço consiste na associação entre a percepção e a teoria da linguagem, em que a cidade é vista como um texto não-verbal, passível de ser decifrado por seus usuários, por meio do aglomerado de signos contidos em suas edificações, ruas, monumentos e outros elementos que compõem sua imagem. Tais elementos fornecem parâmetros para a compreensão do universo dos sentidos estabelecidos entre o usuário e a cidade por meio de suas representações, sentidos, vivências e sensações particulares ou coletivas. (FERRARA 1988, 2000).

Seguindo tal perspectiva de análise, a autora ressalta a obra do arquiteto Kevin Lynch “*A Imagem da Cidade*”, publicado em 1960, em que o autor desvenda o conteúdo imagético da cidade por meio da análise das imagens mentais das cidades produzidas por seus habitantes, descobrindo, assim, os sistemas de símbolos e representações contidas em suas formas.

Partindo-se da análise da cidade em sua dimensão imagética, podem-se vislumbrar as diversas possibilidades de leituras efetuadas por seus habitantes e usuários a partir do sistema de símbolos explícitos em suas formas e dos significados engendrados. No entanto, a preocupação direta com a dimensão aparente da cidade pode ocultar o processo de construção ideológica dos significados atribuídos a essas formas, levando à difusão de uma imagem fetichizada, veiculada pela mídia que manipula o sistema de significações, ao mesmo tempo em que empobrece a riqueza simbólica expressa por suas formas e exerce forte impacto sobre os modos de comportamento social.

A dimensão simbólica do espaço também se constitui uma temática relevante no âmbito da geografia cultural que, desde a década de 1970, vem adquirindo grande expressividade por meio da adoção de bases teóricas e epistemológicas plurais. (LOBATO CORREA, 2003, p. 157). Os trabalhos de Berque (1998) sobre a paisagem como marca expressa por meio de suas formas, e como matriz, como portadora de representações e reveladora de processos sociais; as reflexões de Cosgrove (1999) que elabora os mapas de significados manifestados na cidade e Duncan (1990) que interpreta a cidade como um texto que permite a leitura da sociedade em sua teia de contradições, são elencados por Lobato Correa (2003) como trabalhos de extrema

representatividade para os estudos da cidade em sua dimensão cultural que perpassa necessariamente pela análise do universo simbólico.

Dessa forma, na escala do território, Haesbaert (2002, 2004) ressalta a importância de sua abordagem, enfocando tanto sua dimensão político-disciplinar quanto sua dimensão simbólica como forma de superação das dicotomias existentes entre objetivismo e subjetivismo, materialismo e idealismo e teoria e prática, em prol de uma análise que abarque tanto as condições materiais e normativas do território quanto sua dimensão sensível que valorize as vivências, os laços identitários, as memórias, os valores e os significados existentes entre a materialidade e seus habitantes. Segundo Haesbaert (2002, p. 10):

Trata-se, no conjunto, de compreender e analisar um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado [...], através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos.

Vislumbrando novas perspectivas teóricas que abranjam a complexidade da dinâmica sócio-espacial em sua teia de relações, as reflexões desenvolvidas por Haesbaert proporcionam um rompimento com a delimitação ainda rígida entre as diversas áreas do saber, geradora de uma visão fragmentada e deformadora da realidade sócio-espacial. Apesar de reconhecer as diversas perspectivas de apreensão da dimensão simbólica no âmbito da geografia como foi já exposto, torna-se conveniente buscar novas abordagens e perspectivas de análise que dêem conta de relacionar a dimensão simbólica do espaço com as condições materiais responsáveis pela produção, reprodução e organização do campo simbólico que reflete a organização social vigente.

Tal proposição associa os sistemas simbólicos às determinações políticas, econômicas e ideológicas, as quais determinam os sistemas de práticas e representações. Este caminho facilita a compreensão da relação do patrimônio frente a essas determinações ao longo do tempo, e os reflexos das relações desses bens com a população local e com o turista, atendo-se às formas de consenso e/ou conflito entre tais agentes.

Os fundamentos teóricos de Bourdieu caminham para o atendimento dessas expectativas. Ao desenvolver uma sociologia dos sistemas simbólicos, o autor procura desvendar a ligação entre a produção simbólica e a estrutura social, atendo-se à lógica de funcionamento do campo de produção, circulação e consumo dos bens simbólicos e sua ligação com as esferas de poder, que

produzem e legitimam tais bens como instrumentos de manipulação político-ideológica responsáveis pela manutenção da ordem social vigente e da submissão destes aos imperativos políticos e econômicos.

Na introdução da obra “*A economia das trocas simbólicas*”, Miceli (2004) expõe com maestria o corpus da teoria de Bourdieu, explicitando seus principais postulados. Partindo-se destes postulados, o autor ressalta:

O que está em jogo no campo simbólico é, em última análise, o poder propriamente político, muito embora não existam puras relações de força a não ser mediatizadas por sistemas simbólicos que, ao mesmo tempo, tornam-se visíveis e irreconhecíveis, pois lhe conferem uma existência através de linguagens especiais encobrando as condições objetivas e as bases materiais em que tal poder se funda (MICELI, 2004, p. LV).

Por meio de sistemas simbólicos visíveis como os exemplares da arquitetura religiosa, civil, monumentos e obras de arte, esconde-se sua dimensão invisível permeada por estruturas de poder solidamente estruturadas e determinadas a perpetuar a estrutura de dominação que age por meio da imposição de um sistema de valores e de significações que justifiquem a ordem vigente.

A teoria de Bourdieu procura decifrar a lógica que permeia o campo simbólico, a partir da relação existente entre as determinações sociais, envolvendo sua dimensão político-ideológica, e o seu sistema de ordenamento interno, cuja ligação permite compreender os vínculos existentes entre a esfera cultural e as relações de poder que a legitimam.

O trajeto de Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico - cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através dos discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais - a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente (MICELI, 2004, p. XIV).

A imbricação entre a esfera cultural e social amplia a capacidade de interpretação dos sistemas simbólicos que deixam de ser considerados apenas como meios de comunicação para também serem correlacionados às esferas de poder, responsáveis pela sua utilização enquanto instrumento de legitimação de uma ordem arbitrária que sancione certo regime de dominação. Com o intuito de concretizar tais pretensões, Bourdieu procura compreender a lógica de funcionamento dos aparelhos de produção simbólica, enfocando os diversos domínios da

realidade como o campo religioso, o mercado, a cultura, a esfera educacional e outros, com o intuito de desvendar seus objetivos, funções, suas representações, produtos e os grupos de agentes responsáveis pelo seu funcionamento.

As empresas simbólicas contam “(...) com um quadro de agentes especialmente treinados, dotados de uma competência estrita, e cujo trabalho está voltado para a produção de bens cujo caráter próprio consiste, em última análise, em `naturalizar`, `eternizar`, `consagrar` e `legitimar` a ordem vigente” (MICELI, 2004, p. XXXVIII). Tais empresas possuem uma divisão de trabalho em níveis hierárquicos, e nelas cada agente é determinado a cumprir uma função específica dentro do seu campo, voltada para a produção e difusão de sistemas simbólicos que reproduzam uma matriz comum de significações e promovam representações, condutas e orientações condizentes com a estrutura de poder vigente.

Atendo-se às análises das particularidades dos campos específicos (artístico, religioso e científico), Bourdieu ressalta a subordinação desses campos aos interesses materiais (políticos e econômicos), reafirmando, assim, o caráter político e a ação ideológica da esfera cultural. Esse trabalho suscita a atenção de Nestor Canclini que no artigo “*La Sociologia de la Cultura de Pierre Bourdieu*”¹³, realiza uma reflexão teórico-crítica acerca dos postulados teóricos e das investigações empíricas relacionadas às questões culturais e simbólicas efetuadas por Bourdieu.

Dentre as principais investigações teórico-metodológicas desenvolvidas por aquele autor, Canclini destaca: a capacidade de combinação entre as investigações empíricas e as reflexões estético-filosóficas¹⁴, a capacidade de compreensão da organização social a partir da análise da esfera cultural, procura também evidenciar a articulação entre o econômico e o simbólico desvendando as formas de produção de valor dos bens culturais, ressalta os modos de produção¹⁵, circulação e as formas de consumo dos bens culturais em sua lógica de funcionamento evidenciando a associação existente entre os modos de produzir e consumir a arte e as diferenças de classes.

¹³ CANCLINI, Nestor Garcia. *La sociologia de la cultura de Pierre Bourdieu*. Disponível em: <http://catedras.fsoc.uba.ar/rubinich/biblioteca/web/acanclin1.html>, acessado em 7/11/04.

¹⁴ Bourdieu procura incorporar dados estatísticos, entrevistas, fotos e outros recursos nas análises teóricas para compreender questões sobre o gosto, sobre as condições de produção do conhecimento e sobre as formas de consumo na esfera artística.

¹⁵ Segundo Canclini, “Bourdieu não desconhece a importância da produção, porém, suas investigações se estendem preferentemente sobre o consumo.”

As prerrogativas teóricas e metodológicas desenvolvidas por Bourdieu adentram o universo da cultura. Ele quer desvendar a interação e subordinação às determinações de cunho político e econômico, ao mesmo tempo em que se utiliza de pesquisas empíricas para analisar a interação entre os imperativos de classe e a produção e consumo dos bens culturais, envolvendo formas de orientação de condutas e ações que determinam as formas de relação entre os usuários/consumidores e os objetos de consumo e, conseqüentemente, a relação desses agentes com o patrimônio cultural e com o território.

Em todos esses pressupostos, Bourdieu procura associar o funcionamento dos campos da cultura às relações de poder em que estão inseridos. “Um dos méritos de Bourdieu é revelar quanto há de político na cultura, que toda cultura é política” (CANCLINI); no entanto, o próprio Canclini ressalta a deficiência de suas análises no tratamento da relação do poder simbólico com o Estado e com as estruturas institucionais a ele subordinadas.

A análise sociológica da cultura desenvolvida por Bourdieu, ao fornecer subsídios para a compreensão dos aparelhos de produção simbólica presentes no campo religioso, cultural, científico e mercadológico, tanto a partir de sua estruturação interna quanto pelas determinações sofridas pelas condições políticas e econômicas vigentes em cada período, torna-se, em grande parte, apropriada para analisar a influência dos aparelhos de produção simbólica no processo de conformação do espaço urbano e as relações materiais e simbólicas existentes entre a sociedade e os atributos do espaço. Tal relação possibilita a compreensão das transformações da dimensão simbólica dos bens atualmente rotulados como patrimônio cultural a partir de uma perspectiva sócio-espacial.

Ao tomar como exemplo o processo de produção e conformação do espaço das antigas vilas coloniais, podem-se considerar o Estado e a Igreja, enquanto aparelhos de produção simbólica, como instâncias decisivas neste processo. Dotadas de um forte poder político e ideológico, tais instâncias foram determinantes no processo de normatização do desenvolvimento sócio-espacial desses núcleos durante o período colonial. As manifestações materiais desse poder encontram-se consolidadas, até hoje, na estrutura urbana desses núcleos, por meio de igrejas, grandes monumentos, casas de câmara e cadeia, antigas casas de fundição e outros exemplares localizados nas áreas mais importantes destes núcleos. Em Ouro Preto, tais expressões do poder político e religioso, consolidadas ao longo do período colonial e materializadas por meio de

imponentes monumentos e edificações, podem ser constatadas nitidamente na paisagem urbana da cidade como demonstração do poder e da riqueza de uma época.

A expansão ou paralisia econômica de muitos destes núcleos contribuíram para que a herança material do período colonial fosse preservada, sobretudo, nas localidades onde o processo de estagnação preponderou por mais tempo, como no caso de Ouro Preto, cujo período de paralisação econômica perdurou ao longo de todo o século XIX e início do século XX. Isso também aconteceu em grandes cidades brasileiras, sucumbidas diante das necessidades de desenvolvimento econômico e modernização da malha urbana.

As determinações do mercado e sua ligação com os aparatos políticos e ideológicos passam a atuar como fatores de peso nos processos de decisão do que deve ser preservado ou desprezado no espaço urbano, por meio da legitimação de um sistema simbólico relacionado àqueles bens, amparados por redes de significados que determinam um consenso a seu respeito. A acentuação do processo ocorre, quando são criadas instituições administrativas oficiais voltadas às determinações do que será preservado, de como será preservado e por meio de quais recursos esses esforços se concretizarão.

A legitimação dessas determinações perpassa pela instituição de novas formas de valores e significados concebidos por instâncias oficiais aos bens reconhecidos como patrimônio, muitas vezes divergentes e conflitantes daqueles atribuídos pela população local, cuja relação com tais bens envolve laços afetivos, memórias e outros sentidos agregados ao patrimônio.

A fusão da cultura aos desígnios do capital e a incorporação do patrimônio à esfera do consumo em função da expansão do turismo, enquanto atividade econômica promissora, promoveu a maior incorporação do patrimônio ao mercado dos bens simbólicos. Como o mercado é considerado, atualmente, uma instância fundamental no processo de legislação da esfera cultural, os interesses econômicos muitas vezes se sobrepõem aos interesses culturais e o valor de troca predomina sobre o valor de uso. Segundo Bourdieu (2004, p. 102), os bens simbólicos “constituem realidades com dupla face – mercadorias e significações -, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes (...)”.

No caso do patrimônio cultural apropriado pelo turismo, acredita-se que tal dissociação entre o patrimônio como mercadoria e como pura significação ainda não é tão intensa; acredita-se, porém, no predomínio cada vez mais evidente do valor mercantil em detrimento do seu valor cultural. Tal realidade está associada à construção e difusão de um aparato ideológico instituído

pelos aparelhos de produção simbólica e difundidos pela mídia e por outros veículos de comunicação que fomentam a inserção da sociedade aos desígnios do mercado dos bens simbólicos e determinam as formas de ação social.

A exacerbação da subordinação da cultura à esfera do mercado nas últimas décadas vem suscitando diversas indagações a respeito da ideologia do consumo e das novas relações e sentidos que os objetos culturais se revestem ao serem incorporados ao circuito do mercado. Uma das reflexões mais relevantes sobre o assunto vem sendo produzida por Jean Baudrillard. Em sua obra “*Para uma Crítica da Economia Política do Signo*”, o autor (1995b, p. 9) afirma que “uma análise da lógica social que regula a prática dos objetos segundo as diversas classes ou categorias tem que ser simultaneamente uma análise crítica de ideologia do consumo, no qual se baseia atualmente toda a prática relativa aos objetos”.

Por trás da prática do consumo encontra-se a lógica das necessidades, calcada por muitos autores, no princípio da satisfação do indivíduo por meio do consumo. Para Baudrillard, as necessidades são impostas e induzidas pelo sistema, gerando, dessa forma, a pulsão pelo consumo. “Só há necessidades porque o sistema tem delas necessidade” (BAUDRILLARD, 1995b, p. 73). Essa falsa produção de necessidades eleva as aspirações ao consumo dos objetos, os quais são escolhidos cada vez menos por seu valor de uso, por sua funcionalidade, mas pelos mecanismos de prestígio e distinção social que agregam. Apesar de serem revestidos por um discurso funcional, desempenham o papel de discriminante social, de ostentação, revelando sua função de signo distintivo. Para Baudrillard, (1995b, p. 38):

(...) a função distintiva dos objetos (e igualmente dos outros sistemas de signos pertencentes ao consumo) inscreve-se fundamentalmente no interior de (ou desemboca em) uma função discriminante: por isso, a análise lógica (em termos táticos de estratificação) deve também desembocar numa análise política (em termos de estratégia de classe).

Em Baudrillard também se observa a indissociação entre a esfera simbólica dos objetos e sua dimensão política e ideológica, explicitadas a partir do desvendamento da lógica do consumo na sociedade de massa. Desse modo, a compreensão dos objetos se faz por meio dos tipos de relações e significações que os envolvem, da lógica que ordena tais relações e do discurso que oculta (BAUDRILLARD, 1995b, p. 52).

Transpondo tal perspectiva de análise para o campo do patrimônio cultural em sua atual relação com o turismo, considera-se o patrimônio cultural como uma categoria de objetos que

adquiriram um certo *status* de prestígio e distinção ao serem discriminados enquanto patrimônio. Com isso, ao se destacarem como diferencial perante outros tipos de objetos e paisagens, exercem um forte apelo atrativo gerando um fluxo cada vez maior de “consumidores culturais” que, por meio de suas condutas, hábitos e comportamentos massificados pelos aparelhos de produção simbólica, em maior grau, pelo mercado, tendem a consumir uma pseudo-cultura como signo de promoção social. O patrimônio torna-se então um objeto fetiche. “Assim, o feiticismo atual do objeto liga-se ao objeto-signo esvaziado de sua substância e de sua história, reduzido a um estado de marca de uma diferença e resumo de todo um sistema de diferenças” (BAUDRILLARD, 1995b, p. 87).

O estatuto de objeto-signo atribuído aos objetos que adentram o circuito do consumo provém do estatuto de diferencial que adquirem em relação a outros signos. É a produção desses signos que instaura o consumo de tais objetos sobredeterminando, muitas vezes, o seu valor de uso, seu valor de troca e seu valor simbólico. Portanto, o consumo se instaura na lógica da diferença em relação a outros objetos.

No campo do patrimônio cultural, pode-se argumentar que a lógica distintiva desses bens, instaurada pelos mecanismos publicitários, encontra-se na base da sua transformação em mercadoria para os turistas e outros usuários/consumidores que visitam esses bens patrimoniais. No entanto, para os habitantes dos núcleos apropriados pelo turismo, os valores de uso e a dimensão simbólica desses bens ainda predominam, e entram em choque com os outros tipos de relações estabelecidas com sua transformação mercadológica. Instaura-se, dessa forma, o conflito entre as diversas territorialidades locais e as novas territorialidades provenientes da exploração turística dos referidos núcleos.

A escolha do patrimônio cultural apropriado pelo turismo como ponto de partida para a análise de todas estas alterações sofridas pela materialidade e pelo conjunto das relações simbólicas a ela atrelados, fornece subsídios consistentes para a compreensão desses reflexos nas formas de organização do território que, ao ser diferentemente apropriado e vivido pelos diversos agentes sociais, conforma novas territorialidades. Para tanto, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre a trajetória de consagração e de preservação do patrimônio cultural no Brasil, a fim de facilitar a compreensão e análise destes bens na atualidade e o papel que exercem na dinâmica territorial.

CAPÍTULO 04 - OS (DES) CAMINHOS DO PATRIMÔNIO: DA IDENTIDADE NACIONAL AO CONSUMO CULTURAL

A trajetória nacional do movimento de preservação dos fragmentos materiais e imateriais, de idades e naturezas distintas, encontra-se intimamente relacionada às estratégias de legitimação do poder político-econômico que, por meio dos aparatos institucionais regidos por um seleto grupo de agentes, determina, em cada período, o que deve ser digno de preservação e as formas de jurisdição e atuação dos órgãos gestores envolvidos na concretização de tais esforços.

Os parâmetros de escolha e as estratégias de ação relacionadas ao campo da preservação desses fragmentos geram um conjunto de transformações sócio-territoriais nos núcleos urbanos densamente revestidos de edificações antigas, monumentos e referências culturais significativas para a preservação da história e da memória da nação. Tais transformações condicionam as formas de organização do território e as práticas sociais que dão sentido à materialidade e à dimensão imaterial da cultura, formando uma constelação de significados que influenciam o conjunto de relações e vivências sociais e, ainda, determinam as ações sobre o território, expressando seu dinamismo.

A dimensão temporal do espaço, expressada por meio da materialidade acumulada em diversos períodos, ao condicionar ou limitar as ações presentes, atua como agente determinante no movimento constante de redefinição de identidades, valores e práticas sociais. Essa dinâmica revela a polissemia das referências materiais e imateriais, contrariando, na maioria dos casos, as ações políticas e os projetos urbanísticos disciplinadores visando ao atendimento dos interesses dos setores dominantes da sociedade, empobrecendo, dessa forma, a interpretação da diversidade de expressões, as vivências e as referências espaciais atribuídas pelos diversos agentes sociais por meio de sua mediação simbólica com os objetos que compõem o espaço urbano. Tal empobrecimento evidencia-se desde a concretização dos primeiros esforços de consagração dos bens culturais ocorridos com maior ênfase a partir do século XIX, em um primeiro momento, em alguns países europeus.

O advento da era industrial, a expansão do capitalismo e o fortalecimento do Estado-nação estão diretamente relacionados às ações assumidas pelos aparatos estatais, e voltadas para a

consagração e valorização de bens que legitimassem o poder vigente por meio da criação de um conjunto de referências históricas e culturais concretas que permitissem o fortalecimento da identidade nacional. Nesse sentido, priorizaram-se, num primeiro momento, os remanescentes arquitetônicos de caráter monumental como edifícios religiosos, castelos e outros exemplares da arquitetura erudita e da arqueologia edificadas durante a Antiguidade e a Idade Média (CHOAY, 2001, p. 12). O predomínio tipológico dos monumentos históricos¹⁶ dignos de preservação, envolvendo os exemplares de caráter monumental da arquitetura civil, religiosa, política e militar perdurou até a metade do século XX, como critério predominante de seleção em praticamente todos os países onde floresciam as práticas preservacionistas.

Apesar de as reflexões e os debates que permearam a questão patrimonial, ao longo de sua trajetória de consagração¹⁷ estarem, em grande parte, voltados para o reconhecimento da sua dimensão estética, afetiva e cognitiva, os aparatos políticos que acompanharam os trabalhos de preservação fizeram valer os interesses oficiais no processo de escolha e nas estratégias de ação preservacionista, promovendo a manipulação ideológica das referências histórico-culturais. Nesse sentido, ao analisar as categorias de valores predominantemente atribuídos aos bens materiais pelas instâncias oficiais de preservação, observa-se a sobreposição daqueles que promovem a afirmação da nacionalidade forjando os referenciais mnemônicos e identitários como elementos necessários para a construção de uma nação moderna. Tal lógica mascara, na realidade, o caráter arbitrário da dominação e da legitimação do poder por meio das estratégias de ação dos aparelhos de produção simbólica, neste caso, o Estado que, por meio da consagração desses objeto-signos, institui uma memória oficial para a nação destituída de seu significado social.

O predomínio dessa lógica de atuação não exclui a importância das reflexões e da atuação de diversos agentes sociais ligados às artes, à arquitetura, à história, literatura e à política que

¹⁶ As mutações sofridas, pelo que se convencionou chamar de monumento, não possibilitam traçar uma definição exata do termo. Seu sentido original vem do “latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa” (Choay, 2001, p. 17-18). A essência do sentido de monumento ligado originalmente à preservação da memória adquire, ao longo do tempo, outros significados relacionados à demonstração da beleza, da grandeza, do poder e à rememoração de fatos e acontecimentos significativos. Choay (2001) adverte que a noção de monumento não deve ser confundida com a noção de monumento histórico. Relembrando as considerações de Riegl efetuadas em 1903, considera-se como monumento uma “criação deliberada (*gewolte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori (...). Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial.” (Choay, 2001, p. 25-26).

¹⁷ Segundo Choay (2001, p.125) a trajetória de consagração do monumento histórico se estende de 1820 até 1960.

deram significativas contribuições para a compreensão dos bens culturais em seu universo de valores e significações atribuídos de acordo com o contexto político e sócio-econômico vigente em cada período.

As preocupações referentes à salvaguarda dos fragmentos do tempo materializados no espaço eclodem no bojo das ameaças de destruição física ou de abstração destes fragmentos frente ao conjunto de transformações materiais e sociais ocorridas com o advento da era industrial, acentuando a necessidade de incorporação de idéias e práticas urbanísticas que mudariam radicalmente a feição e a organização de muitas cidades, visando atender aos interesses do capitalismo nascente.

As novas medidas urbanísticas tinham como fundamento alterar a malha urbana, atendo-se a prioridades de circulação, comunicação e a questões estéticas, sanitárias e funcionais, visando promover o desenvolvimento econômico e social e impulsionar o progresso das florescentes nações.

Os laços que ligavam a sociedade ao seu passado e à memória estavam sendo rompidos frente à necessidade de se pensar o presente e projetar o futuro para atender aos novos anseios da modernidade. Diante de tais ameaças, muitos trabalhos historiográficos relacionados à arquitetura e às expressões artísticas, resultantes da valorização do saber preconizados pelos ideais iluministas contribuíram para uma apreciação intelectual dos monumentos históricos que incrementaram os debates acerca da temática patrimonial (CHOAY, 2001). Tais debates suscitavam polêmicas acerca dos sentidos e motivações implícitas na defesa dos ideais preservacionistas que preconizavam sua ligação com a história, com a memória, com a identidade socialmente constituída, com a nação e com o desenvolvimento de um saber intelectual.

A amplitude de bens materiais da cultura dignos de preservação segundo os parâmetros elencados por estes profissionais não acompanhou, em geral, as decisões estatais que culminaram nas práticas de tombamento e conservação de exemplares arquitetônicos de caráter monumental. Tais estratégias, de certa forma, pouco contribuíram, para impedir a destruição sistemática de edifícios de interesse histórico e cultural significativo e de malhas urbanas inteiras das antigas cidades européias.

As restrições tipológicas e cronológicas relacionadas ao campo da preservação da materialidade herdada e as dificuldades técnicas e financeiras encontradas para a efetivação dos

planos de tombamento e conservação não impediram os avanços teóricos e práticos e a expansão geográfica dessas ações, apesar de os avanços mais significativos ocorrerem a partir da década de 1960.

O surgimento da historiografia moderna, ocorrido desde meados do século XIX, e os avanços teóricos no campo das artes estão diretamente relacionados ao processo de consagração oficial do patrimônio histórico. O aumento das preocupações com o rigor das periodizações e contextualizações, com a identificação de estilos e com a interpretação de informações possibilitou a ampliação dos estudos das antiguidades nacionais, gerando uma maior atribuição de um valor testemunhal aos bens móveis e imóveis, enquanto referências concretas da história e como suporte da identidade.

Como o conhecimento histórico provém da interpretação dos fatos sociais e “o processo de identificação é um processo de construção de imagem” (MENESES, 1984, p. 33), ambos constituem-se um campo de manipulação simbólica e ideológica, visando atender a propósitos políticos e econômicos. A lógica resultante desse mecanismo consiste no predomínio de certos valores e significados atribuídos aos bens culturais tombados, não pela coletividade, mas, originalmente, por instâncias políticas que detêm a manipulação da escolha do que deve ser digno de preservação e do que deve ser esquecido. Se tal decisão resulta de uma escolha oficial, torna-se pertinente questionar, primeiramente, como se dá o processo de identificação da sociedade com estes bens, já que, para Meneses (1984, p. 33-34), o suporte fundamental da identidade é a memória que tem um caráter seletivo e que pode ser induzida ou até mesmo forjada.

No Brasil, o processo de consagração dos artefatos culturais materiais e imateriais perpassa por várias fases, relacionadas a novos contextos políticos e sócio-econômicos, os quais determinam estratégias de ação diferenciadas no campo da preservação e uma nova hierarquia de valores e significados atribuídos aos bens culturais. A análise do processo fornece subsídios concretos para a interpretação das formas de uso e vivência da população em relação aos bens tombados e, conseqüentemente, com seu território de referência.

As primeiras preocupações referentes à preservação dos fragmentos do passado no Brasil surgem nas primeiras décadas do século XX, período em que o país adentrava a modernidade, vislumbrando expectativas reais de desenvolvimento econômico advindas do crescimento industrial e da expansão urbana, o que alteraria por completo a malha urbana existente, configurando novas formas de organização sócio-espacial. Diante das ameaças concretas de

destruição ou alteração da materialidade existente que representam o suporte da memória e os fragmentos da história da nação, ainda em grande parte desconhecida, vislumbrou-se a necessidade de impedir que esse processo rompesse os laços com o passado e impedisse a própria compreensão do presente. Tal desafio foi abarcado no Brasil por uma pequena elite, envolvendo intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista, e posta em prática pelo poder político visando à afirmação do Estado Nacional.

A concretização destes esforços veio com a publicação das obras de importantes nomes da história e literatura brasileira como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Oswald de Andrade e Mario de Andrade que forneceram subsídios para uma melhor compreensão das raízes históricas e sociais do povo brasileiro reforçando, assim, a necessidade de definir a identidade da pátria, cultivar suas tradições e perpetuar os traços mais marcantes de sua história, mantendo acesos os referenciais mnemônicos desta nação em desenvolvimento.

Diante deste contexto, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN que, meses depois, no bojo do Estado Novo, consagrava a primeira definição oficial de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ¹⁸. Para Gonçalves (2002, p. 33), “desse modo, o patrimônio é usado para autenticar tanto a existência do Brasil enquanto nação quanto a autoridade dos intelectuais nacionalistas para falar em nome do patrimônio, para identificar, proteger e preservar a identidade nacional”.

A criação de um órgão oficial de preservação e a instituição de uma definição de patrimônio derivam de um projeto de autoria de um intelectual ligado ao movimento modernista, Mario de Andrade, que postulava a incorporação de uma grande variedade e abrangência de bens culturais dignos de preservação, incluindo a “arte histórica, popular, arqueológica, erudita e aplicada, sendo as duas últimas nacionais ou estrangeiras” (LEMOS, 2000, p.39). Estes bens representavam, segundo sua concepção, as expressões culturais do povo brasileiro. Mesmo derivando do projeto efetuado por Mario de Andrade, a definição oficial de patrimônio decretada pelo SPHAN, possuía um caráter restritivo em relação à abrangência dos bens dignos de preservação, se comparada com a proposta do intelectual.

¹⁸ A partir do Decreto-lei n 25, de 30 de novembro de 1937, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi definido como um “Conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Lemos, 2000, p. 43).

Também se encontra implícito na definição um viés subjetivo relacionado ao uso do termo “excepcionalidade” e mesmo no que se refere aos “fatos memoráveis da história do Brasil” já que não são claros os critérios que determinam quais fatos devem ser dignos de receber o estatuto de memoráveis e o que determina o caráter excepcional de um bem. Tal postura implicava em uma maior capacidade de manipulação ideológica por meio da seleção dos bens culturais mais adequados para o atendimento dos interesses das classes dominantes daquele período, visando à legitimação do poder, por meio do consenso e de posturas políticas, muitas vezes, impositivas que não levam em consideração a riqueza simbólica que permeia esses bens e determina seu sentido, proveniente de uma construção social. Segundo Cunha (1992, p. 9):

os vestígios de um passado construído para ser cultuado serviram para reforçar uma concepção de patrimônio que o destituía de toda historicidade: reiteravam e sacralizavam a história do Estado como se fosse a história de todos os homens; erguiam no plano simbólico a unidade da nação capaz de ocultar as diferenças e os conflitos (...)

A atuação da esfera estatal no campo da cultura reitera sua posição de aparelho de produção simbólica ao deter o poder de concessão de uma consagração propriamente cultural a um conjunto de bens representativos do passado histórico da nação, neste caso, representado pelos remanescentes materiais da cultura. Cabe ao Estado, o papel de selecionar, legitimar e atuar sobre a esfera cultural a partir do trabalho de um corpo de profissionais altamente qualificados, composto por intelectuais, técnicos especializados e políticos responsáveis pela elaboração de discursos com respaldo teórico e estratégias legais de ação destinadas a consagrar e preservar uma história nacional condizente com os interesses das classes dominantes.

Além de manifestar a ruptura com as demandas externas [...], a afirmação do primado da forma sobre a função, do modo de representação sobre o objeto de representação, constitui, na verdade, a expressão mais específica da reivindicação de autonomia do campo e de sua pretensão a deter e a impor os princípios de uma legitimidade propriamente cultural (...) (BOURDIEU, 2004, p. 110).

Durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN, privilegiou-se a proteção de monumentos de valor excepcional, envolvendo a produção material dos colonizadores tais como antigos fortes, casarões, engenhos, casas de câmara e cadeia, igrejas e outros exemplares de edifícios remanescentes do período colonial, associados às expressões do poder político,

econômico, militar e religioso. Tais critérios de escolha já haviam sido evidenciados anos antes da criação do SPHAN, mais especificamente em 1933, quando, por meio de um decreto, a cidade de Ouro Preto foi consagrada como Monumento Nacional por ter sido “o teatro dos acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e de possuir velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte que merecem defesa e conservação” (RODRIGUES, 2001, p. 20).

A seleção dos exemplares dignos de preservação baseou-se em uma visão elitista de cultura, levando à omissão de estilos, períodos, manifestações artísticas e de outras narrativas históricas. Tais determinações tinham por finalidade construir ideologicamente os referenciais identitários da nação por meio da instituição de uma visão unívoca do passado levando à consagração de suportes da memória ligados aos “feitos dos brancos, católicos e da elite econômica e política.” (NIGRO, 2001b, p. 58).

A necessidade de estabelecer uma identidade para a nação que levou à criação do SPHAN e à instituição de uma definição de patrimônio foi determinada pelo contexto político–econômico do país, ao longo da era Vargas, marcada pelo fortalecimento do nacionalismo, pela centralização do poder e pelo desenvolvimentismo econômico-industrial que fortalecia os laços entre o Estado e a classe empresarial.

A idéia da concretização de um projeto nacional defendida por Vargas visava à construção de um Estado forte que, por meio da intensificação dos laços identitários determinados em parte por expressões da cultura material, facilitassem a construção de uma unidade político-cultural,¹⁹ unindo diferentes povos e lugares em torno de referenciais históricos e culturais comuns. Segundo Moraes (2002, p. 73), “como processos político-culturais, os nacionalismos se alimentam de símbolos e de discursos, necessitando criar representações que impulsionem sua existência, reiterando os elementos identitários que lhes deram origem”.

A manipulação política da dimensão histórica e cultural da nação promoveu o fortalecimento de um Estado autoritário que promoveu uma atribuição de valores e referenciais ao patrimônio e o destituiu de uma significação coletiva sob a justificativa da construção de uma identidade nacional. Como afirma Meneses (1984, p. 33) “a busca – ou proposta – de uma

¹⁹ Desde sua independência, a amplitude das dificuldades encontradas para criar laços comuns que identificavam a nação a partir da sua formação social ampliou as “concepções do Brasil como sendo o seu território, e da ocupação do espaço como a construção do país (...)” (Moraes, 2002, p. 120). Tais concepções passam a mudar na era Vargas que, apesar de dar uma importância muito grande às políticas territoriais, enfoca também a necessidade da construção de uma matriz da brasilidade como referenciais identitários.

identidade nacional, freqüentemente leva a condições em que o objetivo desejado é uma integração supostamente harmoniosa, que neutralize os conflitos e mascare as contradições”.

Após esse período inicial de criação de órgãos e legislações específicas correspondentes à preservação do patrimônio, a trajetória do movimento preservacionista no Brasil passou por fases distintas, no que se refere à evolução teórica e conceitual que gerou, nas últimas décadas, uma ampliação das manifestações materiais e imateriais dignas de preservação, nas formas de uso e nas estratégias de ação efetuadas pelo poder público.

Com o intuito de evidenciar os critérios de preservação associados aos valores predominantes, os significados e os usos atribuídos ao patrimônio, Motta (2000) estabelece uma periodização que abarca a fase inicial de atuação do IPHAN, de 1937 a 1970, uma fase intermediária, entre as décadas de 1970 e 1990, e a fase atual, analisada de forma comparativa em relação aos outros dois períodos. Segundo a autora, no período inicial, os critérios de preservação baseavam-se em atributos estéticos, priorizando-se o caráter monumental das edificações e a unidade estilística dos sítios urbanos do período colonial por constituírem-se na expressão de uma arquitetura autenticamente brasileira, pautada na busca de uma identidade nacional (MOTTA, 2000, p. 264-265).

A seleção de bens que respondem a esses atributos formais conforma uma imagem idealizada da nação que omite os traços de um passado indesejado, porém, socialmente construído. A dissociação entre as instâncias de produção simbólica, encabeçadas pelo Estado, e os diversos segmentos sociais, empobreceu os sentidos e os valores atribuídos ao patrimônio pela coletividade “(...) ao consagrar como obras de arte e da cultura os símbolos do poder constituído; desprovido da memória coletiva que lhes permitisse a consciência histórica” (FENÉLON, 1992, p. 30). É por meio da relação entre a coletividade e os bens culturais que se criam os laços afetivos, as relações de pertencimento e os referenciais mnemônicos que ligam os diversos grupos sociais aos bens culturais revestidos de um sentido socialmente atribuído.

Portanto, é a partir da compreensão das relações dos homens entre si, dos homens com os objetos e dos conflitos de interesses envolvidos neste processo, que se pode vislumbrar o universo de sentidos, valores e sistemas de significações que permeiam a instituição, a consagração e as formas de ação relacionadas à preservação do patrimônio ao longo da história. Meneses (1992, 2000) tece importantes considerações acerca das categorias de valor que operam

na definição do significado cultural de um bem, ressaltando os valores formais, afetivos, cognitivos e pragmáticos.

Os valores formais “dizem respeito à capacidade de certos atributos formais aos bens potenciarem a percepção em um dado contexto sócio-cultural (...)” (MENESES, 2000, p. 38). Tais valores potencializam uma maior relevância aos atributos formais dos bens patrimoniais captados pela percepção sensorial, porém, pouco nos dizem sobre seu conteúdo social resultantes dos usos, vivências e significações. Atendo-se às análises de Motta (2000), observa-se o predomínio dos valores formais atribuídos ao patrimônio pelo Estado, no decorrer dos anos de 1937 a 1970. Seu conteúdo simbólico era atribuído a partir de seus elementos visuais de comunicação mais imediata (MOTTA, 2000, p. 265), tais como as fachadas dos edifícios coloniais, a riqueza de ouro e detalhes artísticos das igrejas barrocas e a monumentalidade das edificações que encontram grande expressividade na cidade de Ouro Preto, no Pelourinho e em outras cidades históricas brasileiras que possuem remanescentes arquitetônicos referentes ao período colonial.

A partir de sua consagração como bens patrimoniais, seus elementos visuais imediatos atuam como códigos de significações que lhe atribuem um estatuto diferencial perante outros objetos. Seu valor de uso transmuta-se em valor signo, resultando, muitas vezes na perda do sentido original em que a obra foi criada.

A partir das considerações acima, torna-se evidente que a análise do patrimônio, atendo-se aos seus aspectos formais, não é suficiente para captar as informações e os conhecimentos que podem ser extraídos desses bens, no que se refere tanto à sua dimensão material quanto simbólica. A exploração dos valores cognitivos atribuídos ao patrimônio responde a tais expectativas por meio da exploração do “domínio da informação de que o objeto (então transformado em documento) é suporte (...)” (MENESES, 2000, p. 37).

O potencial educativo relacionado à dimensão histórica, cultural, social e à técnica de que estes bens são portadores, ainda foi pouco explorado no Brasil por não interessarem de maneira consistente aos propósitos político-ideológicos e econômicos a que se subordinam. Para Motta (2000), foi somente entre as décadas de 1970 e 1980 que o patrimônio foi valorizado, enquanto documento, como consequência da maior participação popular nos pedidos de tombamento e da expansão e descaracterização dos centros urbanos já tombados. Esse contexto determinou uma reflexão mais ampla e fecunda a respeito do patrimônio que, naquele período, passou a incluir

outras manifestações da cultura imaterial como as expressões da cultura popular, além de edifícios, monumentos e sítios de outros estilos e períodos, resultando em uma mudança terminológica e conceitual do que passaria a ser considerado como patrimônio cultural²⁰.

Os avanços teóricos no tratamento da questão patrimonial neste período são indiscutíveis, resultando na ampliação tipológica dos bens culturais dignos de preservação que passam a desvendar e a valorizar traços das expressões da cultura popular, incluindo as obras dos negros e índios, expressões até então omitidas pelas narrativas historiográficas oficiais. Contudo, tais avanços esbarram em questões de ordem política e econômica para deixar o campo da teoria e se efetivarem enquanto ações preservacionistas concretas.

As dificuldades relacionadas à falta de verba pública, de profissionais especializados e da falta de articulação das ações federais e estaduais com a esfera municipal relacionadas às estratégias de gestão tornam-se entraves para a concretização de tais esforços. Além disso, a relação entre a sociedade civil e o patrimônio cultural, por mais que tenha sofrido significativas melhoras ao longo das décadas de 1970 e 1980, como exemplifica Nigro (2001), por meio da análise da expansão dos movimentos organizados pela sociedade civil em defesa do patrimônio na cidade de São Paulo, ainda se encontra pouco presente nas políticas de preservação, em função dos conflitos de interesses envolvidos e da falta de esclarecimento e participação social nos processos de tombamento e gestão patrimonial.

A relação estabelecida entre os diversos segmentos sociais e o patrimônio cultural tende a ser relegada, voltando-se para o atendimento dos interesses políticos e econômicos mais imediatos. Dessa forma, os valores afetivos²¹, relacionados aos sentidos e significados atribuídos ao patrimônio pela sociedade, e os valores pragmáticos, definidos por Meneses (2000, p.38) como “(...) valores de uso percebidos como qualidade” acentuam a dimensão funcional–relacionadas aos usos sociais do patrimônio que contemplem as funções residenciais, comerciais,

²⁰ De acordo com o Artigo 216º da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

²¹ Segundo Meneses (2000, p. 38), “os valores afetivos são aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas e objetos”.

culturais e outras – e simbólica que fortalece a relação entre a comunidade e o patrimônio como fonte de referência e significação, preservando, dessa forma, a memória e a identidade dos grupos sociais e o sentimento de pertença que liga a sociedade ao seu território de referência. Partindo-se destes valores, pode-se captar a dimensão social do patrimônio cultural.

A partir desta análise, constata-se que cada grupo social atribui determinadas formas de valor ao patrimônio cultural de acordo com seus interesses e com o contexto político e sócio-econômico vigente. No entanto, o estatuto cultural desses bens, atribuído pelas instâncias de legitimação cultural como o Estado, vem se sobrepondo ao seu estatuto prático, relacionados ao seu valor de uso. Tal situação se agrava quando seu estatuto cultural passa a ser valorizado economicamente, transformando os bens culturais em mercadorias.

Apesar de essa tendência ser incorporada no Brasil e no mundo, desde a década de 1970, o estreitamento dos laços entre cultura e mercado e a conseqüente ligação do patrimônio com a indústria cultural e com o turismo efetiva-se com maior expressividade a partir da década de 1990. A partir daí, essa tendência vem se fortalecendo a cada ano com projetos e intervenções urbanísticas em núcleos históricos preservados de cidades de pequeno, médio e grande porte, visando ativar seu potencial econômico por meio da valorização, pelo poder público e pela iniciativa privada, da sua dimensão imagética e da sua apropriação pelo turismo, como forma de garantir a “sustentabilidade” desses bens.

Motta (2000, p. 260) denomina a fase atual de *modelo globalizado*, caracterizado pelo tratamento do “patrimônio como mercadoria ou como um atrativo para o consumidor, aderindo aos valores que estão sendo ditados pelo capital especulativo (...). No modelo globalizado, a opção do poder público é pelo consumo, pelo *marketing* cultural”.

A compreensão do conjunto de transformações relacionadas à relação do patrimônio cultural com a esfera do mercado perpassa pela explicitação de uma tendência mundial que vem se delineando, desde o final da década de 1960, nas reuniões nacionais e internacionais voltadas para a promoção de discussões a respeito das medidas de preservação e valorização desses bens. O resultado destas discussões culminou na elaboração de documentos denominados “Cartas Patrimoniais” que, além de divulgarem os avanços teóricos e conceituais sobre a questão patrimonial, também objetivavam tecer recomendações e difundir formas de atuação para sua salvaguarda.

Nesse contexto, convém salientar proposições fixadas pelas Normas de Quito, elaboradas em decorrência de uma reunião promovida pela Organização dos Estados Americanos - OEA, na cidade de Quito, em 1967, a primeira a vincular a relação entre patrimônio e desenvolvimento econômico e turístico como estratégia para a resolução das dificuldades de efetivação de medidas de proteção e valorização dos bens de interesse arqueológico, histórico e artístico latino-americanos frente aos danos e destruições sofridos por tais bens, em decorrência da descaracterização paisagística do seu entorno, devido ao processo de expansão urbana desordenada que colocava sua existência e sua integridade em risco.

Seguindo semelhante perspectiva, outros encontros foram efetivados em âmbito nacional, resultando no *Compromisso de Brasília*, de 1970, que ressaltava a “necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” (IPHAN, 1995, p. 163), conclamando a criação de órgãos estaduais e municipais de preservação; e no *Compromisso de Salvador*, de 1971 “acrescentando recomendações no sentido de que se desenvolvesse a indústria do turismo” (ARANTES, 1987, p. 51) como forma de obtenção de verbas que financiassem a preservação dos bens culturais. As estratégias de captação de recursos para o patrimônio por meio do desenvolvimento turístico concatenavam-se com as próprias diretrizes governamentais visando ao desenvolvimento da atividade no país a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR,²² e com a instituição do Sistema Nacional de Turismo- SISTUR, em 1967²³.

Os reflexos desta “promissora” união entre patrimônio e turismo e dos debates teóricos e propostas de ações sublinhadas nas Cartas Patrimoniais, relacionadas à salvaguarda do patrimônio, efetivaram-se na criação dos órgãos estaduais e municipais de defesa patrimonial, dentre eles o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, em que demonstra na sua própria definição a vinculação entre cultura e mercado.

²² Nos primeiros anos de funcionamento, cabia à Embratur “estudar e propor ao Conselho Nacional do Turismo os atos normativos necessários à promoção da Política Nacional do Turismo (...)” (Decreto-lei 60.224/67, art 20). A extinção do Conselho Nacional do Turismo e o fortalecimento político da Embratur, culmina na lei 8.181 de 28 de março de 1991 ao delegar à Embratur a “finalidade de formular, de coordenar e de fazer executar a Política Nacional de Turismo” (Cruz, 2001b, p. 51).

²³ “O Sistema Nacional de Turismo ora criado teria como principal atribuição a organização do setor do ponto de vista da administração pública” (Cruz 2001b, p. 52)

A proteção pretendida, embora formalmente não difira da proposta pelo órgão federal de patrimônio, se origina de uma perspectiva diversa que guardava um profundo sentido cívico; isso e o interesse em promover o turismo fizeram com que o governo paulista encapasse a idéia de proteger bens culturais (RODRIGUES 2000, p. 44).

A ampliação das pesquisas e dos debates entre as diversas áreas das ciências humanas e o aumento da intervenção do poder público, do mercado e da sociedade civil no que concerne à defesa, preservação e usos do patrimônio levou a uma ampliação do seu corpus, a um aumento e diversificação do público e a uma expansão geográfica sem precedentes. Tais transformações culminaram na Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, durante a Assembléia Geral da UNESCO, ocorrida em Paris em 1972, resultando na instituição do conceito de Patrimônio da Humanidade que passou a incluir tanto os bens culturais como os bens naturais dignos de preservação por seu valor universal e excepcional. A partir das proposições estabelecidas durante a Convenção, criou-se um sistema de cooperação em âmbito internacional visando à sua salvaguarda e valorização para o usufruto das futuras gerações.

As resoluções propostas e deliberadas naquelas convenções expressam o estreitamento da ligação entre o poder público e a iniciativa privada por meio da viabilização de planos de intervenção e gestão patrimonial. Aos poucos, o Estado passa a deliberar ao mercado o ônus das despesas relacionadas à preservação dos bens patrimoniais, inserindo-os em uma nova lógica que os submete à exploração econômica.

A intensificação dessa parceria público-privado, a partir da década de 1990, e as conseqüências decorrentes do processo vêm suscitando uma série de reflexões teóricas²⁴ acerca dos novos valores, funções e os sentidos de preservação desses bens, frente aos efeitos provocados por sua valorização econômica, levando à compreensão da lógica implícita nos planos de intervenção e gestão patrimonial nos núcleos históricos preservados que fornecem subsídios para a análise das decorrentes transformações sócio-espaciais ocorridas nestes núcleos.

Diante da incorporação do patrimônio ao mercado dos bens simbólicos, seu sentido ligado originalmente à questão da identidade, à preservação da memória e à transmissão de um saber histórico e artístico é gradativamente incorporado ao seu valor econômico, ao tornar-se um

²⁴ Nesta perspectiva de análise Choay (2001) e Canclini (1994) tecem importantes considerações sobre a relação do patrimônio com a indústria cultural e o turismo. Meneses (2000), no mesmo sentido, discute a transformação do seu valor cultural em valor econômico e Motta (2000) analisa a relação entre patrimônio e mercado, a partir dos novos critérios e estratégias de intervenções voltadas para a preservação do patrimônio em áreas históricas.

importante atrativo turístico de forte apelo estético e estilístico destinado à fruição visual do grande público. Sua riqueza de significações, valores, usos e vivências é omitida ou deturpada frente à valorização de relações, usualmente efêmeras, fugidias e superficiais estabelecidas entre o patrimônio e o público consumidor.

Por meio da análise do mercado dos bens simbólicos efetuadas por Bourdieu (2004), pode-se compreender a engrenagem que viabiliza a lógica de mercantilização do patrimônio cultural. Neste sentido, o Estado e, de certa forma, o mercado atuam como instâncias de produção dos bens patrimoniais, já que os critérios de escolha do que será preservado são por eles determinados. Dentre as instâncias de consagração encontram-se a publicidade e a mídia, responsáveis pela seleção e divulgação de paisagens singulares e imagens atraentes, discursos e argumentos mistificadores dotados de um forte viés apelativo, responsáveis pelo poder de sedução e encanto que exercem junto aos consumidores culturais. Em última instância, encontram-se as instâncias de difusão destes bens como museus, teatros, galerias, revistas especializadas, guias turísticos e outros meios de difundir e divulgar os bens patrimoniais transformados em atração turística.

Com o intuito de elevar sua capacidade de atração e sedução, as referências visuais mais imediatas dos bens são exploradas por medidas que ressaltem sua beleza, sua opulência e encanto por meio de ações que viabilizem a iluminação noturna de monumentos e conjuntos arquitetônicos, a conservação das fachadas (coloração, limpeza, decoração), e outros elementos que apelem para sua dimensão formal. Dessa forma, segundo Choay (2001, p. 224):

a cidade patrimonial é posta em cena e convertida em cena: de um lado, iluminada, maquiada, paramentada para fins de embelezamento e midiáticos; de outro, palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos happenings que multiplicam o número de visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais.

Muitas estratégias e planos de intervenção urbana em voga, desenvolvidos em âmbito nacional visando à revitalização, requalificação e reabilitação de núcleos históricos para adaptá-los às necessidades do presente, obedecem à mesma lógica, caracterizando-se por intervenções pontuais e restritas, com o intuito de valorizar o conteúdo imagético dos monumentos isolados e conjuntos urbanos para ativar o turismo e atrair novos investimentos por meio da transformação de sítios e monumentos em cenários.

Apesar de serem mascaradas por discursos que prezam pelo desenvolvimento social e pelo estímulo à cultura, a lógica desses projetos e as intervenções obedecem a finalidades econômicas que conduzem, na maioria das vezes, ao enobrecimento de certas porções dos núcleos históricos e a um processo de exclusão sócio-espacial que altera o perfil sócio-econômico e cultural dessas áreas que passam a ser destinadas a um público seletivo e personalizado. Somando-se a essas transformações, o aumento do fluxo de pessoas e capital nos núcleos históricos preservados suscita uma série de adaptações funcionais ao patrimônio e determina a criação de novos objetos voltados para o atendimento dos interesses e necessidades da população flutuante que, muitas vezes, não condizem com as necessidades da população ali residente.

Assim, as antigas áreas residenciais dos núcleos históricos preservados, as atividades comerciais, de serviços e os próprios locais de culto voltados para o usufruto da população local vão sendo gradativamente substituídos por equipamentos e serviços voltados para o atendimento dos turistas. São hotéis, bares e restaurantes, lojas de *souvenirs*, antiquários, além de outros equipamentos culturais de prestígio como museus, bibliotecas, teatros, lojas de artesanato, galerias de arte, centros culturais e instituições públicas voltadas à promoção cultural e ao lazer, vinculados ao incremento da atividade turística. Além disso, novas obras de infra-estrutura, serviços e outros equipamentos de lazer são criados para adaptar o território às novas necessidades de produção, circulação e consumo de capitais provenientes do turismo, tais como, terminais de passageiros, vias de transporte, instalações elétricas e comunicacionais; e novos equipamentos e serviços como postos de informações turística, parques, praças e outros.

Esse complexo de equipamentos e serviços torna-se, muitas vezes, a fonte de atração primária, relegando a malha urbana antiga a um simples cenário vinculado à venda de produtos e à satisfação das necessidades de lazer e entretenimento. Dessa forma, vitrines iluminadas, feiras de artesanato, apresentações culturais e lojas vinculadas à venda de alimentos e produtos típicos²⁵ ofuscam os valores históricos e culturais relacionados ao patrimônio. Segundo Lefebvre (2004, p. 31):

É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo. A

²⁵ Para Meneses (2002, p.99) “represar a diversidade cultural no típico (paisagem típica, comida típica, roupa típica, linguajar típico (...)) facilmente conduz ao estereótipo, condensando uma quintessência congelada e independente das situações e contextos da ação humana”.

uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes.

Ao tecer comparações entre as três fases que marcaram o movimento de preservação patrimonial no Brasil, Motta (2000) ressalta as semelhanças existentes entre a fase inicial do movimento e o período atual, inserido no que ela denomina de “modelo globalizado” no que tange aos critérios de preservação, baseados em ambos os períodos na valorização dos atributos estéticos e estilísticos, na primeira fase, como referência a uma identidade nacional e no período atual, para o consumo visual global. Apesar de manter certa singularidade formal, a inserção desses bens na lógica do mercado faz com que o turista se sinta em casa, mesmo estando em outros lugares em função dos serviços e produtos que encontra, pelos usos que faz do patrimônio e pelas relações estabelecidas com a sociedade e com os bens culturais, ambas mediadas pelo consumo.

Diante desse cenário em que se encontram as políticas e ações preservacionistas, deve-se evidenciar a atuação de tais ações no processo de formação de uma nova dinâmica sócio-territorial. Dessa forma, torna-se pertinente indagar se os valores de uso e os valores pragmáticos associados ao patrimônio serão suplantados pelos valores de troca; se os laços afetivos, o sentimento de pertença e identidade, e as relações de sociabilidade compartilhadas pela coletividade serão suprimidos pela exploração do patrimônio como mercadoria, voltado para atender às exigências do consumo massificado em detrimento da valorização da cidade e do seu patrimônio, enquanto bens coletivos que servem como referência para as relações e práticas sociais, enquanto suporte material de significações e experiências socialmente compartilhadas. Perante essa lógica e tomando a cidade de Ouro Preto como objeto de análise, cabe evidenciar as formas de resistências locais que ainda se contrapõem à tendência de cenarização do patrimônio e de rarefação das relações sociais. Tais formas de resistência estão relacionadas à capacidade de organização e reivindicação da sociedade civil frente a este processo e aos próprios atributos do território, como a materialidade herdada, considerada como um sistema de objetos que se adaptam ou reagem às ações hegemônicas, conformando uma nova dinâmica sócio-territorial e novas territorialidades nos núcleos históricos apropriados pelo turismo.

CAPÍTULO 05 - NOVAS TERRITORIALIDADES EM NÚCLEOS HISTÓRICOS PRESERVADOS

A produção de um novo contexto econômico e sócio-espacial, decorrente do processo de apropriação dos núcleos históricos preservados pela atividade turística é responsável pela geração de uma nova dinâmica de uso do patrimônio cultural e por novas relações de poder e significação, envolvendo os diversos grupos sociais que possuem alguma forma de envolvimento com os bens patrimoniais e com as porções do território onde se encontram.

As forças resultantes dessa nova dinâmica de uso e apropriação consubstanciam-se na sobreposição de antigas e novas práticas sociais, resultando na conformação de novas territorialidades urbanas que refletem as múltiplas dimensões das relações materiais e simbólicas entre sociedade e território.

A expressão territorialidade constitui-se uma derivação terminológica do conceito de território. A polissemia dos dois termos deriva de sua utilização pela geografia e pelas demais ciências naturais e sociais como uma das categorias de análise voltada para a apreensão da dimensão espacial dos fenômenos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais em sua teia de relações. Por meio de uma breve discussão teórica acerca das diversas acepções do conceito de território, pretende-se apreender a diversidade de derivações terminológicas relativas ao conceito de territorialidade, e as formas como este vem sendo utilizado pela ciência geográfica para a elucidação dos fenômenos sócio-espaciais tais como a apropriação turística do patrimônio cultural.

Na obra “*O mito da desterritorialização*”, Haesbaert (2004, p. 40) tece uma abordagem sobre as diversas concepções de território segundo três vertentes básicas: a política ou jurídico-política, a cultural ou simbólico-cultural e a econômica, ou a relação entre ambas, como defende o próprio autor.

Em termos gerais, na vertente política estão envolvidas as estratégias de controle, delimitação e apropriação de determinada porção do espaço, por meio ou não de fronteiras preestabelecidas, bem como a existência de relações de poder que atuam direta ou indiretamente sobre esta área. Apesar de estar vinculado, muitas vezes, à dimensão político-administrativa do Estado-nação, muitas análises que enfocam a dimensão política do território não envolvem

somente a delimitação espacial dos macro-poderes, praticados pelo Estado ou pelas grandes corporações, mas também a dos micro-poderes, gestados pelos diferentes grupos sociais que se apropriam e/ou exercem determinado controle sobre determinadas porções do espaço, sem que haja, necessariamente, uma delimitação material de fronteiras.

Dentre os principais teóricos que atribuem uma ênfase maior à análise do território e da territorialidade segundo uma vertente política, sem, porém, ignorar sua relação com a dimensão econômica e cultural, destacam-se Sack (1986) e Raffestin (1993).

Na obra “*Human territoriality*” publicada em 1986, Sack privilegia, com maior frequência, a noção de territorialidade que a de território. Para o autor, a territorialidade é definida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK apud HAESBAERT, 2004, p. 87). Tal concepção denota uma relação de poder explícita entre os agentes sociais e determinadas porções do espaço denominadas de território, envolvendo relações de controle de acesso à determinada área e alteridade para com outros agentes sociais munidos por interesses diversos, gerando, muitas vezes, um processo de restrição ou de exclusão territorial que ressalta as diferenças sócio-espaciais e induz a uma dinâmica de uso e acesso desigual no território.

As formas de controle e classificação de áreas, expressas nas relações de poder entre os agentes sociais e o substrato material induzem, também, a um processo de identificação social, já que, ao envolver formas de distinção e separação entre indivíduos e grupos sociais, acabam por produzir vínculos identitários entre os membros do grupo e os lugares a que estão ligados (HAESBAERT, 2004).

Ao seguir uma leitura semelhante, Raffestin também associa a noção de território às relações de poder e alteridade existente no espaço urbano. Para Raffestin (1993, p. 153), “falar de território é falar de uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”. Para o autor, o território envolve uma forma de apropriação do espaço e a delimitação de um campo de poder, não somente de cunho político, mas também de cunho econômico e simbólico que induzem a novos sistemas de significações e a novas formas de ações e comportamentos, estabelecidos de acordo com a intencionalidade dos grupos sociais envolvidos.

Apesar de evidenciar a negligência do uso da noção de territorialidade pela geografia, Raffestin (1993) tece avanços consideráveis em sua discussão. O autor define territorialidade como:

“(...) um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo”(RAFFESTIN, 1993, p. 160-161).

A abordagem de Raffestin envolve a discussão de território e territorialidade segundo uma perspectiva relacional, já que o território se constitui um elo de mediação entre os homens em sociedade através do tempo. A dimensão histórico-temporal existente nessa relação determina o caráter dinâmico das territorialidades, envolvendo o processo e o produto territorial.

Atualmente, o exercício do poder sobre determinado território vem sendo efetivado não somente pela esfera estatal, mas também pelos atores hegemônicos ligados à iniciativa privada como empresas, grandes corporações e outras instituições privadas. Por meio de ações, muitas vezes externas ao local, tais agentes transformam e adaptam porções do território para suprir suas necessidades organizacionais e mercantis, mediante a cooperação do Estado nas estratégias de gestão compartilhada do território apropriado.

Este tipo de análise prioriza a abordagem do território, segundo uma vertente econômica, um enfoque que adquire grande relevância nas reflexões de Milton Santos quando discute a noção de território usado como categoria analítica. Segundo o autor, o *território usado* é um recurso tido como garantia de realização dos interesses particulares dos atores hegemônicos por meio da adaptação dos seus usos. Já para os atores hegemônicos, trata-se de um abrigo constantemente adaptado por meio de estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (SANTOS, 2001, p 10).

O grau de densidade técnica e informacional presentes no território determina a atuação de interferências externas ao local por meio do exercício de um sistema de ações movidas por intencionalidades e racionalidades alheias que subordinam o território usado a uma lógica global ditada pelos interesses mercantis. Porém, segundo Santos (2002b p. 19) “a arena de oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas”. As particularidades existentes nos sistemas de objetos, em sua

dimensão formal e funcional e o grau de organização social dos atores hegemônicos determinam o grau de resistência do território frente aos interesses externos, fazendo deste um campo de forças que determina seu dinamismo e sua singularidade.

Apesar de efetuar uma leitura do território, levando em conta a relação entre sua base técnica, representada pelo sistema de objetos, e sua base social, representada pelo sistema de ações, estas últimas são balizadas por um conjunto de valores, comportamentos e significados abordados de forma sutil em sua produção intelectual. Segundo Haesbaert (2004, p. 61), “a grande ênfase à ‘funcionalização’ e ao conteúdo técnico dos territórios permite incorporar a leitura de território feita por Santos numa perspectiva econômica”. Apesar de abordar de forma superficial a temática da territorialidade em sua associação com a cultura e com a memória para discutir o significado de desterritorialização dentro da temática das migrações, o autor não chega a desenvolver com maior profundidade este termo como categoria de análise sócio-espacial²⁶.

Os referenciais teóricos discutidos acima, apesar de abordarem concepções de território e territorialidade priorizando uma vertente analítica com ênfase nos aspectos políticos e econômicos, fornecem contribuições teóricas fundamentais para fomentar o desenvolvimento de um arcabouço teórico capaz de integrar os processos de constituição e dinâmica das territorialidades, enfocando sua dimensão política, econômica e cultural por meio de uma abordagem coesa e relacional capaz de fornecer uma análise consubstancial das práticas sociais espacializadas por diversos agentes sociais. Dessa forma, podem-se analisar as territorialidades das empresas, do mercado imobiliário, do narcotráfico, da prostituição, das economias informais, do turismo e muitas outras que se sobrepõem e influenciam a dinamicidade do espaço urbano.

Com o intuito de exemplificar e enriquecer as diversas abordagens e aplicações do termo territorialidade, destacam-se os artigos de Lobato Corrêa (2002) que analisa a consubstanciação das territorialidades, a partir da implantação e atuação da empresa Souza Cruz em diversos Estados brasileiros. Em sua abordagem, o autor trabalha com uma noção ampla de território considerado como “o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” e a territorialidade como “o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um dado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (LOBATO CORRÊA, 2002, p. 251-252).

²⁶ Ver Santos (2002a, p. 328-329)

Em uma abordagem mais ampla, envolvendo os interesses e as formas de ação dos agentes produtores do urbano, Trindade Junior (1998) analisa as diversas territorialidades configuradas no espaço urbano tais como a das empresas do mercado imobiliário, a das organizações populares e das territorialidades formalmente estabelecidas como os municípios criados no interior das regiões metropolitanas. Para o autor, os territórios também se encontram revestidos de uma dimensão de caráter político-disciplinar e de uma dimensão simbólico-cultural²⁷.

A diversidade de agentes e práticas sociais presentes no espaço urbano conduzem à identificação das chamadas territorialidades subjetivas e formais que, dependendo das circunstâncias, podem confundir-se e se sobrepor (MOURA apud TRINDADE JUNIOR, 1998, p.37-38). As territorialidades subjetivas não necessitam de demarcações sólidas, possuem limites subjetivos e surgem a partir de referenciais identitários que se expressam a partir das práticas espaciais. Já as territorialidades formais são aquelas que possuem limites de extensão, os quais definem o exercício do poder (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 37-38).

A conformação de certas territorialidades pode, também, ter um alto grau de mobilidade, ciclicidade e flutuação, envolvendo, inclusive, uma alternância dos usos diurnos e noturnos de um mesmo espaço, como ocorre com os territórios da prostituição (RIBEIRO e MATTOS, 1996, p. 64), do jogo do bicho, do tráfico de drogas e dos moradores de rua. Além do caráter cíclico, destaca-se, também, o caráter sazonal de muitas territorialidades, como as territorialidades geradas pelo turismo. Nas épocas de alta temporada, feriados, finais de semana e em outras datas festivas, as localidades turísticas recebem uma demanda elevada de turistas que modificam as formas de uso do território apropriado e alteram as relações cotidianas da população local. As territorialidades tradicionais do morador da localidade chegam a ser suprimidas diante das territorialidades turísticas de caráter massivo concentradas nos locais mais atrativos, como ocorre em muitas épocas em Ouro Preto.

A diversidade de usos de um mesmo espaço e a sobreposição e/ou alternância de diversas territorialidades faz do território um campo de forças onde se gestam interesses e ações divergentes e conflitantes envolvendo uma multiplicidade de grupos sociais munidos de práticas sócio-espaciais específicas.

²⁷ O autor aprofunda suas análises na concepção de território adotada por Haesbaert (2002, 2004), que aborda a dimensão material e ideal do território segundo uma perspectiva integrada, envolvendo as esferas de poder político, a atividade econômica, a cultura e a criação de significados.

A conformação de diversas territorialidades urbanas sobre um mesmo espaço, envolvendo as relações de poder, as formas de uso e a carga de identificação simbólica que este assume para cada grupo, agudiza a relação de alteridade, estranhamento e resistências entre tais grupos. Tal processo promove, muitas vezes, a acentuação das desigualdades e a segregação sócio-espacial nas áreas urbanas, resultante da sobreposição dos interesses e das práticas sócio-espaciais das classes dominantes e do capital sobre as práticas sócio-espaciais das classes marginalizadas.

Nessa perspectiva, os núcleos urbanos centrais acabam sendo um dos principais focos em que conflitos e contradições sócio-espaciais mais se manifestam e se evidenciam. Essas áreas correspondem, geralmente, aos locais mais antigos das cidades. Por isso, constituem-se núcleos remanescentes de temporalidades e territorialidades diversas, ao concentrarem um grande número de formas pretéritas que se inserem na dinâmica do presente com a mescla de uma multiplicidade de velhos e novos usos e funções que determinam sua diversidade material e sócio-cultural.

Em função de sua importância histórica e cultural, as áreas centrais de muitas cidades tiveram grande parte de suas edificações tombadas pelos órgãos, estaduais e federais responsáveis, inserindo-as em uma dinâmica particular de desenvolvimento frente ao restante da cidade, já que foram sujeitas a planos de intervenção, visando à preservação patrimonial, e a restrições normativas quanto às alterações formais e funcionais que determinaram novas formas de valorização, de usos e vivências sociais nestas porções do território. Sobre o fato, Nigro (2001a, p. 5) ressalta que tanto o patrimônio quanto o território são diferentemente interpretados e vivenciados simbolicamente e pragmaticamente pelos diversos grupos sociais.

Por serem geralmente considerados como locais de ocupação mais antiga e tradicional da cidade, os núcleos urbanos centrais, detentores de uma grande riqueza social e cultural, acabam concentrando fortes vínculos afetivos e significações ligadas à tradição, à memória, à história e à identidade de seus habitantes e usuários.

As vantagens locacionais, a presença de infra-estrutura, o seu conteúdo simbólico e as próprias marcas do passado que carregam, presentes tanto em sua materialidade quanto nas relações sociais consubstanciadas ao longo de muitos anos, possibilitam a coexistência de uma multiplicidade de usos – residenciais, comerciais e de serviços - e de territorialidades distintas que se alteram e se sobrepõem ao longo do tempo de acordo com as condições sócio-econômicas e das estratégias políticas que congregam.

O próprio processo de expansão e desenvolvimento urbano ocorrido nas grandes e médias cidades brasileiras canalizou o rol de prioridades de investimentos públicos para o desenvolvimento de novos bairros e relegou a um segundo plano os investimentos nas áreas centrais, já sujeitas a normatizações e restrições por parte dos órgãos de preservação, processo que culminou na obsolescência, desvalorização e degradação dessas áreas.

Em virtude dessas transformações, grande parte dos núcleos urbanos centrais passou a ser diferentemente apropriado pelas camadas mais pobres da população, levando à conformação de novas territorialidades que não necessariamente excluíram as antigas territorialidades há muito estabelecidas. Nesse sentido, a cidade de Ouro Preto constitui-se uma exceção já que o núcleo urbano central da cidade fora, desde seus primórdios, ocupado pelas classes mais abastadas da cidade que ainda hoje permanecem, em menor escala, ali residindo.

Dessa forma, ao longo das últimas décadas, estabeleceu-se uma relação de convivência, nem sempre harmônica entre as territorialidades dos moradores tradicionais dessas áreas, geralmente representados por pessoas com idades mais avançadas e que residem no local há muitos anos, e dos moradores mais recentes, geralmente representados por pessoas de baixo poder aquisitivo, ambos os grupos convivendo com as territorialidades dos travestis e prostitutas, dos moradores de ruas, dos vendedores ambulantes e de outras territorialidades que refletem as relações locais entre os grupos sociais e seu território de referência. Tais características são típicas das áreas urbanas centrais das grandes cidades como São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro.

A conformação e sobreposição de diversas territorialidades, associadas à diversidade e complementaridade de usos e funções existentes nas áreas mencionadas, usualmente detentoras de uma grande concentração de atividades comerciais e de serviços de cunho popular, revelam sua diversidade social e cultural heterogênea e desigual que se adaptam às necessidades e interesses do presente, sem perder sua vitalidade.

Em Ouro Preto, o núcleo comercial, localizado no centro histórico da cidade continua a manter sua dinamicidade e a preservar sua diversidade social, através da permanência da sua multifuncionalidade em que a função residencial, caracterizada pela presença de um número considerável de idosos e estudantes, coexiste com outros usos e funções decorrentes, principalmente, do turismo, gerando adaptações e/ou conflitos entre estas diversas territorialidades, evidenciando sua riqueza social.

As análises de Campos (2002) sobre territorialidades e representações na área central do Recife procura, justamente, captar essa dinamicidade e diversidade social, funcional e simbólica, determinada pelas diversas formas de apropriação dessas porções do território e na consubstanciação de diversas territorialidades locais, responsáveis pela configuração de estratégias de poder delimitadas por fronteiras materiais ou simbólicas, e pela definição de comportamentos, valores e significados atribuídos ao território e a seus atributos pelos diversos grupos sociais ao longo do tempo. Ao longo de sua análise, Campos (2002, p. 36) define territorialidade urbana como um:

conjunto de ações, comportamentos de indivíduos ou grupos que tendem a afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações: atividades que estabelecem territórios, tendo como elementos fundamentais as representações sociais (visões de mundo dos diferentes agentes sociais, atribuições de significados e interpretações da realidade) e as práticas espaciais (ações espacialmente localizadas, materialização cotidiana da identificação dos grupos com o espaço às ações de planejamento).

A abrangência do conceito permite focar a dinâmica sócio-territorial dos núcleos urbanos centrais tombados a partir da configuração de suas diversas territorialidades sob um prisma analítico integrado que conceba o território “(...) a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

A escolha deste viés analítico amplia as perspectivas de elucidação do processo de adaptação das áreas urbanas centrais ao contexto político-econômico presente. Este vem sendo marcado pela atuação conjunta do Estado e do mercado na elaboração de estratégias e intervenções que promovam a mercantilização dos espaços e a espetacularização das paisagens e resultem na exploração turística do patrimônio cultural, como no caso da área central do Recife, do Pelourinho, em Salvador, e em São Luis, no Maranhão. Tal processo vem promovendo a ampliação de pesquisas que abordam os conflitos, as adaptações e a coexistência entre as antigas e as novas territorialidades, gestadas a partir do processo de turistificação dos núcleos urbanos centrais tombados.

Em sua análise sobre as formas de uso e apropriação do patrimônio e do território urbano na cidade de São Paulo, Nigro (2001a) ressalta que as próprias formas de intervenção urbana em determinadas porções do território, visando à preservação patrimonial, possuem um caráter

normativo e simbólico, pois determinam a incorporação de novos usos, vivências e significações dos grupos sociais com os bens tombados e com o território. Esse processo conforma territorialidades que se estabelecem dentro de um campo conflituoso que envolve a disputa entre os interesses públicos e privados nas formas de apropriação, uso e gestão patrimonial.

Segundo a autora, as ações recentes que fomentam o incremento das atividades de lazer e turismo propiciam a introdução de novas atividades econômicas que se tornam hegemônicas em relação às anteriores (NIGRO, 2001a, p.33-34). Dessa forma, a incorporação de um valor econômico aos bens culturais acaba por promover sua refuncionalização turística, transformando seu valor de uso em valor de troca, e exaltando os conflitos e contradições entre as antigas e novas territorialidades gestadas pelo turismo.

O aprofundamento das análises entre turismo, patrimônio e novas territorialidades encontra-se consubstanciado nas reflexões desenvolvidas por Luchiari (2005) em que discute a lógica de produção das novas territorialidades urbanas ligadas ao incremento do turismo nas áreas centrais e a refuncionalização do patrimônio decorrente deste processo. Para a autora, as novas territorialidades emergidas nas áreas refuncionalizadas excluam os usos sociais indesejáveis, limitando a diversidade sócio-cultural existente e gerando, muitas vezes, um processo de exclusão social no território (LUCHIARI, 2005).

As antigas territorialidades, detentoras dos hábitos sociais tradicionais, das práticas cotidianas e da carga simbólica que advém de uma vivência coletiva tendem a ser omitidas ou subvalorizadas diante das novas territorialidades, gestadas a partir do uso turístico do território, cujas práticas tendem a gerar novas formas de sociabilidade, comportamentos e valores canalizados para o consumo de bens culturais e serviços, destituindo o território de sua riqueza sócio-cultural. Segundo Luchiari (2000, p. 40) “as territorialidades que deveriam ser realmente valorizadas, pois remetem à reprodução da vida cotidiana no *território*, são externalidades que o planejamento turístico se nega a enfrentar”.

A capacidade de coexistência, conflituosa ou não, e de adaptação entre velhas e novas territorialidades nos núcleos históricos preservados é responsável pela redefinição dos usos sociais do patrimônio, bem como dos hábitos, costumes, vivências, valores e significações atribuídos aos bens culturais e ao território pelos membros da coletividade. A capacidade de resistência dos agentes sociais locais, frente às tendências sócio-culturais homogeneizantes e padronizadas, impostas pela lógica mercantil de valorização do espaço urbano ocasiona uma

dinâmica sócio-territorial responsável pela criação de uma particularidade única nas formas de organização do território, resultante de um feixe de relações que combina as narrativas locais com as determinações globais acentuadas pela atividade turística. Dessa forma, é importante analisar as características e a lógica de organização desta atividade, bem como o seu papel na organização sócio-territorial e na gestão de novas territorialidades em Ouro Preto.

PARTE II

A CULTURA ENQUANTO MERCADORIA: NOVAS INDAGAÇÕES

CAPÍTULO 06 - PATRIMÔNIO E CONSUMO TURÍSTICO: A BANALIZAÇÃO DA CULTURA

O sujeito apenas pode desejar, só o objeto pode seduzir.

Jean Baudrillard

O conjunto das referências materiais da cultura, expressas no espaço urbano por meio das formas-conteúdo, resultantes da sobreposição de materialidades diversas, adquire um novo sentido na contemporaneidade, ao submeter-se a novos usos e apropriações, principalmente, ao se tornarem produtos do consumo cultural.

Os critérios de escolha e reconhecimento de alguns desses remanescentes materiais enquanto bens patrimoniais institucionalmente reconhecidos, vêm sendo permeados por referenciais ligados à história, à identidade e aos aspectos culturais dos mais diversos grupos sociais. Assim, ao serem valorizados enquanto elementos distintivos, portadores de um código de valores culturais, legitimam um conjunto de diferenças consumidas como produtos turísticos.

Ao serem detentores de uma substância visual que os sobrepaja pelo fato de representarem o passado enquanto forma, diante de paisagens cada vez mais homogêneas e padronizadas, tais expressões materiais da cultura tornam-se alvos dos interesses mercadológicos referentes à atividade turística, intrinsecamente ligada à comercialização de paisagens e imagens.

O desenvolvimento da atividade turística insere as cidades, detentoras de um conjunto significativo de bens patrimoniais preservados, nas principais rotas e circuitos turísticos vendidos ao mercado, transformando tais bens culturais em atrativos voltados à satisfação dos turistas. Dentre os principais circuitos e roteiros que envolvem a visita às cidades e centros históricos preservados e, em sua maioria, tombados pelo IPHAN ou pela UNESCO, destacam-se a Rota das Missões²⁸, ou Circuito dos Sete Povos das Missões, o circuito das Cidades Históricas de Minas Gerais, a cidade de Parati-RJ, Diamantina - MG, Goiás Velho-GO, Olinda-PE, Lençóis - BA, além dos centros históricos das capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador

²⁸ A Rota das Missões geralmente envolve a visita ao sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir e São João Batista, São Luis Gonzaga, Santo Ângelo e outros passeios opcionais aos sítios arqueológicos das missões localizadas na Argentina e no Paraguai.

(Pelourinho), Recife, São Luís e outras áreas, cujos atrativos culturais se enquadram nos pontos de visitação turística.

Considera-se que o objeto turístico é fruto de uma construção simbólica instituída e influenciada pelo mercado, por meio da publicidade e do marketing turístico, pelo Estado, por meio das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da atividade e, em alguns casos, pela própria sociedade civil organizada. Dessa forma, a atuação incisiva desses agentes na promoção e transformação de certa localidade ou de algum elemento histórico-cultural e natural em atrativo turístico, vem provocando um aumento do consumo de paisagens, cultura, tradição e até mesmo do tempo livre, ao serem regidos pela lógica mercantil.

Segundo Almeida (1998, p.17), “o objeto turístico, portanto, em si não existe, sendo uma invenção pelo e para o turismo [...]. Assim também são os espaços, os lugares e territórios turísticos”, transformados em pólos receptores do fluxo de pessoas, mercadorias e capital.

A inserção da cultura, mais especificamente, dos bens patrimoniais no circuito do consumo, envolve um conjunto de estratégias comerciais voltadas para a produção de um sistema de representações responsável pela criação de um código de referências, valores, significados e sentidos. Estes definem gostos, comportamentos e práticas sociais, adaptando o sistema de representações de paisagens e objetos culturais ao conjunto de necessidades e desejos do consumidor.

O universo simbólico a que estão submetidos os bens culturais envolve a criação de uma múltipla rede de valores e significados compartilhados coletivamente por um público anônimo e socialmente diversificado. Tal compartilhamento é fruto de um imaginário coletivo criado pelo que Bourdieu (2004) denomina de instâncias de produção dos bens simbólicos, tais como o Estado e o mercado que, ao atribuírem valor de distinção e prestígio a tais bens, acabam por transformar os remanescentes materiais da cultura em signos referenciáveis passíveis de serem ofertados ao mercado dos bens simbólicos.

Dessa forma, ao representarem o exótico, o diferente e o nostálgico, os ícones da cultura material, os conjuntos urbanos históricos tombados e outros bens patrimoniais, exercem um forte apelo visual responsável pela inserção das cidades históricas brasileiras, como Ouro Preto, detentora de um rico acervo artístico e arquitetônico remanescente do período colonial, em um dos principais roteiros turísticos do país.

Com o intuito de conseguir aquilatar um maior número de consumidores culturais, a atividade turística, por meio dos agentes responsáveis por sua execução, não abarca somente a construção simbólica do objeto turístico, mas também desenvolve estratégias que lidam com a motivação, os desejos e necessidades do *homo-turisticus*, canalizadas para o consumo da natureza, da cultura e das paisagens. Segundo Silveira (2002, p. 36), “haveria, por conseguinte, uma produção de lugares turísticos, alicerçada, em grande parte, na elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território”.

Ao atuar conjuntamente sobre a esfera da produção simbólica dos bens culturais e sobre o conjunto de motivações que criam um clima propício à efetivação de viagens, propiciando a mediação entre o território, os objetos culturais e a coletividade por meio do consumo, as instâncias de produção simbólica agem em conjunto com as instâncias de difusão e consagração dos bens culturais. Tais instâncias têm por finalidade conferir-lhes uma legitimação propriamente cultural e subordiná-los às sanções econômicas, utilizando-se dos meios de comunicação de massa, responsáveis pela difusão em larga escala da publicidade e do marketing turístico, para a adesão dos diversos segmentos sociais aos imperativos do mercado.

A mídia e a publicidade, ao serem utilizadas como ferramentas pelos profissionais ligados ao poder público, à iniciativa privada ou a ambos, responsáveis pelo desenvolvimento turístico de certa localidade ou região, propicia a produção, a difusão e a recepção de um conjunto de imagens e discursos que criam um sistema de representações, responsáveis pela formação de uma opinião preconcebida sobre a localidade a ser visitada. Para Silveira (2002, p. 41) “a construção da imagem revela a globalização dos códigos culturais, das necessidades e dos gostos”. Dessa forma, o sistema estabelece um condicionamento dos desejos, necessidades e atitudes sociais que respondem aos modismos passageiros instituídos pelo mercado e levam a uma competição entre os lugares, visando à atração de um grande fluxo de turistas.

As estratégias de promoção e desenvolvimento do turismo envolvem a atuação de diversos segmentos comerciais, prestadores de serviços e instituições públicas voltadas à regulamentação e à expansão da atividade. Nesse sentido, a atuação conjunta das operadoras e agências de viagens, das empresas ligadas aos meios de transporte, hospedagem, alimentação e lazer, além das instituições públicas em nível municipal, estadual e federal, criam, por meio dos mecanismos publicitários e das estratégias de marketing, uma mediação intrínseca entre a demanda turística e os bens naturais e culturais ofertados.

A publicidade atua como uma das principais instâncias de difusão e consagração dos bens simbólicos, utilizando-se da mídia para a divulgação e propagação em larga escala de imagens, discursos, hábitos e valores, criando um sistema de representações e de produção e manipulação de signos que permeiam os bens culturais transformados em objetos de consumo. Na obra “*A sociedade de consumo*”, Baudrillard (1995a) atribui grande relevância à publicidade como instrumento de persuasão, responsável pela difusão de “uma descontinuidade de signos e de mensagens, em que todas as ordens se equivalem” (BAUDRILLARD, 1995a, p. 127). O conteúdo transmitido pela publicidade gera um consenso induzido que converge para a instituição de modelos de comportamento e para a difusão de imagens estereotipadas do real, conferindo distinção e prestígio aos bens da cultura material para que sejam evocados e ostentados e, em seguida, consumidos.

Entramos agora no mundo da pseudo-história e da pseudo-cultura [...], isto é, de eventos, de história, de cultura e de idéias produzidas, não a partir da experiência móvel, contraditória e real, mas produzidos como artefatos a partir dos elementos do código e da manipulação técnica do meio de comunicação. É este fato e mais nenhum outro que define toda a significação, seja ela qual for, como consumível. (BAUDRILLARD, 1995a, p. 132)

Ao contribuir para a produção de um imaginário coletivo, a publicidade passa a interferir no que Silveira (2002, p. 37) denomina de “produção imaterial do turismo”, relacionada à construção da psicoesfera, conceituada por Santos (2002, p. 256) como o “reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [que] também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”. Dessa forma, a manipulação dos desejos, necessidades, modos de comportamentos e condutas induzidos pela atuação da publicidade e moldada segundo os interesses do mercado, modelam a opinião pública ao criarem expectativas, signos e imagens pré-fabricadas que viabilizam e reforçam o grau de atratividade dos bens culturais e dinamizam um conjunto de ações canalizadas para a produção dos lugares turísticos.

Segundo Silveira (2002, p. 37-38) “a psicoesfera é mais abrangente que a tecnoesfera e, amiúde, impõe uma valorização anterior à chegada da tecnoesfera – no sentido de concretização de uma função turística”. A interação entre o sistema de objetos, como bens patrimoniais, e o sistema de ações geradoras de fluxos de pessoas, bens, serviços e capital, consolidam a adequação de porções do território ao atendimento da demanda turística.

A produção imaterial do turismo, vinculada às instâncias de produção e difusão dos bens simbólicos é responsável pela consagração dos bens patrimoniais como referenciais que remontam à identidade, à história, à memória e à tradição e enquanto mercadorias de consumo cultural, as quais adquirem maior visibilidade comercial por meio do destaque dado à sua dimensão imagética que ressalta os seus atributos estéticos e estilísticos. Dessa forma, tais fatores são difundidos como signos de diferença, nostalgia e exotismo. As imagens intercaladas a discursos, ao passarem por recortes e seleções, são difundidas pela mídia impressa por meio de *folders*, panfletos, guias de viagens, fotos, cartões postais, jornais e revistas especializadas e por outros veículos de comunicação como a televisão, a internet, filmes e vídeos.

Por meio desses veículos de difusão e consagração dos bens culturais, seus atributos específicos tornam-se conhecidos pelo grande público, promovendo um estímulo a mais para a visitação aos núcleos históricos preservados.

A cidade de Ouro Preto e outras cidades históricas de Minas possuem um considerável grau de reconhecimento, uma vez que se constituem em um dos roteiros culturais mais antigos, vendidos pelo mercado. Os atrativos culturais de Ouro Preto, com destaque para algumas de suas igrejas, o casario colonial, os monumentos, museus, as obras de Aleijadinho e sua paisagem circundante, têm sua imagem amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa que a tornam “conhecida” no Brasil e no mundo, por influência também do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O reconhecimento de algo, muitas vezes induzido pelo *mass média* confere, segundo Merton e Lazarsfeld (2000), status, prestígio e distinção. A utilização dos meios de comunicação de massas para a difusão de clichês publicitários, vem sendo adotada em larga escala pelo poder público e pela iniciativa privada para promover e consagrar paisagens, bens culturais e lugares com o intuito de transformá-los em pólos de atração de investimentos e de desenvolvimento turístico.

A análise do conteúdo imagético e discursivo referente a Ouro Preto²⁹ divulgado pelas revistas e sites, especializados na promoção mercadológica de lugares e na venda de pacotes

²⁹ Por meio de uma pesquisa efetuada junto aos meios de divulgação e promoção de lugares e pacotes turísticos, procurou-se fazer a análise dos discursos e das imagens sobre Ouro Preto difundida por estes veículos de comunicação. A pesquisa envolveu a análise do conteúdo existente em guias de viagem, revista especializada em turismo e em alguns sites de divulgação turística do ano de 2005. São eles: Guia Quatro Rodas 2005, o site da CVC-turismo, www.cvc.com.br, o site da Embratur, www.embratur.gov.br, o site de dois meios de divulgação turística via internet, www.terra.com.br/turismo, o site http://www.cidadeshistoricas.art.br/ouropreto/op_his_p.htm, o site

pela iniciativa privada e pelo poder público municipal, possibilitou desvendar os mecanismos publicitários que transformam a cidade em um meio atraente e sedutor, dotado de belas paisagens, monumentos imponentes e expressões artísticas que remetem o visitante a um cenário barroco típico do século XVIII.

Dentre os veículos de difusão de informações pesquisados observou-se que a maior parte das imagens divulgadas ressaltam determinados ângulos da paisagem urbana de Ouro Preto, cujo destaque se dá, preferencialmente, para exemplares da arquitetura monumental, como as igrejas e os edifícios civis e institucionais, além de exemplares do casario colonial envolto pelas montanhas que circundam a cidade.

A difusão de vistas panorâmicas de Ouro Preto estão associadas a determinados discursos que enfatizam o sentimento nostálgico de volta ao passado ao evidenciar certos ângulos das paisagens e difundir discursos que fornecem estímulos ao expectador para ir ao encontro do passado, da história e da tradição.

A divulgação de discursos como: “Ouro Preto tem um clima peculiar, marcante e a sensação de déjà-vu ao caminhar por suas ruas, principalmente numa madrugada tranquila, toma conta da gente ³⁰” ou, “de repente parece que a viagem no tempo é uma realidade” ³¹ ou “caminhar pelo calçamento de pedra das ladeiras de Ouro Preto é fazer uma viagem no espaço e no tempo” ³², leva o consumidor a incutir uma imagem preconcebida sobre uma cidade idealizada. Tais estratégias publicitárias omitem a cidade real, marcada pela descaracterização do entorno com a ocupação desordenada das encostas, pelo estado de má conservação de seus monumentos e conjuntos arquitetônicos e pela própria organização sócio-espacial da atividade, caracterizada pela concentração excessiva de turistas nos pontos turísticos mais freqüentados. Ouro Preto é também marcada pelos problemas típicos de qualquer cidade de porte médio como o trânsito, o lixo, a poluição visual e sonora e outros fatores que acarretam a perda do encanto, da

www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br, o site www.ouropreto.org.br, administrado por meio de uma parceria entre a prefeitura municipal, a associação comercial de Ouro Preto, a Câmara Municipal, a Ouro Preto Convention Bureau e o governo do Estado de Minas Gerais. Este último também subsidia um site de divulgação das potencialidades turísticas do estado, podendo ser acessado pelo endereço www.idasbrasil.com.br. Também foi analisado o site www.ouropreto.com.br, o qual conta com uma ampla variedade de informações úteis e serviços úteis não só diretamente relacionados ao turismo. Este site é administrado por meio de uma parceria entre a iniciativa privada, a UFOP, a Fundação de artes de Ouro Preto e conta com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal. Todos os sites citados foram acessados em 23/06/05

³⁰ Extraído do site : http://www.cidadeshistoricas.art.br/ouropreto/op_dia_p.htm, acessado em 26/6/05

³¹ Extraído do site: www.ouropreto.org.br acessado em 27/6/05

³² Extraído do site: www.embratur.gov.br, acessado em 27/6/05

beleza e da nostalgia associados à cidade, problemas e imagens reais que são propositalmente omitidas visando o bom funcionamento da atividade turística.

Vistas parciais de Ouro Preto



Foto 1 - Vista aérea de Ouro Preto
Fonte: www.ouropreto.org.br³³



Foto 2 - Vista da igreja de Nossa Senhora do Pilar
Fonte: www.3mosqueteiros.com.br³⁴



Foto 3 - Casario colonial de Ouro Preto
Fonte: www.cidadeshistoricas.art.br³⁵

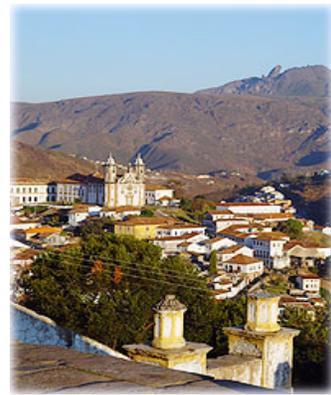


Foto 4 - Vista parcial de Ouro Preto.
Fonte: www.ouropreto.com.br³⁶

³³ Site acessado em 20/06/05

³⁴ Site acessado em 20/06/05

³⁵ Site acessado em 20/06/05

³⁶ Site acessado em 20/06/05

Descaracterização e depredação do patrimônio de Ouro Preto

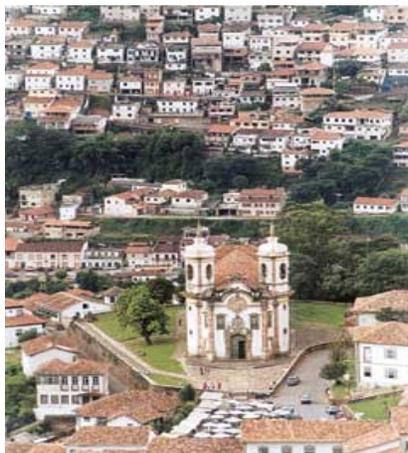


Foto 5 - Ocupação das encostas e descaracterização da paisagem. Fonte: (Oliveira, 2003)



Foto 6 - Ângulo da Praça Tiradentes, tendo ao fundo o local onde se localizava o casarão incendiado. Fonte: (da autora, 2004)

O poder de atração e sedução difundido pelas imagens e discursos publicitários estimulam o consumidor indeciso a contemplar pessoalmente determinados objetos e lugares para atender suas expectativas e confirmar as imagens preconcebidas e fetichizadas criadas em seu imaginário. Segundo Krippendorf (2003, p. 55), um aspecto típico do comportamento do turista consiste

na procura da confirmação da idéia que ele formou sobre suas férias. Trata-se, antes de mais nada, de imagens e sonhos pré-fabricados pela publicidade. Eles estão presentes em nossas mentes quando começamos a viagem e desejamos que as promessas sejam mantidas, mesmo que, em geral, correspondam apenas a clichês e não reflitam nem parte, nem mesmo nada, da realidade.

O “bombardeio” de imagens e mensagens produzidas pelos promotores turísticos gera um sistema de representações que induzem à escolha do que deve ser visto e contemplado pelo turista, cujo olhar é previamente direcionado para a apreensão da dimensão imagética dos bens culturais, atendo-se aos seus atributos formais mais relevantes como a grandeza, a opulência, a harmonia em relação ao conjunto e outros. Em Ouro Preto, os bens culturais que contemplam

tais quesitos têm sua imagem mais difundida e exaltada pelos meios de comunicação. Geralmente, os exemplares arquitetônicos que possuem maior destaque são: O Museu da Inconfidência e a Praça Tiradentes, a Escola de Minas, as igrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora do Carmo, a Casa dos Contos e o conjunto arquitetônico da Rua Conde de Bobadela.

Atrativos Turísticos de Ouro Preto



Foto 7 - Museu da Inconfidência
Fonte: (da autora , 2005)



Foto 8 - Casa dos Contos
Fonte: (da autora , 2005)



Foto 9 - Escola de Minas
Fonte: (da autora, 2005)



Foto 10 - Praça Tiradentes
Fonte: (da autora, 2005)

Como o estímulo visual se torna um atributo relevante para a atração do grande público, as estratégias efetuadas pelos promotores turísticos, voltadas para a captura e orientação do olhar do turista, são promovidas tanto pelos mecanismos de produção imaterial quanto material do turismo.

Em sua obra “*O olhar do turista*”, John Urry (2001) tece uma análise referente às estratégias de construção, sistematização e compartilhamento de um olhar turístico voltado para a adesão de um público segmentado de consumidores.

O sistema de representações envolvendo objetos e lugares é responsável, dentre outros fatores, pela estruturação da moda e dos gostos, os quais determinam os critérios de escolha do que deve ser visto e contemplado. “É difícil conceber a natureza do turismo contemporâneo sem ver como tais atividades são literalmente construídas em nossa imaginação pela propaganda e pela mídia, bem como pela competição consciente entre diferentes grupos sociais” (URRY, 2001, p. 30).

A captura do olhar do turista por meio da difusão de imagens-signo, remete-o a uma pseudo-realidade em que a visualidade figura, em grande parte, como condição de atratividade. Esta condição provoca a determinação de estratégias, efetivadas pelos promotores turísticos, de satisfazer o olhar do turista, não só por meio da construção midiática de imagens e objetos-signo, mas também, por meio de ações que dão maior visibilidade ao objeto físico como a produção de iluminações noturnas e espetáculos de som e luz, voltados para o destaque e valorização imagética de determinados bens patrimoniais seletamente selecionados como referenciais que remontam ao passado, a uma memória nostálgica e ao extraordinário, já que se constituem na expressão da diferença.

Iluminação noturna de Ouro Preto



Foto 11 - Iluminação noturna de Ouro Preto Fonte: (da autora, 2004)

A estratégia de iluminação noturna já vem sendo utilizada em Ouro Preto, contemplando os exemplares arquitetônicos de maior visibilidade na paisagem como o Museu da Inconfidência, a Escola de Minas (antigo Palácio dos Governadores), as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula e outras. Com esta prática, atualmente algumas agências de turismo, como a Aliar Turismo³⁷ já oferecem passeios noturnos pelo centro histórico, com caminhadas que abrangem a observação de algumas das principais atrações turísticas da cidade.

O conjunto de estratégias de valorização da dimensão aparente de bens culturais, paisagens e lugares promove sua espetacularização. Nesse sentido, Urry (2001, p. 131) ressalta que “quase todos os lugares se tornaram centros de “espetáculo e de exibição”, tornando-se focos de fascínio e atração não só pelas imagens e representações relacionadas a tais bens, mas também pelo conjunto de serviços, de atrações culturais e de lazer a eles associados. Também são ressaltadas as expressões culturais que dizem respeito à localidade, tais como a culinária típica, o artesanato local, o folclore e outras. Para exemplificar esse conjunto de ações, pode-se constatar a existência cada vez mais freqüente de cafés, restaurantes, livrarias especializadas e lojas de *souvenirs* acopladas a museus e monumentos, o uso do espaço interno das igrejas para a promoção de apresentações folclóricas, artísticas e musicais, além da utilização de certas áreas do centro histórico como espaços destinados à apresentação de shows, comícios políticos e outros eventos de grandes proporções.

Além dos atrativos naturais e histórico-culturais, existentes em Ouro Preto, a rede de serviços e estabelecimentos comerciais voltados prioritariamente para o atendimento da demanda turística vem sofrendo uma considerável expansão nos últimos anos, sendo cada vez mais exaltados pelos meios de divulgação publicitária.

O aumento do rendimento econômico promovido pelo setor turístico em nível nacional e internacional vem fazendo com que muitos empresários aproveitem a potencialidade turística de Ouro Preto por meio de investimentos em estabelecimentos mais requintados que atendam a uma clientela mais selecionada. Dessa forma, proliferam os cafés, bares e restaurantes acoplados aos hotéis mais caros e refinados da cidade, que, além dos pratos típicos da culinária mineira,

³⁷ A Aliar turismo é uma empresa de receptivo turístico instalada em Ouro Preto. A agência oferece roteiros básicos pela cidade e pela região e roteiros diferenciados para grupos escolares e grupos da terceira idade, além de montar roteiros conforme os interesses específicos demonstrados pelos turistas como o roteiro do Aleijadinho.

oferecem também menus internacionais acompanhados, geralmente, por apresentações musicais e outras atrações noturnas.

No ramo comercial, ampliam-se as lojas de *souvenirs*, ateliês e lojas de jóias e pedras preciosas, geralmente localizadas nas ruas de maior fluxo de turistas, onde o grau de refuncionalização patrimonial é cada vez maior. Apesar da falta de livrarias, a cidade conta com alguns pontos de venda de livros especializados em temas relacionados a Ouro Preto, localizados no Centro de Informação Turística, na Associação de Guias, no Museu da Inconfidência e nas principais igrejas visitadas.

Todos estes serviços exercem um papel fundamental nos critérios de escolha da viagem, já que o turista procura, acima de tudo, uma boa hospitalidade, qualidade dos serviços, bom atendimento e opções variadas de lazer e entretenimento. Para suprir este último quesito, a prefeitura municipal e, ocasionalmente, a Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com a iniciativa privada, promovem shows na Praça Tiradentes, concertos nas igrejas, espetáculos teatrais e outras programações culturais, cujas atividades se concentram, geralmente, durante o Festival de Inverno promovido pela cidade no mês de julho e ao longo do ano. Tais espetáculos atuam como atrativos diferenciais que atraem uma demanda significativa de turistas, principalmente no Festival de Inverno com a concentração de um público economicamente e culturalmente mais seletivo.

Algumas festas tradicionais da cidade como o carnaval e as comemorações do dia 12 de outubro – aniversário da UFOP – também atuam como chamadas diferenciais, responsáveis pela incursão maciça de turistas e excursionistas que, em grande parte, encaram tais festividades como os principais atrativos oferecidos pela cidade, relegando os bens patrimoniais a um segundo plano no qual atua como um simples cenário das festividades.

Festival de Inverno de Ouro Preto – 2000



Show do Skank - 1997/2000 - Foto: João Marcos Rosa
Foto 12 - Festival de Inverno de Ouro Preto- 2000³⁸
Fonte: www.escolavesper.com.br

Este conjunto de estratégias públicas e privadas de realce da dimensão imagética, da difusão de clichês e da refuncionalização dos bens culturais levam a determinados modos de apreensão estética e a certas formas de uso voltadas para o atendimento da demanda turística. Tais fatores priorizam a apreensão de uma história mistificada e de uma cultura banalizada pelo mercado, destituída das experiências sociais que permearam sua construção.

“Vivemos desta maneira ao abrigo dos signos e na recusa do real. Segurança miraculosa: ao contemplarmos as imagens do mundo, quem distinguirá esta breve irrupção da realidade do prazer profundo de nela não participar. A imagem, o signo, a mensagem, tudo aquilo o que consumimos, é a própria tranqüilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real” (BAUDRILLARD, 1995a, p. 25).

A evocação de imagens seletas, representativas de um mundo aparente, remete o indivíduo à celebração de paisagens e objetos espetacularizados pelo consumo que remontam a tempos pregressos e geram um sentimento de nostalgia coletiva, fazendo do passado e de suas expressões artísticas e culturais uma valiosa mercadoria, fonte de desejos e objeto de distinção. Representado e consagrado pelos monumentos da arquitetura civil, institucional e religiosa, pelos conjuntos arquitetônicos urbanos, por obras artísticas, como pinturas e esculturas expostas em museus e galerias de arte, o passado entra no circuito do consumo ao ser considerado como a expressão da diferença. “A heterogeneidade do patrimônio (heritage) atual é um espelho da

³⁸ Acessado 12/11/2004

heterogeneidade dos atrativos patrimoniais, isto é, sítios, temas e áreas promovidos como produtos patrimoniais para “consumo” por turistas e excursionistas” (PRENTICE, 1993 apud DI GIORGI, 2002, p. 30).

Para figurarem como atrativos, os promotores turísticos apelam para a sua transformação em espetáculo considerado por Debord (1997, p. 14) como “o âmago do irrealismo da sociedade do real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos – o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”.

A utilização dos centros históricos tombados como cenários para propagandas publicitárias vem se constituindo uma prática freqüente em nível mundial. Tais centros servem como cenários de ambientação de filmes, novelas, como meios de merchandising de mercadorias, propagandas políticas, promoção de eventos, shows e espetáculos que divulgam e popularizam a imagem espetacularizada de tais cidades, as quais se aproveitam desses recursos para a captação de investimentos e turistas. Assim, os próprios locais onde certas cenas de filmes e novelas foram feitas tornam-se atrativos turísticos.

A Cenarização do Patrimônio de Ouro Preto



Foto 13- Misses na Praça Tiradentes

Fonte: (da autora, 2004)

Em Ouro Preto, esta prática tem sido muito freqüente já que, além de ser mundialmente reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade é considerada como palco de significativos acontecimentos de nossa história e como uma expressão da cultura nacional. O reconhecimento nacional e internacional de Ouro Preto torna a cidade atraente para campanhas publicitárias, shows e comícios políticos. Uma das maiores campanhas ocorridas na cidade foi o show do grupo musical mineiro Skank, ocorrido em 2001. O grupo escolheu Ouro Preto para a gravação de um DVD, ao vivo, por meio de um show ocorrido na praça Tiradentes que atraiu mais de 50 mil pessoas, segundo os organizadores do evento, utilizando-se da imagem e do status da cidade para promoção publicitária.

Comemorações de cunho político são também freqüentes em Ouro Preto, principalmente no dia 21 de abril, lembrando Tiradentes, quando palanques são montados na praça para a condecoração e o pronunciamento de discursos de autoridades políticas nacionais e internacionais.



Foto 14 - Comemoração do dia 21 de abril
Fonte: (da autora , 2005)



Foto 15 - Show do Skank em Ouro Preto em julho de 2001. Fonte: www1.uol.com.br/skank/aovivo.htm³⁹

Não somente os bens patrimoniais, mas também as outras instâncias da cultura tornam-se bens representativos da sociedade espetacular, exaltados enquanto mercadorias que se destacam

³⁹ Acessado em 24 de abril de 2005

pelo apelo publicitário e pela sua própria dimensão aparente, tanto pelas características peculiares de sua materialidade tanto pela propagação de recortes de sua imagem pelos veículos de comunicação.

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por `coisas supra-sensíveis` embora sensíveis, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência (DEBORD, 1997, p 28).

Na sociedade do consumo, a transformação do valor cultural de um bem em valor econômico faz com que seu conteúdo cultural e a noção de autenticidade, raridade, unicidade e formação cultural a ele associado sejam considerados como forma de promoção e apropriação de tais bens pelo mercado.

A dominação econômica da esfera cultural, ao trabalhar com um sistema de representações, promove um grau de alienação do consumidor frente ao objeto de contemplação. Isto ocorre porque tal relação é mediada por uma discursividade superficial adaptada à captação das massas que simplifica a complexidade do real, pela difusão de imagens pré-fabricadas e pelos próprios objetos como os conjuntos urbanos tombados que, ao serem tão alterados em sua dimensão estrutural e refuncionalizados, muito perderam de suas características originais ou até passaram por um processo de reconstrução.

Tais transformações induzem ao questionamento acerca do grau de autenticidade destes bens, que mesmo tão alterados em sua dimensão estrutural e funcional, continuam tendo suas imagens difundidas e veiculadas enquanto bens originais e autênticos. O conjunto arquitetônico tombado de Ouro Preto ainda preserva uma imagem difundida pela mídia e incorporada ao imaginário coletivo de um cenário autêntico do século XVIII, sendo que muitas de suas edificações já passaram por processos de reconstruções sucessivas e por alterações formais e funcionais ocorridas em outros contextos históricos.

Ao discutir o sentido da obra de arte na era da reprodutibilidade técnica, Benjamin (2000) avalia até que ponto a autenticidade de uma obra de arte permanece com o uso das técnicas de reprodução. Segundo Benjamin (2000, p. 225) “o que faz com que uma coisa seja autêntica é tudo o que ela contém de originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico”.

Transpondo esta análise para a avaliação do teor de autenticidade dos bens patrimoniais, pode-se avaliar que a recriação total ou parcial de muitos destes bens como meio de evocação da história ou da memória de uma nação constituem em uma “forma não aurática⁴⁰ de autenticidade. Esta, em contraste com a autenticidade “aurática”, dispensa um vínculo orgânico com o passado: o aspecto da recriação é nela mais forte do que o aspecto de herança” (GONÇALVES, 1988, p. 269).

Atualmente, as adaptações formais e funcionais instituídas nos bens patrimoniais, visando sua adaptação à demanda turística, vêm promovendo uma perda do teor de autenticidade de tais bens. A utilização freqüente de materiais e das técnicas construtivas não-originais nas estratégias de intervenção, a remodelagem dos aspectos arquitetônicos originais no ambiente interno e, em partes, no externo, tendo em vista a adaptação desses bens a novas funções, vem acentuando sua descaracterização e, em partes, a perda de seus vínculos com o passado e com a tradição, mesmo que esses vínculos ainda sejam exaltados pela mídia por meio de sua valorização imagética em detrimento do seu conteúdo histórico e cultural.

A maioria dos núcleos históricos brasileiros vem enfrentando graves problemas relacionados à descaracterização dos bens tombados em decorrência da falta de atuação mais efetiva dos órgãos gestores responsáveis, e da falta de informações e de conscientização da população. Em Ouro Preto, tal problema ocorre de forma mais acentuada em decorrência da grande extensão do perímetro urbano tombado, da grande quantidade de edifícios tombados existentes e da falta de profissionais responsáveis pelas ações preservacionistas. Em função disso, a má conservação, a descaracterização e a depredação dos edifícios tornam-se evidentes, atingindo, inclusive a parte mais densamente apropriada pela atividade turística. Diante dessa realidade, a discussão sobre o teor de autenticidade de tais bens torna-se polêmica, já que grande parte dos imóveis sofreu muitas alterações em sua dimensão formal e em sua estrutura interna.

Ao tecer considerações sobre a produção material e imaterial do turismo, procurou-se evidenciar as estratégias efetivadas pelos promotores turísticos em relação ao processo de produção, circulação, consagração e consumo dos bens patrimoniais transformados em atrativos turísticos. Em um segundo momento, cabe analisar as formas de efetivação das viagens, suas motivações e os modos de percepção e as condutas dos turistas no local visitado.

⁴⁰ Benjamin (2000, p. 229) define aura como a “única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que ela possa estar”. Neste conceito, encontra-se implícita a idéia de unicidade e singularidade.

CAPÍTULO 07 - AS NOVAS FORMAS DE APRECIÇÃO E CONSUMO DOS BENS PATRIMONIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

A expansão do turismo em nível mundial, além de se constituir em um reflexo dos progressos da tecnologia dos meios de transporte e comunicação que aproxima lugares e pessoas, constitui também um reflexo da lógica econômica de manipulação de desejos e de necessidades coletivas, acentuadas pela atuação do *mass média* e concretizadas por meio da efetivação de viagens.

O desejo de fuga do cotidiano estressante da vida nas grandes cidades, a procura de repouso e relaxamento, efetivada durante as férias, e a busca por lazer e diversão, condicionam o desenvolvimento em larga escala da atividade turística.

O anseio de suprir tais necessidades canaliza-se para o incremento da atividade turística que se alimenta de representações ideais sobre os destinos ofertados, possibilitando a criação de um imaginário coletivo nutrido por sonhos e ilusões que direcionam o indivíduo para suprir tais desejos por meio do consumo de lugares, paisagens e objetos. Segundo Krippendorf (2003, p. 56), “a indústria do turismo conserva *estes anseios* ao propor grande parte do universo de cartão postal tão esperado.”

Ao serem responsáveis pela produção, organização e venda de viagens, os profissionais ligados ao turismo e as prestadoras de serviços voltadas para o desenvolvimento da atividade, atuam como condicionadores e manipuladores de opinião sobre as localidades ofertadas, além de também atuarem sobre as formas de organização e fruição das viagens. Tais procedimentos são efetivados, principalmente, pelas agências e operadoras de turismo, atuantes dentro ou fora da localidade visitada, e pelos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo desenvolvimento e regulação da atividade.

A atuação dessas empresas e instituições, no que se refere ao trabalho de produção e divulgação de materiais impressos e audiovisuais detentores de um viés publicitário de forte apelo discursivo e visual, exercem grande influência no processo de escolha do consumidor. Também compete a tais instâncias a organização de viagens agenciadas com roteiros previamente definidos, vendidos na forma de excursões, pacotes turísticos e visitas guiadas direcionadas para a contemplação das massas.

O agenciamento das viagens capta grande parte da clientela turística da atualidade, já que oferece um conjunto de vantagens econômicas e organizacionais ao consumidor, não só por meio da oferta das visitas aos principais atrativos turísticos, mas também, pelo oferecimento de serviços ligados à atividade como os meios de transporte, hospedagem, alimentação e lazer a preços mais acessíveis. A lógica de funcionamento das viagens agenciadas consiste, em grande parte, na racionalização do tempo, na manipulação de condutas e no direcionamento do olhar dos turistas em busca da confirmação de clichês acerca da localidade visitada.

Os pacotes turísticos buscam oferecer roteiros temáticos, como o das cidades históricas de Minas Gerais, envolvendo a visita de um número considerável de cidades e atrativos em curtos espaços de tempo, priorizando os mais conhecidos e divulgados pelos veículos midiáticos.

Os roteiros turísticos de maior demanda destinados às cidades históricas de Minas Gerais, onde se inclui a visita a Ouro Preto, são oferecidos por grandes agências e operadoras de viagens concentradas, em sua grande maioria, em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro que figuram entre os principais pólos emissores de turistas do Brasil e mantêm uma relação de maior proximidade geográfica em relação aos destinos ofertados. Segundo o relato de Cristiano⁴¹, funcionário público que trabalha no posto de informações turísticas de Ouro Preto desde 1972, as agências e operadoras de turismo que mais trazem grupos à cidade atualmente são a CVC-turismo, a Pampulha-turismo e a Ouro Preto-turismo, as duas últimas localizadas em Belo Horizonte⁴². Tais empresas oferecem pacotes às cidades históricas e adjacências com duração média de quatro a seis dias, incluindo a visita aos principais pontos turísticos das cidades e os serviços de transporte, alimentação, hospedagens e guias.

Dentre os principais destinos ofertados encontram-se as visitas a Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João del Rei, Congonhas, Belo Horizonte, local de pernoite da maioria dos pacotes oferecidos, e adjacências. Os roteiros de menor duração chegam a oferecer a visita a mais de três cidades em apenas um dia, incluindo a visita aos principais pontos turísticos de cada cidade e um período livre para compras. Em Ouro Preto, a maior parte da duração das viagens agenciadas é de meio período a um dia e ocasionalmente, dois dias, principalmente, quando se referem às excursões escolares. Dessa forma, a maioria dos roteiros envolve a visita a três ou quatro pontos turísticos da cidade, uma refeição e um período livre para

⁴¹ Entrevista concedida em 22/04/05

compras na área de maior concentração de estabelecimentos comerciais, localizados nas adjacências da Praça Tiradentes.

Em relação aos atrativos mais visitados pelos grupos destacam-se a igreja de São Francisco de Assis, de Nossa Senhora do Pilar, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, incluindo a visita ao museu do Aleijadinho, a Casa dos Contos e o Museu da Inconfidência e de Mineralogia. Estes figuram entre os principais atrativos divulgados pela mídia impressa e eletrônica e por outros meios de divulgação difundidos pela iniciativa privada e pelo poder público, os quais exaltam sua importância histórica, seu esplendor artístico e arquitetônico, além de sua opulência e beleza.

Nestas condições, como atesta Urry (2001, p. 96), “o olhar do turista é estruturado por noções culturalmente específicas daquilo que é extraordinário, e, portanto, digno de ser visto”. O estabelecimento prévio de determinados itinerários que interligam os principais atrativos de cada localidade visa promover a correspondência entre a representação pré-instituída e a realidade mistificada, mediatizada pela ênfase na visualidade. “Assim, as representações se aproximam mais de nossas expectativas em relação à realidade, dos signos que carregamos e que esperamos ser desencadeados” (URRY, 2001, p. 196).

A visitação aos principais atrativos de Ouro Preto envolve percursos que perpassam pelas ruas centrais da cidade, cuja concentração de monumentos, casarões alinhados de acordo com a declividade do terreno, igrejas, comércios e serviços é elevada, o que faz dessa área uma das mais belas e atraentes da cidade. Tais estratégias proporcionam a satisfação das massas por meio dos olhares induzidos pelos promotores turísticos.

A superficialidade dos contatos, associados à curta duração das visitas, o excesso de turistas e a existência da mediação entre os visitantes e os bens culturais, contemplados por meio de guias turísticos ou publicações impressas, acabam disponibilizando um conjunto de informações, muitas vezes superficiais e banais acerca de tais bens que servem, principalmente, para saciar a curiosidade dos visitantes.

O tempo de visitação das principais igrejas de Ouro Preto dura, em média, de 20 a 30 minutos e vai de uma a uma hora e meia, para cada museu. Durante as visitas, os turistas direcionam seus olhares para as pinturas, esculturas e outros objetos comentados pelos guias por meio de informações sobre fatos históricos, datas e curiosidades transmitidas de forma igualitária

para grupos de composição heterogênea, envolvendo pessoas com idades e graus de formação acadêmica e profissional diferenciado⁴³.

As reflexões de Benjamin (2000) acerca das formas de apreciação das obras de arte assemelham-se às práticas turísticas contemporâneas. Quando analisa as formas de apreciação do público em relação ao cinema relata a rapidez da sucessão de imagens transmitidas pelos filmes e a conseqüente falta de captação destas pelo olhar que interdita a associação de idéias no espírito do expectador (BENJAMIN, 2000, p. 249 – 250).

O desenvolvimento do turismo de massa fez com que prática semelhante fosse adotada nas formas de recepção e fruição do público consumidor com as obras de arte transformadas em atrativos turísticos, tais como os bens patrimoniais. Ao privilegiar a quantidade em detrimento da qualidade da apreciação, parcelas cada vez mais reduzidas de tempo são destinadas à fruição das obras, as quais são observadas por um número cada vez maior de expectadores atentos às informações simplificadas e superficiais transmitidas pelos guias, *folders* ou panfletos.

A riqueza de detalhes e de sentidos existentes nas expressões artísticas de nomes expressivos da arte nacional como Aleijadinho e Ataíde, cujas obras mais significativas se encontram nas igrejas e museus de Ouro Preto são, geralmente, pouco apreendidos pelos turistas que efetuam viagens agenciadas. O estabelecimento de roteiros, itinerários e circuitos pelos promotores turísticos públicos e privados destitui o visitante de sua individualidade e o leva a captar uma realidade constituída por belas imagens semelhantes aos cartões postais, uma realidade espetacularizada que leva o visitante a ter, com algumas exceções, boas impressões sobre os lugares e bens culturais visitados. Segundo Krippendorf (2003, p. 49), “é incontestável que a organização atual do turismo não favorece a liberdade nem a autonomia da pessoa em férias. É o reino da passividade”.

De acordo com a lógica de organização do turismo de massa, o grau de independência e individualidade do visitante torna-se pouco relevante, já que todas as atividades são condicionadas à satisfação dos grupos, que chegam em levadas sucessivas às localidades visitadas, principalmente, nos períodos de alta temporada, levando à massificação dos serviços e à adaptação dos estabelecimentos comerciais e dos atrativos ao atendimento do grande público. Tal

⁴³ As informações obtidas são fruto de observações de campo efetuadas pela autora por meio do acompanhamento de um grupo escolar e um grupo da CVC - turismo durante a visita às igrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Pilar e ao Museu da Inconfidência, efetuadas, respectivamente, no dia 24/05/04 e 21/04/05.

como as outras cidades turísticas, Ouro Preto também vem se preparando para receber uma demanda cada vez maior de turistas.

Atualmente, observa-se a abertura de estabelecimentos com infra-estrutura voltada para o atendimento de grupos, principalmente, de amplos restaurantes *self-service*, e de lojas de *souvenirs*, localizadas nas proximidades da Praça Tiradentes e na entrada da cidade, as quais oferecem uma gama variada de produtos locais e regionais como pedras, artesanato em pedra sabão, camisetas, doces em compotas, cartões postais e outras lembranças de Ouro Preto.

A superficialidade dos contatos estabelecidos entre os visitantes e os autóctones e a delimitação de itinerários que atravessam as áreas mais atraentes e valorizadas das localidades, produzem um ambiente de segregação sócio-espacial, desfavorável ao encontro, à descoberta e ao conhecimento da realidade local em sua totalidade.

Segundo Krippendorf (2003), no turismo de massa o desejo de estabelecer contatos com os autóctones, buscar novos conhecimentos e impressões e cultivar a educação e o saber são elementos acessórios que correspondem a uma baixa porcentagem das motivações das viagens.

O rótulo de turismo cultural empreendido no ato de escolha, compra e efetivação dos pacotes destinados à visita dos núcleos urbanos que contenham bens patrimoniais tombados, atua, muitas vezes, como um clichê publicitário de venda de pacotes que possuem certo teor diferencial, já que, teoricamente, procuram conduzir o visitante ao universo da cultura e do conhecimento por meio da visita a igrejas, museus, teatros e outros monumentos de valor artístico, histórico e cultural. Porém, a forma como são efetivadas pouco se diferenciam da maioria das viagens agenciadas, empreendidas pelos promotores turísticos já que prevalece, na maior parte das vezes, o baixo tempo de permanência nos locais visitados, a superficialidade das informações transmitidas pelos guias, e a própria organização dos roteiros que, muitas vezes destinam grande parcela de tempo ao consumo de mercadorias, como artesanatos locais, *souvenirs* e outros tipos de *kitchs*⁴⁴, adquiridos como forma de recordação do local visitado.

Segundo Cristiano, em Ouro Preto, a prática de comissionamento de guias locais e de outras agências de fora é muito freqüente. As comissões destinadas aos guias variam de 20 a 25% do valor dos gastos efetuados pelos turistas em lojas, restaurantes e na própria rede hoteleira em

⁴⁴ Segundo Baudrillard (1995a, p 114) “o objeto Kitch é habitualmente toda a população de objetos (...) de acessórios, de quinquilharias folclórica, de lembranças (...) todo o museu de pacotilhas que proliferam em toda a parte, com preferência pelos lugares de férias e de lazeres”.

que varia de acordo com o valor da estadia ⁴⁵. Como as possibilidades de ganhos econômicos obtidos por esta prática são, muitas vezes, maiores que o próprio valor do serviço dos guias, estes restringem muitas vezes a quantidade e o tempo gasto na visita dos museus, igrejas e outros atrativos para que o turista destine um tempo maior às compras, induzindo-o ao consumo nas lojas mais caras como as joalherias.

As excursões escolares, que visam ao aprimoramento educacional do estudante, muitas vezes se enquadram no mesmo esquema, desvirtuando-se, em parte, dos objetivos e metas propostas, já que o estímulo ao lazer e ao consumo propiciados pela própria estrutura e programação dos pacotes e roteiros é, muitas vezes, maior do que a própria proposta pela busca e aprimoramento do saber e do aprendizado tidos como um dos objetivos primordiais deste tipo de viagem.

Apesar de as viagens agenciadas figurarem como o principal segmento do mercado turístico, outras formas de viagens empreendidas vêm se destacando, evidenciando a maior flexibilidade do setor, direcionado para o atendimento de um público diversificado com interesses e objetivos distintos.

Ao procurar evitar as limitações temporais e espaciais impostas pelos pacotes turísticos, o turista exerce sua individualidade e autonomia, planejando e executando sua viagem de acordo com seus interesses particulares. Krippendorf (2003, p. 160) afirma:

em vez de seguir os itinerários turísticos conhecidos, visitando os monumentos e os pontos clássicos, de escutar as explicações sobre história da civilização, de consumir os cardápios turísticos e de servir-se nas lojas de souvenirs, os turistas deveriam ser conduzidos ao “país verdadeiro”, ao encontro de pessoas e sua realidade.

Dessa forma, tornar-se-iam mais aptos a adquirir novas experiências, novas formas de percepção visual, estabelecer contatos mais profícuos com os autóctones e obter uma impressão diferenciada da massa sobre a localidade visitada, distanciando-se dos clichês e das imagens idealizadas instituídas pela mídia e pela publicidade.

Ao dissociar-se do ritual turístico imposto pelas viagens agenciadas, tornam-se maiores as possibilidades de desenvolver experiências enaltecidas e desvendar a riqueza histórica e

⁴⁵ O funcionário público afirma que também participa do esquema de comissionamentos ao indicar determinados estabelecimentos para os turistas e ao vender livros, guias e mapas sobre Ouro Preto no próprio Centro de Informações Turísticas mantido pela prefeitura municipal

cultural presente nos bens culturais visitados, fazendo da viagem uma fonte de aprimoramento de conhecimentos, do saber, da cultura e do contato com a diferença.

O imperativo essencial dos turistas alternativos é o de dissociar-se do turismo de massa. Agir diferentemente das outras pessoas, ficar longe dos caminhos percorridos pelo turismo. Se possível, ir a lugares inexplorados até então (...). Ademais, os turistas alternativos querem ter mais contatos com os autóctones, renunciar à maioria das infra-estruturas turísticas normais, alojar-se de acordo com os hábitos locais e utilizar os meios de transporte público do país. (KRIPPENDORF, 2003, p. 60).

Essas formas de conceber e organizar as viagens, porém, não significam que tal experiência possa ser comparada ao comportamento de um *flâneur*⁴⁶, considerado como uma “espécie de herói moderno, capaz de viajar, chegar, contemplar, prosseguir, ser anônimo, situar-se em uma zona liminar” (URRY, 2001, p. 185).

Mesmo dissociando-se das massas e não se subordinando aos imperativos das viagens agenciadas, o turista individual acaba por sujeitar-se aos desígnios do mercado, tanto nas suas estratégias de escolha e seleção do que será visitado, quanto na própria viagem, pois também recorre aos meios de divulgação publicitária difundidos pelo mercado como livros e revistas especializadas, guias impressos, sites na internet e outros meios que influenciam o processo de escolha e planejamento da viagem.

Ao visitar a localidade escolhida, também seleciona, em um primeiro momento, os atrativos mais relevantes difundidos pelos veículos de comunicação e, nesses pontos, depara-se com uma multidão de pessoas, enfrentando filas, congestionamentos, barulho e outros incômodos que dificultam a olhar romântico, explicitado por Urry (2001), que consiste na procura de novos objetos e do distanciamento dos padrões relativos ao turismo de massa. O olhar contemplativo, a observação profunda e a sensibilidade estética do expectador em relação ao objeto sucumbem frente aos “transtornos” provocados pelas massas.

Nos períodos de feriados e nas altas temporadas, a cidade de Ouro Preto não tem estrutura para receber tantos turistas e excursionistas. Tal limitação impõe um ônus indesejável à cidade, à população local, aos turistas e ao patrimônio. Os problemas provocados pelo excesso de pessoas

⁴⁶ “O *flâneur* (...) é o observador ou o detetive, a pessoa suspeita que está sempre olhando, observando e classificando (...). O *Flâneur* busca uma imersão nas sensações da cidade, “banhar-se na multidão”, perder-se nas sensações, sucumbir ao arrasto de desejos aleatórios e aos prazeres da escopofilia.” (Featherstone, 2000, p. 192).

levam os turistas individuais a enfrentarem condições semelhantes às do turismo de massa, deturpando as condições ideais de contemplação dos bens culturais.

A observação das propriedades sensíveis das obras de arte, objetos e paisagens, sua interpretação e a experiência emocional que suscitam, são minimizadas pelas observações superficiais e passageiras, por sensações breves e impressões fugidias. De acordo com tais condições, as formas de execução das diversas modalidades de turismo, de massa ou não, subordinam-se a realidades semelhantes e permitem traçar um paralelo às considerações de Benjamin (1968) sobre a cidade moderna em que:

os novos meios de comunicação de massa ajudaram a mudar o olhar estético da contemplação para a distração. A mobilidade do olhar e as oscilações entre imersão e afastamento ajudam a desenvolver uma atitude na qual a paisagem urbana passa a ser percebida como fragmentada e alegórica (...) (FEATHERSTONE, 2000, p. 195).

O crescimento da demanda de um público mais seletivo e da conseqüente diversificação das modalidades de turismo acaba figurando como uma nova segmentação do mercado, cuja produção e divulgação de pacotes mais flexíveis que atendam a destinos e serviços mais selecionados, visam à captação de um público consumidor mais restrito, geralmente, com maior poder aquisitivo. Dessa forma, a expansão de viagens envolvendo algum tipo de agenciamento vem proporcionando uma alta lucratividade para o setor turístico.

O aumento da demanda promove uma oferta cada vez maior de roteiros diferenciados para todos os gostos e condições financeiras. Por outro lado, as localidades turísticas desenvolvem uma série de adaptações materiais e atividades acessórias, como eventos, congressos, shows e outros para atender a clientela turística. Os estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o turismo se expandem e passam vigorar como fatores condicionantes do grau de atratividade dos lugares.

O poder público, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada, vem implementando um conjunto de estratégias e planos de intervenção urbana nos núcleos históricos preservados e nos bens patrimoniais mais relevantes. Tais planos estão promovendo alterações significativas na dinâmica sócio-espacial local em decorrência da refuncionalização patrimonial e da segregação sócio-espacial que vem ocorrendo de uma forma natural, ou mesmo induzida pelos órgãos gestores e pela iniciativa privada. Dessa forma, a explanação destas transformações é fundamental para a compreensão da relação entre turismo, patrimônio e território.

CAPÍTULO 08 - TURISMO E REESTRUTURAÇÃO SÓCIO - ESPACIAL EM NÚCLEOS HISTÓRICOS PRESERVADOS

A análise e compreensão do fenômeno turístico e seus reflexos sócio-espaciais torna-se, atualmente, imprescindível, já que muitas porções dos territórios vêm sofrendo alterações radicais em sua dinâmica social, econômica e espacial. As dificuldades de análise encontradas em relação à atividade estão relacionadas às múltiplas facetas do fenômeno na contemporaneidade.

O turismo é “certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços - uma ‘indústria’, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços (RODRIGUES, 2001, p. 17-18).

Tal atividade envolve uma complexa rede de fluxos materiais e imateriais geridos pela iniciativa privada, pelo poder público e pela sociedade civil por meio de interesses e ações, muitas vezes divergentes, cujos reflexos se evidenciam nas formas de organização e gestão das porções do território apropriadas pela atividade e pelas conseqüentes alterações das práticas sociais atreladas a este novo contexto.

As oportunidades de ganhos econômicos geram a necessidade de uma atuação profícua do poder público e da iniciativa privada, por meio de ações conjuntas ou não, no que se refere à ampliação da qualidade e da oferta de atrativos e da criação, ampliação e aperfeiçoamento dos chamados equipamentos turísticos.

Quanto maior a oferta de atrativos e equipamentos e quanto mais eficiente forem as estratégias de propaganda e marketing urbano e turístico, maior será a demanda de turistas e maiores tendem a ser os custos e os efeitos indesejáveis para a população local. Dessa forma, as contradições e os conflitos de interesses entre os diversos agentes sociais tendem a aflorar cada vez mais, fazendo com que os novos usos do território e de seus atributos entrem em choque com os velhos usos e funções historicamente determinados.

Segundo Knafou (2001, p. 70-71), os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais são considerados como as três fontes de turistificação dos lugares e dos espaços, os

quais passam a submeter-se a uma nova lógica de apropriação, planejamento e gestão. Porém, de acordo com Cruz, (2001b, p. 14), o mercado constitui-se, atualmente, na “principal fonte de turistificação dos lugares”. Tais agentes são responsáveis pelo conjunto de transformações e adaptações contínuas em certas porções do território, visando adequá-los a uma nova racionalidade econômica. Esse conjunto de estratégias vem sendo efetivadas por meio de ações planejadas ou não, envolvendo, muitas vezes, soluções urbanísticas e um processo de construção simbólica de imagens carregadas de significados que valorizam, por meio das estratégias de difusão midiática, determinadas localidades e seus atributos mais relevantes para o atendimento de finalidades econômicas e políticas.

Como os bens patrimoniais vêm adquirindo um relativo reconhecimento proporcionado pela mídia, figuram, atualmente, como bens de grande relevância econômica ao serem transformados em atrativos turísticos.

Muitas dessas localidades sofreram ou vêm sofrendo um conjunto de intervenções urbanas que procuram conciliar a preservação e gestão patrimonial com o desenvolvimento econômico por meio do incremento do turismo enquanto atividade geradora de divisas responsáveis pela própria conservação de monumentos, obras de arte e conjuntos urbanos de interesse histórico e cultural. Com o intuito de atender a esses objetivos, um conjunto de diretrizes e metas vem sendo traçado para adequar as formas urbanas preexistentes a uma nova racionalidade, com um nítido viés econômico, que oriente e concilie preservação patrimonial e desenvolvimento econômico.

Grande partes dos projetos de intervenção urbanística em voga, envolve um extenso programa de recuperação e refuncionalização dos bens patrimoniais, incluindo monumentos, conjuntos urbanos e outros bens de relevância histórica e cultural, que viabilizem a recuperação e a exaltação de sua imagem, além da regulação e adequação desta materialidade às novas formas de uso e funções requeridas pelas suas novas formas de apropriação por diversos agentes sociais.

Por meio da parceria entre o poder público, em suas diversas instâncias de atuação, e da iniciativa privada, tais projetos urbanísticos envolvem estratégias de recuperação das áreas centrais, cuja densidade de bens patrimoniais, tombados ou não, faz-se significativa, proporcionando sua promoção mercadológica por meio da atração e geração de investimentos e ganhos econômicos revertidos, em partes, para as localidades. Tais ações de renovação urbana enquadram-se no que Harvey (1996) denomina de estratégias de empresariamento urbano que se caracteriza, principalmente, pela:

parceria público-privado tendo como objetivo político e econômico imediato (...) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p. 53).

Por meio de tais estratégias de valorização econômica dos bens culturais, criam-se vantagens competitivas que aguçam a concorrência das cidades pela atração de investimentos e capital. Para tanto, uma das principais finalidades dos planos consiste em fomentar a atratividade de tais bens, não somente por meio das obras de restauro e das transformações das atividades ali desempenhadas, mas também, por meio de ações que efetivem a modernização da infra-estrutura de apoio às atividades econômicas e acesso às localidades envolvidas, viabilizando a proliferação de equipamentos de cultura e lazer como museus, galerias, centros culturais, parques e outros espaços de recreação.

Além da implantação de tais equipamentos, a canalização de investimentos públicos e privados, visando o fomento de eventos culturais e científicos, feiras, festas, festivais e outros tipos de comemorações permeadas por uma intensa estratégia de marketing, promovem a elevação do grau de atratividade da localidade, transformada em um centro de consumo cultural e de lazer que avilta a concorrência no mercado global de cidades.

Ao discutir a relação existente entre cultura, política e planejamento no processo de construção social da imagem síntese de Curitiba da década de 1970 até os anos 90, García (1997) efetua uma análise sobre a associação entre política urbana, marketing e turismo, já que tal atividade, para se consubstanciar, deve ser, em grande parte, fruto da difusão imagética da cidade em sua dimensão humana, paisagística e cultural.

Nos dias atuais, tal relação se dá por meio da transformação da cidade em espetáculo, através da difusão de imagens e discursos seletivos pela mídia que também induz a uma espetacularização do cotidiano, pela transformação do espaço em cenários, onde tudo se torna objeto de um consumo circunstancial, efêmero e transitório⁴⁷ (GARCÍA, 1997, p. 93-94).

A supremacia da imagem sobre o objeto, a fetichização da realidade e a transformação do cidadão em consumidor, promove uma leitura dominante da cidade ou de suas áreas centrais, dificultando a exaltação de uma consciência mais crítica acerca da realidade que se omite por trás deste espetáculo visual dominado pela mercadoria.

⁴⁷ A autora baseia suas análises nas obras de Debord (1997), Harvey (1992) e Baudrillard (1995)

A seleção de cidades para a implementação dos planos de gestão integrada por meio de projetos e programas urbanísticos de recuperação das áreas centrais envolve, principalmente, núcleos urbanos dotados de maior dinamismo e de alto poder de atratividade em função do rico acervo patrimonial existente.

Apesar de terem denominações e planos de ações diferenciados, de acordo com as particularidades de cada local, com os atores envolvidos e com os objetivos propostos, tais projetos e programas obedecem a uma mesma lógica, a da conjunção entre preservação patrimonial, desenvolvimento econômico e desenvolvimento local, por meio de uma nova forma de organização sócio-espacial. Dessa forma, cabe analisar, em termos gerais, os princípios e objetivos gerais inerentes a tais planos de intervenção e identificar os interesses predominantes e os atores envolvidos nestes planos que podem sofrer diversas denominações tais como revitalização, reabilitação, requalificação e o Programa Monumenta que, na verdade, se interpolam, pois fazem parte da mesma lógica.

Nas últimas décadas, as áreas urbanas centrais, detentoras de um rico acervo patrimonial por se constituírem as áreas mais antigas das cidades, vêm sendo consideradas como degradadas e marginalizadas. Tal situação se deve ao processo de descentralização da expansão urbana e à valorização imobiliária de novas áreas, que também passaram a ser beneficiadas pelos investimentos públicos.

O decorrente processo de desenvolvimento sócio-espacial desigual promoveu o “abandono”, a degradação e a deterioração física de seus bens patrimoniais de valor histórico, artístico e arquitetônico. Dessa forma, a falta de investimentos públicos e a queda do valor imobiliário de tais bens promoveram uma mudança significativa das condições sociais dessas porções do território. Isso acontece em decorrência da evasão da classe média e das classes mais abastadas para áreas mais novas e da ocupação das áreas centrais por pessoas de baixa renda, acarretando intensas transformações nas formas de uso desses espaços e de seus bens, em função da expansão do comércio popular, do trabalho informal, de pontos de prostituição, violência e outros problemas sociais que aumentaram a condição de marginalidade dessas áreas e a sucessiva degradação dos bens materiais.

Os projetos de preservação dos centros históricos e da reestruturação urbana em voga desde meados da década de 1980, desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas objetivam vincular preservação patrimonial e desenvolvimento econômico utilizando o potencial

paisagístico, as vantagens locacionais e a infra-estrutura existente para atrair investimentos econômicos e promover a transformação sócio-espacial destas áreas em termos materiais e simbólicos.

Em termos gerais, tais projetos de reabilitação, revitalização e requalificação envolvem a recuperação de edifícios públicos e privados, adequando-os a novos usos, a instalação ou a adequação da infra-estrutura urbana para o atendimento das necessidades sociais e econômicas, a recuperação de espaços públicos e a instalação de equipamentos coletivos e culturais, como garantia de sociabilidade. Como atividades complementares, os projetos envolvem a instalação de um mobiliário urbano compatível com as novas atividades econômicas ali desenvolvidas, e o incentivo à revitalização de atividades locais geradoras de emprego e renda, como a instalação de pequenas empresas, novos negócios e o desenvolvimento da atividade turística e das suas atividades acessórias.⁴⁸ Dessa forma, a concretização de tais propostas pretende devolver as condições de habitabilidade, qualidade de vida e de revitalização sócio-econômica destas áreas.

Dentro destas perspectivas enquadram-se diversos programas desenvolvidos pelo Governo Federal, em parceria com as instâncias municipais, com os órgãos de preservação e com a iniciativa privada, em um trabalho de gestão integrada que objetiva associar preservação patrimonial e desenvolvimento urbano.

A efetivação de alguns desses projetos e o processo de implementação, muitas vezes conflituoso em outras localidades, permite vislumbrar os efeitos provocados pelo processo de reordenação sócio-espacial destas localidades e avaliar seus prós e contras.

Uma das primeiras discussões travadas a este respeito refere-se ao termo revitalização, que, em termos gerais significa devolver a vida a certa localidade, ao torná-la habitável e atrativa para a atividade turística e para outros empreendimentos econômicos. Para Carlos Vainer, os debates sobre os projetos de revitalização incorrem num grande equívoco já que,

a discussão está fundada na idéia de que estas áreas não possuem vitalidade. Na verdade, essas áreas têm uma extraordinária vitalidade, mas foram, em muitos casos, ocupadas por grupos sociais de baixa renda. O que está sendo feito é renegar um tipo de vitalidade e recuperar essas áreas para determinados grupos sociais⁴⁹.

⁴⁸ As informações sobre as ações efetuadas por tais programas foram retiradas do site: www.iphan.gov.br, acessado em 20//6/2005.

⁴⁹ Entrevista concedida a KANASHIRO, Marcia “Prós e contras da revitalização de centros urbanos”. São Paulo, 10/03/2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>, acessado em 3/05/05.

Se o termo revitalizar significa devolver a vida à determinada localidade, parte-se do pressuposto de que as antigas territorialidades das prostitutas, dos moradores de rua, dos camelôs e das classes sociais menos favorecidas que ocupavam tais áreas devam sucumbir frente a uma lógica sócio-espacial excludente, renegando um tipo de vitalidade que por muito tempo deu vida e sentido a estas porções centrais das grandes e médias cidades. Em contrapartida, tais ações promovem a criação de condições materiais de desenvolvimento social e econômico por meio de uma dinamização induzida destas áreas sujeitas à lógica do capital.

A transformação das áreas centrais em pólos de atração de pessoas e investimentos acarreta uma supervalorização dos imóveis destinados a suprir novas demandas de uso com a criação de novas áreas habitacionais, de comércio e de serviços, voltados para atingir um público mais seletivo de consumidores locais ou turistas. Tais estratégias canalizam os investimentos públicos e privados por meio da adaptação dos antigos edifícios deteriorados para a implantação de equipamentos culturais, de lazer e de atividades comerciais e de serviços mais especializados, visando ampliar o potencial turístico de tais áreas. Dessa forma, os núcleos urbanos centrais, outrora renegados e degradados, passam a sofrer um processo de enobrecimento por meio das políticas de revitalização urbana levando à expulsão da população de baixa renda das áreas revitalizadas.

Os resultados obtidos pelo projeto de revitalização do bairro do Recife, iniciado em 1993, vem demonstrando, claramente, os efeitos sociais gerados pelo aviltamento de suas potencialidades turísticas por meio da refuncionalização dos bens patrimoniais voltados para o atendimento preferencial da demanda externa. O crivo do mercado implantado nas estratégias de desenvolvimento e gestão compartilhados dessa área central vem promovendo, como afirma Leite (2004), um processo de gentrificação que se dá por meio da difusão de paisagens espectacularizadas, pela ampliação dos espaços de lazer e do consumo, e pela conseqüente exclusão social induzida com esse processo, com a substituição das antigas pelas novas territorialidades que acentuam os espaços da diferença na cidade.

O projeto de revitalização do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) também se enquadra na mesma lógica, envolvendo alterações nos usos dos bens tombados por meio da substituição de seu uso residencial pela implantação de lojas de *souvenirs*, hotéis, pousadas, bares, museus e restaurantes destinados a atender os milhares de turistas nacionais e estrangeiros

que visitam a cidade ao longo de todo o ano. Tal processo tornou-se polêmico, ao envolver a expulsão induzida de mais de 2000 famílias residentes na área delimitada para a execução do projeto, levando a um processo evidente de exclusão sócio-espacial e de gentrificação.

Neste tipo de projeto, não são apenas as mudanças nas relações materiais e sócio-econômicas que se consubstanciam, mas também as alterações das relações simbólicas estabelecidas entre a população local e seu território de referência. Os elos de pertença, os referenciais mnemônicos e identitários e as relações de sociabilidade existentes neste e em outros núcleos históricos tombados se diluem frente à difusão de simulacros de uma cultura pré-fabricada e mercantilizada, transmitida pela difusão de imagens fetichizadas que omitem as diferenças e os conflitos, em grande parte, já abafados pelo modelo repressor das ações políticas locais. As críticas efetuadas à lógica mercantil e às estratégias de ações dos projetos e programas de intervenção urbanística nas áreas centrais não omitem os aspectos positivos existentes em tais planos, promovendo a garantia de sua continuidade dentro das políticas urbanas a nível federal, estadual e municipal. Zanchetti (2002) avalia tais ações como uma estratégia de desenvolvimento local, aproveitando-se dos atributos ambientais, culturais e históricos destes núcleos como forma de atração de investimentos e da recuperação de sua vitalidade econômica⁵⁰.

Com o intuito de dar continuidade a tais programas, o Ministério das Cidades vem promovendo parcerias com o Ministério da Cultura - Programa Monumenta, IPHAN e Ministério do Turismo – PRODETUR, na intenção de estimular a articulação entre as instâncias federais e municipais nos projetos de reabilitação das áreas urbanas centrais. Para isso, estão sendo previstos recursos do orçamento destinados à elaboração de tais planos, a serem efetivados de 2005 a 2007⁵¹. As ações incluem “a elaboração dos programas e projetos necessários para promover a reabilitação de áreas centrais nos diversos aspectos – técnicos, institucionais, jurídicos, sociais, econômicos, culturais e financeiros⁵²”.

Uma das particularidades dessas ações consiste na ampliação dos limites de atuação para além dos sítios históricos e na ênfase dada à demanda de uso habitacional dos edifícios ociosos, vazios, abandonados, insalubres e subutilizados, além de promover uma maior qualidade dos

⁵⁰ Entrevista concedida a KANASHIRO, Marcia “Prós e contras da revitalização de centros urbanos”. São Paulo, 10 de março de 2002. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>, acessado em 3/05/05.

⁵¹ Desde 2004, dez municípios já estão sendo beneficiados com recursos do Orçamento Geral da União para a implementação dos planos de Reabilitação em Áreas Urbanas Centrais. São eles: Porto Alegre, Recife, Vitória, Salvador, São Luis, Belo Horizonte, Piracicaba, Amparo e Pelotas.

⁵² MINISTÉRIO DAS CIDADES (2004) “Política de reabilitação de áreas urbanas centrais” In: *Cadernos Mcidades/Programas Urbanos – Planejamento territorial urbano e política fundiária* – 3, Brasília, DF, p. 79

serviços públicos e dos equipamentos comunitários, visando fornecer uma melhoria dos padrões de vida de moradores e usuários destas áreas. Apesar das pequenas modificações em termos de estratégias e ações ocorridas com a consecução de tais planos de ação, cabe questionar até que ponto a efetivação de tais projetos trará resultados diferentes dos já obtidos em outros núcleos centrais já que a parceria público-privada e o interesse mercantil prevalecem na lógica de apropriação e organização destas porções do território num processo comandado pelo capital.

Um outro programa que vem se destacando dentre os projetos e ações preservacionistas no Brasil é o Programa Monumenta, um programa do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério da Cultura que conta com a atuação do IPHAN e da UNESCO e com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da União, Estados e Municípios.

O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem como objetivo principal atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas⁵³.

Para atingir as finalidades propostas, o programa envolve várias frentes de atuação, objetivando promover um aumento da utilização econômica, social e cultural dos bens tombados e de seus arredores por meio de ações preservacionistas e conservacionistas, além de desenvolver um programa de conscientização da população local acerca da importância histórica, cultural e econômica de tais bens e, ainda, aperfeiçoar as formas de gestão patrimonial. Dessa forma, os municípios envolvidos podem gerar condições de auto-sustentabilidade do seu acervo patrimonial por meio do desenvolvimento de planos de planejamento e gestão participativa e pela dinamização econômica dos sítios históricos, principalmente pela valorização imobiliária e pelo desenvolvimento do turismo. As prerrogativas do programa visam “transformar as áreas de preservação em pólos culturais em que são implementadas atividades ligadas ao turismo cultural.⁵⁴”.

Os objetivos e metas propostos pelo programa se assemelham aos outros planos de intervenção urbana em voga explicitados anteriormente, em que os investimentos públicos na área da preservação, aplicados, usualmente em intervenções pontuais, revertem-se em benefícios

⁵³ Informações retiradas do site www.cultura.gov.br/programas-e-acoas/index, acessado em 26/06/05

⁵⁴ Informações retiradas do site www.cultura.gov.br/programas-e-acoas/index, acessado em 07/06/05

econômicos para a iniciativa privada, em detrimento de sua apropriação pela coletividade como fonte de conhecimento e de suporte da memória, da história e da identidade.

A análise de Motta (2000), referente às lógicas que permeiam os principais programas de preservação patrimonial em voga, enquadra tais programas no chamado modelo globalizado em que, por meio da parceria público-privado, o patrimônio cultural é oferecido como mercadoria em que o interesse privado predomina sobre os bens coletivos. Ao referir-se especificamente ao Programa Monumenta, Motta (2000, p. 258) ressalta que este se limita “a propor a diminuição do ônus do poder público sobre a preservação”. Ao promover ações que atuem prioritariamente no restauro de edifícios e monumentos isolados de alto poder de atratividade estético-visual, torna-se evidente o privilégio dado às intervenções que fomentem o fluxo de turistas e capitais para a área.

Os critérios de escolha das cidades e sítios históricos prioritariamente atendidos pelo programa basearam-se no grau de prioridade das intervenções, levando-se em conta o grau de deterioração desses sítios e o seu potencial econômico. Em um primeiro momento, sete áreas históricas foram selecionadas tais como Ouro Preto, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luis e São Paulo. Atualmente, o programa contempla 26 cidades, grande parte delas reconhecidas como Patrimônio Mundial pela UNESCO ⁵⁵.

Em Ouro Preto, o programa começou a ser implantado em 2000, com término de previsão para 2003. Porém, as dificuldades político-administrativas enfrentadas pelo poder municipal local impediram que o programa fosse finalizado no prazo encontrando-se ainda em fase de implantação.

A área de intervenção do programa contempla os bairros de Antonio Dias e Pilar, incluindo intervenções de caráter pontual que incluem obras de restauro em edifícios isolados tais como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, a Casa do Folclore a Casa de Gonzaga, a Casa da Baronesa e o Teatro Municipal, visando à sua adequação para os antigos e novos usos, projetos paisagísticos e levantamentos fundiários e topográficos em dois locais da cidade, o Largo de Marília e o Vale dos Contos.

O programa contempla ainda um estudo do tráfego visando melhorar o sistema viário local, um projeto de implantação de um mobiliário urbano compatível com as características espaciais existentes e um projeto interpretativo visando à promoção de orientações e informações relativas aos bens patrimoniais tombados para moradores e visitantes por meio de placas, painéis,

⁵⁵ Informações extraídas do site www.unesco.org.br, acessado em 26/06/05

material impresso e outros. Além desses aspectos, o programa pretende atuar na mudança da rede de fiação, de aérea para subterrânea, promover a atualização do Plano Diretor e promover pequenas intervenções em imóveis privados com obras de fachadas, cobertura e estrutura.

Por meio da análise dos tipos de intervenções e dos bens contemplados pelo programa nota-se que a grande maioria dos bens escolhidos concentra-se em locais de grande fluxo de turistas. Também se observa que a maioria dos tipos de intervenções que vem sendo efetuadas possui um caráter estético-paisagístico, envolvendo edifícios, pontes e certas áreas do núcleo histórico tombado, de grande potencial turístico por sua imponência, beleza e pela relevância histórica que possuem. Neste sentido, o conjunto de ações efetuadas pelo programa demonstra a ênfase do poder público e das instâncias de preservação em consonância com a iniciativa privada de investir no potencial econômico do patrimônio cultural de Ouro Preto como forma de garantir sua preservação auto-sustentável. A efetivação de tal proposta depende, na verdade, de uma parceria entre o poder público, incluindo a administração municipal e os órgãos de preservação, a iniciativa privada e a sociedade civil consciente da relevância histórica e cultural dos bens patrimoniais tombados e dos seus deveres para com a preservação de tais bens.

Ao analisar os objetivos e ações do Programa Monumenta, cabe indagar se este realmente chegará a atingir uma de suas maiores metas, a de conciliar preservação e educação patrimonial, inclusão social e desenvolvimento turístico em uma cidade onde o diálogo entre os agentes sociais, incluindo a iniciativa privada, a sociedade civil e a administração pública, em todos os níveis, é tão conflituoso e contraditório, que deixa suas marcas no espaço urbano de Ouro Preto desde os tempos de sua fundação.

PARTE III

VELHAS MATERIALIDADES EM NOVOS TEMPOS

CAPÍTULO 09 - OS TESOUROS DAS MINAS E O BRILHO DE VILA RICA

Arrancar da natureza bárbara, do solo árido e seco, linhas e formas vivas de doçura e de fé, alegria e leveza, conceitos novos de beleza, concepções peçadas de audácia e graça, frescor de um povo que nascia. São monumentos de escultura plenos da vida máscula da mão que esculpe com a consciência da forma e das suas virtualidades.

Fritz Teixeira de Sales

Transpondo a Serra do Espinhaço e adentrando a bacia central do planalto mineiro, vislumbram-se componentes paisagísticos de rara beleza, compostos por uma infundável cadeia de montanhas íngremes e vales profundos que revelam grandes riquezas em suas entranhas, encontradas tanto abaixo como acima do solo.

As belas paisagens existentes nessa região coadunam-se com a riqueza mineral encontrada em seu subsolo, explorado desde fins do século XVII até os dias atuais, em decorrência dos depósitos de ouro, pedras preciosas e outros minérios de grande importância econômica. Porém, foi a descoberta e a exploração dos terrenos auríferos que determinaram o povoamento e o desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos da região, fazendo daquela uma das zonas de ocupação mais antigas e importantes do período colonial, que se transformou, no decorrer do século XVIII, no principal centro econômico da colônia, deslocando o eixo de povoamento e exploração do nordeste açucareiro para a zona da mineração, que assistiu a um surto de desenvolvimento urbano até então sem precedentes no Brasil colonial.

Por entre as montanhas das Minas Gerais, podem-se avistar diversos núcleos urbanos que expressam, por meio de sua conformação urbana, de seus monumentos, dos traços da sua arquitetura civil e religiosa e das expressões artísticas remanescentes de um período áureo de riqueza econômica, um desenvolvimento urbano e um esplendor cultural sem precedentes. Esses que, ao resistirem aos percalços econômicos e sociais que assolaram a região ao longo do século XIX até meados do século XX, atuam ainda hoje como remanescentes do passado inseridos na dinâmica do presente por meio de sua valorização cultural e mercadológica.

Por deterem um expressivo acervo artístico e arquitetônico preservado, alguns desses núcleos urbanos são comumente conhecidos como cidades históricas de Minas, dentre as quais se

destacam Tiradentes, São João Del Rei, Sabará, Mariana e Ouro Preto. Dessas cidades, uma das que mais atrai e encanta turistas, visitantes e pesquisadores é Ouro Preto, antiga Vila Rica, considerada como o núcleo urbano mais importante da mineração, tornando-se sede do governo da província de Minas Gerais em 1720, e Imperial cidade de Ouro Preto em 1823.

A opulência do seu casario, a expressividade dos seus monumentos públicos e religiosos e a riqueza artística encontrada no interior de suas igrejas, museus e nos detalhes dos seus monumentos fornecem a dimensão da importância deste núcleo durante a fase áurea da mineração. As pinturas do mestre Athaíde, as esculturas e edificações projetadas e esculpidas por António Francisco Lisboa, o “Aleijadinho” e as manifestações artísticas realizadas por outros tantos artistas anônimos fornecem uma amostra do surpreendente desenvolvimento cultural de Vila Rica, expresso não somente através da cultura material, mas também, pela vasta produção literária que imortalizou a imagem da cidade. São textos em prosa, versos e narrativas que retratam Ouro Preto nas histórias líricas, épicas e satíricas, relatando através dos séculos, os amores, os clamores e as dores de seus habitantes.

Diversas gerações de poetas e intelectuais se envolveram com os mistérios e com a magia de Ouro Preto, desde os que viveram a fase decadente da exploração aurífera e participaram ativamente da Inconfidência Mineira como Cláudio Manuel da Costa, que narra a história da Capitania de Minas em seu poema “*Vila Rica*”, e Tomás António Gonzaga que, em “*Marília de Dirceu*”, relatou o seu próprio romance com uma jovem habitante de Vila Rica antes e depois de ser preso por sua participação na Inconfidência Mineira, e que em “*Cartas Chilenas*”, retratou os erros administrativos, jurídicos e morais do Fanfarrão Minésio, caracterizando, na verdade, a corrupção e os abusos de poder do governador de Vila Rica, Luiz da Cunha Meneses.

A intensa vida social e cultural de Vila Rica contrastava com a exploração do trabalho escravo e com a opressão da Coroa portuguesa, cuja cobrança de impostos pela extração do ouro era cada vez maior. Esse estado de tensão permanente levou a conspirações, como a Revolta de Felipe dos Santos, ocorrida em 1720, e culminou em um movimento de libertação, a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, que imortalizou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como herói nacional.

A redescoberta de Ouro Preto pelos modernistas em meados do século XX, após mais de um século de esquecimento, possibilitou o resgate e o reconhecimento oficial da importância histórica e de todo o esplendor artístico e cultural esquecido entre as montanhas de Minas. Tal

redescoberta consagrou a cidade, em 1933, como Monumento Nacional, a primeira do Brasil a receber esta designação. Após uma série de visitas, levantamentos e pesquisas efetuadas na região por artistas e intelectuais ligados ao movimento modernista, com destaque para Mario de Andrade, Ouro Preto foi elevada à condição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, meses após a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O reconhecimento mundial se deu em 1980, com a consagração da cidade a Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, novamente, a primeira cidade do Brasil a conquistar tal título por ser considerada como um dos mais expressivos conjuntos de arte barroca do mundo.

De Manuel Bandeira em seu “*Guia de Ouro Preto*” a Cecília Meirelles em “*Romanceiros da Inconfidência*”, muitos pesquisadores, poetas e escritores debruçam-se sobre a história, a arte e a cultura de Ouro Preto esmiuçando seus particularismos, desvendando sua riqueza cultural e suas belas expressões artísticas reluzentes como o ouro que financiou todo este esplendor. A beleza de suas formas urbanas, a riqueza de sua arte e as tradições culturais de seu povo atrai anualmente milhares de turistas provenientes do mundo inteiro em busca de história, cultura, religião ou apenas lazer e diversão. Dessa forma, o cenário urbano setecentista sofre constantes readaptações para adequar-se às exigências do século XXI em um movimento incessante que resgata as formas urbanas do passado adequando-as a um uso presente.

As paisagens pitorescas de Ouro Preto que se desvendam ao longo de cada ladeira sinuosa são marcadas pela expressão do seu rico acervo arquitetônico em que se destacam as características e disposições do casario colonial, constituído por construções de dois a três pisos que acompanham a declividade do terreno.

Transformados em atrativos turísticos, conjuntos de edificações, templos religiosos e edifícios públicos que expressavam a estrutura social vigente e representavam o poder do Estado e da Igreja na estruturação e organização do espaço urbano no período colonial, respondem, atualmente, aos interesses do mercado levando as formas urbanas a se refuncionalizarem de acordo com as estruturas políticas e sócio-econômicas vigentes, ao longo do transcurso histórico.

Ao analisar a lógica de funcionamento, as estratégias e os interesses do Estado, da Igreja e de mercado, enquanto principais instâncias de produção simbólica, de acordo com a estrutura política e sócio-econômica em cada período, pode-se desvendar seus modos de atuação na conformação e organização do espaço urbano por meio da leitura e interpretação do sentido de

suas formas, das funções que desempenham e dos valores e significações a estas atribuídos ao longo do tempo pelos diversos segmentos sociais.

A compreensão das formas de organização do espaço urbano de Ouro Preto nos dias atuais perpassa pela análise dos seus componentes paisagísticos mais marcantes compostos, em grande parte, pela materialidade herdada de forte apelo estético e, portanto, turístico, para contextualizá-las no tempo e no espaço em que foram produzidas, desvendando os interesses implícitos no ato de sua consecução e nas diversas funções exercidas ao longo do tempo. Isso explicita o papel que desempenham, na atualidade, em uma cidade que se aproveita das glórias e dos feitos do passado como garantia de prestígio e rendimento econômico no presente em meio a um espaço regido, desde os primórdios, por interesses divergentes e conflitantes, marcado por um extenso período de crise e estagnação que, de certa forma, foi responsável pela recuperação econômica advinda do turismo.

CAPÍTULO 10 - VILA RICA: DINÂMICA ESPACIAL E OPULÊNCIA CULTURAL

A descoberta de terrenos auríferos na região das minas no final do século XVII, deu-se como consequência da retração da economia açucareira do Nordeste brasileiro, levando à estagnação econômica da colônia e suscitando a necessidade de desenvolvimento de novas atividades que garantissem altas taxas de lucratividade para a economia metropolitana. Diante desse contexto, a Coroa portuguesa passa a concentrar suas atenções para as regiões praticamente inexploradas no interior do vasto território colonial.

A descoberta, seguida da exploração, de ricas jazidas de ouro e prata nas colônias espanholas do continente americano aguçou os interesses da metrópole em incentivar e financiar expedições bandeirantes com o intuito de desbravar os “sertões desconhecidos”, povoados por lendas e mitos como o “Eldorado”, em busca das tão sonhadas riquezas minerais.

A atração do interior desconhecido alimentou uma rica mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espaços oníricos, que acompanha toda consolidação dos impérios coloniais [...] Enfim, buscava-se uma terra de abundância ou dotada de recursos mágicos como a (“fonte da juventude”), mas principalmente aspirava-se encontrar riquezas à flor do chão, tesouros prontos para serem apropriados (MORAES, 2002, p. 86-87).

Dentre inúmeras expedições bandeirantes, formadas por paulistas, que adentraram e exploraram os sertões sem obter êxito, o tão sonhado mito do “eldorado” se consubstanciou quando, narra a lenda, um mulato que acompanhava uma bandeira proveniente de Taubaté deparou-se com umas pequenas pedras negras no Ribeirão do Tripuí, nas proximidades de um pico, hoje denominado Itacolomi.⁵⁶ A confirmação pelo então governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, que as referidas pedras se tratavam realmente de ouro ecoou por toda a colônia não demorando para que, em 1698, dentre muitas expedições, a bandeira de António Dias avistasse o pico do Itacolomi e fundasse, em suas proximidades, o primeiro arraial de muitos outros que se estabeleceram ao longo das áreas de extração, dando início à conformação de uma nova paisagem urbana em meio a imponentes e majestosas montanhas.

Não tardou para que, em poucos anos, o afluxo populacional para a região atingisse grandes proporções, fixando o homem no solo, e materializasse no espaço as primeiras formas

⁵⁶ Segundo Sales (1999, p. 24) “esta história divulgada por Antonil sempre nos sugeriu certo jeitão de lenda. De fato, do episódio outras versões circulam baseadas em autores também idôneos.”

urbanas de acordo com as possibilidades e aspirações dos primeiros moradores, moldadas segundo os interesses metropolitanos por meio de concessões de lotes, da definição de suas formas de uso e taxações tributárias aplicadas aos moradores segundo o tamanho dos lotes, a quantidade de ouro extraído e o número de escravos em atividade.

A chegada de exploradores provenientes de todo o território colonial e do reino contribuía para a disseminação dos arraiais, de início, erigidos nas vizinhanças dos terrenos de exploração aurífera em torno das capelas primitivas: “(...) quando encontravam algum terreno aurífero, construía barracas em suas vizinhanças, a fim de explorá-lo. Estas espécies de acampamentos (arraiais) tornavam-se pequenas povoações, depois vilas (...)” (SAINT HILAIRE, apud VASCONCELLOS, 1956, p. 21).

Em poucos anos, conformaram-se os primeiros adensamentos urbanos formados por construções rústicas, a morada, a pequena capela e os estabelecimentos comerciais localizados às margens dos principais ribeirões e caminhos que ligavam os núcleos mineradores. Segundo Sales (1999, p.32) “os povoadores erguiam suas palhoças de barro batido (sopapo) e pau-a-pique, cobertas de palha ou sapé, guiados pela ocorrência do ouro. Esse aparecia não só no leito dos rios e riachos, como às suas margens e a meia encosta”.

À medida que o ouro de aluvião mostrava sinais de esgotamento, as encostas das montanhas iam sendo gradativamente exploradas, deslocando o eixo de povoamento do fundo dos vales para as partes mais altas das encostas, de onde se enveredavam ladeiras e edificações dispostas de forma harmoniosa com os acidentes de relevo, delineando uma paisagem urbana singular, escondida entre as montanhas. Por trás da dimensão formal expressa por meio de suas construções e pela sua disposição em relação ao relevo, a forma de ordenação espacial dos primeiros povoados e seus elementos mais significativos denotavam a influência marcante dos aparelhos políticos – o Estado português - e ideológicos – Igreja - na formação do espaço urbano da futura Vila Rica e na mentalidade de seus habitantes.

Ao Estado cabia o papel de estipular e regulamentar o uso e exploração das datas e a distribuição de lotes urbanos, mais especificamente, desde 1702 quando foi posto em prática o Regimento dos Superintendentes, Guarda Mores, e Oficiais deputados para as Minas de Ouro que, reafirmado pela Carta Régia de 1703, estabelecia uma política de distribuição e doação de datas aos mineradores sob o auspício da Coroa (BORREGO, 2004, p. 23).

Por meio de tais determinações, a coroa metropolitana marcava sua presença ativa na organização do espaço urbano, juntamente com a Igreja, também responsável pela doação de terras pertencentes ao patrimônio religioso a particulares interessados em habitar e desenvolver atividades econômicas nas imediações das capelas.

Através da cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que esporádica, oferecida pela capela e estimulados pelo apoio material de todos aqueles que de longe a ela acorriam. Tais interessados poderiam obter concessões de gleba do templo, do santo, através de aforamentos ou de simples doação (MARX, 1991 apud BORREGO, 2004, p. 69).

A interação Estado-Igreja na organização do espaço urbano colonial se fez notar fisicamente por meio das expressões materiais do seu poder e da sua influência na organização da sociedade. As rústicas capelas constituíam em uma das primeiras construções dos povoados nascentes, atuando como centros de gravidade social.

A princípio, nas povoações primevas, apenas tentadas, unem-se os indivíduos em torno de uma única capela, de construção precária, núcleos de povoação nascente e ponto de referência do lugar. Nessa capela se reúne o povo em suas festas e aperturas, para deliberar e alegrar-se (VASCONCELLOS, 1978/9 apud BORREGO, 2004, p. 60).

O crescimento vertiginoso da população e o adensamento de edificações nos arraiais na primeira década do século XVIII demonstravam o delineamento de uma paisagem tipicamente urbana que, aos poucos, se espalhava dos vales para as encostas das montanhas, acompanhando a atividade mineratória. Por trás das rústicas formas de traçado tipicamente urbano, erigidas nos pequenos lotes concedidos pela Igreja, emergiam os primeiros esboços de uma intensa vida urbana, jamais vista na colônia até então, propiciada pelo desenvolvimento da atividade comercial, da prática religiosa e de outras atividades acessórias urbanas que marcaram o cotidiano dos moradores dos arraiais da mineração, principalmente aos domingos e dias santos, quando os mineradores se reintegravam à vida urbana oferecida pelos arraiais negociando mercadorias, rezando, discutindo política e tecendo comentários sobre a vida alheia. Segundo Latif (1991, p.109-110):

É no povoado, aos domingos, que começa a transparecer entre os mineradores um pouco de solidariedade humana. Os homens, num primeiro estágio de vida social, agrupam-se ansiosos por algum divertimento. Vão às festas de igrejas incorporadas às confrarias religiosas [...]. Depois da missa, percorrem-se as casas de negócios e fazem-se as compras para a semana inteira.

Desse modo, delineou-se a conformação física, social e econômica dos primeiros arraiais que deram origem à Vila Rica. No entanto, diante da falta de organização e administração das crescentes aglomerações marcadas por dificuldades de abastecimento, arrecadação de tributos, distribuição de datas e pelo aumento do clima de desordem, insegurança e tensão eclodiu a guerra dos emboabas, travada entre paulistas e emboabas (forasteiros) pela disputa do controle político e econômico das Minas. Em decorrência destes fatos, a Coroa portuguesa editou medidas visando ampliar e fortalecer o controle político-administrativo sobre a região das Minas por meio da fundação de três vilas em 1711: Vila do Carmo (Mariana), Vila da Nossa Senhora da Conceição do Sabará e Vila Rica que, em poucos anos, se destacou como a mais próspera e importante dentre as demais.

Formada pela união de diversos arraiais, Vila Rica desenvolveu-se, respeitando o eixo de ocupação anterior, iniciado no fundo dos vales em direção às encostas íngremes das montanhas. Dos primeiros arraiais decorrentes da exploração à beira rio como o de Bom Sucesso, Padre Faria, António Dias e Ouro Preto ou Pilar (VASCONCELLOS, 1956, p. 71), merecem destaque os dois últimos como sedes das duas matrizes de Vila Rica: Nossa Senhora da Conceição de António Dias e Nossa Senhora do Pilar, principais representantes da Igreja católica no espaço urbano de Vila Rica, que teve seu próprio eixo de desenvolvimento consolidado ao longo da estrada tronco que promovia a ligação entre as duas matrizes. Segundo Vasconcellos (1956, p. 61-62), “dentre os vários caminhos, um é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a estrada-tronco. Entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de António Dias, saindo por Santa Ifigênia” (VASCONCELLOS, 1956, p. 105).

Ao longo deste caminho e de suas ramificações, o desenvolvimento de uma intensa atividade comercial fez-se presente desde a fase anterior à fundação de Vila Rica, cujo próprio termo de ereção indicara o comércio como responsável por sua criação e localização por constituir-se no sítio mais conveniente para o desenvolvimento da atividade (VASCONCELLOS, 1956, p. 61-62).

Presente, desde os primórdios da ocupação dos arraiais, o comércio apresentava-se, desde o princípio, como uma atividade extremamente rentável e lucrativa responsável, ao lado da mineração, pela rápida ascensão social de grande parte daqueles que dela se ocupavam. A dificuldade de abastecimento de gêneros alimentares tornou-se eminente, devido à falta de terrenos propícios à agricultura e à ânsia em torno da atividade mineratória que se constituiu no centro das atenções da enorme leva de reinóis e de pessoas provenientes de outras partes da colônia e da coroa metropolitana, dificultando o abastecimento das minas e gerando, dessa forma, surtos sucessivos de fome e um processo inflacionário dos gêneros comercializáveis que provocavam sérias dificuldades de sobrevivência.

As dificuldades encontradas e as restrições metropolitanas não foram, no entanto, suficientes para impedir o surto comercial que atingiria Vila Rica e as demais vilas da mineração, ativando um expressivo comércio interno responsável pelo estabelecimento de uma corrente comercial que integraria praticamente todas as capitâneas da colônia destinadas à produção e comercialização de gêneros voltados para o abastecimento das Minas.

Ao analisar a constituição das principais rotas e mercados abastecedores de gêneros agrícolas, escravos e outros produtos destinados ao abastecimento das Gerais, Zemella (1990) salienta os benefícios econômicos trazidos para algumas áreas da colônia e da Europa que estabeleceram intensas relações comerciais diretas e indiretas com a região da mineração ao longo do século XVIII. Dentre inúmeras realizações, o ouro proveniente das Minas Gerais financiou a grandiosa arquitetura e a pompa das faustosas igrejas baianas, a reconstrução de Lisboa e a construção do Convento de Mafra em Portugal, a Revolução Industrial inglesa e o desenvolvimento do Centro Sul do país, levando à transferência da capital administrativa da colônia da Bahia para o Rio de Janeiro em 1762. O incremento do comércio e a expansão da mineração promoveram um grande dinamismo em Vila Rica que, nos anos seguintes da sua fundação, passou por um notável surto de crescimento e desenvolvimento que transformou as feições de sua arquitetura urbana e gerou o enriquecimento de sua vida social, levando a metrópole a estabelecer um controle mais rígido e efetivo sobre as atividades econômicas e sobre a vida de seus habitantes.

A intensidade do fluxo de mercadorias e pessoas que circulavam diariamente pela estrada tronco e adjacências entre os bairros de Antônio Dias e Pilar provocou a abertura de novas ruas,

becos e caminhos e um maior adensamento de edificações e da população, fazendo dessa área o núcleo central de Vila Rica, mantendo até hoje a mesma posição por concentrar as principais edificações representantes da arquitetura religiosa, civil e institucional. Aglutina, também em seus arredores uma intensa atividade comercial, administrativa, religiosa e residencial, além de uma rica vida social, concentrada principalmente no espigão do morro de Santa Quitéria, hoje, Praça Tiradentes, de onde irradiam as principais vias de ligação entre os bairros de Pilar e António Dias.

Tais vias, enveredadas a partir da estrada-tronco, constituem-se no principal e mais antigo eixo de ocupação e povoamento de Vila Rica, exibindo, ao longo das íngremes ladeiras, dos becos estreitos e das tortuosas ruas e vielas, o esplendor das expressões arquitetônicas do barroco mineiro que refletem as riquezas da fase áurea da mineração ocorrida entre as décadas de 40 e 50 do século XVIII.

Com o intuito de analisar as influências da dinâmica estrutural na organização do espaço urbano e na vida social de Vila Rica, posteriormente, Ouro Preto, do período colonial até os dias atuais, torna-se necessário delimitar, num primeiro momento, em seus pormenores, a área correspondente ao núcleo urbano de Vila Rica que poucas transformações sofreu em sua estrutura material ao longo do tempo, principalmente, a partir do final do século XVIII

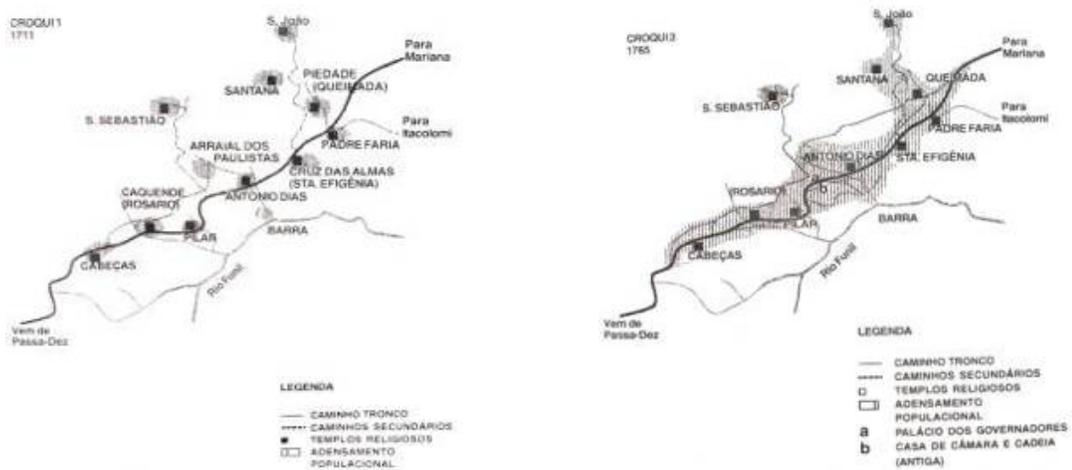
Atendo-se primeiramente aos arruamentos que subdividem o caminho principal, Vasconcellos (1956) efetua uma descrição das ruas que fazem parte do núcleo central de Vila Rica, efetuando, concomitantemente, uma correlação das referências de suas denominações antigas com os nomes atuais, em grande parte, atribuídos no século XIX em homenagem aos seus ilustres habitantes. Segundo Vasconcellos (1956, p. 108-109):

A segunda parte, a central, compreendida entre o Rosário e António Dias, subdivide-se em três trechos – entre o Rosário e o Pilar, daí a te a Praça e desta a António Dias. O primeiro trecho configurou-se inicialmente, na *Rua Direita da Matriz*, depois chamada da *Ponte Sêca* e do *Vigário*, atual *Donato da Fonseca*, bifurcada em *Conselheiro Santana* e *Antônio de Albuquerque*. Abriu-se, depois, uma nova estrada, mais acima – a *Rua Nova do Sacramento* – transformada posteriormente, em *Rua do Rosário*, de *São José e Direita*, hoje, ruas *Getúlio Vargas*, *São José e Tiradentes*. Do Pilar para a Praça, sobe a Ladeira de Ouro Preto até a Casa da Câmara, cujo princípio é a atual *Rua do Pilar*, continuada pelo *Caminho Velho*, depois, ruas de *Santa Quitéria* e do *Carmo*, hoje *Coronel Alves* e *Brigadeiro Musqueira* ou pelo *Caminho Novo*, depois, *Rua Direita* e hoje ruas *Paraná* e *Conde de Bobadela*. Uma variante menos importante vai da Ponte de S. José

ou dos Contos à Praça através da Rua das Flores [...] prosseguindo em Antônio Dias, pela Rua dos Paulistas até a sua terminal na que hoje se denomina Bernardo de Vasconcelos.

Da Praça, desce a estrada-tronco pra Antônio Dias, a princípio pela rua detrás da Cadeia Velha que hoje se configura nas ruas *Amélia Bernhauss, São Francisco e do Aleijadinho* e mais tarde pela *Rua Nova* ou *Direita da Praça* para *Antônio Dias*, depois do *Ouvidor* e agora *Cláudio Manuel da Costa e Bernardo de Vasconcelos*. Todo o trecho entre as matrizes, pelos caminhos novos, também chamados *Rua Direita, da Matriz do Pilar, da Praça da Câmara, de Antônio Dias* etc., é constituído pelas ruas principais do centro da Vila.

Figura. 1 - Ocupação e Povoamento e Vila Rica em 1711 – 1765



Fonte: (Borrego, 2004, p. 65-67).

Figura 2 - Mapa dos arruamentos mais antigos da área central de Ouro Preto (1973-1975)



Fonte: adaptado do Plano de Conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (1973-1975)

Em meio à paisagem urbana existente na área central de Vila Rica, ressalta-se um número expressivo de objetos que ocupam uma posição de destaque frente ao conjunto de edificações, refletindo, na forma de expressões materiais, as instâncias de poder atuantes na organização do espaço urbano e na vida social de seus habitantes. Num primeiro momento, merece destaque o conjunto de templos e edificações de cunho religioso compostos por igrejas, capelas e passos, demonstrando com veemência a expressão do poder religioso no período colonial. Segundo Scarlato (1996, p.133): “em qualquer que seja a direção que lancemos o nosso olhar nos deparamos com a monumentalidade das igrejas mineiras dominando o cenário da cidade”.

Desde a fundação dos primeiros arraiais e da constituição de Vila Rica, a evolução das construções e as transformações sucessivas dos templos religiosos estiveram diretamente relacionadas às melhorias das condições sócio-econômicas de seus moradores, propiciadas pela abundância do ouro extraído nas Minas. Dessa forma “os mais grandiosos e soberbos templos desta cidade foram quase todos construídos ou pelo menos tiveram início de construção na primeira metade do século XVIII” (MENEZES, 1975, p. 27). Porém, ao longo do tempo,

principalmente no auge da mineração, tais templos foram sofrendo transformações sucessivas, sobretudo em seu interior, muitos deles adquirindo uma riqueza decorativa de caráter singular.

Além de simbolizar o poder do cristianismo enquanto religião oficial da colônia e de expressar a fé e o fervor religiosos de seus moradores, as 13 igrejas e as capelas que compõem e singularizam a paisagem urbana de Vila Rica, resultam, em grande parte, de uma competição travada entre as ordens e irmandades religiosas⁵⁷ que, por meio do esplendor e grandeza dos seus próprios templos, representaram e ainda representam o prestígio e a posição social de seus membros, expressando a estratificação social existente em cada período.

Dessa forma, cada novo templo procura se destacar em seu estilo, beleza e em sua posição geográfica, localizando-se nas áreas mais salientes. Segundo Machado (2003, p. 108):

Em Ouro Preto, sente-se que cada igreja busca sua plataforma no cume de um morro e que, segundo certos indícios, essa plataforma dominava todo o casario no momento em que se rasgaram os alicerces. A igreja ficava, pois, solta no conjunto do burgo e, desde que as moradas começavam a cercá-la, mais adiante e mais acima haveria uma nova plataforma a espera de uma nova igreja. As datas de construção elevam-se com as cotas orográficas.

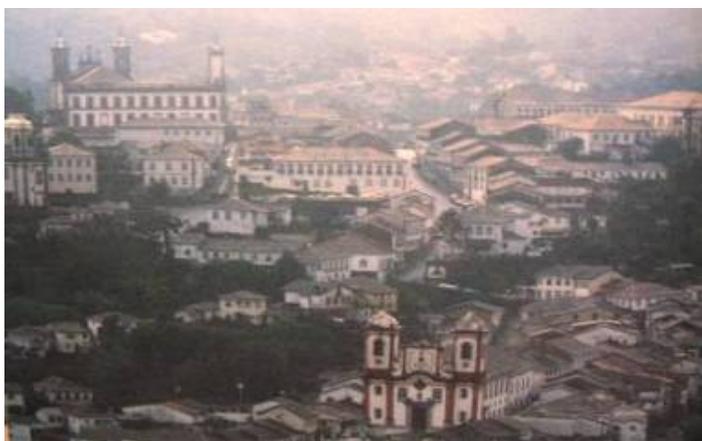


Foto 16 - Vista parcial de Ouro Preto onde avistam-se à matriz de Nossa Senhora da Conceição (abaixo), a igreja de São Francisco de Assis (no canto esquerdo) e as torres da igreja de Nossa Senhora do Carmo (acima). Fonte: (Sales, 1999)

⁵⁷ “Para transferir ao povo as despesas decorrentes da construção dos templos, a coroa procurou, desde os primeiros anos, estimular as irmandades religiosas. Essas corporações promoveram a construção das matrizes e capelas em todo o território das Minas” (Sales, 1999, p. 46). Essas corporações religiosas leigas, por meio de donativos, além de financiar a construção dos templos e dos artistas responsáveis por sua decoração, também se encarregavam da organização dos cultos, cerimônias, festas e procissões religiosas, além da efetivação de registros de casamentos, batismos, nascimentos e óbitos. Apesar de dividirem atualmente muitas destas tarefas com o Estado, tais corporações encontram-se atuantes até hoje na organização da vida religiosa e social dos habitantes de Ouro Preto e de outras cidades mineiras.

Marcando presença na organização da vida social e espiritual dos habitantes de Vila Rica desde sua fundação, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, organizada pelos “homens bons”, era responsável pela construção da igreja matriz onde se reuniam todos os fiéis, com exceção dos escravos. Com o desenvolvimento da mineração e das atividades acessórias, acirrou-se o processo de estratificação social, levando os novos grupos a organizarem outras irmandades que, aos poucos, iam construindo seus próprios templos e demonstrando a posição social de seus membros. Dessa forma, o grupo dos negros construiria seu próprio templo, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o grupo dos crioulos cuidaria da construção da igreja de Nossa Senhora das Mercês, os pardos responderiam pela construção da Igreja de São José e da Boa Morte e, da classe dos comerciantes, surgiram as Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, todas elas já consolidadas e atuantes durante a fase áurea da mineração (SALES 1999 e VASCONCELLOS, 1956).

Apesar de relegar as despesas da Igreja para as organizações religiosas, o Estado português manteve-se unido à Igreja como forma de promoção do controle social e da legitimação da ordem vigente. Atuando conjuntamente no projeto de organização da ordem política, econômica e administrativa de Vila Rica e na ordenação da vida social de seus habitantes, por meio das determinações de práticas, comportamentos e condutas sociais, a concentração do poder nas mãos dessas duas instâncias de produção simbólica determinou a forma de organização sócio-espacial existente em Vila Rica no período colonial visando atender às determinações políticas e econômicas do sistema colonial.

Por meio dos seus templos faustosos, a representação do poder da Igreja e a disposição hierárquica da sociedade se faziam presentes no espaço urbano de Vila Rica como reflexo da estrutura social vigente. No interior destes templos, os rituais litúrgicos misturavam-se à prática mundana condicionada pelos únicos momentos de convivência social entre homens e mulheres. Além das missas, orações e das confissões, era no interior da igreja que ocorriam as discussões políticas, os flertes, as reuniões das irmandades, os funerais e enterros e outras funções que fogem das fronteiras da prática cristã. Dessa forma, a função religiosa dos templos cristãos coaduna-se com sua função social, gerando um espaço privilegiado de convívio e reunião social.

A Igreja também foi responsável pela mobilização de seus fiéis nas horas livres quando, além de participarem semanalmente das missas, mobilizavam-se para a organização e participação em festas, procissões, dias santos, batismos e casamentos que envolviam a todos,

propiciando momentos de lazer e divertimento. A captação dos fiéis por meio dessas práticas atuou como um poderoso instrumento de manipulação política e ideológica. A mobilização da população em torno das práticas religiosas e o contentamento de todos impedia a organização de reuniões, motins e manifestações contrárias à ordem vigente. (BORREGO, 2004), (SANTOS, 1951) e (SCARLATO,1996).

No entanto, um dos principais instrumentos de expressão do poder político e religioso da época constituiu-se no desenvolvimento e difusão do barroco enquanto manifestação artística e cultural que exerceu grande influência nas expressões arquitetônicas, no traçado urbano, na pintura e na escultura, além de atuar como condicionante e reflexo na formação da mentalidade da época.

A eclosão do barroco se deu, originalmente, na Europa em fins do século XVI e início do século XVII, como resultado da fusão dos ideais do Estado absolutista com os interesses religiosos associados ao movimento da Contra-Reforma. A expressão artística e o conteúdo ideológico e social implícito em suas formas funcionaram como um eficiente instrumento de propaganda, utilizado pelo Estado e pela Igreja como forma de exibição de seu poderio e de polarização da atenção das massas para a apreciação das expressões estéticas e estilísticas desenvolvidas nas edificações como templos religiosos, monumentos e sedes do poder político.

A riqueza decorativa de seus interiores, a expressividade formal e a suntuosidade das ornamentações, envolvendo a pintura, a escultura e a arquitetura como um todo coeso, gera um ambiente de exibição do luxo, riqueza e ostentação “interpretando os gostos materialistas das massas, deleitando-lhes os sentidos, deslumbrando-as pelo luxo e pelo maravilhoso” (SANTOS, 1951, p. 52).

Associado aos interesses político-ideológicos vigentes na época, o barroco é comumente designado como “a expressão estética do absolutismo” (MACHADO, 2003, p. 144) e/ou “a arte da Contra- Reforma” (SANTOS, 1951, p. 51), abusando de elementos que apelem para o emotivo e evoquem os sentidos como forma de cooptação dos grupos sociais em torno da preservação dos interesses dos atores hegemônicos.

O florescimento do barroco perpassou as fronteiras européias, atingindo as possessões coloniais do final do século XVI até o fim do período colonial, expressando-se nitidamente nas vilas da mineração, onde exerceram uma influência decisiva e singular nas expressões da cultura material de Vila Rica, caracterizadas por uma notável peculiaridade estética e estilística, se

comparada ao barroco europeu. A compreensão de tais peculiaridades perpassa por uma análise contextual, evidenciando as particularidades existentes no quadro geográfico, histórico e social da região, mais especificamente, de Vila Rica, caracterizada por uma forma específica de organização social e por uma variação do regime absolutista desenvolvido da colônia em relação ao regime absolutista europeu (MACHADO, 2003).

O caráter fiscalista e repressor da administração colonial, visando ao controle e à exploração de recursos destinados ao mercado europeu, produziu um grau reduzido de envolvimento entre o Estado e a Igreja nos aspectos concernentes à construção dos templos e na administração da vida espiritual dos fiéis, cujo papel coube às irmandades e ordens religiosas por meio de recursos financeiros e materiais provenientes de doações efetuadas por seus membros. Apesar de executarem atividades conjuntas relacionadas à administração pública e eclesiástica, e de exercerem um forte poder de manipulação política e ideológica, a união Estado e Igreja caracterizou-se por certas limitações de ordem física e social, proporcionando um certo grau de liberdade criativa tão bem utilizada por seus principais artistas, ao dotarem a arte colonial mineira de características singulares. Tais características podem ser observadas nas pinturas de Manoel da Costa Athaíde, cujas composições exibem os traços físicos do povo mineiro e em Aleijadinho que exhibe em suas obras “a marca do protesto contra a tirania portuguesa” (SCARLATO, 1996, p.137).⁵⁸

A arte colonial do século XVIII em Vila Rica, marcada pela predominância do estilo barroco em suas principais edificações e nas maiores expressões da cultura material, atua como uma importante instância de difusão e consagração dos bens simbólicos ao ser permeada por um sentido político, espiritual e material, representando tanto o poder das instâncias oficiais de produção simbólica, como o Estado Absolutista e a Igreja, quanto às competições por poder e prestígio travadas entre os diversos grupos sociais organizados em irmandades. Tal meio de expressão representou também, nas “entrelinhas,” os ideais políticos e libertários da sociedade, vinculados ao projeto iluminista, utilizando as manifestações artísticas como meio de expressão e difusão de idéias.

A compreensão do barroco mineiro em sua teia de relações perpassa pelas causas das diferenças existentes entre o barroco europeu e o barroco mineiro, resultante, segundo Machado

⁵⁸ Tais marcas podem ser vistas “nas esculturas de soldados romanos açoitando Cristo vestindo botas usadas, então, pelos soldados portugueses, ou na figura de Cristo martirizado, apresentando no pescoço, as marcas do enforcamento, em alusão ao martírio de Tiradentes” (Scarlatto, 1996, p. 137)

(2003), das peculiaridades políticas e sociais, envolvendo variações do regime absolutista existente na colônia durante a fase da mineração, e da expressividade social das irmandades e ordens religiosas, resultando em uma maior independência civil na resolução das questões religiosas. Ambos os fatores coadunam-se com uma maior liberdade de expressão que produz seus reflexos nas manifestações artísticas, resultantes da união de duas tendências políticas conflitantes: o absolutismo e o iluminismo. Tal postura contraria a tendência de muitos pesquisadores que defendem a estreita e incondicional ligação entre o absolutismo e a Contra-Reforma no desenvolvimento do barroco mineiro.

A principal fase de desenvolvimento do barroco mineiro em Vila Rica ocorreu, mais especificamente, na segunda metade do século XVIII, em meio à fase de declínio da produção aurífera. O período foi marcado pela construção das principais referências artísticas do barroco mineiro, resultando em obras representativas financiadas, em grande parte, pelas irmandades e pelas classes mais abastadas que aplicavam nas artes as riquezas acumuladas na fase áurea da mineração.

A riqueza de um meio cultural propiciada pelo desenvolvimento de uma sociedade urbana produziu um número considerável de artistas que exprimiram em suas obras talento e maturidade artística, resultando em manifestações arquitetônicas, escultóricas e pictóricas, representativas de uma arte com traços tipicamente regionais.

Dentre os traços mais marcantes do barroco mineiro, Machado (2003) destaca o uso de pedras abundantes na região como elemento construtivo (quartzito e itacolomito) e decorativo e escultórico (pedra sabão) que, segundo Sales (1999), começaram a ser utilizadas entre as décadas de 1740 e 1750. Merece destaque, também, o predomínio do caráter funcional e utilitário das construções, em detrimento da imposição do elemento decorativo que não deixa de exercer uma presença marcante no interior de muitas igrejas de Vila Rica, evidenciando o contraste entre as fachadas singelas e de dimensões modestas com o interior carregado de ornamentos e elementos decorativos que surpreendem e encantam pela riqueza de detalhes e pela suntuosidade, como pode ser visto na Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

Matriz de Nossa Senhora do Pilar



Foto 17 - Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Fonte: (da autora, 2001)



Foto 18- Interior da Igreja de Nossa Senhora do Pilar
Fonte: (da autora, 2001)

Dentre todas estas características formais, o que talvez mais singularize o barroco mineiro é o conteúdo político e ideológico implícito nas representações artísticas que refletiram o teor contestatório e emancipatório emanados da sociedade, fruto do espírito revolucionário e enciclopedista que se alastrava e atingia a praticamente todas as camadas sociais, trazendo graves ameaças à manutenção do poder metropolitano.

Desde a implantação de uma célula administrativa do poder metropolitano de maior alcance na região mineratória, por meio da fundação de Vila Rica, e do funcionamento mais efetivo da Câmara, os interesses e ações ditados pela Coroa portuguesa referentes a questões econômicas, jurídicas e administrativas, determinaram o desenvolvimento sócio-espacial de Vila Rica, marcado pela conformação de um conflito de interesses entre o Estado português e os segmentos sociais.

O caráter fiscalista da administração colonial, caracterizado por um rígido controle sobre a arrecadação de tributos excessivos e opressivos, aliado ao conjunto de restrições sobre a produção e o comércio, determinou formas de resistência social frente às imposições metropolitanas por meio de desobediências civis às normas e leis impostas, fraudes e contrabandos, motins e revoltas, culminando, já na fase do declínio da mineração, na Inconfidência Mineira, movimento nacionalista de amplas proporções, considerado como a maior forma de resistência da população das Minas contra a opressão fiscal metropolitana.

Esse movimento dúbio, marcado pela imposição e pela contestação da autoridade pública durante o período de auge e decadência da mineração, exerceu influências significativas na conformação e organização do espaço urbano de Vila Rica, materializando, em suas formas mais expressivas e nas funções a elas atribuídas, os anseios da coroa e a capacidade de resistência da população local. Dessa forma, o papel desempenhado pela Câmara de Vila Rica foi de fundamental importância para o atendimento dos anseios de ambos os lados, o do colonizador e o do colonizado.

Focalizando a administração a partir da atuação da Câmara Municipal de Vila Rica, essa oscilação é evidente. Como representante do Estado português e da administração colonial, a Câmara assumiria o papel de agente organizador do espaço urbano em constituição; como representante dos interesses dos habitantes atuaria como porta voz das queixas e súplicas dos moradores, muitas vezes, contestando as normas governamentais e ultramarinas (BORREGO, 2004, p. 41).

O conjunto de disposições efetuadas pela Câmara, relativas à organização do espaço urbano, das atividades econômicas e dos aforamentos foram, muitas vezes, conflitantes com os interesses particulares da sociedade mineratória, ambiciosa por poder e riqueza que a exploração aurífera e a atividade comercial poderia lhes proporcionar. O excesso de tributos e restrições comerciais, acentuados com a fase de decadência da mineração, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII, aumentava o clima de insatisfação e resistência às normas impostas pelas Câmaras.

Como forma de recuperar e preservar o poder que detinha, o governo metropolitano decidiu aumentar sua representatividade no espaço urbano de Vila Rica, por meio da construção de edifícios públicos, dentre eles, o Palácio dos Governadores e a Casa de Câmara e Cadeia, como símbolos do poder local. Ao tecer referências sobre os trabalhos de Vieira Couto, Teixeira Coelho e Vasconcelos, relacionados aos edifícios públicos de maior destaque em Vila Rica, Borrego (2004, p. 176) atenta para o fato:

[de] estes autores considerarem tais edifícios como a própria representação do Estado português no espaço urbano em Vila Rica, sendo vistos não só como expressões arquitetônicas do poder metropolitano nas Minas, mas também como instrumentos de dominação política da Coroa.

Apesar da autorização da Coroa para a construção desses edifícios ter se efetuado desde os primeiros anos posteriores à criação de Vila Rica, sua efetiva concretização sofreu um efetivo

retardo ocasionado pela falta de verba e pelas resistências da população, efetivando-se somente a partir de 1740, com a construção do Palácio dos Governadores, edificado entre as décadas de 40 e 50, e a Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção se iniciou na década de 80 do século XVIII, estendendo-se até 1840. Ambos os edifícios marcam a ereção das primeiras construções em pedra e cal que, a partir de então, se generalizaram conformando a paisagem urbana de Ouro Preto.

Erigidos no espigão do morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, tais edificações promoveram a delimitação do centro administrativo de Vila Rica, determinando o núcleo da povoação localizado entre as duas matrizes (VASCONCELLOS, 1956, p. 112-113).

A grandeza e imponente dos edifícios públicos, adaptados às funções administrativas de grande destaque, a localização privilegiada e o papel de destaque que exercem frente ao conjunto das edificações remontam ao signo do barroco, retratando, por meio da materialidade, a riqueza e a consolidação do poder do Estado, que firmava sua autoridade por meio de sua dimensão aparente expressa em suas formas ostentatórias, representantes de uma época em que imperava a tirania e a opressão metropolitana.

A intensificação da atividade administrativa e do caráter repressivo da administração portuguesa resultou na imposição de um padrão e de uma disciplina urbanística tanto em Vila Rica quanto no restante das vilas localizadas na região das minas. A Coroa portuguesa e a Igreja, enquanto expressões máximas do poder da época, regulamentavam e interferiam diretamente na organização dos elementos estéticos e paisagísticos na vila, segundo um viés disciplinador e regulador. Segundo Reis (1999, p.4), “a primeira modalidade de disciplina é a que se refere ao alinhamento das casas junto as ruas”, que procuravam acompanhar a declividade dos terrenos.

A determinação dos padrões urbanísticos eram regulamentados e fiscalizados pela câmara municipal que também controlava a “(...) ordem a ser estabelecida nas fachadas, para controlar a forma e a aparência das edificações (...) em cada trecho das ruas e das praças.” (REIS, 1999, p. 5). A forma urbana e o conteúdo social que lhes atribuía sentido visavam adequar-se ao modelo disciplinar e submeter-se às estruturas político-ideológicas da coroa portuguesa, realçando a expressão do seu poder.

Na configuração da paisagem urbana, esses critérios e normas, e o conteúdo ideológico existente, tornavam-se explícitos com a posição de destaque que os edifícios oficiais e religiosos

ocupavam. Ao referir-se à paisagem urbana das vilas e cidades do Brasil colonial, Reis (1999, p. 6) destaca que:

Esta disciplina era mais explicitamente adotada no caso das principais praças públicas, nos centros das vilas e cidades, nas quais se instalavam quase sempre as casas de câmara e, onde cabia, os palácios dos governadores. Nesses casos, as reformas realizadas deixavam evidente a intenção de constituir uma paisagem urbana com um caráter de cenário, nesses espaços de uso público, mais abertos. De certa forma, era o mesmo princípio que orientava a disciplina estabelecida para controlar a aparência das ruas principais e também espaços públicos, ainda que de uso coletivo, com caráter menos monumental.

Em Vila Rica, a construção do Palácio dos Governadores e da Casa de Câmara ao redor da Praça Tiradentes e a conformação de um conjunto urbano alinhado nos seus arredores, deixam este processo em grande evidência.

Ao longo do século XVIII, a área circundante do centro administrativo de Vila Rica transformou-se em seu principal centro comercial que, posteriormente, se expandiu para a Rua São José, mantendo esta posição privilegiada até os dias atuais. Ao longo dos arruamentos e vielas que convergem para a Praça Tiradentes mesclam-se, desde o século XVIII, edificações de uso residencial das classes mais abastadas, de uso comercial e de uso misto, mais frequentes nas construções assobradadas, as quais predominam na área central do núcleo urbano.

As melhores construções particulares destinam-se, pelo menos parcialmente, a lojas ou vendagens [...]. Seus primeiros pavimentos abrem-se francamente para a via pública, compondo áreas grandes e pouco subdivididas, evidentemente não agenciadas para moradia. Só quando fraquejava o comércio pela decadência das povoações, são os referidos cômodos incorporados às residências, com a conseqüente transformação de suas portas de entrada em janelas (VASCONCELLOS, 1956, p. 84).

A atividade comercial exerceu grande influência na dinâmica econômica, social e espacial de Vila Rica desde sua fundação. O aumento vertiginoso da população, que na metade do século XVIII chegou a atingir 80.000 pessoas⁵⁹, gerou, concomitantemente, um crescimento expressivo da comercialização de gêneros alimentícios e de outras mercadorias provenientes, em

⁵⁹ Estima-se que em 1742, a população de Vila Rica atingira 80.000 homens, sendo 12.000 brancos, 16.000 pardos e 50.000 negros (Vasconcellos, 1957, p. 50).

sua maioria, do mercado europeu, fazendo de Vila Rica um grande e importante entreposto comercial.

Os lucros vultosos auferidos pela atividade ocasionaram o aumento da mobilidade social. Essa classe de novos ricos passou então a ocupar uma posição de destaque no interior da sociedade de Vila Rica, ostentando sua riqueza por meio das doações de grandes quantias de dinheiro para o financiamento da construção e ornamentação dos templos, na arrematação de obras públicas como a manutenção de caminhos, a construção de pontes e chafarizes, e no investimento em outras expressões materiais como meio de frisar sua posição de destaque frente à sociedade mineratória.

A arquitetura residencial e os locais de comércio também se constituíam importantes meios de ostentação das classes mais abastadas. Os acréscimos sucessivos nas construções e o tratamento das fachadas refletiam a posição social de seus ilustres habitantes, ocasionando a construção de conjuntos arquitetônicos de alta expressividade, localizados nas áreas próximas ao centro comercial e administrativo da povoação.

As bonanças acumuladas durante a fase áurea da mineração propiciaram a consolidação e expansão de um rico tecido urbano formado por imponentes templos religiosos, edifícios públicos e conjuntos urbanos que, juntamente com as formosas pontes e chafarizes edificados durante esta fase, compõem a paisagem urbana de Vila Rica, desvendando sua história, os reflexos da sociedade da época, as disputas de interesses entre seus diversos agentes, as tradições e as lutas e anseios de seus habitantes por liberdade e justiça.

As expressões materiais que o tempo ainda não apagou revelam os comportamentos e valores sociais da sociedade colonial setecentista em um espaço conformado como um campo de forças, expressando os interesses entre os três principais agentes responsáveis pela conformação do espaço urbano em Vila Rica: a Igreja, o Estado e o mercado. Apesar das mudanças estruturais e conjunturais ocorridas nos séculos vindouros, os remanescentes materiais e a estrutura de poder encabeçada por estes três agentes permanecem, porém, com uma nova roupagem, provocando reflexos no conjunto de valores e significados atribuídos pela população local ao seu espaço de referência que, aos poucos vem sendo transformado em um cenário colonial onde o passado é vendido como mercadoria.

CAPÍTULO 11 - DECADÊNCIA ECONÔMICA, REVIVESCÊNCIA CULTURAL E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM OURO PRETO

Se a riqueza proveniente da exploração aurífera do século XVIII proporcionou uma fase esplendorosa para o desenvolvimento urbano e artístico de Vila Rica, a escassez do metal contribuiu, decisivamente, para que o brilho de suas realizações materiais e imateriais perdurasse, até que um seleto grupo de intelectuais e artistas a redescobrissem como parte de uma memória e uma tradição outrora esquecida e a incorporassem aos desígnios de um futuro incerto.

Após a fase de opulência do século XVIII veio logo a decadência econômica que, já em fins daquele século, demonstrava que os veios de ouro espalhados pela região não mais bombeavam o “coração” econômico da colônia. Vila Rica, então, adentra um período de estagnação, com breves fases de recuperação que oscilaram até a metade do século XX, culminando em um novo ciclo de desenvolvimento.

O dinamismo econômico de Vila Rica começa a dar sinais de retração com o esgotamento do ouro e com a insistência da Coroa portuguesa em manter uma tributação excessiva em um momento de declínio das atividades econômicas. Esse fator, porém, não impediu que importantes obras públicas e edifícios religiosos, como a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja de São Francisco de Assis e as manifestações artísticas de nomes como Aleijadinho e Manuel da Costa Athaíde fossem finalizadas naquele período em que o esplendor artístico e a efervescência política, que deu origem à Inconfidência Mineira, corroboravam para manter sua dinamicidade política e sua vivacidade cultural.

A redução da atividade mineradora impulsionou a decadência do comércio e o conseqüente declínio populacional. A população restante se mantinha em condições próximas à miséria, sobrevivendo dos resquícios da atividade mineradora em franca decadência.

Segundo Scarlato (1996, p. 138), “a inexistência de um artesanato industrial local e da prática da agricultura, tanto pelas condições físicas do relevo, quanto por imposição régia da coroa portuguesa impediram a possibilidade de uma reorientação de sua economia”. Dessa forma, o eixo de desenvolvimento econômico da colônia se orientou novamente para a atividade

agrícola que, com a produção do café, impulsionou o desenvolvimento das localidades que, atualmente, fazem parte da região sudeste, incluindo a zona da mata mineira.

A crise econômica que afligiu Vila Rica não provocou a perda de sua importância política que ganhou vulto com sua elevação, após a Independência, à Imperial Cidade de Ouro Preto, em 1823, e com a manutenção da condição de Capital da Província das Minas Gerais, garantindo sua condição de centro político-administrativo da região até 1897, quando a capital da Província se transfere para Belo Horizonte.

A consolidação de sua posição como centro administrativo e a manutenção de uma parca atividade mineratória, com a exploração de minas subterrâneas, garantiu uma relativa sobrevivência sócio-econômica da cidade, em meio a pequenos ciclos de retração e expansão populacional⁶⁰, ainda que não suficientes para tirá-la de sua condição de estagnação.

O desenvolvimento dessas atividades em Ouro Preto, somadas ao início de sua consolidação enquanto centro acadêmico a partir da criação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876, não afetou sua estrutura urbana já consolidada, mas acabou sendo compatível com sua conservação. A cidade de Ouro Preto:

em 1845 já possuía um caráter de cidade grande, com prédios públicos de significação, a exemplo do Palácio do Governo, da Casa dos Contos, do teatro, da biblioteca, de suas 15 igrejas, dos chafarizes, das duas escolas de primeiras letras, de Uma Escola Normal de Agricultura e de um `Colégio´ onde se ensinavam, entre outras matérias, Farmácia e Veterinária. No centro da cidade [...] em 1894, erguiam-se sobrados envidraçados de boa construção, e apenas na periferia as residências se apresentavam `baixas, acanhadas e quase sempre de madeira´ (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974, p. 12).

Apesar de manter uma infra-estrutura e uma oferta de serviços compatíveis, na época, com as características de uma cidade grande, Ouro Preto, no findar do século XIX, não mais conseguia responder aos anseios de um país, recém-republicano, em vias de desenvolvimento e em processo de modernização. A declividade do terreno, a pobreza do solo e a distância e a precariedade das vias de ligação com outros pólos econômicos mais próximos ao litoral, deixaram Ouro Preto às margens do desenvolvimento urbano e industrial que se iniciava em fins do século XIX.

⁶⁰ Ao longo do século XIX estima-se que a população urbana de Ouro Preto tenha oscilado entre 9 e 18 mil pessoas (SEBRAE, 1996, p. 26).

As desvantagens locacionais, as peculiaridades naturais e a própria estrutura urbana já consolidada da cidade, demonstravam sua incompatibilidade com padrões funcionais estruturais de uma cidade moderna do século XX, responsável por expressar a nova ordem política e sócio-econômica do recém instituído regime republicano.

Ao ser criada e planejada para responder a esses anseios, Belo Horizonte assumiu a condição de capital do Estado, em 1897. Segundo Simão (2001, p. 48), “com a mudança da capital foram subtraídos da cidade de Ouro Preto, não só a sua condição de capital, como nada menos do que 45% dos seus habitantes⁶¹”, resultando em uma nova fase de declínio que perduraria até a metade do século XX.

A redução da população decorrente da mudança dos funcionários públicos para a nova capital provocou um decréscimo da condição da cidade como centro político administrativo, e um acréscimo da sua condição de centro acadêmico e cultural de grande expressão em nível nacional que passou a atrair estudantes de todo o país para as vagas nos disputados cursos oferecidos pela Escola de Minas, de Farmácia e Odontologia. Nesse período, muitas casas do centro histórico foram abandonadas pelos seus moradores, os quais se mudaram para Belo Horizonte, fazendo com que os estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia da época ocupassem e conservassem estes imóveis.

O ambiente artístico e intelectual de Ouro Preto aguçou-se com a visita dos modernistas à cidade, no início da década de 20. Dentre os principais destacam-se: Lucio Costa, Oscar Niemeyer, e os poetas Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meirelles, Manoel Bandeira e Mario de Andrade, que percorreram as ladeiras de Ouro Preto, vislumbrando seus monumentos e conjuntos arquitetônicos que expressavam o estilo colonial barroco e as manifestações artísticas até então esquecidas e abandonadas em uma cidade economicamente estagnada. Por meio de diversas visitas empreendidas às cidades mineiras antigas e, mais especificamente a Ouro Preto, os modernistas encontraram o que idealizavam e procuravam.

Na busca de entender a história, as raízes e de construir a identidade de uma nação em desenvolvimento, os modernistas acabaram elegendo casarões, cidades, monumentos e igrejas coloniais barrocas como bens representativos de uma história e de uma arte brasileira autêntica (GONÇALVES, 2002). Nesse sentido, a expressividade desses bens em Ouro Preto, associado à

⁶¹ “Uma estimativa de 1902 deu à cidade um total aproximado de 10 mil habitantes, o que significava uma perda importante, quando comparados com os 17.860 existentes em 1890” (SEBRAE, 1996, p. 27).

sua importância histórica como palco da Inconfidência Mineira, conferiram à cidade o estatuto de “monumento nacional”, em 1933.

A partir desse reconhecimento, Ouro Preto ganhou mais notoriedade e destaque, com a criação do SPHAN, em 1937, e com o tombamento integral da cidade, em 1938. “O conjunto arquitetônico e urbanístico é constituído por 45 monumentos tombados isoladamente e aproximadamente mil edificações tombadas em conjunto” (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

Da década de 1930 em diante, iniciou-se em Ouro Preto, principalmente, um movimento caracterizado pela relação conflituosa entre preservação patrimonial e desenvolvimento urbano e econômico. Ao adotar uma visão idealista de Ouro Preto como obra de arte acabada, sem sofrer interferências do processo de crescimento urbano desordenado que ocorria em outras cidades brasileiras, as políticas preservacionistas adotadas pelo IPHAN encerraram a cidade em um passado glorioso, destituído de dinamicidade e despido de um conteúdo social que lhe desse sentido.

As ações intervencionistas adotadas pela instituição baseadas, nas primeiras décadas de atuação, em critérios estéticos e estilísticos, promoveram pequenas ações pontuais destinadas à manutenção de uma unidade formal do conjunto. Segundo Oliveira (2003, p. 64):

A visão idealizada de Ouro Preto como obra de arte acabada e a extensão dos critérios de intervenção arquitetônica em toda a urbe levaram os técnicos do Sphan a investir contra a arquitetura eclética, promovendo ações corretivas de caráter `mimético´ e até mesmo a proposição de demolições de edificações do século XIX.

A tímida evolução urbana de Ouro Preto até meados da década de 1950, e os poucos casos de solicitação de reformas ou acréscimos das edificações, não suscitava, até então, muitos pontos de polêmicas e discórdias. Cabe notar que uma das maiores divergências enfrentadas pela instituição se deu em função da aprovação da construção do Grande Hotel de Ouro Preto, assinado pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer, suscitando discussões acerca da introdução da arquitetura nova nos centros antigos. Agindo em defesa do projeto, o arquiteto modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do SPHAN de 1937 até o fim dos anos 60, justificou a implantação do hotel por constituir-se em uma “boa arquitetura”, dotada de beleza e verdade, que, como Ouro Preto, constitui-se em uma obra de arte que em nada prejudicará a cidade. A construção do hotel representaria a associação e a convivência do novo com o acervo tombado (MOTTA, 1987), sendo efetivada de acordo com alterações no projeto original

recomendadas por Lucio Costa, visando diminuir seu contraste formal à arquitetura tradicional. Os projetos seguintes também passaram a seguir orientações semelhantes, tendo em vista a manutenção dos parâmetros estéticos inerentes às peculiaridades do estilo colonial. Ao tomar como exemplo os ideais e práticas de atuação do SPHAN nas primeiras décadas de atuação, Gonçalves (2002, p. 80), ressalta que:

os objetos que integram o patrimônio [...] são resgatados, restaurados e preservados basicamente para serem exibidos. Sua exibição autêntica não somente o que eles representam, mas também o como eles representam. E trata-se de uma representação visual, um certo modo de conceber o conhecimento como visão [...]. O patrimônio cultural pode ser entendido como uma alegoria visual em dois sentidos: pelo uso de meios visuais; mas, também porque, como alegoria, ele ilustra e reproduz o princípio epistemológico do conhecimento como produto do olho.

A baixa demanda por novas construções, reformas e acréscimos e as formas de atuação do IPHAN até meados da década de 1940, possibilitaram a manutenção do acervo patrimonial preservado. Porém, uma nova fase de desenvolvimento econômico e expansão urbana que atingiu Ouro Preto, a partir do final da década de 1940, aumentaram as dificuldades de atuação da instituição e induziu a um processo inevitável de crescimento urbano desordenado, ocupação das encostas e descaracterização e depredação do acervo patrimonial da cidade que se acentuou nas décadas subsequentes.

Os primeiros direcionamentos que apontam para uma nova fase de recuperação e crescimento econômico da cidade concretizaram-se com o impulso dado à industrialização, ao longo da era Vargas e nos governos subsequentes, propiciando a expansão da siderurgia e da metalurgia na região central de Minas Gerais, entre as décadas de 1920 e 1940.

A prosperidade desse ramo industrial possibilitou a dinamização da economia e a retomada do crescimento urbano em cidades como Ouro Preto e outras cidades, originadas com o ciclo do ouro. Por se localizarem nos domínios do quadrilátero ferrífero, considerado como uma das áreas que possuem uma das maiores jazidas de ferro do Brasil, tais cidades passam a ser alvo de atração de indústrias e investimentos ligados à metalurgia, à siderurgia e à mineração, tendo Belo Horizonte como eixo polarizador de tais atividades.

No referido contexto, instalou-se, em 1934, a Eletro-Química Brasileira que por onze anos se destinou, principalmente, à fabricação de alumínio, ferro e manganês. O ritmo lento de

seu desenvolvimento propiciou a incorporação da empresa a ALCAN - Alumínio do Brasil, em 1950. A partir deste período, iniciou-se uma fase de desenvolvimento urbano e industrial de Ouro Preto, marcado, como no início da ocupação da região, pela exploração econômica do seu rico subsolo e pelas oportunidades de ganhos econômicos responsáveis pela atração de um contingente populacional ávido por novas oportunidades de trabalho e de desenvolvimento social.

A incorporação dessas novas atividades econômicas ao município gerou mudanças significativas na dinâmica sócio-espacial da cidade, a qual passou a receber um elevado contingente populacional, geralmente, composto por migrantes de baixa renda destinados a compor o quadro de mão-de-obra de baixa qualificação requisitado pelas indústrias de Ouro Preto e região.

O crescimento demográfico provocou a adaptação do espaço urbano de Ouro Preto a novas demandas de uso habitacional, de transportes, serviços e infra-estrutura. Como o núcleo urbano permaneceu praticamente inalterado desde o século XVIII, as suas áreas limítrofes passaram a ser ocupadas. Segundo Simão (2001, p. 50):

Novos bairros são implantados ao sul do núcleo original; os morros da Serra de Ouro Preto, a noroeste, começam a ser ocupados por população migrante de baixo poder aquisitivo; no centro histórico o crescimento se dá por adensamento, através da ocupação dos interstícios e do aumento da área construída das edificações existentes.

Este novo dinamismo da cidade passava a pôr em risco as condições para a conservação patrimonial idealizada pelo IPHAN. A cidade precisava se adaptar às transformações geradas por um novo ciclo econômico que traria grandes desafios à continuidade das estratégias de preservação do seu núcleo urbano tombado. À medida que a população crescia, novos projetos de reformas, construções e outros tipos de intervenções passaram a ser apresentados ao IPHAN para possíveis aprovações.

O excesso de reivindicações, associado à falta de condições hábeis para o atendimento da demanda crescente de projetos para análise, levou a instituição a manter sua atuação restrita à conservação de fachadas visando conservar ou restituir os elementos arquitetônicos tradicionais do período colonial.

Segundo MOTTA (1987, p.115), “as conseqüências dessa atuação são percebidas em três escalas: na descaracterização urbanística e paisagística, na falsificação do conjunto e na

produção de uma arquitetura híbrida”. A autora ressalta que a descaracterização urbanística se deu pela falta de atuação do IPHAN e do poder público municipal nos processos de regulamentação do uso do solo. A ênfase na conservação das fachadas, apesar de manter preservado o estilo colonial, foi insuficiente para conter as outras transformações ocorridas nas edificações que, em grande parte, mesclavam características não condizentes com a arquitetura tradicional e adensavam-se pelas áreas de expansão, descaracterizando o bem tombado em seu conjunto paisagístico (MOTTA, 1987).

No decorrer desse período de grandes transformações urbanas e sociais, as relações estabelecidas entre o IPHAN e a população residente de Ouro Preto foram e ainda vêm sendo marcadas por conflitos, desavenças e pela falta de diálogo. As restrições normativas estipuladas aos bens tombados, a morosidade na aprovação dos projetos por parte do IPHAN e a falta de esclarecimento e conscientização da população local quanto à necessidade de preservação, vêm, ao longo do tempo, provocando a falta de atendimento e de entendimento das obrigações bilaterais, envolvendo proprietários e a instituição de preservação, no que concerne às práticas de preservação de tais bens. A permanência de tal postura, associada ao caráter de omissão do poder público ao tratar das questões preservacionistas, acarretaram prejuízos danosos ao conjunto urbano tombado, destituindo-o de unidade e harmonia.

Nas décadas seguintes, a continuidade da expansão urbana em direção às áreas periféricas e o adensamento populacional na área central promoveu uma nova orientação nos trabalhos de preservação. Era preciso ajustar a realidade de uma cidade antiga em fase de expansão e desenvolvimento com uma nova forma de pensar e agir sobre a cidade, preservando seus bens tombados e agindo sobre a sua configuração sócio-espacial em constante mutação. Dessa forma, a partir da década de 1970, algumas propostas de planejamento urbano, começaram a ganhar concretude, condizendo com as novas diretrizes propostas pelo IPHAN que passou a pensar a cidade como um todo integrado dotado de uma dinâmica social própria.

Os dois planos urbanos⁶² criados ao longo da década de 1970, e voltados, dentre outros fatores, para tentar salvar Ouro Preto de sua completa degradação e descaracterização, não foram implantados por não condizerem com a realidade local. Ambos os planos resultaram na elaboração de propostas semelhantes, a elaboração de um zoneamento da cidade e dos arredores

⁶² “O primeiro plano foi elaborado em 1969/1970 pelo arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, consultor da UNESCO (...). O segundo plano foi elaborado em 1973/1975 pela Fundação João Pinheiro, cuja proposta foi um planejamento regional Ouro Preto e Mariana” (SIMÃO, 2001, p. 51-52).

que separasse a área de expansão da parte antiga da cidade. (SIMÃO, 2001, p.51-52). Tais estratégias contradiziam as próprias proposições do IPHAN de considerar a cidade como um todo integrado. O diálogo com o poder público municipal e com a sociedade civil continuava inexistente, dificultando os trabalhos de preservação efetuados pelo IPHAN que, na prática, continuava a manter uma forma de atuação que privilegiava a conservação da dimensão estético-estilística dos bens patrimoniais.

Durante a gestão de Aloísio Magalhães, na direção do SPHAN, procurou-se evidenciar a concepção dos bens patrimoniais como objetos de uso social, atendo-se para a indissociabilidade existente entre a forma e o conteúdo social que lhe dá sentido. Dessa forma, o centro histórico passaria a ser visto “como elemento de uma trajetória ainda viva e socialmente determinada” (MOTTA, 1987, p. 120). Apesar de serem efetuadas algumas tentativas na busca de intensificar os diálogos e a atuação conjunta entre o poder público, o IPHAN e a comunidade local com o objetivo de captar as representações sociais e os valores materiais e simbólicos que o conjunto urbano tombado de Ouro Preto e o restante dos bens patrimoniais vinham agregando ao longo do tempo, poucas mudanças foram realmente efetivadas, no que concerne às prioridades elencadas pelo IPHAN, de manter suas ação voltada para a preservação da dimensão estética do conjunto.

O direcionamento das estratégias de ação, tomadas pela instituição, apesar de não terem sido suficientes para conter o processo de descaracterização do entorno, possibilitou um grau de preservação patrimonial satisfatório, levando ao tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto pela UNESCO, em 1980. Neste mesmo ano em que o acervo patrimonial adquiria um reconhecimento mundial, o desempenho da mineração no município atingiu um valor 13.2 vezes maior do que em 1970, suprimindo o baixo desempenho da metalurgia no período. (SEBRAE, 1996, p. 28). Apesar de o setor industrial ter tido um crescimento de 32% de 1970 a 1985 ⁶³, sendo a mineração o carro chefe da economia do município, a expansão do setor de serviços equiparou-se, na década de 80, ao setor secundário no que concerne à mão-de-obra empregada.

⁶³ Os dados acima foram retirados do SEBRAE. *Ouro Preto: Diagnóstico Municipal*. Minas Gerais: Sebrae – MG, 1996, p. 43

Tabela 1 - População economicamente ativa por setores (em %) Ouro Preto – 1970/1980

Ano	Total	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
1970	12.917	21.4	39.4	39.2
1980	17.077	12.3	42.9	44.8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 1970 e 1980

Os dados acima revelam a redução drástica da mão de obra empregada no setor primário do município em função do êxodo rural que se intensificou em Ouro Preto e no restante do país, em virtude da expansão industrial. Esse fator é responsável pela intensa migração dos distritos de Ouro Preto para a sede, aumentando o problema do crescimento urbano desordenado e da descaracterização paisagística do entorno.

Observa-se também o aumento da importância do setor terciário quanto à capacidade de geração de empregos, equiparando-se praticamente, ao setor secundário a partir da década de 1980. Apesar de tais dados serem condizentes com uma tendência mundial de expansão do setor terciário, em Ouro Preto tal evidência demonstra também o crescimento da importância do turismo como atividade geradora de emprego e renda para o município. Os títulos de patrimônio nacional e mundial conferiram à cidade um valor de distinção, aviltando seu papel de destaque dentre os principais destinos nacionais ofertados.

Apesar de o setor industrial, principalmente o ramo da mineração, ainda ser o mais expressivo da economia, sua atividade tende a retração em função, dentre outros fatores, do esgotamento das reservas de minério na região em um prazo de poucos anos, e da queda dos preços internacionais do alumínio. Toma-se como exemplo caso da ALCAN, considerada como a maior empregadora da região que, de 1984 a 1994, reduziu o número de empregados de 3.200 para quase 1.600 (SEBRAE, 1996, p. 44). O turismo em expansão tende a suprir o novo ciclo de decadência da mineração, podendo se tornar a atividade econômica predominante do município ao aproveitar-se das suas particularidades paisagísticas, históricas e culturais.

A década de 1990 e os anos subsequentes caracterizam-se por uma expansão da atividade turística em nível mundial. Em Ouro Preto, o desenvolvimento da atividade vem atraindo um

número de pessoas cada vez maior à cidade, mais especificamente, em sua área central tombada, proporcionando um novo dinamismo econômico e social à cidade. Destituída de qualquer forma de planejamento como o controle e estimativa do fluxo de pessoas, perfil da demanda, percentual líquido da atividade na arrecadação municipal e outros aspectos, a atividade desenvolve-se em Ouro Preto sob o lema preservação/depredação.

Muitos defendem que o incremento da atividade é responsável pela potencialização de ganhos econômicos revertidos à causa preservacionista e alguns enxergam que o desenvolvimento de um turismo, sem o mínimo de planejamento e gestão, mais contribui para a depredação do que para a preservação patrimonial.

A tendência à expansão do fluxo turístico, a refuncionalização patrimonial decorrente deste processo e a concentração massiva de pessoas na área tombada, principalmente em períodos de eventos e nas altas temporadas, coloca-se como mais um percalço enfrentado pelo IPHAN.

O desaparecimento da instituição ocorrido na última década, associado à exacerbação dos problemas relacionados às ocupações irregulares, à morosidade nos processos judiciais relacionados às reformas, construções irregulares, à substituição de materiais e sistemas construtivos originais e o descaso público, vem gerando uma série de dificuldades relacionadas à atuação efetiva da instituição no que tange à preservação patrimonial. Segundo Oliveira (2003, p. 14) “pode-se afirmar até mesmo que o IPHAN não faz um trabalho de preservação na cidade, mas, sim, apenas, um trabalho de resistência à sua destruição⁶⁴”.

A gravidade do quadro de descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pelo IPHAN e pela UNESCO, ocorridos, principalmente, com a ocupação irregular de áreas de risco, sítios arqueológicos e de áreas verdes, fez com que a cidade entrasse, em 2003, na lista de patrimônio em risco da UNESCO, sofrendo ameaças de perder o título de Patrimônio da Humanidade. Problemas relacionados ao tráfego de veículos pesados nas ruas do centro histórico tombado, infra-estrutura de saneamento precária e obras irregulares também se enquadram no rol das dificuldades enfrentadas pelo IPHAN no que tange às ações de preservação.

⁶⁴ OLIVEIRA, Benedito Tadeu. Ouro Preto: a destruição pelas bordas. *Jornal do Brasil* (outras opiniões), p. 14. Edição de 29 de abril de 2003

Diante desse quadro crítico, a expansão de um turismo massivo de caráter predatório e sem planejamento pode gerar o agravamento e não a reversão de parte do quadro, já que, apesar de gerar emprego para a população local e renda para o município, ainda não há uma canalização de recursos provenientes da atividade voltados à preservação do seu patrimônio cultural que, se continuar enfrentando esta conjuntura, tende a colocar em risco o próprio fluxo turístico, em função da divulgação de uma imagem da cidade que exalte seus aspectos negativos, como já vem ocorrendo desde o ano 2000, durante a gestão da prefeita Marisa Xavier.

Apesar da atuação do Programa Monumenta e das recentes tentativas promovidas pela atual gestão municipal de fomentar o diálogo e promover ações conjuntas por meio da parceria entre o poder público, o IPHAN, a iniciativa privada e a sociedade civil, poucas ações concretas foram efetivadas para atenuar o quadro crítico de descaso e descaracterização do patrimônio cultural de Ouro Preto. Enquanto isso, a cidade continua a manter sua dinamicidade sócio-territorial, incorporando grande parte desses conflitos e dificuldades ao cotidiano dos agentes sociais envolvidos, os quais apreendem e reagem a tais questões de diferentes maneiras.

A convivência diária com a prática do turismo, concentrada na porção central do núcleo histórico tombado, promove uma dinamicidade diferencial àquela porção do território, levando a novas dinâmicas de uso e apropriação, valores e significações ao patrimônio, atribuídos pelos agentes sociais que dão vida e sentido à continuidade das práticas preservacionistas e perfazem a essência de Ouro Preto, marcada por conflitos entre os remanescentes materiais e culturais do passado inseridos na dinâmica sócio-econômica do presente.

CAPÍTULO 12 - VELHAS FORMAS, NOVOS CONTEÚDOS: OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO TURISMO EM OURO PRETO.

Desde os primórdios de sua criação e evolução, a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, revelou, ao longo de sua história, fases de projeção nacional e internacional. A bonança trazida pelo ouro, a riqueza cultural e sua importância dentro do contexto histórico colonial projetaram, ao longo do século XX, a cidade no mercado turístico regional, nacional e mundial, principalmente por meio do marketing produzido por sua consagração como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo SPHAN ⁶⁶, em 1938, e, posteriormente pelo seu reconhecimento como Patrimônio da Humanidade, em 1980.

A vocação turística da cidade torna-se evidente, a partir da caracterização de seus principais atrativos. O rico acervo artístico e arquitetônico de Ouro Preto, representante, em grande parte, do período colonial, associado à beleza paisagística da região, forma um cenário singular. Associam-se a estes fatores, sua importância histórica que, em meio ao desenvolvimento urbano e cultural, ocorrido durante a fase da mineração, foi palco de importantes movimentos de contestação à ordem vigente, tendo a Inconfidência Mineira como sua maior expressão.

Grande parte do acervo artístico e cultural produzido ao longo da história de Vila Rica e Ouro Preto encontra-se exposto nos diversos museus e igrejas abertos à visitação pública⁶⁷ e ao longo de suas íngremes e tortuosas ladeiras que revelam em cada ponto, os traços da arquitetura colonial e do barroco mineiro. A intensa vida religiosa e cultural desenvolvida na cidade desde seus primórdios também atua como um importante atrativo turístico, com as significativas festas e procissões religiosas organizadas pelas irmandades de Ouro Preto durante a Semana Santa, o

⁶⁶ SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atualmente denominado IPHAN

⁶⁷ A exploração mercadológica das igrejas de Ouro Preto, por meio do seu uso turístico durante o dia, quando o acesso aos principais templos da cidade é permitido aos turistas, mediante a cobrança de taxas de visitação, coaduna-se com a permanência dos rituais litúrgicos ocorridos em horários restritos e, ocasionalmente, durante o período estipulado para a visitação turística, levando a restrições das visitas e à abolição da cobrança de taxas.

Festival de Inverno⁶⁸, que reúne ao longo do mês de julho um conjunto de eventos artísticos e culturais incluindo cursos, oficinas, exposições shows, apresentações teatrais e outros.

As festas populares, como o Carnaval e a chamada “Festa do Doze”⁶⁹, em função do tradicionalismo e do seu alto grau de popularidade, são as que provavelmente mais atraem visitantes, dentre turistas e excursionistas,⁷⁰ geralmente, mais interessados pela festa do que pelo patrimônio cultural de Ouro Preto.

Apesar de atuarem como atrativos turísticos, as áreas naturais não são muito visitadas pelos turistas, em função, principalmente, da falta de infra-estrutura e de segurança oferecidas aos visitantes, somadas à prioridade dos turistas pelo turismo urbano de cunho cultural. No entanto, a diversidade de atrativos e atrações oferecidas pela cidade promove uma diversificação do público composto por turistas (nacionais e estrangeiros), e excursionistas, determinando o nível de interação e envolvimento dos visitantes com o patrimônio histórico e cultural da cidade e a sazonalidade da atividade.

Dentre as modalidades de turismo mais atuantes em Ouro Preto destacam-se o turismo cultural, o turismo religioso, o turismo estudantil, envolvendo grupos de estudantes do ensino fundamental, médio e superior, o turismo de eventos, comércio e o excursionismo. Essa última modalidade ocupa uma posição de destaque na demanda turística local, promovendo a atração de grupos de estudantes, da melhor idade, de turistas estrangeiros e outros grupos heterogêneos por meio do agenciamento de pacotes que incluem roteiros de visitação compactos, envolvendo Ouro Preto e as demais cidades históricas localizadas em suas proximidades, como Mariana,

⁶⁸ Organizado desde a década de 70 por uma parceria entre Universidades e prefeitura municipal, o tradicional Festival de Inverno de Ouro Preto ocorre durante grande parte do mês de julho, vindo associar-se às comemorações do aniversário da cidade ocorrido no dia 8 de julho. A qualidade e intensidade das atividades artísticas e culturais desenvolvidas na cidade ao longo deste período atraem um público seletivo que participa ativamente das atividades e demonstra um grande interesse pelo patrimônio histórico e pelas manifestações artísticas e culturais existentes na cidade. Nos últimos anos, porém, a falta de verba pública e a quebra da parceria entre a prefeitura municipal e a UFMG, tradicionalmente responsáveis pela promoção e organização do festival, provocou uma queda qualitativa e quantitativa no festival que, em 2004 passou a dividir espaços pelo “Fórum das Artes” organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto. Por meio da manutenção de uma estrutura semelhante aos festivais, vem conquistando muitos adeptos, fazendo renascer as manifestações de cunho artístico, cultural e educacional em Ouro Preto no mês de julho

⁶⁹ Realizada anualmente no feriado de 12 de outubro, a “Festa do Doze” marca as comemorações do aniversário da Escola de Minas. Segundo a tradição, a festa costuma atrair alunos e ex-alunos para Ouro Preto com o intuito de promover um maior contato e integração entre estudantes e ex-estudantes da UFOP. Nestes dias de festividades, cada república desenvolve uma programação de festas e outras atividades que ao longo do tempo vem atraindo jovens de outras cidades e regiões distanciando-se, de certa forma, do sentido original da festa.

⁷⁰ Turistas são aqueles que permanecem uma ou mais noites no local visitado e os excursionistas correspondem aos visitantes que não pernoitam no local visitado (EMBRATUR, 1999).

Congonhas do Campo, Tiradentes e São João del Rei, ambas localizadas na região central do Estado de Minas Gerais.



Figura 3 - Mapa do Estado de Minas Gerais com destaque para a região central. Fonte: www.turismo.mg.gov.br⁷¹



Figura 4 – Mapa do circuito das cidades históricas de Minas Gerais. Fonte: www.3mosqueteiros.com.br⁷²

A falta de dados oficiais e a carência de informações confiáveis, relacionadas ao turismo, tais como a quantidade de pessoas que visitam a cidade, o perfil da demanda, a taxa de ocupação anual da rede hoteleira e a própria participação da atividade na economia local⁷³ dificultam a apreensão da evolução do turismo ao longo dos anos, bem como aumentam as dificuldades relacionadas ao planejamento e à gestão da atividade pelo poder público e pela iniciativa privada.

Essa prática é comum em grande parte das cidades em que a atividade turística possui uma importância significativa na economia e na dinâmica sócio-espacial local. Isto se dá, em parte, pela dificuldade de coletar dados sobre o setor que congrega dezenas de atividades, cuja maioria não atende somente à demanda turística, e pela própria abrangência do termo turismo,⁷⁴ dificultando a contabilização e classificação dos turistas e não-turistas. Essa deficiência, porém,

⁷¹ Site acessado em 20/07/05

⁷² Site acessado em 20/07/05

⁷³ “Apesar de 6 mil pessoas, quase 10% de toda a população de Ouro Preto, viver direta ou indiretamente do turismo, a arrecadação com a atividade corresponde a menos de 4% da arrecadação total de R\$ 50 milhões por ano, hoje garantido principalmente pelos tributos pagos por mineradoras (...)” Estes dados foram extraídos de : MOREIRA, Ivana. Setor privado ajuda Ouro Preto a renascer. *Jornal Valor Econômico*, p. A4. Edição de 7 de abril de 2003.

⁷⁴ Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, “o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e, ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta” (Cruz, 2001b, p. 4).

não restringe a viabilidade das pesquisas geográficas referentes ao tema, já que, segundo Cruz (2001a, p. 8), “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re) ordenamento de territórios para sua realização.”

Segundo entrevistas realizadas com funcionários públicos e guias turísticos que trabalham no setor há muitos anos, o turismo em Ouro Preto já adquire uma certa expressividade desde a década de 1970, principalmente, a partir da realização anual dos Festivais de Inverno que passaram a atrair um público estudantil e pessoas ligadas à área da educação, das artes e da cultura. Porém, é na década de 1990, que o turismo adquire maior expressão, acompanhando a tendência de expansão da atividade no Brasil e no mundo, com o aumento do incentivo público à atividade, maior divulgação das localidades e aumento das facilidades em sua viabilização, através da redução dos custos, do aumento das facilidades com transporte e comunicação, expansão dos serviços e infra-estrutura e outros fatores que dinamizaram o turismo em nível local, nacional e mundial.

Grupos de excursionistas em visita a Ouro Preto – 2005



Foto 19- Grupo da melhor idade em visita à Igreja de São Francisco de Paula . Fonte : (da autora, 2005)



Foto 20- Grupo de estudantes em visita ao Museu da Inconfidência. Fonte: (da autora, 2005)

Os turistas e/ou excursionistas que visitam a cidade vêm por conta própria, desvinculados de qualquer excursão organizada, ou efetuam viagens agenciadas inseridas, geralmente, em pacotes que englobam a visita a Ouro Preto e às outras cidades históricas da região. Essas duas

modalidades de organização e efetivação das viagens determinam o tempo médio de permanência do turista na cidade. De acordo com as duas pesquisas relativas ao perfil da demanda dos turistas que visitam Ouro Preto: a primeira efetuada em 1995 pelo SEBRAE, envolvendo um universo de 50 turistas estrangeiros e 190 brasileiros entrevistados entre julho e setembro do respectivo ano, e a segunda, em 2001, por Di Giorgi ⁷⁵, como parte de uma dissertação de mestrado, abrangendo um universo de 420 entrevistados no decorrer do ano, envolvendo períodos de alta e baixa temporada, aproximadamente 50% dos entrevistados pretendiam ficar na cidade de meio a um dia.

Para o restante das pessoas, o tempo de permanência em Ouro Preto foi de dois a cinco dias. O baixo tempo de permanência dos turistas na cidade ocorre, dentre outros fatores, devido à inserção de Ouro Preto no circuito das cidades históricas de Minas, envolvendo a visita a muitos lugares em períodos de tempo reduzidos. As viagens agenciadas, responsáveis por parte considerável da demanda turística local, se utilizam, em sua quase totalidade, desse tipo de oferta. Apesar de os turistas individuais, desvinculados de qualquer tipo de excursão organizada, terem maior liberdade para a estipulação dos roteiros e pelo tempo de permanência no local visitado, acabam, em grande parte, se inserindo na mesma lógica de organização das viagens agenciadas.

Dentre os dados relativos às formas de organização das viagens, observou-se que a maioria dos turistas nacionais (86%) e estrangeiros (68%) veio à cidade por conta própria ⁷⁶ (SEBRAE, 1996). Dados semelhantes foram encontrados nos levantamentos Di Giorgi (2002, p. 91) em que as viagens por conta própria correspondem a 81% da demanda ⁷⁷, incluindo turistas nacionais e estrangeiros. Mesmo correspondendo a uma parte menor da demanda, não se pode desconsiderar a elevada importância das viagens agenciadas na dinâmica turística da localidade, uma vez que interferem significativamente na dinâmica de uso do território, na adequação dos equipamentos voltados para o turismo, na recepção de grandes grupos e na própria rentabilidade da atividade para o município.

⁷⁵ Os dados coletados pelo autor em 2001 serviram como referenciais empíricos para sua dissertação de mestrado, publicada em 2002.

⁷⁶ A baixa demanda do número de viagens agenciadas se explica, segundo o próprio SEBRAE, pela priorização de entrevistas efetuadas com autônomos de modo a evitar a similitude das respostas, já que o percurso efetuado era praticamente o mesmo e em função do tempo destinado às entrevistas, muitas vezes incompatível com a rapidez em que tais visitas costumam ser efetivadas.

⁷⁷ Acerca desses dados, o autor ressalta que as excursões escolares não foram abordadas nas estatísticas em função do filtro etário utilizado na amostragem.

A efetivação de roteiros que agregam apenas os principais atrativos da cidade por meio de visitas de curta duração, exerce uma influência decisiva nas formas de organização sócio-territorial de Ouro Preto, gerando uma concentração espacial de equipamentos e serviços voltados, em grande parte, para o atendimento de grandes grupos, ao longo dos circuitos de visitação dos principais atrativos. A área abrange todo o centro comercial da cidade que corresponde, também, ao núcleo tombado mais antigo da povoação.

A baixa permanência dos turistas na cidade e a concentração espacial da atividade geram uma baixa taxa de rentabilidade econômica decorrente do turismo para o município, pois, além de serem subutilizados e de ficarem ociosos nos períodos de baixa temporada, os equipamentos e serviços como hotéis, restaurantes e lojas de menor porte, cuja localização se encontra fora dos circuitos comumente percorridos pelos grupos, encontram-se em posição de desvantagem econômica e acabam sendo suprimidos pela concorrência que atrai grande parcela do público consumidor por meio de acordos informais de comissionamento aos guias. Estes conduzem os turistas aos estabelecimentos de maior porte, destinados à venda de mercadorias mais caras, garantindo, dessa forma, comissões mais altas.

A rotina desta prática torna comum certas cenas em que Vans e micro-ônibus que prestam serviços às agências descarregam e esperam o grupo de turistas na frente de determinados estabelecimentos comerciais, geralmente em lojas de jóias, pedras e *souvenirs* localizadas na Praça Tiradentes e na Rua Conde de Bobadela, sem ao menos conhecer outras opções de compra. Como consequência deste processo, muitos estabelecimentos de pequeno e médio porte vão à falência.

O comércio de rua, como a tradicional feira de objetos em pedra sabão, localizada em frente à Igreja de São Francisco, sobrevive com dificuldade e o lucro proveniente do turismo concentra-se nas mãos dos grandes empresários, geralmente proprietários de grandes estabelecimentos e das agências de turismo. Dessa forma, uma pequena parcela do rendimento proveniente da atividade é revertido para a comunidade e para a preservação do patrimônio, utilizado nitidamente como cenário para a exposição e venda de mercadorias.

Refuncionalização dos bens patrimoniais de Ouro Preto



Foto 21 - Refuncionalização e cenarização do patrimônio cultural – rua Conde de Bobadela.
Fonte: (da autora, 2005)



Foto 22 - Refuncionalização do patrimônio cultural Loja de jóias localizada na rua Conde de Bobadela
Fonte: (da autora, 2005)

Como o critério da localização vem se tornando uma questão imprescindível para a garantia de uma boa lucratividade, o centro histórico tombado de Ouro Preto, principalmente a área de maior concentração de atrativos, vem sofrendo um processo de intensa valorização imobiliária ⁷⁸. O acréscimo do valor de venda e dos aluguéis dos edifícios tombados faz com que muitos proprietários utilizem ou tendam a utilizar os bens patrimoniais como meio de rentabilidade econômica, destinando-os a um uso turístico.

Apesar de Ouro Preto figurar como um importante pólo turístico regional, a atividade passa por fases sucessivas de expansão e retração, de acordo com a situação sócio-econômica nacional e com a ordem de prioridades nos investimentos locais públicos e privados destinados ao incremento do turismo. No decorrer dos últimos anos, vários projetos visando à dinamização da atividade foram discutidos, porém, poucos foram implementados e alguns ainda se encontram em fase de discussão.

Na gestão municipal passada, a prefeita em exercício, Marisa Xavier, afirmou em entrevista ao jornal Valor Econômico que “Ouro Preto já tem apelo turístico, mas falta concretizar o seu potencial”, afirmando, também, que “o turismo é a saída econômica da

⁷⁸ De acordo com as imobiliárias locais, cada porta de uma edificação localizada nas imediações na Praça Tiradentes e em suas imediações chega a custar em média de 1500 a 3000 reais. Como os imóveis são de grande porte, geralmente possuem de três ou mais portas, tendo, portanto um alto valor de compra, venda e locação.

cidade⁷⁹”. Porém, a conturbada gestão da prefeita, marcada por escândalos de corrupção, descaso com o patrimônio e falta de investimentos públicos no turismo e em outros setores sociais, fez com que sua popularidade decaísse junto com a demanda turística à cidade. Durante seu mandato, a imagem da cidade foi muito abalada em função do descaso com o patrimônio cultural, coincidindo com a visita da UNESCO. Meses depois, um incêndio em um casarão localizado na Praça Tiradentes pôs a cidade novamente no foco da mídia, suscitando polêmicas sobre o descaso público com o patrimônio, agravado pelo incidente com um caminhão que destruiu o chafariz setecentista localizado próximo à Igreja do Pilar.

Diante de tais fatos, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, e associados ao enfraquecimento das atividades efetuadas no Festival de Inverno em função da ruptura da parceria da prefeitura municipal com a UFMG, num primeiro momento, e, posteriormente com a UNI-BH, a atividade turística foi amplamente afetada, implicando a redução significativa da demanda e levando a um descontentamento geral dos setores envolvidos com a atividade. Mesmo com esse quadro, alguns projetos de dinamização da atividade foram discutidos, porém, até agora não foram implementados. Dentre os principais destacam-se: a criação do Portal da Inconfidência, um grande espaço destinado à recepção dos visitantes que contaria com estacionamentos, espaços para shows, praça de alimentação, lojas e outros serviços destinados à satisfação dos turistas.

Outro projeto embargado e de conteúdo polêmico consistiu na criação de um Shopping, denominado São Francisco de Paula que envolveu a construção de uma edificação nova na área tombada, aprovado tanto pela prefeitura quanto pelo IPHAN, suscitando indignação de amplos setores da sociedade civil⁸⁰. Ambos os projetos envolveram a parceria entre o setor público e o privado, constituindo-se em uma prática freqüente que responde à lógica global de desenvolvimento, gestão e regulação da atividade.

A criação de novas formas e funções nas localidades turísticas vem se tornando uma prática freqüente, destinada a dinamizar seu potencial turístico, porém, quando são criadas em áreas de preservação, tornam-se alvo de muitas polêmicas e embates entre os diversos agentes sociais, por envolver uma relação de alteridade/estranhamento entre o novo e o antigo.

⁷⁹ Fonte: KRAKOVICS. Fernanda. Ouro Preto simboliza descaso com memória. *Jornal Folha de São Paulo*, p. C8. Edição de 17 de novembro de 2002

⁸⁰ Apesar da construção ter sido efetivada, o shopping nunca chegou a funcionar.

Dentre os programas em andamento, destaca-se o Monumenta, implantado na gestão anterior e postergado por não ter cumprido suas metas no tempo delimitado. A inauguração do Centro de Artes e Convenções da UFOP, em 2001, insere Ouro Preto no circuito do turismo de eventos e negócios por apresentar um espaço específico destinado a congressos, seminários, exposições, cursos e espetáculos. Tal intento vem gerando muitas expectativas por parte de moradores, artistas, estudantes e empresários ligados ao setor turístico, como via de dinamização da atividade e atração de um público que permaneça por mais tempo na cidade utilizando-se, efetivamente, dos equipamentos turísticos e visitando um conjunto maior de atrativos.

O poder público, a iniciativa privada e a própria sociedade civil dão preferência a este tipo de demanda ao invés do excursionista e dos grupos agenciados, já que o tempo de permanência na localidade, os gastos e a utilização dos equipamentos e serviços turísticos são maiores, como também o são as chances de o visitante conhecer outros aspectos da cidade, não se detendo somente aos atrativos mais visitados e de maior expressão. Acrescentam-se, também, às vantagens, a redução do grau de sazonalidade da atividade e da ociosidade dos equipamentos turísticos no período de baixa temporada.

De acordo com os dados levantados pelo Centro de Artes e Convenções da UFOP, constatou-se que, em 2001, foi realizado um total de 34 eventos envolvendo aproximadamente 13 mil participantes e 970 pessoas contratadas temporariamente. Em 2002, a demanda praticamente triplicou, com a realização de 94 eventos, envolvendo a participação de 37.560 pessoas e 1.907 pessoas contratadas temporariamente. A partir deste levantamento, torna-se evidente o grau de importância desse empreendimento para a dinamização turística de Ouro Preto e da região.

Somando-se a essa inovação, novos empreendimentos estão sendo planejados pela atual gestão do prefeito Ângelo Osvaldo, em parceria com outras instâncias governamentais, com a universidade e com a iniciativa privada. Dentre os principais projetos destacam-se: a recuperação do trem imperial que liga Ouro Preto a Mariana com capacidade de atender 120 mil passageiros por ano. Outro projeto em voga, que utiliza Ouro Preto como piloto, denomina-se “*Brasil: meu negócio é turismo*”. Este projeto, planejado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Roberto Marinho, consiste em oferecer qualificação para profissionais que desenvolverão o potencial turístico da localidade junto à comunidade.

Em âmbito regional, vem sendo implementada a rota da Estrada Real, por meio da recuperação das vias de acesso à região das Minas no século XVIII. Ao interligar o litoral ao interior, a Estrada perpassa por diversas cidades históricas, as quais vêem o projeto como um meio de dinamizar o turismo nas localidades e promover a geração de emprego e renda nos municípios envolvidos. O projeto também envolve a parceria entre a iniciativa privada, o governo federal, estados e municípios, visando difundir novas formas de turismo na região que envolve cidades do Rio de Janeiro e, principalmente, de Minas Gerais.

A implementação do projeto facilita a viabilização do turismo rural, ecológico e de aventura em Ouro Preto, incrementado ainda pela abertura do Parque Estadual do Itacolomi para visitação pública. Nestes últimos quatro anos, apesar de uma relativa queda na demanda turística de Ouro Preto, houve um incremento no número de investimentos privados no setor com a criação de novos estabelecimentos turísticos voltados para o atendimento de um público maior e mais seletivo de turistas.

Em relação à rede hoteleira, com exceção do hotel Nossa Senhora do Rosário, da Pousada do Mondengo e, de certa forma, do Grande Hotel de Ouro Preto, a maioria dos estabelecimentos caracteriza-se, predominantemente, por pousadas de pequeno e médio porte, detentoras de preços e serviços satisfatórios que atendem a uma clientela de classe média. Porém, nos últimos 5 anos foram inaugurados o Hotel Pousada Solar da Ópera, a Pousada Clássica, ambas pertencentes ao mesmo proprietário e localizadas na mesma rua, o Boroni Palace Hotel, o Hotel Pousada Arcanjo e a Pousada Sinhá Olímpia. Pelo valor da diária destes estabelecimentos e pelas instalações oferecidas, pode-se afirmar que se destinam a um público de classe média alta e alta.



Foto 23 - Hotel Pousada Solar da Ópera .
Fonte: (da autora, 2005)



Foto 24- Pousada Clássica. Fonte: (da autora, 2005)

Esta diversificação no ramo dos serviços oferecidos também pode ser notada no ramo de alimentação. Dentre os restaurantes *self service* que oferecem opções de comida mineira, geralmente por quilo, observa-se atualmente a multiplicação de restaurantes *à la carte* que oferecem opções com menus internacionais e pizzarias. Somente na Rua São José foram inauguradas duas pizzarias em 2004.

Quanto aos estabelecimentos comerciais, tem-se observado a multiplicação de lojas de jóias, pedras e ateliês de artistas consagrados na região. Segundo os comerciantes mais antigos da Rua Direita (Conde de Bobadela) as lojas de *souvenirs* estão dando lugar a requintadas lojas de jóias e pedras preciosas, destinadas a atrair um público de maior poder aquisitivo, principalmente, o turista estrangeiro.

Esta tendência à diversificação e elitização dos serviços pretende reverter o quadro até então predominante em que parte considerável dos turistas, tanto em grupos agenciados como os que vinham por conta própria, não permaneciam hospedados nos hotéis e pousadas da cidade, preferindo instalar-se em Belo Horizonte em função da diversidade e qualidade dos serviços e das opções noturnas que a cidade oferece. Segundo Di Giorgi (2002, p.104-105) os visitantes hospedados fora de Ouro Preto foram o terceiro grupo mais numeroso, correspondendo a 12% da demanda ou 51 pessoas. Desse número, 32 pessoas ficaram hospedadas em Belo Horizonte.

Muitos turistas estrangeiros optam por essa alternativa. Utilizam o avião como meio de transporte e acabam desembarcando em Belo Horizonte, onde se hospedam e agenciam pequenos pacotes às cidades históricas. Apesar de o número de visitantes estrangeiros a Ouro Preto ter ainda uma pequena expressividade, correspondendo, segundo Di Giorgi (2002, p. 66), a aproximadamente 15% da demanda, esse tipo de público é o mais visado pelos comerciantes de Ouro Preto em função dos gastos elevados que efetuam.

Além de ser um centro polarizador da demanda turística que visita as cidades históricas, Belo Horizonte também é responsável pela maior demanda de turistas que viajam a Ouro Preto, correspondendo, segundo Di Giorgi (2002, p. 66), a 14% dos entrevistados, número semelhante à quantidade de estrangeiros. Esse tipo de visitante geralmente passa o dia na cidade e retorna em seguida a Belo Horizonte, efetuando poucos gastos na cidade.

Apesar de não corresponderem a uma soma significativa dos gastos econômicos revertidos aos empresários do setor turístico e ao município, essa modalidade de turismo constituída por grupos agenciados e por turistas que viajam por conta própria é bem vista tanto

pelos moradores locais quanto pelas pessoas ligadas diretamente ao setor turístico. Porém, o fluxo turístico que vem à cidade em datas festivas como o Carnaval, a “Festa do Doze” e o dia “21 de abril” vêm sendo alvo de muitas críticas por diversos segmentos da sociedade local, incluindo os próprios empresários do setor turístico, por causarem mais efeitos nocivos do que vantagens econômicas à cidade. Com exceção do Festival de Inverno, evidências empíricas demonstram que uma parte substancial do fluxo turístico da cidade depende ou está condicionado à realização desses eventos, correspondendo, segundo Giorgio (2002, p. 101), a 47.2% da demanda turística da cidade.

Durante essas festividades, Ouro Preto é “invadida” por milhares de pessoas, congregando, principalmente, um público jovem composto por muitos estudantes. A principal motivação da viagem para a maioria destas pessoas consiste na participação das festividades que se espalham pelas ruas do centro histórico e pelas repúblicas estudantis concentradas na área central e em outros pontos da cidade. Como atesta a entrevistada Margareth⁸¹, funcionária do Museu da Inconfidência, “durante o Carnaval as ruas de Ouro Preto ficam cheias e as igrejas e os museus vazios”. O patrimônio torna-se um grande cenário para as festividades que se estendem madrugada adentro.

O caráter massivo destes empreendimentos que envolvem shows, desfiles, festas e carros de sons espalhados pelas ladeiras do núcleo urbano central, geram efeitos danosos aos bens patrimoniais que tem sua estrutura física prejudicada em função do excesso de pessoas, veículos pesados e da alta potência sonora da aparelhagem de som instalada em vários pontos da cidade. A falta de infra-estrutura e de equipamentos urbanos como sanitários públicos, lixeiras, estacionamentos e outros equipamentos, compromete o grau de conservação da cidade que durante este período se torna suja e mal cheirosa, desagradando a população residente.

⁸¹ Entrevista realizada em 20/04/04

Ruas do centro histórico de Ouro Preto durante as comemorações do dia 21 de abril



Foto 25- Rua Conde de Bobadela durante as comemorações do dia 21 de abril. Fonte: (da autora, 2005)



Foto 26- Lixo na Praça Tiradentes durante as comemorações do dia 21 de abril. Fonte: (da autora, 2005)

O rendimento destas datas destinado ao turismo é, geralmente, muito baixo em função dos gastos reduzidos efetuados na cidade por este tipo de público que, em grande parte, nem sequer se utiliza dos equipamentos turísticos existentes na cidade como hotéis, pousadas e restaurantes, pois ficam hospedados nas repúblicas estudantis, em casas de amigos ou retornam no mesmo dia para a cidade de origem. Muitos estabelecimentos comerciais como as lojas de jóias e pedras preciosas fecham suas portas nestas datas, já que a porcentagem de compradores é muito reduzida em detrimento do alto risco de roubos e depredações.

Dessa forma, a atividade turística em Ouro Preto demonstra-se ambivalente, pois os benefícios trazidos pela atividade se equiparam ainda, segundo a própria população local, aos malefícios, gerando um ônus ao patrimônio e à comunidade que o poder público, mesmo continuando a promover investimentos no setor, não consegue suprir. Diante desta realidade, cabe analisar as particularidades da dinâmica sócio-territorial do núcleo central de Ouro Preto que se constitui na área mais densamente ocupada pela atividade, sendo também a que mais

suporta o ônus e a bonança proveniente da atividade e, conseqüentemente, a área que mais suscita conflitos entre os diversos agentes sociais envolvidos em sua dinâmica de uso e apropriação.

12.1 - Refuncionalização turística em Ouro Preto

O consumo turístico não se limita aos atrativos históricos e culturais, ele se estende ao conjunto de equipamentos e serviços suportes voltados para o atendimento da demanda como a rede hoteleira, os estabelecimentos comerciais voltados para o ramo da alimentação, as lojas destinadas ao comércio turístico e os equipamentos institucionais como os museus, a Secretaria da Cultura e do Turismo, o teatro e as igrejas. “É evidente que, em Ouro Preto, os equipamentos de suporte ao turismo já se localizam em função de obter economias de aglomeração, e apenas alguns casos especiais merecem consideração maior como elementos isolados⁸²”.

Desde meados da década de 1970, a atividade turística já dava seus primeiros sinais de desenvolvimento em Ouro Preto, propiciando a expansão dos equipamentos e serviços turísticos concentrados nos arredores da Praça Tiradentes, esboçando uma ramificação em direção às ruas que levam à Matriz de Antônio Dias (Rua Cláudio Manoel da Costa, Rua dos Paulistas, Rua do Aleijadinho e da Conceição), e à Matriz do Pilar (Rua Conde de Bobadela, Rua São José, Rua do Pilar e Rua Randolpho Bretas).

Dessa forma, uma nova configuração e dinâmica sócio-espacial vem se conformando, ao longo desta área limitada pelos atrativos históricos, culturais e arquitetônicos mais apreciados e visitados pelos turistas e excursionistas, tais como o Museu da Inconfidência (antiga Casa de Câmara e Cadeia), a escola de Minas (antigo Palácio dos Governadores) que abriga o Museu de Mineralogia e outros, ambos os edifícios localizados na Praça Tiradentes. Além destes edifícios, destacam-se as duas matrizes, do Pilar e de Antônio Dias que abriga o Museu do Aleijadinho, a Igreja de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, e o casario colonial disposto sobre as ruas principais do centro de Ouro Preto com destaque para a Casa dos Contos que abriga, atualmente, o Museu da Casa dos Contos e o Centro de estudos do ciclo do ouro.

⁸² FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. (relatório síntese). Belo Horizonte, FJP 1975;

A concentração de atrativos, equipamentos de apoio e dos estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o turismo levam a uma aglomeração do fluxo de pessoas e veículos nessa porção central da cidade, mais densamente apropriada pelo turismo.

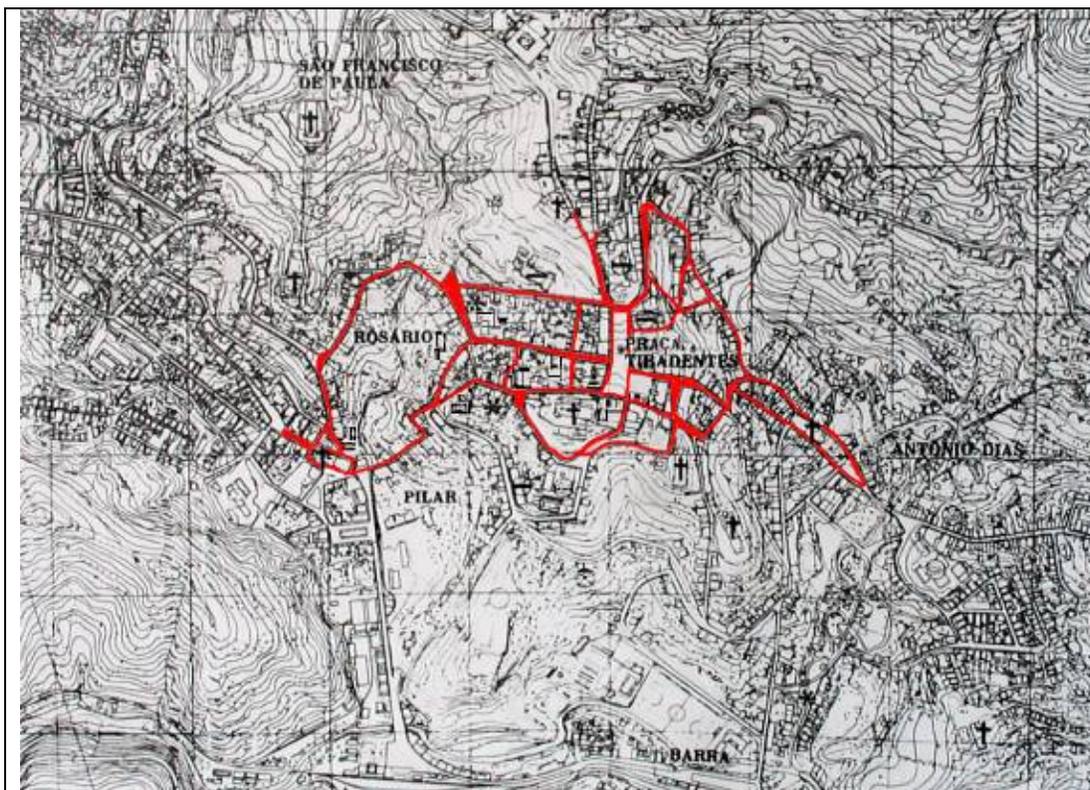
Com o intuito de compreender o processo de refuncionalização turística do patrimônio edificado e a alteração nas relações materiais e simbólicas estabelecidas entre a população local, mais especificamente, dos moradores da área, e os bens patrimoniais, estabeleceu-se a delimitação de uma área de estudos correspondente à porção do território mais densamente apropriado pela atividade turística. Tal delimitação baseou-se em pesquisas documentais, bibliográficas e trabalhos de campo,

Partindo-se do levantamento dos primeiros arruamentos de Vila Rica, efetuados por Vasconcellos (1956) a partir da análise dos tombamentos realizados pela Câmara de Vila Rica, em 1734, pôde-se vislumbrar as características da expansão urbana em seu núcleo central. Tal núcleo é marcado pela concentração dos mais significativos templos religiosos, edifícios públicos, monumentos e de exemplares de uma arquitetura civil caracterizada pelo predomínio de conjuntos urbanos assobradados, estabelecidos nas principais vias de acesso da atualmente denominada Praça Tiradentes, cuja concentração de funções urbanas mistas, envolvendo a atividade comercial e a função residencial estiveram presentes, desde os primórdios de sua fundação até os dias atuais.

A correlação estabelecida por Vasconcellos (1956) entre os nomes dos arruamentos estabelecidos em Vila Rica, na década de 30 do século XVIII, e seus nomes atuais, possibilitou a delimitação do núcleo central mais antigo da povoação, localizado, primeiramente, entre as duas matrizes e expandindo-se, posteriormente, em direção ao bairro do Rosário. A partir da delimitação e mapeamento de tais arruamentos sobre uma base cartográfica recente, pôde-se constatar que o núcleo central mais antigo de Vila Rica corresponde, em grande parte, à área mais densamente apropriada pela atividade turística. A proposta de enfatizar a dinâmica da atividade turística sobre a porção territorial caracterizada pela concentração dos principais atrativos culturais e dos equipamentos e serviços voltados para o atendimento desta demanda externa significativa levou à elaboração de pequenos recortes e adaptações do mapeamento dos arruamentos antigos, a partir das informações levantadas por Vasconcelos por meio da supressão dos arruamentos que ligam a Matriz do Pilar à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e pela inclusão de praças, becos e largos criados ao longo do tempo. Partindo-se dessa nova

delimitação espacial que abrange as vias principais e secundárias, funcionando como eixo de ligação das duas matrizes à Praça Tiradentes, pode-se avaliar em termos concretos a dinâmica sócio-espacial estabelecida na área que denominaremos de núcleo turístico

Figura 5 – Delimitação da área de estudos



Delimitação da área de estudos

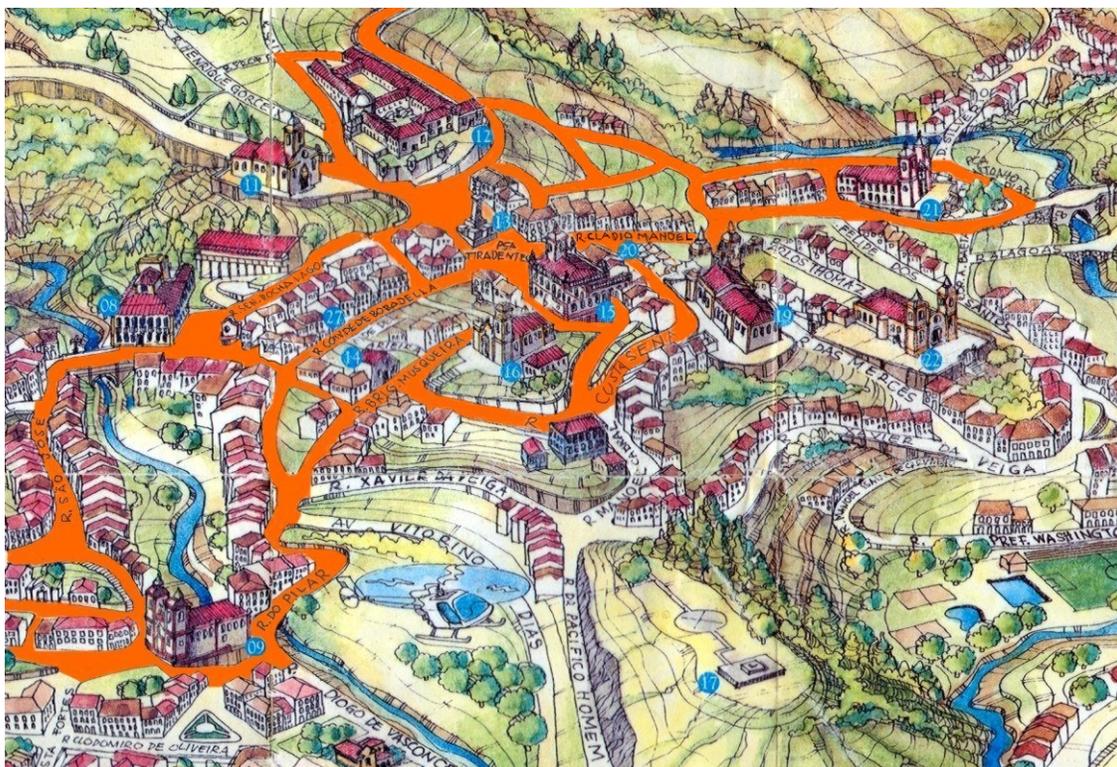
- | | |
|---------------------------|----------------------------------|
| Rua São José | Rua Randolfo Bretãs |
| Rua do Pilar | Praça Reinaldo Alves de Brito |
| Rua Coronel Alves | Travessa do Arieira |
| Rua Brigadeiro Musqueira | Travessa do Carmo |
| Rua Paraná | Travessa Cônego Camilo Veloso |
| Rua Conde de Bobadela | Rua Antônio Pereira |
| Rua Senador Rocha Lagoa | Rua Costa Sena |
| Praça Tiradentes | Rua da Conceição |
| Rua dos Paulistas | Rua Barão de Camargos |
| Rua Bernardo Vasconcellos | Rua Camilo de Brito |
| Rua Amélia Bernhauss | Travessa M. Sales |
| Rua São Francisco | Beco do Pilão |
| Rua do Aleijadinho | Largo do Coimbra |
| Rua Cláudio Manuel | Praça Antônio Dias |
| Rua Bernardo Vasconcelos | Praça Monsenhor Castilho Barbosa |
| | Rua Padre Rolim* |
| | Praça Américo Lopes |

Fonte: montagem elaborada a partir da base cartográfica retirada do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (relatório síntese) de 1975

As ruas elencadas à esquerda, no mapa, correspondem aos arruamentos antigos de Vila Rica e as ruas, travessas, praças, largos e becos, à direita, foram criados em épocas posteriores.

O mapa turístico adaptado abaixo proporciona uma maior visibilidade à área de estudos e permite vislumbrar os principais pontos de visitação turística.

Figura 6 - Núcleo Turístico de Ouro Preto



Fonte: montagem elaborada a partir de um mapa turístico de Ouro Preto. Organização: (da autora, 2005)

A efetivação de uma análise mais acurada sobre a dinâmica atual dessa porção do território previamente delimitada envolve a compreensão de suas particularidades historicamente conformadas, responsáveis pela instituição de uma interação singular entre os sistemas de objetos preexistentes, representados pelos bens patrimoniais e seu conteúdo social, e os sistemas de ações que induzem tais objetos a adequar-se a novas funções, sendo responsáveis pela determinação dos novos valores e significados atribuídos ao patrimônio e pela instituição de novas formas de vivência social inerente a esse núcleo urbano.

Ao representar a expressão do passado por meio de sua materialidade herdada, a área, atualmente, tida como o núcleo turístico da cidade, por sua dinamicidade social e funcional, adaptou-se, através do tempo, aos interesses e às necessidades requeridos pela conjuntura política, cultural e sócio-econômica inerente a cada período.

Constituindo-se como expressão de uma vivacidade única, resistente aos percalços do tempo e das dificuldades econômicas, essa porção central da cidade vem sofrendo diversas formas de adaptações funcionais que a inserem em novas dinâmicas de uso e apropriação, destinada a atender aos desígnios dos agentes sociais que mantém algum tipo de relação material ou simbólica com o local.

A sobreposição e a coexistência de uma multiplicidade de usos e vivências sociais, típicas de uma área central, fazem com que tenha uma dinâmica particular de desenvolvimento frente ao restante da cidade. Desde o apogeu da mineração, a área vem congregando funções residenciais, comerciais, político-administrativas, de serviços e outras, agregando valores e significados às imponentes edificações isoladas e ao conjunto urbano arquitetônico que vai se constituindo ao redor da Praça Tiradentes e em suas adjacências. Certamente, as alterações funcionais que se consubstanciam ao longo do tempo levam a sucessivas adaptações formais, que, no entanto, não chegam a descaracterizar as expressões estético arquitetônicas de uma época, nem a depreciar seu valor enquanto bens dignos de preservação.

É sobre esta pequena porção do território que se concentram as expressões materiais máximas do poder político, econômico e da riqueza histórico-cultural de uma época os quais perduram através do tempo e adquirem novos contornos e significados na atualidade. O tamanho avantajado das edificações e a disposição em que se encontram frente ao conjunto, constituem-se na expressão de poder e riqueza de seus proprietários e residentes. Residir nesta área central constitui-se, portanto, uma forma de expressão social e estatutária que perdura até os dias atuais.

A riqueza social e a dinamicidade desse núcleo não reside, apenas, em tal fator, mas está associada à capacidade de regeneração e adaptação que o núcleo teve que enfrentar em fases de crise e nos momentos de bonança, adequando-se a novos contextos políticos, culturais e sócio-econômicos sem perder sua dinamicidade.

O abandono das edificações durante o período de estagnação econômica da cidade, agravado com a transferência da capital para Belo Horizonte, foi responsável pela regeneração

de sua efervescência social com a ocupação das edificações pelos estudantes e por sua transformação em repúblicas de propriedade da Escola de Minas.

Desde o início do século XX, esse núcleo urbano central de Ouro Preto, além de congregar uma elite social, transformou-se, também, em um grande centro da vida estudantil, gerando uma convivência nem sempre pacífica entre estudantes, moradores e usuários da área que continua a agregar uma multiplicidade de funções urbanas. Desse conjunto de fatores reside parte de sua singularidade, acentuada com os novos rumos sociais e econômicos tomados pela cidade a partir da segunda metade do século XX.

A expansão urbana e a dinamização econômica de Ouro Preto, ocorrida naquele período, não promoveram mudanças significativas na dimensão formal dessa porção do território, em função das restrições de tombamento, porém, seu conteúdo social sofreu grandes alterações em decorrência da dinamização funcional da área, que passou a congregar uma maior diversidade de usos e vivências sociais, ao transformar-se no centro vivo da cidade sem abdicar de sua função residencial.

Por ocupar uma posição central e uma localização privilegiada frente ao restante da cidade, esse núcleo transformou-se na principal via de ligação com os bairros periféricos que se expandiam rapidamente pelos arredores da área tombada. Tal fator foi responsável pela elevação do fluxo de transportes, pessoas e mercadorias, transformando o núcleo no mais importante pólo centralizador de atividades ligadas ao ramo institucional, comercial, de serviços, cultura e lazer.

A presença de uma infra estrutura já consolidada, de uma localização estratégica e de uma população residente detentora de um potencial consumidor considerável, constituíram fatores decisivos para a expansão dos estabelecimentos comerciais e de serviços de caráter central e de apoio, de cunho popular ou não, voltados para o atendimento de todas as camadas sociais.

Na segunda metade do século XX, grande parte das áreas urbanas centrais preservadas foram, em partes, economicamente desvalorizadas e destituídas de sua função habitacional, em decorrência da proliferação das atividades comerciais e de serviços de cunho popular, responsáveis pela atração de um público de baixa renda e pela desvalorização imobiliária dos imóveis, em grande parte, já degradados.

Apesar de as atividades econômicas de cunho popular terem se instaurado no núcleo urbano central de Ouro Preto, a diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços se manteve, juntamente com a função residencial, que continuou a propiciar a concentração e a

sociabilidade entre os estudantes e as classes sociais mais abastadas, proprietárias dos casarões assobradados e das outras edificações históricas adaptadas aos usos e necessidades do presente.

O tamanho das edificações existentes na área vem possibilitando a coexistência de diversos usos em um mesmo edifício, principalmente, em se tratando de construções assobradadas. Torna-se bastante comum a presença de um uso residencial na parte superior dos cômodos e o desenvolvimento de algum tipo de atividade econômica nos cômodos inferiores, gerida pelo próprio proprietário do imóvel ou alugada para terceiros, o que garante, de certa forma, uma significativa rentabilidade que, muitas vezes, passa a ser convertida em obras de conservação e preservação das próprias edificações.

Em decorrência da concentração das formas de uso do patrimônio e da heterogeneidade de funções estabelecidas ao longo dos anos, congregam-se sob este mesmo espaço atividades tradicionais e modernas em meio a um ambiente marcado por uma riqueza material e social que solidifica, através do tempo, fortes laços de sociabilidade e estreita os vínculos de identidade e pertença, atribuídos pelos diversos grupos sociais aos bens patrimoniais e ao seu território de referência.

O aproveitamento das potencialidades paisagísticas e histórico-culturais da área em questão para finalidades turísticas, resulta em uma valorização econômica de seus bens patrimoniais que são requisitados a atender a uma demanda de novas funções, destinadas à promoção do desenvolvimento turístico de Ouro Preto.



Foto 27 - Processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural na Rua Direita
Fonte: (da autora, 2005)



Foto 28 - Processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural na Praça Tiradentes. Fonte: (da autora, 2005)

Diante deste contexto, desde a década de 1970, quando o potencial estético, histórico e cultural da cidade passou a ser explorado pelo turismo, a área central vem se constituindo como o maior pólo de atração de investimentos no setor, levando a uma refuncionalização turística do patrimônio, acentuada a cada ano com a incorporação de novos empreendimentos no ramo de hotelaria, alimentação, lazer e entretenimento, lojas especializadas na venda de produtos típicos locais e equipamentos institucionais como museus, igrejas, espaços para exposições, secretaria de turismo e outros.

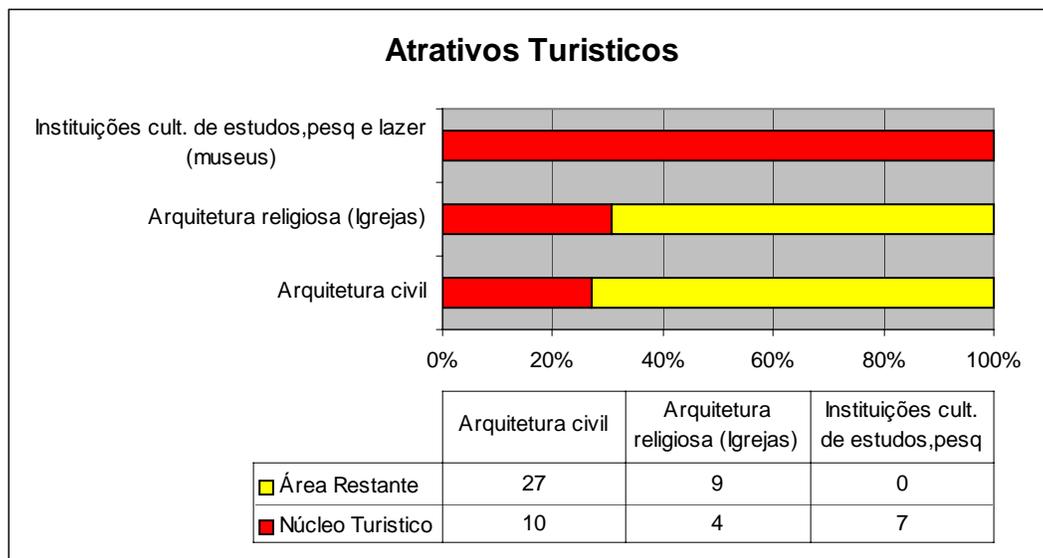
A concentração espacial de atrativos, dos equipamentos voltados para a dinamização da atividade, e, conseqüentemente, do fluxo de visitantes, faz dessa área o núcleo turístico da cidade, alterando significativamente e de forma contínua o conteúdo e as práticas sociais existentes a décadas em Ouro Preto. As atividades comerciais e de serviços, destinadas a suprir uma demanda local, vão sendo, aos poucos, substituídas ou transformadas em estabelecimentos destinados à venda de produtos que atendem, prioritariamente à demanda turística. O comércio local é suprimido ou se adapta ao atendimento das exigências de um público internacional e o centro vivo da cidade, aos poucos, tende a transformar-se em um Shopping Center a céu aberto, regulado e dinamizado pela iniciativa privada, em consonância com o poder público e, muitas vezes, com o próprio apoio da sociedade civil.

A partir do levantamento e da espacialização dos dados relativos aos atrativos e equipamentos voltados para a atividade turística, procurou-se estabelecer uma relação percentual entre o tipo e a quantidade dos atrativos e estabelecimentos existentes no núcleo turístico e no restante da cidade. A espacialização dos dados fornece subsídios concretos para a análise do grau de refuncionalização turística do patrimônio cultural e das transformações materiais e simbólicas decorrentes deste processo.

Em relação ao conjunto de atrativos turísticos existentes no Inventário da Oferta Turística do Município de Ouro Preto, efetuado pelo Unicentro Newton Paiva, em 2000, destacam-se as Instituições culturais de estudos, pesquisas e lazer como museus e a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP⁸³; as edificações representativas da arquitetura religiosa de Ouro Preto, com maior destaque para as igrejas e os exemplares da arquitetura civil.

⁸³ Cabe ressaltar que a universidade possui vários campi. O que se encontra no gráfico refere-se ao prédio do antigo Palácio dos Governadores, que congrega, atualmente, alguns museus.

Figura 7 – Atrativos Turísticos



Fonte: Inventário da Oferta Turística do Município de Ouro Preto. Adaptação (da autora, 2005)

A partir da tabulação dos dados levantados sobre os principais atrativos, estes demonstram que a totalidade dos museus existentes na cidade encontra-se no núcleo turístico, o que já não procede com os exemplares da arquitetura civil e religiosa que se encontram espalhados pela cidade. Cabe ressaltar que, dentre as 13 igrejas existentes em Ouro Preto, as mais ornamentadas e visitadas encontram-se no núcleo turístico, dentre as quais ressaltam as duas matrizes, a Igreja de São Francisco de Assis e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Em relação à arquitetura civil composta principalmente por pontes, chafarizes e edificações isoladas observa-se que apenas 37% destes exemplares se localizam no núcleo turístico, não exercendo um grande fator de atratividade em comparação com outros atrativos de maior destaque. Cabe ressaltar que o levantamento desses dados se baseou no conjunto de bens materiais elencados no artigo “*Ouro Preto revisitada: roteiros históricos dos seus monumentos esquecidos*”.⁸⁴ Em função do caráter restritivo dos principais roteiros turísticos de Ouro Preto, muitos exemplares arquitetônicos de valor histórico e cultural deixam de ser conhecidos e apreciados, levando o visitante a uma visão que abarca somente as áreas nobres, em detrimento

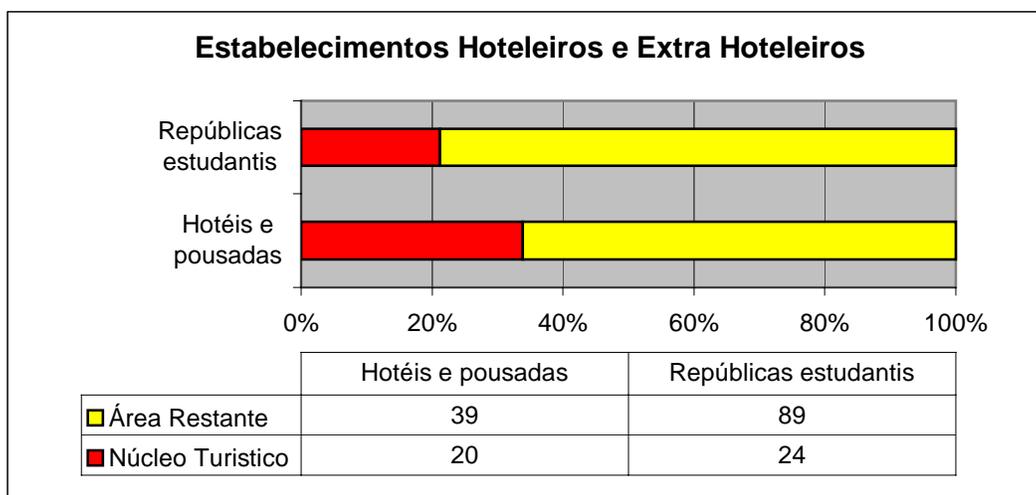
⁸⁴ SIMÕES, Joseane. G e FURTADO, Jônia F. *Ouro Preto revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos*. Belo Horizonte: Conselho de Extensão – UFMG, 1981

de seus arredores que também compõe o acervo paisagístico e arquitetônico da cidade, considerada em sua totalidade como um importante atrativo.

Além do acervo material, as manifestações populares como a Semana Santa, o Carnaval e a “Festa dos Doze” também são consideradas como atrativos pelo Inventário da Oferta Turística do Município, pois, ao atraírem um público diferenciado mais preocupado com os festejos do que com o patrimônio em si, acabam por transformar a dinâmica da cidade.

Em relação aos meios de hospedagem existentes em Ouro Preto destacam-se hotéis e pousadas situadas, em sua maioria no casario colonial, e as repúblicas estudantis que abrigam estudantes e visitantes durante as festividades e ao longo do Festival de Inverno.

Figura 8 – Meios de Hospedagem



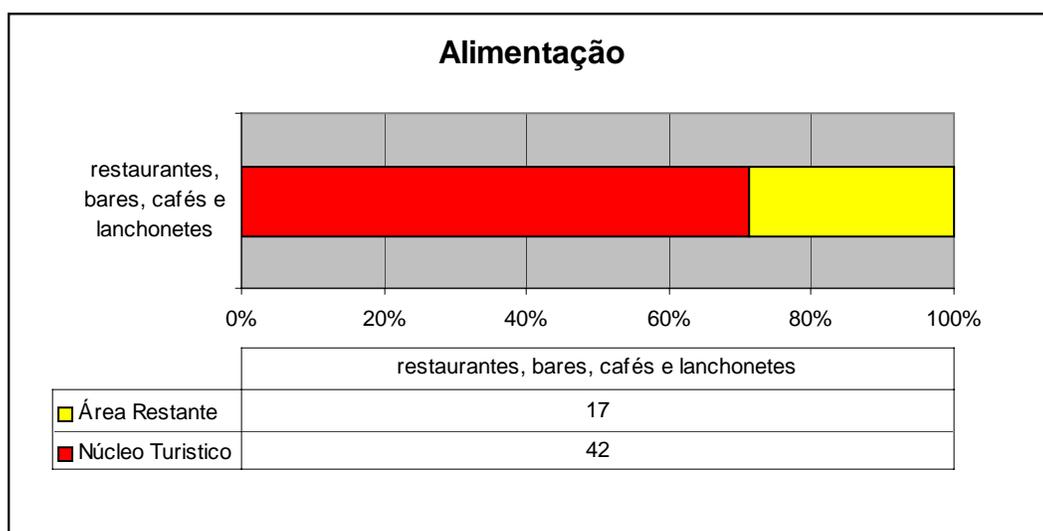
Fonte: Centro de Artes e Convenções da UFOP. Adaptação (da autora, 2005)

Atendo-se ao fator locacional, segundo os dados mais recentes levantados pelo Centro de Artes e Convenções da UFOP, em 2003, observa-se que aproximadamente 33.8% dos hotéis e pousadas se localizam no núcleo turístico da cidade, gerando uma aglomeração significativa de estabelecimentos do ramo em uma área pouco extensa que aumenta a concorrência interna entre os estabelecimentos do setor. É importante notar que, de acordo com o Inventário da Oferta Turística do Município (2000) nenhum dos estabelecimentos se constitui em cadeias hoteleiras.

Seus proprietários são, em grande parte, moradores de Ouro Preto que investiram no turismo como um ramo de negócios promissor na cidade.

Apesar de poucas repúblicas estudantis se situarem no núcleo turístico de Ouro Preto em relação ao restante espalhado pela cidade, o fator locacional não exerce tanta influência no grau de atratividade de turistas e visitantes pois estes geralmente não vêm preocupados em visitar o patrimônio em si, e sim, participar dos festejos e de outras atividades agregadas. O setor de alimentação em Ouro Preto oferece uma diversidade de opções e ramos de atividade, sendo composto por restaurantes, bares, cafés e lanchonetes⁸⁵.

Figura 9 – Setor de Alimentação



Fonte: Centro de Artes e Convenções da UFOP. Adaptação (da autora, 2005)

A partir dos dados relativos à sua localização, observa-se uma grande concentração de estabelecimentos no núcleo turístico. A concentração do comércio local e do comércio voltado para o turismo, aliado à localização dos principais atrativos, gera nesse núcleo uma grande concentração de turistas e moradores, determinando, por conseguinte, uma aglomeração dos estabelecimentos voltados para o ramo da alimentação, em que se destaca uma grande quantidade de restaurantes e lanchonetes que se utilizam da tradição da culinária mineira como

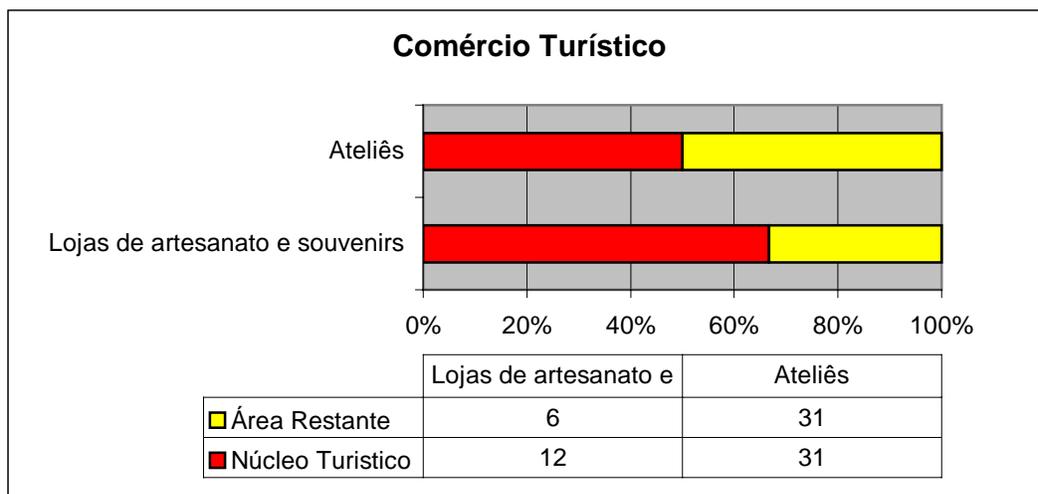
⁸⁵ A análise da concentração locacional dos estabelecimentos do ramo da alimentação foi efetuada a partir dos dados coletados pelo Centro de Artes e Convenções da UFOP, em 2003

fator de atração da clientela, apesar de alguns hotéis disporem, atualmente, de menus internacionais procurando atrair o público estrangeiro.

Aproveitando-se do fluxo intenso de turistas que circulam diariamente pelas ruas do centro histórico e turístico de Ouro Preto, observa-se também uma grande concentração de estabelecimentos comerciais especializados⁸⁶ na venda de mercadorias para turistas, excursionistas e visitantes tais como as lojas de *souvenirs* e os ateliês onde o artesanato e os produtos locais e regionais são expostos e vendidos. Além destes segmentos, o ramo de perfumaria, *boutiques*, galerias de arte, antiquários e pedras preciosas também atraem uma grande clientela de turistas, principalmente essas últimas, responsáveis pela visita de um público seleta, que volta muitas vezes à cidade para comprar as jóias feitas com as famosas pedras extraídas na região.

Essa grande concentração de um comércio mais especializado voltado para o atendimento dos turistas vem gerando um processo de substituição do comércio local, de cunho popular, para um comércio voltado para o atendimento das exigências do turista.

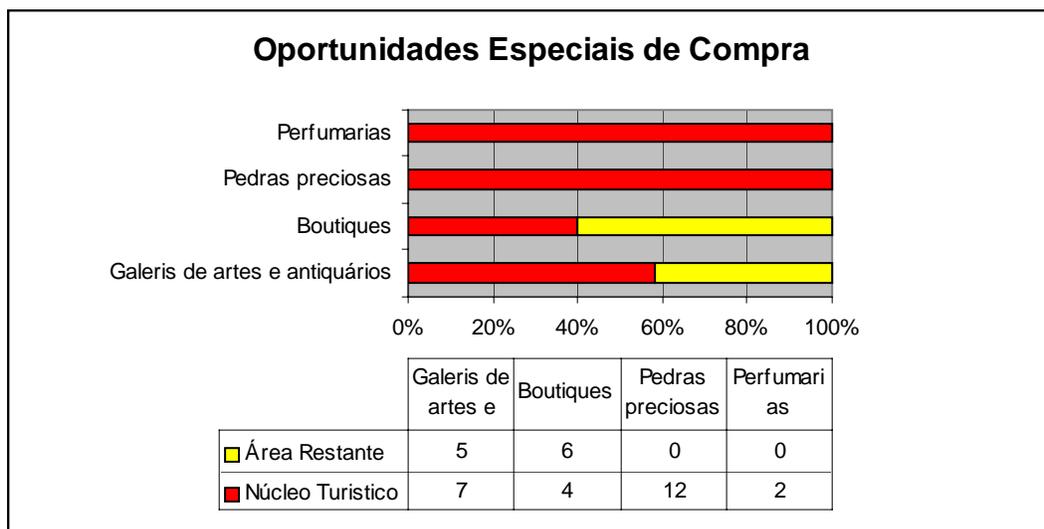
Figura 10 – Comércio Turístico



Fonte: Inventário da Oferta Turística do município de Ouro Preto. Adaptação (da autora, 2005)

⁸⁶ A análise da concentração locacional dos estabelecimentos foi efetuada a partir dos dados extraídos do Inventário da Oferta Turística do município de Ouro Preto, em 2000

Figura 11 – Oportunidades Especiais de Compra



Fonte: Inventário da Oferta Turística do município de Ouro Preto. Adaptação (da autora, 2005)

A partir da localização dos estabelecimentos voltados para o atendimento da atividade turística, podem-se vislumbrar os indícios de um intenso processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural.

A concentração desta diversidade de estabelecimentos no núcleo turístico decorre, como já foi exposto, da própria lógica de organização de grande parte das viagens, caracterizadas, atualmente, por limitações espaço-temporais que fazem com que o turista visite apenas os monumentos, igrejas e museus mais imponentes e relevantes do ponto de vista estético, histórico e cultural da cidade.

Esta concentração vem se dando, mais especificamente, na Praça Tiradentes e seus arredores, ramificando-se em direção ao Pilar, António Dias e Rosário. O centro comercial local passa a coexistir com o centro turístico da cidade, promovendo uma dinâmica social particular. Porém, nos últimos anos, o processo de valorização imobiliária dos imóveis decorrentes do incremento do uso turístico do território trouxe como consequência um inflacionamento dos preços das mercadorias vendidas pelo comércio local, implicando a redução da demanda.

A expansão, nos últimos dez anos de pequenos estabelecimentos comerciais, destinados à venda de gêneros de primeira e segunda necessidade nos bairros, e a criação recente de dois

mercados de maior expressão no bairro da Barra (Rede Smart) e na saída para Mariana (Cooperouro), vem reduzindo a importância deste núcleo como centro comercial local, causando prejuízos econômicos aos comerciantes que não mais conseguem arcar com as altas despesas imobiliárias. Segundo o depoimento ⁸⁷ de Kátia Aparecida, funcionária de uma loja de Ateliê localizada no centro turístico de Ouro Preto:

Nos últimos 5 anos, a população local vem deixando de fazer compras no centro, preferem ir à Cooperouro que oferece mais quantidade e diversidade de produtos, ou fazer compras nos próprios bairros que vendem coisas mais baratas. Eu, por exemplo, como trabalho no centro, acabo utilizando o comércio local, ainda mais hoje que eles fazem serviços de entrega na própria residência, porém, atualmente, o morador de Ouro Preto frequenta o centro mais para utilizar os serviços públicos, frequentar o cinema, a Praça Tiradentes ou os bares nos finais de semana.

Os estabelecimentos de comércio e serviços de caráter local e central, ainda existentes para atender, prioritariamente, a população residente, incluindo muitos estudantes, no centro vem sofrendo uma fase de retração, ao serem substituídos ou transformados em estabelecimentos voltados para o consumo turístico. As pequenas vendas, drogarias, padarias, lojas de roupas e calçados, papelarias, bares e outros estabelecimentos vem sendo substituídos por restaurantes, pousadas, cafés, docerias, lojas de jóias e artesanato que atendem, prioritariamente à clientela turística utilizando o patrimônio como fachada para a venda de mercadorias. Outros estabelecimentos se renovam e diversificam suas mercadorias para atrair ambos os públicos, porém, oferecendo produtos a preços mais altos do que os usuais. Segundo depoimento ⁸⁸ de Leandro Trópia, proprietário do restaurante/pizzaria “O Passo”, inaugurado em 2004:

Hoje, as pessoas que abrem algum tipo de comércio no centro já pensam no turismo. Há mais ou menos um ano e meio atrás, pensei em abrir uma pizzaria em Ouro Preto, pois este é um ramo deficitário na cidade. Fui a Belo Horizonte e contratei um dos melhores pizzaiolos da cidade para trabalhar para mim. Abri o estabelecimento em 2004 em um imóvel da família, atualmente avaliado em 1.5 milhões de reais. Antes de eu abrir o estabelecimento o imóvel também funcionava como um restaurante, mais direcionado a atender o público local, funcionários públicos, comerciantes, estudantes etc. O meu estabelecimento, a princípio, foi direcionado para atender os turistas mais hoje, metade da minha clientela é formada por moradores locais e de terça feira faço um preço especial para atrair os estudantes.

⁸⁷ Entrevista concedida em 21/04 2005.

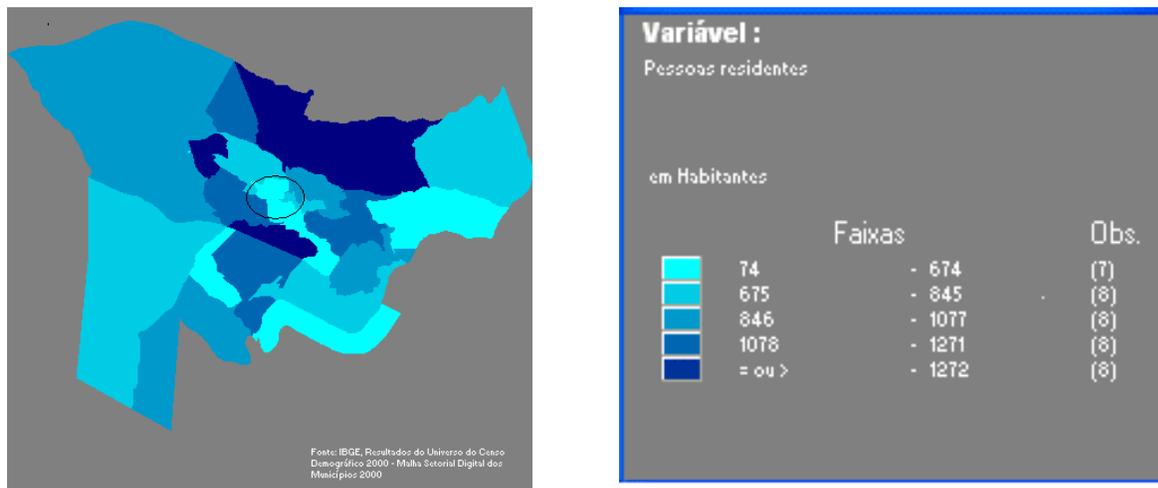
⁸⁸ Entrevista concedida em 23/04/05

O processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural de Ouro Preto adquire uma dimensão ambivalente na medida em que, se por um lado, promove a geração de emprego e renda para o município, mesmo que ainda muito aquém do esperado, por outro gera efeitos materiais e sociais de grandes proporções, sentidos, mais especificamente no núcleo turístico.

A realidade social deste núcleo, faz-se sentir por meio da redução de sua função habitacional. Dados preocupantes mostram que apenas um morador reside na Praça Tiradentes. Na Rua Conde de Bobadela (Rua Direita), o número não passa de uma dezena, excluindo desta contagem os estudantes que habitam as repúblicas.

A partir da análise do censo populacional de 2000, referente ao município sede de Ouro Preto, pode-se avaliar o perfil sócio-econômico da população residente no núcleo turístico da cidade⁸⁹ em comparação com a população residente no restante dos setores censitários delimitados pelo IBGE.

Figura 12 - Pessoas residentes no município sede de Ouro Preto – 2000



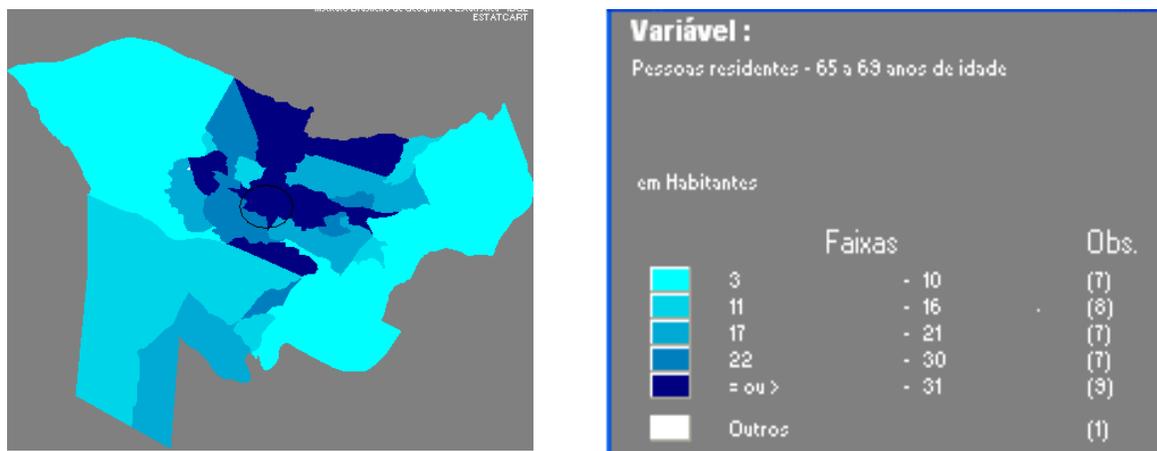
Fonte: IBGE: Censo populacional de Ouro Preto, 2000 (base digital). Adaptação (da autora, 2005)

A partir da análise dos dados, pode-se observar que, em termos comparativos, o número de pessoas residentes no núcleo turístico de Ouro Preto é um dos mais baixos em relação aos

⁸⁹ A delimitação do núcleo turístico está representada por uma circunferência efetuada pela autora em cada mapa

outros setores censitários. Pode-se observar o fato de que as áreas ao redor do núcleo tombado, correspondentes aos novos bairros surgidos a partir da segunda metade do século XX, possuem as maiores taxas de ocupação da cidade.

Figura 13 - Pessoas com mais de 65 anos residentes no município de Ouro Preto – 2000

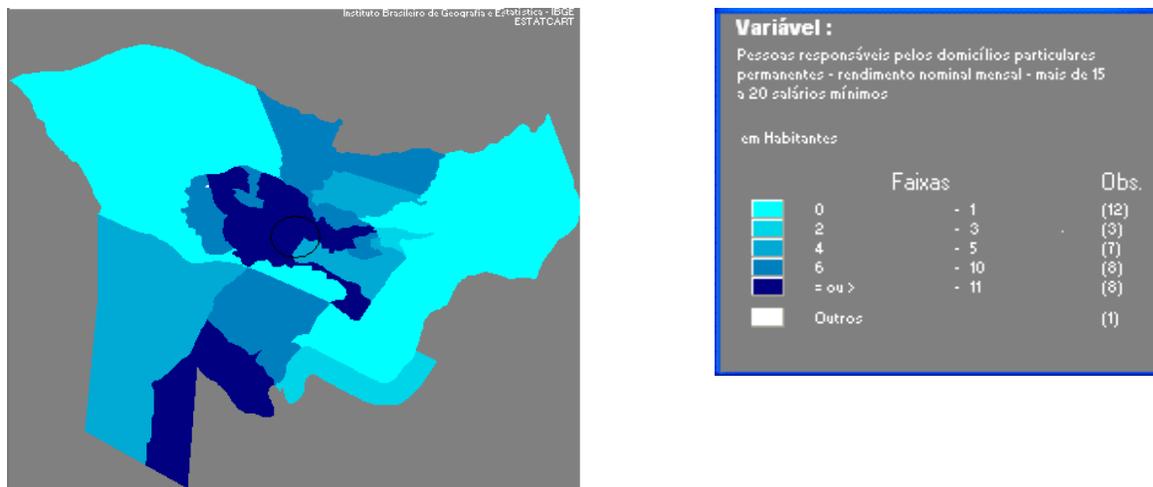


Fonte: IBGE: Censo populacional de Ouro Preto, 2000 (base digital). Adaptação (da autora, 2005)

Em relação à faixa etária da população residente no núcleo tombado, atesta-se que o número de pessoas com mais de 65 anos é um dos mais expressivos em relação ao restante dos setores apurados. Analisando tais dados em comparação com as observações de campo, constata-se que grande parte da população residente no núcleo turístico é composta por pessoas idosas, vivendo em casas próprias, geralmente, herdadas. Moram sós, ou acompanhadas por empregados ou por poucos membros da família. Como as habitações dessa área são, em sua maioria, de grande porte, dotadas de muitos cômodos, seus moradores acabam arrendando parte da edificação a terceiros, que, geralmente, montam negócios voltados para a atividade turística.

Com isso, a população residente permanece em sua casa, sobrevivendo ou aumentando seus rendimentos com o capital proveniente dos aluguéis, abarcando, em partes, os recursos financeiros decorrentes da atividade turística.

Figura 14 - Pessoas residentes com rendimento mensal acima de 20 salários mínimos no município de Ouro Preto – 2000



Fonte: IBGE: Censo populacional de Ouro Preto, 2000 (base digital). Adaptação (da autora, 2005)

Em relação ao rendimento mensal auferido pela população residente no núcleo turístico, constata-se que nesta área reside a população mais abastada da cidade, o que, na verdade constitui-se em uma característica que remonta aos tempos áureos da mineração. Contrariamente ao que ocorreu em muitos outros centros urbanos tombados, ocupados, na segunda metade do século XX, por famílias de baixa renda, o núcleo urbano tombado de Ouro Preto nunca deixou de ser habitado pela alta sociedade ouro-pretana. Residir no centro confere *status* e distinção aos seus ilustres moradores, promove a manutenção da tradição e fortalece os vínculos de identidade, pertença de seus habitantes com esta porção do território.

A permanência do uso residencial no núcleo turístico se mantém, em parte, pelo nível de renda elevado de seus habitantes, resultante dos frutos da exploração turística dos bens patrimoniais refuncionalizados. Certamente, tal tendência possa se modificar em poucos anos quando novas gerações de proprietários herdarão suas edificações e, pensando na lucratividade proporcionada por esses bens, poderão modificar o rumo dos acontecimentos, inserindo o núcleo turístico em uma nova dinâmica social.

Por envolver toda esta dinâmica funcional e esta complexidade social e por ser uma área economicamente muito visada para novos investimentos, o núcleo turístico de Ouro Preto torna-se alvo de um conflito de interesses entre o poder público, a sociedade civil, envolvendo tanto a população residente quanto a usuária, e a iniciativa privada. As novas práticas sociais, decorrentes do turismo, coexistem e/ou se chocam com as práticas sociais tradicionalmente enraizadas no território pela população residente e usuária deste núcleo. Este movimento, revelador da dinamicidade do território, traduz-se em um novo contexto sócio-espacial, em que novas relações materiais e simbólicas entre os agentes sociais, os bens patrimoniais e o território são estabelecidas a partir da conformação das novas territorialidades no núcleo turístico de Ouro Preto.

CAPITULO 13 - NOVAS TERRITORIALIDADES EM OURO PRETO: A COEXISTÊNCIA DOS CONFLITOS

Evidenciar o papel das territorialidades urbanas como elemento de análise da dinâmica sócio-espacial de Ouro Preto, possibilita compreender o patrimônio enquanto vetor privilegiado de análise, ao ser fruto de diversas formas de uso, apropriação e vivências em constante mutação, consubstanciando-se em novas práticas sociais, analisadas em sua dimensão material e simbólica. Tais práticas evidenciam os conflitos de interesses, as relações de poder e as formas de sociabilidade que surgem em determinadas porções do território, motivadas pelos mais diversos agentes sociais, responsáveis por sua constituição e por sua dinâmica.

Inseridos em uma nova realidade social, política e econômica, essa materialidade herdada, legitimada enquanto bens patrimoniais da nação e da humanidade é condicionada a atender a novos interesses políticos, econômicos e sócio-culturais, gestados pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil, os quais determinam a reordenação de sua dimensão material e simbólica para adequar-se aos desígnios do presente. É dentro desse contexto que se ordenam as territorialidades do patrimônio, o qual é considerado como o elo entre os grupos sociais – munidos de interesses e práticas diversos – e seu território de referência como locus de ações, de interesses conflitantes e das relações sociais. Nesse sentido, os bens patrimoniais e o feixe de relações em que estão envolvidos, constituem-se o ponto de intersecção entre as diversas territorialidades concebidas ao longo do tempo.

Por receber a titulação de patrimônio nacional, em 1938, por instâncias oficiais sem a participação da sociedade civil, e por estar submetido às legislações de tombamento, norteadoras de medidas restritivas e imposições normativas de forma a impedir sua destruição e descaracterização, tais bens, desde a época do tombamento, vêm sendo alvo de conflitos de interesse entre o poder público, representado pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal, a sociedade civil, representada, principalmente pelos proprietários dos imóveis tombados e pela iniciativa privada. Atualmente, tais conflitos ganham proporções mais amplas em função do desaparecimento do IPHAN e do aumento vertiginoso dos projetos de intervenção nos imóveis

tombados. No caso de Ouro Preto, os pontos de conflitos entre seus diversos agentes parecem ser mais evidentes do que os pontos de consenso acerca da polêmica questão patrimonial.

Um dos principais pontos de divergência sobre a questão refere-se à atuação e às estratégias de ação do IPHAN, em Ouro Preto, desencadeando freqüentes embates entre a instituição, o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Ao ser responsável pela conservação patrimonial, fiscalização e regulamentação de obras em todo o perímetro urbano tombado, envolvendo mil edificações e quarenta e cinco monumentos, e ao atuar nas questões acerca do uso e da ocupação do solo na área entorno do núcleo tombado com o intuito de evitar sua descaracterização paisagística, o IPHAN acaba assumindo responsabilidades com as quais não consegue arcar, caso não haja envolvimento e participação dos outros agentes sociais no processo de gestão patrimonial. Tal ação conjunta, praticamente não ocorre em Ouro Preto, nem no restante do país, fazendo com que a instituição responda sozinha pelo ônus e pelas dificuldades da preservação e gestão do patrimônio cultural em Ouro Preto e no restante das cidades brasileiras.

O crescente processo de descaracterização do entorno paisagístico da cidade e a má conservação de muitos dos seus edifícios foi motivo de intensa repercussão da mídia, principalmente quando a cidade foi ameaçada, pela UNESCO, de perder o título de Patrimônio da Humanidade. A divulgação de tal ameaça colocou a questão patrimonial no centro das discussões em Ouro Preto, sendo alvo de muitos embates entre a esfera pública e a sociedade civil. Diante desse contexto, Benedito Tadeu de Oliveira, arquiteto do IPHAN de Ouro Preto, passou a justificar a questão como resultante do processo de desaparecimento da instituição e do reduzido quadro de funcionários que não conseguem fiscalizar grande parte das obras em andamento. A falta de uma parceria efetiva entre a instituição e a Secretaria da Cultura e de Obras da Prefeitura Municipal também é abordada como uma das principais justificativas para explicar o processo de descaracterização patrimonial⁹⁰ (OLIVEIRA, 2002, p.4).

Em contrapartida, a Prefeita em exercício na época, Marisa Xavier, em reportagem publicada no jornal “Folha de São Paulo”, em 17 de novembro de 2002, afirmava não ver motivos para a perda do título de Patrimônio da Humanidade. Segundo ela, “apesar de o crescimento desordenado existir, essa é uma característica de todas as cidades patrimônio” (XAVIER, 2002, p. C8).

⁹⁰ OLIVEIRA, Benedito Tadeu. *Jornal O Inconfidente*, Ouro Preto. p. 4, 1 de setembro de 2002,

A atualização do Plano Diretor do município, a remoção de famílias das áreas de risco e a elaboração de um estudo de tráfego na cidade foram ressaltadas pela Prefeita como projetos relacionados à atuação da administração pública municipal nas questões patrimoniais. Cabe evidenciar que esses projetos, até o presente momento, se encontram ainda em fase de implementação, não havendo garantias concretas de sua efetivação.

Por meio de entrevistas efetuadas com moradores e proprietários das edificações tombadas em julho de 2004, constatou-se que é praticamente consensual a visão do IPHAN como um órgão distante da comunidade, cuja atuação se restringe à cobrança de multas por obras irregulares. Em muitos casos, a morosidade na aprovação dos projetos pela própria instituição acarreta a iniciativa da concretização do projeto pelo proprietário da edificação ou pelo seu locatário, provocando, dessa forma, um eminente processo de descaracterização daquele patrimônio, já que muitas das obras efetivadas são irregulares. O direito à propriedade privada tende, nesses casos, a se sobrepor ao direito da coletividade de manter uma herança material preservada. Segundo o morador Frederico Ferrari ⁹¹:

Os órgãos responsáveis pelo patrimônio (IPHAN e Prefeitura) não têm competência para gerir a preservação da cidade. Não há diálogo com a comunidade. O IPHAN adota mais uma postura repressora de policiamento de obras e cobrança de multas do que o investimento em uma parceria com a comunidade, envolvendo a instrução e conscientização dos moradores. Eu apoio plenamente a preservação, mas desde que as regras sejam claras e as posturas sejam outras.

A histórica falta de diálogo e de parcerias entre as instâncias públicas e a sociedade civil vem se consubstanciando como um entrave nas práticas de preservação, trazendo prejuízos significativos para o patrimônio, para Ouro Preto e para a sociedade civil, que arca com o ônus de ações preservacionistas ineficientes e inoperantes, já que não prezam pela manutenção de vínculos de cooperação entre as instâncias públicas e a sociedade, considerada como a verdadeira guardiã dos bens tombados.

O IPHAN, ao ressaltar as dificuldades de trabalho que encontra, justifica seus procedimentos sem rever sua atuação, e a Prefeitura, ao não desenvolver uma proposta efetiva que reate o diálogo e a parceria com as demais instâncias públicas e sociais por meio da efetivação de projetos conjuntos que encarem a cidade em sua totalidade, tende a engavetar seus

⁹¹ Entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2005

projetos relacionados à questão a cada nova gestão municipal, uma prática que vem se demonstrando muito freqüente no cenário político do município.

Diante desses entraves de ordem político-administrativa que envolvem a questão patrimonial em sua teia de relações, a ainda tímida reação da sociedade civil consubstanciou-se com a criação da *Amo Ouro Preto*⁹², uma organização não- governamental, formada por membros da sociedade civil, com grande predomínio de artistas, intelectuais e moradores do centro histórico da cidade. Esse grupo seletivo se uniu para compreender a legislação que rege a questão patrimonial, a atuação do IPHAN e da Prefeitura, no que concerne aos problemas patrimoniais em Ouro Preto e a possibilidade de mediação e atuação conjunta entre as instâncias públicas e a sociedade civil, no que se refere à defesa e preservação do patrimônio tombado da cidade.

As dificuldades de mobilização periódica dos integrantes e da comunidade restringem a atuação da ONG em períodos de ocorrência de acontecimentos fatídicos relacionados ao patrimônio, responsáveis pela intensa mobilização pública, como o incêndio do casarão da Praça Tiradentes, a destruição do Chafariz do Pilar e outros fatos. A inconstância do grau de mobilização da entidade dificulta o projeto de construção de uma parceria efetiva entre os órgãos públicos e a sociedade civil.

Além das dificuldades administrativas e da baixa capacidade de mobilização social, as questões de ordem econômica, relacionadas à falta de verbas direcionadas para a implementação dos planos de intervenção urbana e preservação patrimonial, também dificultam os trabalhos dos órgãos competentes.

A prefeitura e o IPHAN alegam ter poucos recursos financeiros para a efetivação dos projetos e intervenções, enquanto que os proprietários dos imóveis tombados reclamam do dispêndio de recursos financeiros elevados no restauro das edificações, dificultando a concretização das propostas.

Nesse contexto, a parceria entre público e privado se concretiza por meio de projetos de estímulo ao desenvolvimento do turismo em Ouro Preto, alguns deles, já discutidos em capítulos anteriores. Por outro lado, com o intuito de realizar reformas e projetos de restauro nas

⁹² A criação da *Amo Ouro Preto* esteve relacionada à aprovação do projeto de construção do Shopping São Francesco de Paola, construído 15 metros ao fundo da igreja de São José, uma obra desproporcional em relação aos padrões das construções, localizada dentro do perímetro tombado, construído mediante à aprovação do IPHAN. A indignação de membros da sociedade civil resultou na criação da ONG.

edificações, muitos proprietários acabam vendendo seus imóveis ou alugando-os para terceiros, no intuito de obter renda para arcar com os altos custos das intervenções, não-subsidiadas financeiramente pelo IPHAN.

Destruição do Patrimônio Cultural de Ouro Preto



Foto 29 - Incêndio no casarão da Praça Tiradentes
Fonte: www.ouopreto.com.br⁹³ (Trópia , 2003)



Foto 30 – Destruição do Chafariz próximo a Igreja do Pilar
Fonte: www.arcoweb.com.br⁹⁴ (Oliveira, 2003)

A partir da concretização da parceria público-privada nas estratégias de desenvolvimento turístico, na qualidade da atividade fomentadora de recursos destinados à preservação patrimonial, novos interesses ligados à esfera mercadológica são instituídos, acentuando os pontos de conflito entre os diversos agentes sociais envolvidos no processo.

O território do patrimônio se confunde com o território do turismo e as novas territorialidades decorrentes desse encontro se imbricam e/ou coexistem com as territorialidades tradicionais, alterando as vivências sociais e os valores e significados atribuídos ao patrimônio. Os conteúdos sociais, em constante mutação, dão novos sentidos às velhas formas que passam a desempenhar novas funções a partir das novas ações inseridas em um tecido urbano preexistente.

⁹³ Site acessado em 28/05/05

⁹⁴ Site acessado em 28/05/05

Segundo Santos (2002, p. 82) “as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções”. Ao ser um agente indutor de novas ações sobre as antigas situações, o turismo torna-se um meio de articulação entre o mundo e o lugar, criando uma particularidade, apreendida, neste contexto pelas novas territorialidades existentes em Ouro Preto.

Por constituir-se uma atividade que se apropria de forma seletiva do território, interferindo no seu processo de valorização, no rearranjo de suas funções e na atribuição de novos significados aos bens patrimoniais, é na porção do território mais densamente apropriada pela atividade que se expressam, de forma mais evidente, as diversas territorialidades locais, gestadas na área de maior importância, visibilidade e projeção de Ouro Preto, delimitada nesta pesquisa como o núcleo turístico da cidade.

A área em questão destaca-se, em relação ao restante da cidade, pela sua grande relevância econômica, cultural e social, e por ser, ao mesmo tempo, o centro comercial e turístico de Ouro Preto. Além disso, esse núcleo é caracterizado pela manutenção de uma heterogeneidade funcional, mesmo com a intensificação do processo de refuncionalização turística, dotando as edificações tombadas de uma mescla de usos comerciais, institucionais de serviços – voltados ou não para o turismo –, além do uso habitacional, caracterizado por ser o lócus de residência de uma população tradicional, representante, geralmente, das classes mais abastadas da cidade e dos estudantes em função da concentração expressiva das repúblicas estudantis.

A riqueza social decorrente dessa diversidade de usos conjuga-se com uma mescla de relações de pertencimento e alteridade, coexistência pacífica e/ou conflituosa entre os diversos grupos sociais, além de envolver relações de poder tecidas por interesses complementares e/ou contraditórios entre os agentes sociais e as instituições envolvidas no tratamento e na resolução das questões polêmicas que envolvem a sociedade, o território e o patrimônio.

Desse conjunto de relações estabelecidas entre o território e a sociedade, emerge um espaço social híbrido, fruto da correlação entre as diversas territorialidades que expressam o dinamismo social do território, conferindo-lhe singularidade.

Apesar de não possuírem demarcações sólidas, as territorialidades gestadas no território, adquirem maior expressão no núcleo turístico de Ouro Preto. Dentre as principais, destacam-se as

territorialidades dos moradores locais, residentes no núcleo turístico, dos estudantes e dos turistas.

Como parte considerável dos moradores do núcleo turístico de Ouro Preto, reside na área há muitos anos, puderam observar as significativas transformações sócio-espaciais ocorridas ao longo do tempo na cidade e no núcleo em questão, produzindo reflexos no seu próprio modo de vida. A expansão do fluxo turístico e a refuncionalização patrimonial correspondem a uma das transformações mais apontadas pelos moradores entrevistados⁹⁵. Essas transformações não provocaram muitas mudanças nas relações de sociabilidade dos moradores, nem em seu cotidiano. Segundo Dona Maria Regina ⁹⁶, residente no núcleo turístico há 52 anos:

apesar de muita gente ter morrido ou de muitas casas terem deixado de ser residência, as relações com os vizinhos que restaram foram mantidas. A maioria das pessoas moram aqui desde que nasceram, por isso, todos se conhecem e nós somos muito unidos. É claro que hoje em dia a gente não encontra as pessoas com tanta frequência na rua como antes, não podemos mais manter as portas das casas abertas [...] temos menos opções de compra, mais isso não afeta muito nossas vidas.

O fato de o núcleo turístico coexistir com o centro comercial de Ouro Preto, há muito tempo estabelecido na área, não alterou significativamente sua dinâmica social, já que o fluxo de pessoas sempre foi intenso em função da grande concentração de estabelecimentos comerciais. O que mudou nos últimos anos foi o tipo de público frequentador da área e o tipo de estabelecimento; porém, em alguns pontos do núcleo como a Praça Tiradentes, a Rua Direita, a Rua do Ouvidor e a Rua São José, observa-se que o processo de apropriação turística do território e do patrimônio vem adquirindo amplas proporções, ocasionando a drástica redução do número de moradores. A acentuação dessa realidade tende a empobrecer as relações sociais estabelecidas na área, por meio da acentuação do uso turístico do patrimônio e de sua transformação em cenário para o consumo.

As territorialidades locais dos moradores munidos de fortes laços de pertença e identidade, são, aos poucos, suplantadas pela territorialidade efêmera e transitória do turista, regida pela lógica do capital.

⁹⁵ Em uma das visitas a campo foram feitas cerca de 20 entrevistas semi-estruturadas com os moradores do núcleo turístico. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, desde que residissem na área estudada.

⁹⁶ Entrevista realizada em 25/04/05

No final das contas, há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: as territorialidades sedentárias dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos são oriundos das diferenças de territorialidade (KNAFOU, apud KNAFOU, 2001, p. 64).

A imbricação entre as práticas sociais locais e as externas conforma uma nova realidade e determina a singularidade do local. A apropriação turística dessa porção do território e o crescente fluxo de turistas que executam diariamente os mesmos percursos, envolvendo grande parte do núcleo turístico são, no caso de Ouro Preto, considerados como bem-vindos para a maioria dos moradores que associam a atividade com a geração de emprego e renda para o município, revertida, em parte, para a preservação patrimonial.

Segundo Dona Marta Bresciani,⁹⁷ residente desde 1965 no núcleo turístico:

o turismo cultural é muito bem vindo para Ouro Preto [...] o público que frequenta a cidade traz benefícios para a economia local. Como já faz muitos anos que os turistas frequentam Ouro Preto, a população local aprendeu a conviver com os turistas e até achamos que sua presença faz bem para a cidade porque traz empregos. [...] A minha rotina não chegou a mudar com o turismo. [...] Nunca deixei de ir à igreja por causa dos turistas porque vou nos horários em que a igreja não está aberta para visitas e toda comunidade acaba fazendo a mesma coisa”.

Para Dona Marta e para a maioria dos outros moradores entrevistados do núcleo turístico, a atividade é vista como salvadora e não como depredadora, exceto em algumas épocas do ano. Na verdade, quando fazem boas referências ao turismo, estão se referindo às viagens agenciadas e/ou outro tipo de viagem, cujo foco de interesse primordial consiste na visita ao patrimônio. Apesar de ressaltarem alguns aspectos negativos acerca da crescente atividade, como o lixo, o trânsito, o barulho e a violência, os moradores do núcleo turístico não deixam de prestigiá-la como forma de geração de renda para o município. O turismo, nesse caso, não chega a estabelecer uma relação de estranhamento e alteridade entre turistas e a população local, e coexiste, sem muitos conflitos, com as territorialidades locais.

Em certas épocas do ano, porém, a atividade torna-se alvo de muita polêmica, dividindo as opiniões, não só da população residente, mas também dos outros agentes sociais envolvidos.

⁹⁷ Entrevista realizada em 24/04/05

Durante as festividades do Carnaval, da Festa do 12 e do Dia 21 de Abril, a cidade recebe um fluxo muito grande de pessoas que chegam com o intuito de aproveitar as comemorações. Esses períodos conformam territorialidades sazonais, composta por turistas, excursionistas, estudantes e outros grupos, e constituem-se alvos de conflito com as territorialidades tradicionais. Tal prática, da forma como se realiza, não é aceita pela população residente de Ouro Preto, com algumas exceções, além de ser alvo de discórdia entre o IPHAN, a Prefeitura e a sociedade civil. Segundo Marcelo Gomes ⁹⁸, morador do núcleo turístico:

Nestas datas festivas, Ouro Preto não comporta o número de pessoas que vêm para aproveitar as festas. A cidade não está preparada para receber tanta gente que invade as principais ruas do centro histórico e se divertem com carros de sons ensurdecedores, drogas e bebidas [...] No dia seguinte as ruas da cidade cheiram a urina e o lixo se espalha por todos os cantos. Há duas décadas atrás, a situação era diferente, o carnaval era aproveitado por muita gente da comunidade e o fluxo de turistas era menor, e a festa do 12 consistia num momento de encontro entre estudantes e ex estudantes. Muitos vinham com suas famílias e as confraternizações ocorriam dentro das repúblicas e não envolviam outras pessoas que não fossem ligadas à Universidade. Com o tempo, os estudantes passaram a ganhar dinheiro com esta comemoração que ganhou as ruas e atraiu um número cada vez maior de pessoas para 'curtir' as festas nas repúblicas e nas ruas.

Neste caso, a relação de alteridade e estranhamento se torna evidente. Além dos problemas gerados pela aglomeração de pessoas nas ruas do centro turístico de Ouro Preto, as práticas sociais, os hábitos e comportamentos dos jovens nesses momentos chegam a chocar muitos moradores do centro e do restante da cidade; porém, essas territorialidades sazonais, ocorridas nas datas festivas coexistem e imbricam-se com as territorialidades dos estudantes, os quais possuem práticas semelhantes.

O uso de drogas, o excesso de bebidas, o alto volume das músicas transmitidas nos carros de sons, a libertinagem, muitas vezes, ocorrida atrás dos espaços sagrados como as igrejas e cemitérios, além do descaso e do desinteresse pelo patrimônio, são apontados como fatores negativos que provocam a repulsa dos moradores da cidade e suscitam o conflito entre os mais diversos agentes sociais. Tais pontos de discórdia são exaltados, quando a Prefeitura Municipal promove shows na Praça Tiradentes, atraindo milhares de pessoas, responsáveis pela depredação patrimonial e pela permanência dos efeitos indesejáveis provocados pelas grandes aglomerações

⁹⁸ Entrevista concedida em 22/04/05

ao longo do ano. Em matéria publicada no jornal *O Estado de Minas*⁹⁹ Otávio Luiz Machado ressalta:

Ao analisar o impacto das últimas grandes festas, como o show do Skank e o 12 de outubro, percebemos a reação da comunidade quanto ao grande tumulto que estas causaram à cidade, o que leva, por exemplo, à saída de famílias inteiras neste período para outros locais, liberando a cidade para os turistas, e suas casas a criminosos.

Durante estas ocasiões, muitos moradores relatam não saírem de suas casas. A presença dos turistas que vêm à cidade com o intuito de conhecer o patrimônio é muito baixa e até muitos estabelecimentos comerciais voltados para o turismo fecham suas portas, com receio do vandalismo, saques ou de qualquer outro tipo de violência ou incômodo. Segundo o proprietário da “Joalheria Diamond”, Carlos Lucio Santos,¹⁰⁰

No carnaval e durante o 12 de outubro eu chego a fechar o meu estabelecimento, pois apesar da cidade estar lotada de turistas, as vendas são muito baixas. O público que frequenta estas festas só tem dinheiro para comprar bebidas, cigarros e outros tipos de drogas [...] Como já fui roubado algumas vezes, prefiro não arriscar.

A proliferação deste tipo de atitude gera uma forma sazonal de segregação sócio-espacial, induzida por uma situação conflitante, e demonstra a sobreposição das novas territorialidades turísticas sobre as territorialidades tradicionais. Em tais momentos, as demandas externas articulam os novos conteúdos do território, imprimindo-lhe novos usos, voltados para o lazer e para a diversão, enquanto o patrimônio se restringe a um cenário relegado a um segundo plano pelas massas.

Ao ser alvo de muitas críticas e polêmicas, a permanência dessas festas da forma pela qual são efetivadas ultrapassa a esfera da sociedade civil e suscita entraves também na esfera pública, envolvendo, principalmente, o IPHAN e a Prefeitura Municipal. De acordo com Margareth¹⁰¹, funcionária do Museu da Inconfidência:

A maioria das gestões municipais não medem esforços em agradar a população com a promoção de grandes shows na Praça Tiradentes, com a divulgação do carnaval e das outras festas populares que ocorrem na cidade. Essa prática é uma forma de promoção política da prefeitura, incentivando a promoção de opções de lazer para a população de baixa renda. Porém, a

⁹⁹ MACHADO, Otavio Luis : O carnaval de Ouro Preto, *Jornal O Estado de Minas*, 7 de fevereiro de 2002

¹⁰⁰ Entrevista concedida em 24/04/05

¹⁰¹ Entrevista concedida em 22/06/04

gestão municipal não percebe os danos que estão causando para o patrimônio, nem os efeitos dessas práticas para a população residente no centro histórico da cidade. Montar um palco na Praça Tiradentes munido de uma aparelhagem de som de alta potência em frente a um museu repleto de obras de arte que requerem cuidados é uma estratégia incoerente e irresponsável, suscitando brigas homéricas entre o Museu, o IPHAN e a prefeitura municipal.

Como a Praça Tiradentes se constitui um espaço público gerido pela Prefeitura, constituindo-se num dos poucos espaços de encontro e de lazer da população ouro-pretana, tais eventos de grande proporção, além de atuarem como meio de promoção e propaganda para a gestão municipal, atuam também, como estratégias de city marketing e marketing turístico para a cidade. Ao envolverem interesses conflitantes e divergentes entre os agentes envolvidos, a resolução dessas questões torna-se cada vez mais complicada. No entanto, a pressão da sociedade civil e a divulgação midiática em nível nacional dos danos materiais causados a Ouro Preto pelo carnaval, vêm promovendo ações que estão levando à retirada da festividade das principais ruas do centro histórico da cidade.

O tráfego de veículos pesados no centro histórico também é alvo freqüente de conflitos. A localização estratégica do núcleo turístico como via de ligação entre o centro e os bairros e a diversidade de estabelecimentos comerciais, institucionais e de serviços de que dispõe, transforma a área no principal centro aglutinador da população local e dos turistas. Dessa forma, os meios de transporte públicos e os veículos particulares, envolvendo automóveis, motocicletas e caminhões utilizam-se das ruas do centro histórico para o transporte de mercadorias e de pessoas e, ainda, para estacionamento, já que o tecido urbano da cidade, conformado no século XVIII, não possui espaços úteis para esta finalidade de uso do século XXI.

Com o desenvolvimento turístico, o fluxo de veículos provocou o aumento considerável do trânsito, ocasionando barulho, estacionamento de veículos em locais inapropriados e, principalmente, danos materiais ao patrimônio. A questão do estacionamento também suscita polêmicas, já que os moradores do centro precisam estacionar seus carros na rua, pois a maioria das edificações não dispõe de garagens.

Carnaval em Ouro Preto



Foto 31 - Carnaval na Rua São José
Fonte: www.festanaweb.com.br¹⁰²



Foto 32 - Carnaval na Rua Direita
Fonte: www.festanaweb.com.br¹⁰³

Circulação de veículos pesados no centro histórico de Ouro Preto



Foto 33 - Circulação de ônibus da Rua do Ouvidor
Fonte: (da autora ,abril de 2005)



Foto 34 - Circulação de caminhão na Praça Tiradentes
Fonte: (da autora ,abril de 2005)

¹⁰² Site acessado em 23/06/05

¹⁰³ Site acessado em 23/06/05

Com a intensificação do fluxo de veículos, muitos moradores vêm se queixando de que não mais conseguem estacionar seus carros nas proximidades de suas residências, o que lhes causa muitos incômodos. Como relata Marcelo Gomes ¹⁰⁴:

O trânsito de veículos no centro histórico é insustentável. Há alguns anos atrás víamos com frequência caminhões carregados de minério cruzando a Praça Tiradentes. Hoje a maior discussão dos moradores se refere ao fluxo de caminhões e ônibus na cidade [...]. Se por um lado, a proibição do tráfego for efetivada, o patrimônio sofrerá menos danos, mas a população que se utiliza deste meio de transporte e os comerciantes da área central que utilizam os caminhões para o transporte de mercadorias se sentirão prejudicados.

O embate sobre a questão se agravou, quando um chafariz do século XVIII foi destruído em 2003 por um caminhão desgovernado. A notícia teve repercussão nacional e foi motivo de muita indignação por parte da população local. Diante deste fato, a Prefeitura Municipal, em parceria com o Programa Monumenta, apressou a elaboração do Projeto de Estudos de Tráfego de veículos em Ouro Preto. Os resultados do projeto apontaram a Praça Tiradentes como a área de maior concentração de tráfego, servindo de itinerário de 21 das 22 linhas de ônibus que transitam pela cidade. Além disso, a Praça funciona como um grande estacionamento de veículos, piorando o trânsito na área, que não possui nenhum tipo de sinalização. As ruas adjacentes também recebem diariamente um grande fluxo de veículos, incluindo caminhões de carga que abastecem o comércio local.

Após ser alvo de inúmeras críticas, a Prefeitura passou a efetivar certas medidas de controle do tráfego, tais como a proibição da circulação de veículos na Praça Tiradentes nos finais de semana, além de determinar restrições quanto à circulação de veículos de grande porte nas ruas do centro histórico. Apesar das medidas restritivas, muitos moradores se queixam da falta de fiscalização daquele órgão, impedindo o cumprimento efetivo da proposta.

As restrições quanto ao trânsito de veículos pesados no centro histórico e, conseqüentemente, turístico da cidade é praticamente consensual. O motivo dos conflitos entre os diversos agentes sociais refere-se, principalmente, à morosidade do poder público em resolver a questão, já que tanto a sociedade quanto o patrimônio sofrem os efeitos negativos desse processo. Certas práticas sociais de alguns agentes podem sofrer alterações, porém, o relativo grau de

¹⁰⁴ Entrevista realizada em 22/04/05

proximidade entre os lugares e os estabelecimentos localizados no núcleo turístico faz com que o uso do transporte público não seja tão necessário, nem para os moradores, nem para os usuários e turistas que freqüentam a área, a qual pode muito bem ser dotada de meios de transporte públicos menores, como os microônibus, já utilizados em algumas linhas.

O exemplo tende a demonstrar o grau de adaptação da sociedade frente a uma nova realidade em que, de certa forma, os interesses coletivos sobrepõem os interesses individuais. Porém, este tipo de atitude consensual, envolvendo grupos sociais dotados de interesses diversos, não constitui em uma regra, e sim uma exceção, principalmente, em se tratando da complexa realidade social de Ouro Preto.

Um dos mais recentes alvos de conflitos que afloram no núcleo turístico, corresponde ao embate travado entre dois bares tradicionais da cidade, existentes há mais de 20 anos na Rua Conde de Bobadela (Rua Direita), e 3 novos estabelecimentos do ramo de hotelaria (Hotel Solar da Ópera e Pousada Clássica) e alimentação (Café Geraes), instalados na mesma rua, dois deles, praticamente defronte aos bares.

Durante o dia, a rua é freqüentada por um grande fluxo de moradores, usuários e turistas, atraídos pela grande quantidade de estabelecimentos turísticos, como loja de jóias, artesanatos e *souvenirs*, hotéis, bares e restaurantes, além de conter alguns estabelecimentos voltados para o atendimento da demanda local. Na parte da noite, a Rua Direita e a Praça Tiradentes, tornam-se os principais pontos de encontro e de lazer de Ouro Preto, ao serem freqüentadas por um público predominantemente jovem, de estudantes, turistas, moradores da área central e dos bairros mais afastados.

Os dois bares populares da cidade – Barroco e Satélite – funcionam como centros aglutinadores desse público, concentrado, em sua maioria, nos próprios estabelecimentos e nos seus arredores¹⁰⁵. A concentração de pessoas em torno dos estabelecimentos se dá, em maior grau, do final da tarde até as primeiras horas da madrugada, mais especificamente, até às duas horas da manhã, quando fecham suas portas. Tanto a Rua Direita como esses dois estabelecimentos constituem um dos principais espaços de sociabilidade da cidade, freqüentados por pessoas de todas as classes sociais, incluindo, também, a população de baixa renda que vem para o centro, em parte, por não possuir outras opções de lazer nos bairros periféricos.

¹⁰⁵ Tanto o Barroco quanto o Satélite funcionam ao mesmo tempo como bar, restaurante, lanchonete e pizzaria.

Durante os finais de semana, férias e datas festivas, torna-se freqüente na área, o uso de automóveis particulares como carros de som, provocando muito barulho nos arredores.

Conflito entre os bares e os hotéis



Foto 35 - Concentração de jovens ao lado do Barroco
Fonte: (da autora , abril de 2005)



Foto 36 - Satélite Bar
Fonte: (da autora , abril de 2005)

A concentração de pessoas ao redor dos bares, o barulho, o lixo, as brigas - dentre outros problemas – vem sendo alvo de reclamações freqüentes por parte dos hóspedes dos dois hotéis de luxo da Rua Direita e dos clientes do Café Geraes, o qual oferece música ao vivo, muitas vezes, abafada pelo barulho proveniente da rua. Por causa desses conflitos, os proprietários do restaurante e dos estabelecimentos hoteleiros, com o apoio de outros empresários do setor, entraram com uma ação judicial, visando impedir o funcionamento dos bares até de madrugada e, possivelmente, solicitando seu fechamento, evidenciando os malefícios provocados pela concentração excessiva de pessoas no interior e ao redor dos estabelecimentos. Segundo Leandro Troppia, parente do proprietário do “Café Gerais” e proprietário do Restaurante “O Passo”:¹⁰⁶:

O Barroco e o Satélite atraem um tipo de público indesejável ao local. O consumo de bebidas em excesso, as drogas, o barulho e o trânsito agridem o turista. Acho que a população deveria lutar para atrair os turistas e não para expulsá-los. Eu defendo a presença do Barroco e do Satélite, mass os proprietários deveriam investir para transformá-los em um bar cultural.

¹⁰⁶ Entrevista concedida em 24/04/05

Essas ações vêm mobilizando muitos frequentadores dos bares e alguns moradores do núcleo turístico, os quais já se acostumaram com a presença do público diversificado, que faz daquele espaço um locus de sociabilidade tradicionalmente conhecido. Segundo Dona Adalgisa¹⁰⁷, residente há muitos anos na Rua Direita, “esses empresários querem acabar com os bares porque eles reúnem os pobres. A graça da Rua Direita está no movimento, está na diversidade social e quem ainda mora no centro já se acostumou com sua agitação, se não já tinham se mudado daqui”.

Wodson Moreira, proprietário do “Satélite” afirma que este conflito vem se estabelecendo há mais de um ano. O barulho e a presença constante de carros de sons é considerado como o principal motivo da ação judicial contra os bares. Para ele:

o que os empresários pretendem é fechar nosso estabelecimento para que eles montem um outro tipo de atividade comercial, provavelmente, destinado aos turistas e às altas classes sociais [...]. Nós sempre trabalhamos de forma honesta e procuramos ter uma convivência pacífica com os moradores locais. Agora, o que acontece na rua não é da nossa responsabilidade, a rua é pública e eu não posso controlar o que acontece lá fora. A minha função aqui é vender, apenas isso.

Este tipo de conflito constitui um nítido exemplo da coexistência difícil e conturbada entre múltiplas territorialidades lutando pelo controle de suas esferas de influência. Tal particularidade se enquadra na concepção de território usado, expressa por Santos (2000b), que inclui a diversidade conflitiva dos usos variados, relativos ao núcleo turístico de Ouro Preto.

As territorialidades dos estudantes e dos moradores das áreas periféricas da cidade se sobrepõem, ao envolverem práticas e interesses comuns e relações simbólicas com aquele espaço de referência coletiva; produzem, porém, uma relação de alteridade e estranhamento quando se misturam às territorialidades dos turistas e, em alguns casos da população residente. As práticas sociais desses agentes ora convergem para propósitos semelhantes, ora se repelem, motivando a exaltação das divergências.

O poder público atua nesse caso, como elo de mediação entre os conflitos de interesses entre os agentes privados envolvidos e as disputas pelo direito de uso e apropriação da rua como espaço público pelos diferentes grupos sociais. Essa forma de conflito encabeçada pelo setor privado em defesa dos seus interesses particulares, visando à adaptação de porções do território

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 24/04/05

para um uso turístico, vem sendo muito freqüente nas localidades onde a atividade adquire maior expressividade. Porém, essa forma de elitização do espaço público, vem gerando uma nova organização sócio-espacial socialmente excludente, ao destituir os conteúdos sociais indesejáveis dos seus vínculos de pertença e sociabilidade, enraizadas em determinada porção do território, neste caso, a Rua Direita e os bares. Esse tipo de ação exemplifica os embates envolvendo as diversas territorialidades.

Os entraves causados pelo excesso de barulho não ocorrem apenas em áreas pontuais como a Rua Direita, mas em diversos pontos da cidade, onde há uma maior concentração de repúblicas estudantis, as quais, nos últimos anos, vêm aumentando consideravelmente, no núcleo turístico. Além das repúblicas pertencentes à universidade, muitos estudantes, aproveitando-se da localização privilegiada e das facilidades de acesso, estão alugando casas na área central de Ouro Preto para a montagem de repúblicas particulares nas edificações tombadas. Segundo Angélica de Freitas ¹⁰⁸, estudante da UFOP e moradora de uma república particular no centro histórico: “hoje, os estudantes não estão mais querendo se submeter aos rituais do trote, imposto pelos membros das repúblicas da Universidade aos “bixos” para que estes conquistem uma vaga para morar. Estes trotes chegam a durar meses e muitos calouros acabam desistindo de `batalhar´ a vaga”.

Diante dessa crescente demanda por casas no centro histórico da cidade, muitos proprietários que não conseguem arcar com os altos custos de sua manutenção, preferem alugá-las aos estudantes que passam a responder por tais despesas e, assim, geram rendimentos para o proprietário do imóvel tombado. Muitas vezes, parte desse rendimento se destina à execução das obras de restauro das edificações. Tais fatores vêm gerando um adensamento de repúblicas estudantis no núcleo turístico de Ouro Preto, sendo alvo de muitas queixas e conflitos travados entre as territorialidades dos estudantes e dos moradores tradicionais que residem nas proximidades das repúblicas.

A prática das festas constantes, promovidas pelos estudantes em suas repúblicas, a poluição sonora decorrente, o uso de drogas e bebidas alcoólicas em excesso, além dos comportamentos lascivos de muitos estudantes, acabam vigorando como uma forma de agressão aos moradores tradicionais do núcleo turístico, muitas vezes maior que as práticas sociais dos próprios turistas que visitam a cidade fora dos períodos de festividades.

¹⁰⁸ Entrevista concedida em 26/04/05

Segundo Dona Marta Bresciani ¹⁰⁹:

os estudantes das repúblicas fazem muito barulho, não só durante as festas, mas a qualquer hora do dia. O som alto dos aparelhos eletrônicos fora de hora está incomodando muito os moradores que, em grande parte, já possuem uma idade avançada e não toleram mais este tipo de coisa.

A grande frequência de realização das festas e o uso das repúblicas como meio de hospedagem em datas festivas serve, em muitos casos, para a arrecadação de dinheiro para o pagamento de aluguéis, no caso das repúblicas privadas e para arcar com os próprios gastos de manutenção e preservação das edificações, uma prática efetuada tradicionalmente pelos estudantes que têm o compromisso de conservar e preservar as edificações onde residem por certo tempo.

Segundo Otávio Machado:

Um dos pontos altos das repúblicas é a preservação do patrimônio artístico e cultural da cidade. A entrada dos estudantes nestas casas, que as herdaram com péssimo estado de conservação e trabalharam para o retorno de sua antiga vitalidade, representou, também, a presença de estudantes que foram ampliando e melhorando as casas aos que vinham chegando ao longo do tempo ¹¹⁰.

Se os estudantes causam incômodos aos moradores, certamente não se tornam tanto alvo de preocupações do IPHAN, já que a Universidade, os estudantes e a instituição possuem o mesmo compromisso de manter preservado o patrimônio cultural de Ouro Preto. As territorialidades dos estudantes se coadunam para manter o território do patrimônio preservado para as próximas gerações de moradores e estudantes que, mesmo residindo na cidade de forma sazonal, acabam deixando suas marcas por meio do compromisso efetivado.

Diante de tantos percalços, os moradores tradicionais continuam residindo no núcleo turístico e, em sua maioria, não expressam desejo de morar em outros lugares em função dos elos afetivos e do sentimento de pertença que cultuam com o lugar onde viveram grande parte de suas vidas, com a casa em que nasceram ou viveram grande parte de sua história e com as igrejas da vizinhança, mesmo diante de sua apropriação turística em grande parte do dia; ali cultivam sua religiosidade, envolvendo-se ativamente nas práticas e rituais cristãos, por meio da atuação nas

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 24/04/05

¹¹⁰ Depoimento extraído do site: www.republicasdeouropreto.hpg.ig.com.br, acessado em 22/05/05

irmandades religiosas, ainda atuantes na cidade. Segundo Liria Toffolo¹¹¹, residente na área central de Ouro Preto “a residência em que moro significa parte da história da minha família e da minha própria vida e cada rua, cada monumento de Ouro Preto representa parte dos acontecimentos da minha própria história”.

As relações de vizinhança, mesmo que mais escassas, os laços de identidade com o local e os vínculos de sociabilidade, historicamente fortalecidos que mantêm, determinam a permanência de sua condição de residentes no núcleo turístico, advindas também das vantagens locacionais e da dinamicidade social e econômica desta área. Como afirma dona Adalgisa¹¹²: “eu vejo tudo o que acontece de importante na cidade da janela da minha casa. Tudo passa por aqui, as procissões, os enterros, o carnaval, os protestos políticos e as festas. Tudo isso me distrai, me diverte e me faz viver.”

A permanência da função residencial no núcleo turístico, a manutenção dos laços de sociabilidade, dos locais de encontro, a dinamicidade econômica e a riqueza social decorrente da coexistência pacífica e/ou conflituosa entre as diversas territorialidades conformadas nesta porção do território, representam uma forma de resistência do lugar frente às ações ditadas pela lógica do capital. Esta impõe uma racionalidade economicista, que tende a transformar certas porções do território, dotadas de um alto grau de atratividade, em espaços monofuncionais, destinados ao consumo turístico e ao usufruto da população flutuante em detrimento da população local. É por causa desse processo que a ação de revitalização do horto botânico de Ouro Preto pelo Programa Monumenta é tão contestada, já que, em termos gerais, induz à desapropriação da população residente das edificações vizinhas ao Vale dos Contos. Isso aconteceria por meio do incentivo ao seu uso turístico com o desenvolvimento de projetos que envolvem a criação de estabelecimentos voltados para o turismo que se utilizem do potencial estético-paisagístico da área para a auferição de lucros. No entanto, este projeto encontra-se, até o momento em fase de discussão.

Apesar de ainda não ser uma realidade tão veemente em Ouro Preto, as transformações se consubstanciam enquanto tendência já que, além do incentivo público e privado destinado ao aumento da expressividade econômica da atividade, grande parte dos atuais moradores do núcleo turístico possuem uma idade avançada e, no futuro, deixarão suas casas como herança para seus

¹¹¹ Entrevista concedida em 25/04/05

¹¹² Entrevista concedida em 24/04/05

filhos e netos que já não possuem tantos vínculos com aquele espaço, pois residem, em grande parte, em outras cidades como Belo Horizonte.

Muitos desses herdeiros demonstraram em entrevista o interesse em investir na atividade, vendendo, alugando e/ou transformando seus imóveis em estabelecimentos voltados para o turismo. Dessa forma, há cada vez mais indícios de que o grau de habitabilidade do núcleo turístico tende a atingir proporções cada vez menores, diminuindo o sentido dessa porção do território como espaço vivido e ampliando seu sentido enquanto espaço consumido. Tal transformação destitui o patrimônio de seu valor de uso e sobrepuja seu valor de troca.

A manutenção da função residencial no núcleo turístico de Ouro Preto, associada à capacidade de organização da sociedade civil, ainda tímida na cidade, constitui-se em uma forma de manter o turismo enquanto atividade econômica na cidade. Se a atividade for constituída como fruto de ações socialmente planejadas e implementadas, suas benesses econômicas e sócio-culturais tendem a se reverter na melhoria da qualidade de vida da população local e na preservação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca da questão patrimonial na atualidade podem ser entendidas, em sua totalidade, se analisadas em sua relação dialética com a esfera política, econômica, cultural e sócio-espacial, responsáveis pela inserção das velhas materialidades na dinâmica do presente. Nesse sentido, esta pesquisa procurou perseguir tal propósito, de forma a evidenciar a relação entre turismo, patrimônio e território sob uma perspectiva de análise geográfica por meio de uma abordagem de natureza teórico-reflexiva e empírica que estabelecesse um diálogo entre o particular – concreto – e a investigação teórica que baliza a reflexão em uma busca incessante de compreensão da complexidade do real.

Segundo tal propósito, procurou-se captar a dimensão espacial da atividade turística em sua dinâmica de apropriação territorial e refuncionalização do patrimônio cultural, adaptado para atender aos interesses de cunho predominantemente, mercantil. Este viés analítico procurou evidenciar as transformações de ordem material ocorridas na esfera do sistema de objetos (formas-conteúdo) em consonância com o sistema de ações externas ao local, decorrentes da atividade turística, constituindo-se no que Santos (2002, p. 16) denomina de “(...) território usado [...], sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

A captação do conteúdo social do território usado, envolvendo sua dimensão simbólica, foi apreendido mediante a análise das práticas sociais espacialmente estabelecidas e socialmente articuladas e/ou dissociadas, conformando a coexistência, a sobreposição e/ou o conflito entre as antigas e as novas territorialidades estruturadas em decorrência do turismo.

A apreciação das territorialidades constituiu-se um importante viés investigativo que possibilitou a apreensão das relações de poder, dos valores e dos elos de significação entre o patrimônio, o território e os mais diversos agentes sociais, incluindo o poder público, a iniciativa privada e os grupos representativos da sociedade civil. Por meio deste prisma analítico e relacional, puderam-se captar as formas de adaptação, os conflitos e a conformação das resistências locais frente às transformações sócio-territoriais, decorrentes das determinações econômicas, políticas e sócio-culturais que atribuem novos usos e sentidos ao patrimônio e determinam novas formas de sociabilidade entre os grupos sociais. Por esse viés, o particular

concreto se revela como uma entidade única, que resiste às determinações globais por meio da relação dialética entre os sistemas de objetos (patrimônio) e ações. Segundo Santos, (2002, p. 226):

A materialidade herdada reage às ações novas [...] é a velha materialidade que dissolve o novo tempo e são os tempos do lugar que dissolvem o tempo do mundo. Desse modo, é a materialidade –objetos e corpos – que acaba por ser, em cada lugar, a única garantia. É assim que o lugar acaba por encontrar, em seu próprio tecido, uma *raison d'être* (...).

A cidade de Ouro Preto vigorou, ao longo desta pesquisa, como o objeto empírico a ser desvendado em seus pormenores e realçado em suas particularidades, determinantes de sua singularidade. Tomando como referência a análise do processo de valorização econômica dos bens patrimoniais tombados, os quais ocupam grande parte do espaço urbano da cidade, pôde-se analisar a forma em que tais especificidades reagem e/ou se adaptam às novas ações, nesse caso, decorrentes do aumento exponencial do fluxo de pessoas, bens, serviços e capital, gerados e impulsionados pela expansão do turismo.

Em Ouro Preto, tal interação demonstrou-se espacialmente seletiva ao concentrar-se, mais especificamente, na porção central do núcleo urbano, detentora de edificações de caráter monumental, obras de arte e conjuntos arquitetônicos urbanos expressivos. Ao apropriar-se mais enfaticamente dessa porção do território, denominado nesta pesquisa de núcleo turístico, a atividade turística, por sua lógica de organização e pelas finalidades mercantis explícitas, tornou-se o principal agente responsável por sua reordenação. Essa lógica de apropriação não ocorreu como fruto de estratégias de planejamento ou de planos de reestruturação urbana encabeçadas pelo poder público, pela iniciativa privada ou pela sociedade civil. Ela foi se conformando, ao longo dos anos, como resultado de investimentos privados, em sua maioria e, em parte, externos ao local, porém, contando com o apoio da comunidade que encara a atividade como uma expectativa de ganhos financeiros, geração de empregos e melhoria de suas condições de vida.

Como forma de adaptação ao impacto dos novos eventos, os sistemas de objetos representados pelos bens patrimoniais tombados transformaram-se em atrativos turísticos, alterando sua dinâmica de uso e valorização. Dessa forma, foram condicionados a mudar de função com a finalidade de atender a um fluxo de turistas cada vez mais expressivo. No entanto, ao invés de se tornarem objetos monofuncionais, destinados apenas a uma demanda de uso turístico, grande parte dos bens patrimoniais do núcleo turístico de Ouro Preto são bifuncionais ou multifuncionais.

A função religiosa das igrejas como centros cerimoniais e locais de culto coexistem com sua função museal. Toma-se, como exemplo o caso da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e o do edifício originalmente construído para sediar o Palácio dos Governadores, hoje de propriedade da Escola de Minas, sendo sede de diversos museus e mantendo, também, sua função acadêmica, ao funcionar como local realização de cursos de extensão universitária, centro de pesquisa e outros. Mesmo em parte das edificações privadas, ocorre a coexistência da função comercial e de serviços, voltadas para o atendimento da demanda turística com a função residencial, mesmo que esta tenda a se tornar cada vez menos freqüente em determinados pontos do núcleo central.

Este tipo de característica demonstra a coexistência, nem sempre pacífica, entre as funções tradicionais e as novas atribuições funcionais que os objetos são incitados a realizar para se adaptarem às novas ações, as quais, por sua vez, demandam a criação de novos objetos condicionados a responder às necessidades da atividade turística. No entanto, as restrições normativas impostas pelas leis de tombamento que, no caso de Ouro Preto, envolvem tanto o perímetro urbano quanto seu entorno paisagístico, vêm limitando a livre iniciativa por parte dos agentes públicos e privados, voltadas para a construção de obras e infra-estrutura de apoio à atividade, levando a entraves entre a esfera pública, a iniciativa privada e a sociedade civil, como o ocorrido no caso da construção do Shopping São Francesco de Paola, de estacionamentos, espaços livres para a realização de shows e festividades dentre outros casos.

Tais fatores demonstram o papel do sistema de objetos, nesse caso, do patrimônio, como agentes que condicionam as formas, de caráter restritivo, de apropriação do patrimônio pelo turismo, ao mesmo tempo em que são condicionadas às intencionalidades determinadas pela atividade.

O fato de o sistemismo dos objetos condicionar o sistemismo das ações não significa que entre eles haja uma relação automática. Existem mediações e, entre elas, a lei, as normas, os costumes, a religião, as representações herdadas ou ensinadas. Mas a interação humana pode forjar novas relações, criando a surpresa e impondo a novidade. (SANTOS, 2002, p. 228).

Como a dimensão material do território se encontra indissociável de sua dimensão social que, por meio de uma relação dialética, lhe atribui sentido, valores e significados, o patrimônio cultural de Ouro Preto foi considerado, ao longo desta pesquisa, como elo que permeia as relações materiais e simbólicas existentes entre os agentes sociais e o território. A riqueza de

significações, institucionalmente atribuídas e coletivamente instituídas, intercala-se, atualmente, e determinam a coexistência entre várias escalas de valores. Dentre esses, destacam-se o valor cultural, o econômico, o valor de uso e de troca, o afetivo, o formal, o educativo e outros, cuja hierarquia varia de acordo com os interesses e vivências dos grupos sociais e com o contexto político, ideológico e sócio-econômico existente ao longo do tempo.

A consagração de Ouro Preto, como primeira cidade a receber o título de Patrimônio Nacional e de Patrimônio da Humanidade, já lhe conferiu um valor estatutário e de prestígio ao possuir um estatuto distintivo perante o restante das cidades brasileiras.

A legitimação dos seus bens patrimoniais como referenciais da história e suporte da identidade e da memória da nação se enquadrou num conjunto de interesses político-ideológicos, responsáveis pela instauração de um sistema simbólico, oficialmente instituído pelos agentes hegemônicos, como resposta aos seus interesses imediatos, relacionados, num primeiro momento, à afirmação de uma pretensa nacionalidade.

A legitimação da materialidade herdada de Ouro Preto levou à omissão dos valores e dos significados socialmente atribuídos a esses bens. Deve ser lembrado que tais bens são ligados às relações de pertencimento, aos laços afetivos e aos referenciais mnemônicos socialmente instituídos pelos grupos sociais, levando a um empobrecimento de sua significação enquanto bens representativos da coletividade, apesar de o discurso ideológico que permeia tais estratégias evidenciar exatamente este aspecto.

A tímida participação social nos processos de escolha, consagração e participação nas discussões e ações referentes à gestão patrimonial, foi, dentre outros fatores, a responsável pela falta de esclarecimento e de conscientização da população no que se refere à questão preservacionista. Esse conjunto de fatores vem provocando, em Ouro Preto, um sério distanciamento entre as instâncias oficiais de preservação e a sociedade civil, evidenciando um conflito entre os proprietários dos bens tombados e o IPHAN acerca da ambivalência do patrimônio visto como um bem de propriedade individual e/ou de referência coletiva. Segundo Gonçalves (2002, p. 105):

O proprietário de uma casa construída no século XVIII certamente a considera mais um patrimônio pessoal ou familiar do que um patrimônio “nacional”, e sua venda para uma empresa imobiliária visando à construção de modernos edifícios não será, necessariamente, sentida como uma “perda”.

Tais interesses divergentes desencadeiam uma série de conflitos, envolvendo disputas de poder e a exaltação de pontos de discórdia que prejudicam ainda mais os trabalhos no campo da preservação patrimonial. Ao ser considerado como uma instância distante da sociedade civil, permeada por entraves de ordem econômica e jurídico-administrativa e pela falta de diálogo travado entre as outras instâncias de poder, públicas e privadas, os trabalhos do IPHAN de Ouro Preto não chegam a atingir os propósitos e as metas de ação preservacionistas. O fato dificulta a conservação do acervo histórico e cultural e não impede o intenso processo de descaracterização do seu entorno paisagístico, fator este que coloca a cidade na lista de patrimônios em risco, efetuada pela UNESCO.

Desde os primórdios do movimento preservacionista no Brasil, os critérios de escolha e as estratégias de preservação patrimonial balizaram-se nos aspectos estéticos, a fim de destacar sua dimensão formal, a partir dos seus elementos visuais de maior expressão. Neste sentido, a monumentalidade, a opulência e a expressividade dos monumentos e conjuntos arquitetônicos de Ouro Preto, historicamente constituídos enquanto expressão material do poder do Estado e da Igreja, serviram como um importante referencial para o IPHAN que, ao longo de sua trajetória preservacionista em Ouro Preto, manteve seus procedimentos de ação voltados prioritariamente para a preservação dos critérios estéticos e estilísticos das edificações por meio da conservação de fachadas e de outros elementos visualmente representativos. Ao seguir tal postura, a instituição não conseguiu intervir de forma significativa no processo de contenção da expansão urbana desordenada e na conseqüente descaracterização patrimonial advindas do dinamismo econômico, após um longo período de estagnação sócio-territorial.

A exaltação da dimensão imagética e a consagração do seu valor cultural atuaram, de forma decisiva, para a agregação de um valor econômico aos bens patrimoniais de Ouro Preto ao serem utilizados pelos veículos midiáticos como meio de promoção turística da cidade e de seus atrativos. A dupla titulação, considerada como patrimônio nacional e da humanidade, associada à vinculação destes bens à história, à memória e à identidade e o apelo visual exercido por suas expressões artísticas e arquitetônicas mais expressivas, outrora utilizadas para sua legitimação cultural, conferem-lhe, atualmente, um estatuto diferencial angariado pelo mercado como estratégia de transformação dos seus atributos materiais singulares em mercadorias.

A transformação da cidade em um dos principais destinos turísticos do país foi analisada como o resultado de uma simbiose entre a produção imaterial e material do turismo (SILVEIRA,

2002). Nesse sentido, o processo de construção de imagens idealizadas e discursos exaltados acerca da cidade e de seus atributos é responsável pela construção de uma opinião preconcebida sobre Ouro Preto, elevando seu grau de atratividade. Porém, a concretização da prática social do turismo na localidade e a sua importância, como atividade econômica geradora de emprego e renda dependem do grau de adaptação da cidade às novas demandas de uso, canalizadas para o consumo de mercadorias e serviços direcionados, em grande parte para o atendimento da população flutuante. Em Ouro Preto, esse processo vem se concretizando com a refuncionalização turística do patrimônio cultural, acentuando a capacidade de atração dos bens patrimoniais enquanto forma e função.

A análise das principais formas de organização das viagens, agenciadas ou não, permitiram compreender sua dinâmica, caracterizadas pelo curto espaço de tempo em que são efetivadas, pela predominância de visitas de curta duração aos principais atrativos da cidade, e por uma ênfase dada ao consumo de mercadorias nos estabelecimentos localizados em suas proximidades, principalmente em função dos acordos tácitos de comissionamento estabelecidos entre os estabelecimentos comerciais e de serviços e os guias turísticos que amplia ainda mais o tempo destinado ao consumo. Tal lógica organizacional vem sendo, em grande parte, a responsável pela concentração espacial da atividade na porção mais antiga do centro urbano tombado da cidade, denominado nesta pesquisa de núcleo turístico, onde o principal foco desta análise se deteve.

A complexidade de usos sociais e de funções urbanas mistas é responsável por uma dinâmica particular de desenvolvimento sócio-territorial em relação ao restante da cidade e dos núcleos urbanos tombados de outras cidades brasileiras, pois, a concentração da maior parte do fluxo de visitantes, equipamentos e atrativos turísticos se dá na porção do território considerada como o centro vivo da cidade, há décadas consolidado. Ambas as atividades não excluem, mas coexistem com o uso habitacional da área, lócus de residência, de sociabilidade de famílias tradicionais e de estudantes que estabelecem elos específicos de significação e vivência com o patrimônio e com seu território de referência.

O dinamismo econômico e social resultante da sobreposição de diversas atividades de cunho mercantil e de práticas sociais divergentes faz do núcleo turístico um campo de forças, onde se gestam conflitos de interesses de ordem política, econômica e social, travados entre

representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, exaltados pela falta de diálogo e excesso de discórdia entre ambos.

Dentre os principais pontos de divergência existentes, mereceram destaque nesta pesquisa àqueles relacionados à relação entre turismo, patrimônio e sociedade e o resultado destes conflitos na dinâmica sócio-territorial do núcleo turístico.

A atividade turística em Ouro Preto, apesar de apresentar uma relativa expressividade espacial, não responde às expectativas do município, em termos econômicos. Apesar dos projetos de desenvolvimento turístico em voga, que têm por finalidade reverter este processo, a falta de planejamento da atividade acarreta ônus indesejáveis ao patrimônio e à comunidade, principalmente nos momentos festivos, em que o caráter massivo da atividade e a baixa lucratividade resultante deste processo tornam-se evidentes. Por outro lado, se a sua lógica de funcionamento é permeada pelo lucro que, em Ouro Preto e em parte considerável das cidades turísticas não é revertido à população local, as formas de regulação da atividade e do território por ela apropriado canalizam-se para atender aos desígnios do capital.

O processo resulta em ações direcionadas às estratégias de elitização dos espaços por meio do incremento das atividades mais nobres do comércio, na subversão do caráter público dos bens culturais e na eliminação dos conteúdos sociais indesejáveis, por meio da supressão dos espaços de convivência e sociabilidade tradicionais da cidade, visando à atração de um público seletivo de consumidores que, apesar de terem uma relação efêmera e fugidia com o território, podem gerar lucros vultosos, embora, pouco revertidos para a comunidade local e para a preservação patrimonial.

Apesar de a atividade turística constituir-se como uma importante fonte de renda para a preservação patrimonial, isso ainda não ocorre em Ouro Preto; ao contrário, da forma em que é praticada atualmente, traz mais malefícios do que benefícios para os bens patrimoniais, implicando em sua depredação e má conservação.

A coexistência, a sobreposição e os conflitos resultantes das diversas práticas sociais, traduzidas enquanto territorialidades, expressas, com mais veemência, no núcleo turístico de Ouro Preto, de certa forma, estão interligadas a questões referentes ao turismo e ao patrimônio com estreita correlação entre si. Certamente, cada grupo social – enfatizando, nesta pesquisa, os turistas, a comunidade estudantil e a população residente no núcleo turístico – possui relações e graus de envolvimento diferenciados com o patrimônio e com o território apropriado pela

atividade turística, relacionados, mais especificamente, aos laços de sociabilidade, aos valores e significados atribuídos a tais bens por cada grupo.

Fortalecida pelas relações locais historicamente consubstanciadas, a população residente (incluindo a comunidade local e os estudantes) e parte da população usuária do núcleo turístico, apesar dos conflitos e das relações de alteridade existentes em certos contextos e ocasiões, continuam a manter vivos os laços de sociabilidade, o sentimento de pertença e os referenciais identitários que os ligam ao patrimônio e ao território. Estes vínculos atuam como formas de resistência local à lógica mercantil que, em Ouro Preto vislumbra-se como tendência que sobrepuja a agregação do valor econômico ao valor cultural do patrimônio, do valor de troca em detrimento do seu valor de uso, priorizando a forma em detrimento do conteúdo social que lhe atribui sentido e significação. Dessa forma, o turismo caracteriza-se como uma atividade ambivalente, já que, ao mesmo tempo em que pode promover a geração de emprego e renda revertida para a comunidade, pode, também, ser responsável pela diluição dos referenciais materiais e simbólicos que agregam sentido ao patrimônio e ao território.

A reversão desse processo depende do fortalecimento do grau de envolvimento da sociedade civil nas questões referentes às estratégias de planejamento e gestão do turismo e do patrimônio, de modo que os ganhos econômicos provenientes da atividade turística sejam revertidos para o atendimento dos interesses sociais e para a preservação do patrimônio cultural de Ouro Preto. No entanto, tais objetivos apenas serão alcançados com a manutenção de sua diversidade de usos e de sua riqueza de significações que fazem do patrimônio um direito social coletivamente apropriado, utilizado e vivenciado.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura - invenção e construção do objeto turístico. In: AGB, *Espaço Aberto* 3. Fortaleza, CE: Funcap, 1998;
- ARANTES, António. Documentos Históricos, Documentos de Cultura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, nº 22, 1987, p. 48- 55;
- ARANTES, Otília. Cultura da Cidade: animação sem frase. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, nº 24, 1996, p. 231- 240;
- BASTIDE, Roger. *Usos e sentidos do termo “estrutura”*. São Paulo: Herder, 1971;
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995a;
- _____. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70; Rio de Janeiro: Elfos, 1995b;
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2002;
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000;
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004;
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. – (Coleção estudos: 20/ dirigida por J. Ginsburg);
- CAMPOS, Heleniza, Ávila. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central do Recife. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 11, 2002, p.35-50;
- CANCLINI, Nestor Garcia. *La sociologia de la cultura de Pierre Bourdieu* <http://cátedras.fsoc.ubá.ar/rubinich/biblioteca/web/acanclin1.html>, acessado em 7/11/04;
- CANCLINI, Nestor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, nº. 23: 1994, p. 95-115;
- CARLOS, Ana Fani. O Consumo do Espaço, In: Carlos, A (org) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002;

- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001;
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001a;
- _____. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001b;
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - PREFEITURA DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 9-11;
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997;
- DI GIORGI, Camilo Hernandez. *Turismo cultural em Ouro Preto: bases para o conhecimento de seus turistas e sua visitação*. São Paulo, 2002. 186p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo;
- EVASO, Alexander S ergio. A Refuncionalização do Espaço. In: *Revista Experimental*. São Paulo: n  6, 1999, p. 33-54;
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, A. (org). *O Espaço da Diferenç a*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 186-207;
- FENEL N, Dea Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - PREFEITURA DE SÃO PAULO. *O direito   memória: patrimônio e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 28-36.
- FERRARA, Lucrecia D’Alessio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988;
- _____. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000;
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. (relatório síntese). Belo Horizonte, FJP, 1975;
- GARCÍA, Fernanda Ester Sanchez. A recriação do valor do lugar: o papel do turismo urbanístico. In: _____. *Cidade espetáculo: política, planejamento e citymarketing*. Curitiba: Palavra, 1997, p. 81-97;
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrim nios culturais. In: *Estudos Históricos*, n  .2, 1988, p. 264-275;
- _____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002;
- HAESBAERT, Rogério. *Terr rios Alternativos*. Niterói: UFF; São Paulo: Contexto, 2002;

- _____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;
- HARVEY, David. *Justiça Social e Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980;
- _____. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992;
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debate*. São Paulo. n° 39, XVI, p.49-63, NERU. 1996;
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;
- IBGE. Base cartográfica: malha municipal digital de Ouro Preto, 2000
- INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO. Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira. Belo Horizonte, 2000;
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) *Cartas Patrimoniais*. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. Caderno de Documentos n°3;
- KRAKOVICS, Fernanda. Ouro Preto simboliza descaso com memória. *Jornal Folha de São Paulo* p. C8, 17 de novembro de 2002;
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr. B. (org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 62-74;
- KANASHIRO, Marcia “Prós e contras da revitalização de centros urbanos”. São Paulo, 10 de março de 2002. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>, acessado em 3/05/05.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976;
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2003. Série Turismo;
- LALANDE. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999;
- LATIF, Mirian Monteiro de Barros. *As Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991;
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2004;
- LEMONS, Carlos. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000;

- LOBATO CORREA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo, In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002b, p. 251-256;
- _____. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. In: Carlos, Ana Fani Alessandri, Lemos, Amália Inês Geraiges. (Org.). *Dilemas Urbanos - novas abordagens sobre a cidade*. 1ª ed. São Paulo, 2003, v. 1, p. 157- 160;
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. Campinas: IFCH-Unicamp 1999. Tese de Doutorado;
- _____. Centros Históricos - Mercantilização e Territorialidades do Patrimônio Cultural Urbano. In: *X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, São Paulo. Por uma Geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005;
- MACHADO. Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 2003;
- MACHADO, Otavio Luis. O carnaval de Ouro Preto, *Jornal O Estado de Minas*. Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2002
- MENEZES. Joaquim Furtado de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975;
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 20, 1984, p. 33- 36;
- _____. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: patrimônio e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 189-194;
- _____. Valor Cultural, Valor Econômico: encontros e desencontros. In: *Anais do II Seminário Internacional História e Energia: potencial estratégico de cultura e negócios*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000, p. 30-45,
- _____. Os “Usos Culturais da Cultura”: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo et al (orgs). *Turismo: Espaço Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002. p 88-99;
- MERTON, Robert & LAZARFELD, Paul. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109-134;
- MICELI, Sergio. Introdução, In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004;

- MINISTÉRIO DAS CIDADES. “Política de reabilitação de áreas urbanas centrais” In: *Cadernos Cidades/Programas Urbanos – Planejamento territorial urbano e política fundiária – 3*, Brasília, 2004;
- MOLES, Abraham. *Teoria dos Objetos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981;
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002;
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, 1987, p. 108-122
- _____. Apropriação do Patrimônio Urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global, In: ARANTES, A. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000;
- NIGRO, Cíntia. *Territórios do patrimônio: Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2001a. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo;
- _____. Patrimônio Cultural e Território Urbano. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 78, 2001b, p. 45-73;
- OLIVEIRA, Benedito Tadeu. Ouro Preto. *Jornal O Inconfidente*, Ouro Preto, 1 de setembro de 2002, p. 4;
- OLIVEIRA, Benedito Tadeu. Em defesa de Ouro Preto In: *Revista de arquitetura e urbanismo (intersecção)*. São Paulo, nº 113, agosto de 2003, p. 63-66;
- ORTIZ, Renato. *Um outro território – ensaios sobre mundialização*. São Paulo: Olho D’água, 2000;
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993;
- REIS, Nestor Goulart. A urbanização e o urbanismo nas regiões das Minas. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP – Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação*. São Paulo: LAP/FAU-USP, 1999, p 1-8;
- RIBEIRO, Miguel Ângelo, C & MATTOS, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro, In: *Território Rio de Janeiro*, nº 1, ano 1, 1996, p. 59-76;
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Desafios para os estudiosos do turismo. In: _____. (org) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 17-32;
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Unesp, 2000;
- _____. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P., PINSKY, J. (orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*, São Paulo, Contexto, 2001;

- SALES, Fritz Teixeira. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999;
- SANTOS, Boaventura de Souza . O processo de globalização, In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org). *A Globalização e as Ciências Sociais* . São Paulo: Cortez, 2002;
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985;
- _____. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1996;
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997;
- _____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000;
- _____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: *Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciências Sociales*. Universidad de Barcelona, nº. 270, 2001, p. 1-10;
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002a - (Coleção Milton Santos);
- _____. O Retorno do Território, In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002b, p 11-14, (5ª. Edição);
- SANTOS, Paulo Ferreira do. *Subsídios para o Estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951;
- SCARLATO, Francisco Capuano. Ouro Preto: cidade histórica no sertão brasileiro. In: *Anales de Geografia de la Universidad Complutense*, nº 16. Madrid: Servicio de Publicaciones: Universidad Complutense, 1996, p 123-141;
- SEBRAE. *Ouro Preto: Diagnóstico Municipal*. Minas Gerais: Sebrae – MG, 1996;
- SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: Rodrigues, Adyr Balastrieri. (Org.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo, 2002, p. 36-45;
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 (Coleção Turismo, Cultura e Lazer);
- SIMÕES, Joseane, G & FURTADO, Jônia F. *Ouro Preto revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos*. Belo Horizonte, Conselho de extensão- UFMG, 1981;
- TRINDADE JUNIOR, Saint Clair. Agentes, redes e territorialidades urbanas, In: *Território*. Rio de Janeiro, nº 9, ano III, 1998, p. 31-50;
- URRY, John. *O Olhar do turista: lazer e viagens na sociedade contemporânea*. São Paulo: Studio Nobel:SESC, 2001. – (Coleção Megalópolis);

VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1956;

ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990;

SITES CONSULTADOS

www.3mosqueteiros.com.br, acessado 20/06/05

www.arcoweb.com.br, acessado em 28/05/05

www.cidadeshistoricas.art.br, acessado 20/06/05

www.cidadeshistoricas.art.br/ouopreto/op_dia_p.htm, acessado em 26/06/05

www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm, acessado em 03/05/05

www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm, acessado em 25/6/05

www.cultura.gov.br/programas-e-acoas/index, acessado em 07/06/05

www.cultura.gov.br/programas-e-acoas/index, acessado em 26/06/05

www.cvc.com.br, acessado em 23/06/05

www.descubraminas.com.br, acessado em 20/07/05

www.embratur.gov.br, acessado em 23/06/05

www.embratur.gov.br, acessado em 27/06/05

www.escolavesper.com.br, acessado em 12/11/2004

www.festanaweb.com.br, acessado em 23/06/05

www.idasbrasil.com.br, acessado em 23/06/05

www.iphan.gov.br, acessado em 20/06/2005

www.ouopreto.com.br, acessado em 23/06/05

www.ouopreto.com.br, acessado em 28/05/05

www.ouopreto.org.br, acessado em 20/06/05

www.ouopreto.org.br, acessado em 23/06/05

www.ouopreto.org.br, acessado em 27/06/05

www.ouopreto-ourtoworld.jor.br, acessado em 14/02/05

www.republicasdeouopreto.hpg.ig.com.br, acessado em 22/05/05

www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br, acessado em 23/06/05

www.revistaturismo.com, acessado 20/06/05

www.terra.com.br/turismo, acessado em 23/06/05

www.unesco.org.br, acessado em 26/06/05

www1.uol.com.br/skank/aovivo.htm, acessado em 24/04/05